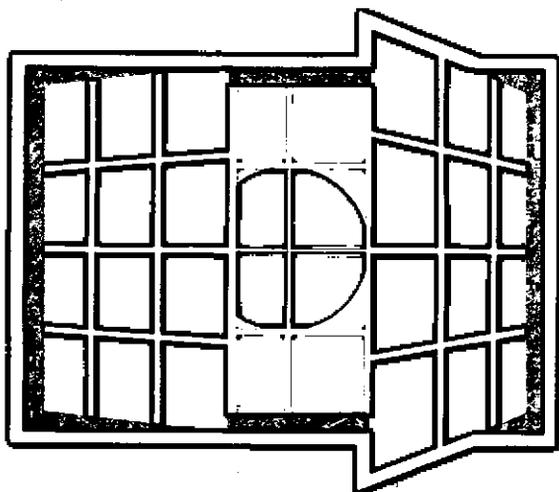




III ENCONTRO GOVERNO-SOCIEDADE



**O BRASIL
NA VIRADA DO SÉCULO**

· Ressalto, especialmente, dois aspectos fundamentais do meu Governo: o cumprimento dos compromissos de mudanças do programa da Aliança Democrática e a superação definitiva das incertezas do passado que marcaram, de forma profunda e dramática, o alheamento entre Estado e Nação, governo e sociedade, poder e cidadãos. ·

Presidente José Sarney

**III ENCONTRO
GOVERNO-SOCIEDADE**

**O BRASIL NA VIRADA
DO SÉCULO**

**BRASÍLIA
1986**

Encontro Governo-Sociedade, .3, Brasília, 14-15 de outubro de 1986.

III encontro governo-sociedade; o Brasil na virada do século. Brasília, Presidência da República, 1986.

xii, 330 p.

1. Economia-Brasil. 2. Política Externa-Brasil. 3. Cultura-Brasil. I. Título II. Título: O Brasil na virada do século. III. Brasil. Presidência da República. Gabinete Civil.

CDD 330.81

PROMOÇÃO DO III ENCONTRO GOVERNO-SOCIEDADE:

Gabinete Civil da Presidência da República

Ministério das Relações Exteriores

Ministério da Cultura

Secretaria de Planejamento da Presidência da República

Apoio:

Secretaria Especial de Ação Comunitária

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

LOCAL: Auditório do Palácio do Planalto

DATA: 14-15 de outubro de 1986

PROGRAMAÇÃO:

Dia 14:

- 9:00 — Chegada do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, José Sarney
— Abertura solene
- 9:30/12:30 — Cenário Internacional
Presidência: Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré
- 14:30/17:30 — Cenário Cultural
Presidência: Ministro da Cultura, Celso Furtado

Dia 15:

- 9:30/12:30 — Cenário Econômico-Social
Presidência: Ministro-Chefe da SEPLAN, João Sayad
- 14:30/17:30 — Cenário Político-Institucional
Presidência: Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Carlos Moreira Alves
- 17:30/18:00 — Avaliação
Presidência: Presidente do Congresso Nacional, Senador José Fragelli
- 18:00 — Encerramento
Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel

Coordenação dos trabalhos:

Ministro J. J. Moscardo de Souza, Subchefe para Assuntos
Institucionais do Gabinete Civil

«Nesta derradeira etapa do século XX, considero essencial que governo e sociedade se aproximem cada vez mais para formular um autêntico projeto nacional voltado para a modernidade, sem deslembrar-se do patrimônio histórico-cultural amealhado ao longo de nossa História.»

Presidente José Sarney

APRESENTAÇÃO

«É preciso consolidar o processo de reconquista da liberdade política e de retomada do crescimento econômico inaugurado pela Nova República. A prospecção que aqui promovemos traduz, sem dúvida, liberdade. Devemos por isso mesmo transformar esta prospecção em instrumento para desenvolver uma nova cidadania, livre e responsável pelo seu próprio futuro» — disse o Presidente Sarney ao abrir, em 14 de outubro p.p., o III Encontro Governo-Sociedade, onde se debateu o tema «O Brasil na Virada do Século».

A importância do evento, um foro de debates acerca dos horizontes que se abrem ao País nos 15 anos que faltam para o Século XXI, pode ser medida pela presença e participação do Senador José Fragelli, Presidente do Senado Federal, e do Ministro José Carlos Moreira Alves, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Referindo-se ao fato, o Presidente da República salientou que «nesse diálogo somos os Três Poderes da República. É prova eloqüente da maior aproximação de nossas instituições com a cidadania».

Realizado durante dois dias — 14 e 15 de outubro —, no auditório da Presidência da República, o III Encontro Governo-Sociedade integra a série de audiências públicas instituídas com base em orientação do Presidente José Sarney de promover maior sintonia entre a agenda governamental e as preocupações, necessidades e anseios da cidadania, e alcançou considerável repercussão nos meios de comunicação social (ver Anexo 3).

A participação de diversos setores da sociedade, desde importantes cientistas políticos e sociais, até o simples cidadão, representante de associação de moradores, dá autenticidade à proposta de audiência pública, que faz ressaltar a responsabilidade mútua de governantes e governados, ao facultar-lhes contato direto e informal, nas discussões de temas de interesse da nacionalidade nesta derradeira etapa do Século XX.

A política externa, a vida cultural, o processo político e os grandes temas inerentes ao bem comum e ao projeto de desenvolvimento

brasileiro formaram os cenários prospectivos, que estimularam a reflexão sobre as alternativas de ação mais adequadas a perseguir no próximo século.

A exemplo das audiências anteriores, o III Encontro foi coordenado pelo Gabinete Civil, por intermédio da Subchefia para Assuntos Institucionais, órgão que tem por atribuição principal assessorar o Ministro Marco Maciel em matérias relativas à promoção dos direitos dos cidadãos e à articulação entre governo e sociedade.

Como disse o Presidente José Sarney «o futuro do Brasil não se prevê: constrói-se». Este exercício de reflexão sobre os diversos cenários passíveis de ocorrer ajuda a consolidar o processo brasileiro de crescimento, num autêntico projeto de modernização do País, que será, no próximo século, uma das maiores economias do Mundo, sem deixar de lado o patrimônio histórico e cultural construído pelos nossos antepassados, ao longo de nossa História.

SUMÁRIO

I	— Discurso do Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel	1
II	— Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré	3
III	— Discurso do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, José Sarney	5
IV	— Cenário Internacional	9
V	— Cenário Cultural	53
VI	— Cenário Econômico-Social	103
VII	— Cenário Político-Institucional	153
VIII	— Avaliação	195
IX	— Encerramento	215
Anexos:		
1	— Lista de participantes e convidados especiais	219
2	— Papeletas de participação	235
3	— Cobertura de imprensa	277

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO MINISTRO MARCO MACIEL
NA SOLENIDADE DE ABERTURA DO III ENCONTRO
GOVERNO-SOCIEDADE: «O BRASIL NA VIRADA DO SÉCULO».
PALÁCIO DO PLANALTO, 14 DE OUTUBRO DE 1986**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Dr. José Sarney,
Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador José Fragelli,
Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal,
Ministro Moreira Alves,
Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Dr. Abreu Sodré,
Senhores Ministros de Estado,
Minhas senhoras, meus senhores,

Estamos aqui mais uma vez reunidos Governo, sociedade e mundo acadêmico para darmos prosseguimento a um diálogo aberto e desinibido que a administração Sarney vem procurando manter com a cidadania.

Ao promover o III Encontro Governo-Sociedade para tratar do tema «O Brasil na Virada do Século», é nossa intenção estimular um fecundo intercâmbio de idéias e experiências entre a sociedade civil e a administração sobre os cenários alternativos que o Brasil pode vir a encontrar no limiar do III milênio.

Mais oportuna do que nunca é esta reflexão sobre o futuro, se pensarmos que estamos às vésperas da eleição da Constituinte, que deve ser a «câmara do futuro». Com efeito, o grande equívoco de muitos tem consistido em elaborar cartas voltadas para o passado, como se fosse ele eterno. E a sanção do tempo não se faz esperar: tais constituições envelhecem, não porque o tempo passou, mas porque elas já haviam passado, antes mesmo de nascerem.

Há, pois, que fazer preponderar a visão do futuro sobre a cômoda extrapolação do passado, dominante nos hábitos daqueles que acreditam que a História nada mais faz que se repetir.

Mudar as alternativas indesejáveis de futuro deverá ser nosso lema, mas as dificuldades não serão menores sob a aparência da futilidade grandiosa que se esconde por detrás da conclamação retórica.

Contudo, estou persuadido de que a força para a transformação virá sobretudo da sociedade civil. É ingenuidade identificar um estado apenas aos seus governantes. Como observa o sociólogo Daniel Bell, os governos tornaram-se muito pequenos para resolver os grandes problemas e exageradamente grandes para encontrar uma resposta para os pequenos. Cada membro da sociedade civil, quer queira quer não, é um decisor. Felizes, portanto, os governos e as sociedades que, à dessemelhança da mulher de Lot, em vez de manterem as vistas voltadas para o passado, sabem escrever a história do futuro.

A sociedade brasileira tem diante de si vários futuros possíveis. Quais as questões principais que deverão ser atendidas? No campo econômico? No campo social? Que perfil cultural terá o Brasil no limiar do século XXI? O que caracterizará as relações internacionais na virada do século e quais suas implicações para o nosso país?

A responsabilidade de examinar estas e tantas outras questões não pode ficar restrita, evidentemente, a um reduzido número de cérebros pensantes, mas sim estender-se à mais ampla conjugação do saber, do viver e do fazer, conforme o espírito que marca os Encontros Governo-Sociedade.

Este o desafio, a nosso ver estimulante, para o qual os senhores estão convidados.

Muito obrigado.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO MINISTRO DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES, DOUTOR
ROBERTO DE ABREU SODRÉ, POR OCASIÃO DA
SOLENIIDADE DE ABERTURA DO III ENCONTRO
GOVERNO-SOCIEDADE: «O BRASIL NA VIRADA DO SÉCULO»,
NO PALÁCIO DO PLANALTO, EM 14 DE OUTUBRO DE 1986**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Doutor José Sarney,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador José Fragelli,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal,
Doutor José Carlos Moreira Alves,

Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado,

Excelentíssimos Senhores Ministros do Supremo Tribunal Federal,
Senhores Professores,

Senhores representantes de associações civis,

Minhas senhoras e meus senhores,

Está na essência do regime democrático a busca de uma perfeita sintonia entre as políticas do Governo e as idéias e aspirações da sociedade. Com base nesse princípio, representantes de diversos setores da vida brasileira são convidados a trazer aqui a sua contribuição, exprimir o seu pensamento, apresentar livremente a sua crítica no propósito sincero de somar e construir.

Sobre o futuro versa o tema do Terceiro Encontro Governo-Sociedade: «O Brasil na Virada do Século». Trata-se de um futuro quase presente. A velocidade do tempo não dá lugar à inércia ou à passividade e nos coloca a premência irrecusável de refletir sobre o ano 2000 e para ele nos prepararmos.

Encorajados pelas reformas da Nova República, que devemos à coragem e à ação de estadista do Presidente José Sarney, antevemos o

futuro com otimismo e confiança. A consciência dos obstáculos a serem vencidos e a responsabilidade com que estamos sabendo enfrentá-los não ofuscam a alegria de vermos hoje o Brasil crescer, consolidar suas instituições democráticas e persistir, com tenacidade, nos caminhos que irão redimir nosso povo de tantas frustrações acumuladas.

Dentro de alguns instantes, terei a honra de inaugurar a sessão deste Encontro dedicada a focalizar o cenário internacional do limiar do próximo milênio e o modo como nele deverá inserir-se o Brasil.

A diplomacia brasileira, herdeira de louváveis tradições e que tem provado sua capacidade de atualizar-se perenemente para lidar com realidades novas, saberá estar preparada para esse momento. Seu apego a padrões imutáveis do passado e seu espírito permanente de modernidade são características que se conjugam harmonicamente. Tenho a convicção de que o Brasil estará à altura dos desafios que o futuro lhe reserva e seguirá sempre dentro de sua linha invariável de coerência e fidelidade às normas que regem sua conduta no plano internacional.

O Brasil de hoje se projeta e se afirma no mundo com naturalidade, aberto ao diálogo e à cooperação com todos os povos, merecedor de respeito e credibilidade, comprometido sempre com as causas da paz, da justiça e do desenvolvimento. De minhas missões no exterior posso trazer o testemunho de que o prestígio do Brasil é sólido, amplo e crescente.

É um Brasil confiante e confiável que descortina, pois, o século XXI.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY NA
SOLENIDADE DE ABERTURA DO III ENCONTRO
GOVERNO-SOCIEDADE: «O BRASIL NA VIRADA DO
SÉCULO» — PALÁCIO DO PLANALTO —
14 DE OUTUBRO DE 1986**

Exmo. Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador José Fragelli,

Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal,
Ministro José Carlos Moreira Alves,

Exmo. Senhor Ministro das Relações Exteriores,
Dr. Roberto de Abreu Sodré,

Exmo. Senhor Ministro-Chefe do Gabinete Civil,
Senador Marco Maciel,

Senhores Ministros de Estado,

Senhores Ministros do Supremo Tribunal Federal,

Senhores Embaixadores,

Senhores Representantes de Associações Cívicas,

Minhas senhoras e meus senhores,

Ao declarar aberto este Encontro sobre o Brasil na Virada do Século, agradeço a expressiva presença de representantes dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, que vêm prestigiar esta iniciativa.

O III Encontro Governo-Sociedade é um foro aberto ao debate sincero e criterioso acerca dos horizontes que se abrem ao País nestes 15 anos que faltam para o Século XXI.

O Encontro traduz o desejo de estimular uma reflexão sobre diversos cenários passíveis de ocorrer e sobre as alternativas de ação mais adequadas a perseguir. Queremos alcançar metas desejáveis para o Brasil nos limites do possível.

É preciso dedicar parte de nosso tempo e de nossa visão, de mais longo prazo, sobre o País. Processo econômico, vida política e institucional, política externa, vida cultural, os grandes temas inerentes ao bem comum e ao projeto de desenvolvimento brasileiro devem ser examinados com uma perspectiva de conjunto, a um tempo crítica e construtiva.

Estamos construindo a nossa modernidade, com impressionantes avanços já conquistados nas estruturas econômicas que foram renovadas e na redemocratização política em vias de institucionalização. Ao mesmo tempo nós convivemos com resíduos de atrasos históricos e gritantes desigualdades setoriais, sociais e regionais.

É preciso consolidar o processo de reconquista da liberdade política e de retomada do crescimento econômico inaugurado pela Nova República. A prospecção que aqui promovemos traduz, sem dúvida, liberdade. Devemos por isso mesmo transformar esta prospecção em instrumento para desenvolver uma nova cidadania, livre e responsável pelo seu próprio futuro. As medidas tomadas pelo Governo, com respeito de toda a Nação, resultam do desejo de ajustarmos o País às suas crescentes responsabilidades e suas imperiosas necessidades.

Já superamos, pelo entendimento e pelo diálogo, algumas das maiores e mais agudas crises de nossa História. Definimos nosso território, mantivemos nossa integridade e preservamos nossa soberania servindo-nos dos instrumentos pacíficos da negociação e do entendimento.

Somos hoje uma Nação em pleno crescimento. O dever da atual geração não é apenas o de preservar estas conquistas. Temos a obrigação de ampliá-las cada vez mais.

Este Encontro, em que o Governo se propõe a ouvir a sociedade através dos representantes dos mais diversos setores e movimentos espontâneos, insere-se no mecanismo que estamos consolidando de promover audiências periódicas para que pensamento e ação do Governo se enriqueçam através do diálogo permanente e fecundo com a cidadania participante.

É desse debate e dessa reflexão que surgirão fórmulas criativas, legítimas e construtivas. Nesta derradeira etapa do Século XX, considero essencial que Governo e sociedade se aproximem cada vez mais para formular um autêntico projeto nacional voltado para a modernização, sem esquecer-se do patrimônio histórico e cultural construído ao longo de nossa História.

Desejo ressaltar, especialmente, a participação, neste Encontro, do Senador José Fragelli e do Ministro José Carlos Moreira Alves. O comparecimento do Presidente do Congresso Nacional e do Presidente do Supremo Tribunal Federal enriquece de modo singular a presente ini-

ciativa. Neste diálogo somos os três Poderes da República. É prova eloqüente da maior aproximação de nossas instituições com a cidadania.

Aqui também estão representados, de modo expressivo, diversos setores da sociedade. Ninguém deve ser excluído. As responsabilidades, numa democracia, devem ser partilhadas integralmente por todos. Tenho dito, e devo repetir, que o progresso começa dentro de cada um de nós.

O Brasil do Século XXI será, no alvorecer desse novo milênio, uma das maiores Nações do mundo. Para isso estamos promovendo uma aliança fecunda entre a capacidade de construir do povo brasileiro e o empenho do Governo em interpretar corretamente os seus anseios de mudança e de progresso econômico e social. Aqui, estamos buscando alguns dos meios indispensáveis para tornar realidade esse desejo. O futuro do Brasil não se prevê: constrói-se. Nosso desejo, nossa vontade, nossa vocação é construir a sociedade que está no coração de cada brasileiro. Uma sociedade próspera, de paz, de liberdade, em que o futuro não seja uma promessa permanentemente adiada, mas que seja realizada a cada momento.

Muito obrigado.

CENÁRIO INTERNACIONAL

Apresentador (Dolabella):

Está encerrada a solenidade. O Presidente José Sarney deixará neste instante o auditório acompanhado pelos integrantes da mesa. Solicitamos aos participantes que permaneçam em seus lugares pois as atividades do Encontro terão prosseguimento com a sessão relativa ao cenário internacional.

Senhoras e senhores, sob a presidência do senhor Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, inicia-se, neste momento, a sessão referente ao cenário internacional. Integram a mesa os Srs. Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Embaixador Rubens Ricupero, Prof. Celso Lafer, Embaixador Ronaldo Costa, Embaixador Francisco Thompson Flores Netto, Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, Embaixador Rubens Antônio Barbosa e Ministro Moscardo de Souza. A abertura do cenário internacional será feita pelo Ministro Abreu Sodré.

Ministro Abreu Sodré:

Senhores Embaixadores,

Autoridades civis, militares e eclesiásticas,

Senhores participantes do III Encontro Governo-Sociedade,

Aproxima-se o ano 2000 — divisor da História, começo de um tempo novo. Vivemos já um futuro quase presente, o que salienta a atualidade e a oportunidade deste debate. O que será o Brasil no mundo da virada do século? É uma pergunta que nos fazemos a todo momento.

Não cabe dúvida de que já escolhemos e encontramos o nosso caminho. Somos conscientes de nossos desafios e assumimos plenamente nossa identidade e posição no cenário internacional.

Estamos comprometidos com os ideais da paz, da liberdade e da democracia. Somos avessos a desígnios de hegemonia, do mesmo modo como repudiamos quaisquer atos de preponderância ou dominação.

Lutamos por uma ordem mundial mais justa e equitativa. Reclamamos a supressão das disparidades econômicas, sociais e tecnológicas.

Os interesses do Brasil no mundo são globais. Nossa política externa é universalista.

Para trás ficou o tempo em que nossos vínculos com o exterior eram tênues e restritos à Europa, aos Estados Unidos e a alguns países da América do Sul. A agenda da diplomacia brasileira diversificou-se. A ela incorporaram-se questões complexas e desafiantes ligadas ao comércio internacional, às finanças, à cooperação econômica, científica e técnica. A intensidade e o ritmo febril do trabalho cotidiano realizado hoje pelo Itamaraty reflete essa nova realidade.

O Brasil ocupa um espaço significativo no sistema internacional e é natural que surjam conflitos de interesses com nações mais avançadas, conflitos, porém, a serem sempre encaminhados através do diálogo e da negociação.

A nova dimensão e importância e nossa presença no mundo não diminui a nossa consciência quanto às condições desfavoráveis da conjuntura atual, as quais se estenderão provavelmente até a entrada do Século XXI. Nessa visão um tanto pessimista — mas não ingênua ou desprovida de realismo — cabem, contudo, o estímulo e motivação para encararmos confiantes os obstáculos futuros.

Em valiosos estudos dos dois expositores desta audiência — o Embaixador Rubens Ricupero e o Prof. Celso Lafer — desejo recolher algumas palavras expressivas dos condicionantes presentes no cenário internacional. Ao referir-se, numa de suas palestras, às tensões e sobresaltos ocorridos no mundo 1/4 de século atrás, o Embaixador Ricupero assinalou que «os anos 1900 se aproximam do fim com menos sustos e abalos, mas a situação de precariedade permanece a mesma». E é do Prof. Celso Lafer a afirmação de que vivemos «num sistema internacional caracterizado pela dissonância entre a ordem e o poder», num mundo em que os detentores do poder não conseguem ou não desejam a vigência de uma ordem adequada.

A política externa brasileira, como expressão autêntica dos valores e aspirações da sociedade, não se encolhe nem se intimida diante de tais dificuldades. É uma política independente e dinâmica, voltada para a defesa de nossos interesses permanentes e para a exata afirmação de nosso perfil próprio no plano internacional.

Com essa determinação estamos prontos para a virada do século.

Tenho a honra, minhas senhoras e senhores, neste momento da abertura de nossos trabalhos, de passar a palavra aos ilustres expositores. Muito obrigado.

Celso Lafer:

Sr. Ministro, Roberto Sodré,
Sr. Secretário-Geral, Embaixador Paulo Tarso,
Ilustres componentes da Mesa,
Minhas senhoras e meus senhores,

A reflexão sobre o Brasil na virada do século, na perspectiva do cenário internacional, comporta uma considera o preliminar. Kissinger, em *A Necessidade de Escolha*, que   um livro de 62, distingue entre a análise, cujo ritmo é a reflexão, e o processo decisório, determinado pela necessidade de op o num momento, em fun o de prioridades fixadas por uma agenda freqüentemente sobrecarregada pela conjuntura. O risco do ritmo do processo decisório é o de perder-se a visão do conjunto e o horizonte do futuro, por força da urgência dos problemas que exigem decisão. O risco do ritmo da análise na instância governamental é o de distanciar-se dos problemas do dia-a-dia, convertendo o analista num visionário, tido como pouco relevante para as decisões necessárias de rotina. Já dizia Mendes-France que «gouverner c'est choisir».

Como conciliar a a o que exige ocupa o e a reflexão que requer preocupa o? Criando, penso eu, um espaço como o deste Encontro, para que a reflexão através do planejamento de diretrizes possa contribuir para a a o eficaz, esclarecendo um pouco para onde se vai e como se vai. Esta reflexão sobre o Brasil na virada do século requer o exame de cenários, possibilidades e probabilidades. Estes, no entanto, como o cáculo do retorno na vida empresarial, são necessários, mas não suficientes. O quantitativo, por si só, não assegura uma boa decisão empresarial nem uma adequada visão governamental. O que nos está sendo solicitado, em síntese, é o juízo prospectivo, reflexivo porque não determinado por uma norma geral.   um juízo de prudência, que ajude nossa orienta o na História. Esse juízo é fundamental para a política externa, que sempre pede uma avalia o e uma percep o de como   possível compatibilizar as necessidades internas com as possibilidades externas.

Qual é, então, entrando na substância da nossa reflexão, a necessidade interna n  1 do Brasil, pensando-se em termos da virada do século, e dos valores que nortearam a idéia de uma Nova República? Penso que o compromisso com a democracia passa necessariamente, como disse o Presidente na sua abertura hoje, pela redu o da desigualdade e pela supera o do hiato entre indicadores econômicos de um país em estágio próximo do desenvolvimento e indicadores sociais de um país subdesenvolvido. Tema esse posto em relevo com grande clareza por Hélio Jaguaribe no seu projeto *Brasil 2000*. Disto deriva uma conseq ncia para a soberania. A soberania, numa visão democrática, é o poder de controle da sociedade sobre o seu próprio desti-

no. Mas o destino, no caso, não se confunde com a grandeza abstrata do Estado mas se configura como uma contínua atenção em relação à vida dos cidadãos. Há uma confirmação, penso eu, desta visão de soberania na atual política externa brasileira. Os compromissos internacionais assumidos em matéria de direitos humanos são uma nova diretriz diplomática que significa que o País está disposto a prestar conta à comunidade internacional numa matéria tão delicada como é a da qualidade do exercício do poder. Há um contraste com o regime anterior, porque não estamos concordando em prestar contas ao Fundo Monetário Internacional, não porque tenhamos o receio da transparência da prestação de contas, mas porque entendemos que a receita do Fundo, no momento atual, não se configura como um *standard* de conduta zelosa e responsável e que nos imporá uma obrigação de comportamento que poderia levar a um fracasso de poder, ou seja, a uma dissipação de recursos materiais e sociais na consecução de ações e programas que supervalorizem o repertório de lembranças e prescrições passadas, subestimando novos dados e novas informações.

Portanto, a pergunta é: quais são esses novos dados e essas novas informações a respeito do Brasil e do mundo, e quais são as linhas de continuidade que devem ser identificadas para uma análise do panorama das relações internacionais de acordo com os propósitos deste Encontro? Este é um aspecto da grande reflexão do Embaixador Ricupero sobre o Brasil na virada do século e do quadro de luz e sombra por ele pintado em recente exposição em São Paulo, a propósito do Brasil e da América Latina no ano 2000. Quero fazer a análise desses novos dados e informações com base no juízo sobre os campos de atuação e os contextos diplomáticos do Brasil para, neles e a partir desta análise, identificar a continuidade e a ruptura e em que medida elas contribuem para nossa reflexão sobre o Brasil na virada do século.

Começo distinguindo três campos: o campo dos valores, o campo estratégico e o campo econômico. O campo dos valores compreende as afinidades e discordâncias que resultam de distintas formas de conceber a vida em sociedade. É um campo importante porque idéias, sentimentos e percepções influenciam as decisões dos atores internacionais. Eu observo que a América Latina é um contexto regional e contíguo no qual tem importância o campo dos valores. Aqui, ao contrário de outras regiões do mundo, geografia e história se somam, gerando uma agenda comum de temas e problemas, uma solidariedade qualitativa em torno do grande tema da democracia e da dívida.

O segundo campo que eu quero mencionar é o campo estratégico. Diz respeito aos riscos de guerra e desejos de paz que permeiam a vida internacional e que se configuram como parâmetro último do sistema internacional. É o que um eminente autor americano chama «o mundo do território» e a idéia de que ter mais territórios significa mais poder para atender aos interesses nacionais. Este mundo, depois da des-

coberta das armas nucleares, encontra uma limitação. Mas a guerra, como já dizia Aron, é um camaleão. Se a guerra nuclear até agora é a guerra não encontrável, onde a fórmula do próprio Aron — «guerra impossível/paz difícil» — tem norteadado a vida internacional, importa mencionar que continuam presentes, seja a guerra clássica, que procura obter fins políticos através de decisões militares (no caso da América Latina, o grande exemplo recente é o conflito entre a Argentina e a Grã-Bretanha a propósito das Malvinas), seja a guerra popular, da revolução e da liberação nacional, que na América Latina se configura como um item importante, na América Central, seja no caso de Nicarágua, seja no caso de El Salvador, seja no grande tema da guerrilha e do terror, que surge na Colômbia e no Peru. E aqui pondero, em primeiro lugar, que paz, para as potências médias e pequenas como o Brasil, não é apenas a inexistência de guerra nuclear, mas é a ausência da intervenção, a preservação da imunidade territorial e a inexistência da destrutividade da violência. Portanto, nem guerra clássica nem guerras populares. Problemas existem, nesse sentido, na América Latina, e eles se localizam no mundo do território. E se temos como um ativo, a solução do conflito entre a Argentina e o Chile, sobre Beagle, e a grande solução Brasil-Argentina sobre o aproveitamento das águas da Bacia do Prata, ainda existem temas territoriais pendentes na América Latina: Peru-Chile, Peru-Ecuador, Venezuela-Guiana. E é importante realçar nesta reflexão sobre o futuro, a importância para o Brasil da solução pacífica destas controvérsias.

Passo a seguir para o terceiro campo, o campo econômico, que diz respeito à transferência internacional de recursos no seu sentido mais amplo, de financiamentos, de investimentos, de tecnologia, de insumos e de produtos. É, em síntese, o mundo do comércio, cuja importância no sistema internacional do segundo pós-guerra cresceu, bastando lembrar que Japão e Alemanha, valendo-se do comércio, obtiveram o que almejavam e não conseguiram pela conquista e pelo território nos anos 30. E lembro igualmente que neste mundo desempenham um papel importante os países de desenvolvimento recente, entre os quais realço a Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan.

Passo, a seguir, desta reflexão sobre campos para uma análise de contextos. O primeiro é o contexto das grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, e aqui me parece claro que a atuação soviética se caracteriza por ser importantíssima no campo estratégico do território. Mas o setor eficiente na União Soviética é o setor militar e sua expansão, inclusive nos anos 70, foi feita nesta reflexão sobre o campo territorial e tem os seus custos. O problema, numa visão de futuro, a respeito da União Soviética, é a sua possibilidade de reforma interna. Haverá ou não o desentupimento das suas artérias burocráticas? Esse é um ponto de interrogação que permanece e que coloco como uma dúvida para a nossa discussão. Os Estados Unidos, ao contrá-

rio da União Soviética, atuam com grande força, seja no campo estratégico-territorial, onde retomou a iniciativa, através do que se chama «Guerra nas Estrelas», e no campo comercial, onde prevalece a multipolaridade, mas onde há uma clara recuperação da posição norte-americana. Esta não é hegemônica, como foi nos anos 50, mas continua preponderante, seja no setor financeiro, pelo papel do dólar, seja no setor econômico, pela relevância do tamanho do mercado americano e pela reestruturação de sua economia, voltada para tecnologia de ponta, para os serviços e para a informática.

O segundo contexto que quero realçar em conjunto é o regional ou contíguo. Esse contexto pode-se colocar sob o signo do conflito ou sob o signo da cooperação. Admite as duas hipóteses. A Europa de antes da 2ª Guerra colocava-se sob o signo do conflito. Depois da 2ª Guerra, graças ao Mercado Comum Europeu, ela se coloca sob o signo da cooperação. O Oriente Médio hoje se coloca sob o signo do conflito. É só pensar no conflito entre Irã e o Iraque. A América Latina, ao contrário, graças em parte à CEPAL, é e tem sido obra de um signo de cooperação. Por quê? Porque o que acontece com um país afeta o outro no campo dos valores, por exemplo, na democracia. No campo estratégico, é o caso dos problemas territoriais e do conflito, e no campo econômico basta mencionar a dívida ou o *spread* do México, a redução e a sua consequência para o Brasil, a redução do comércio intralatino-americano por conta da crise e da recessão nos anos 80. Por que essas interações se colocam sob o signo da cooperação? Porque os países latino-americanos, a partir dos anos 50, passaram a ver-se como mercados e modelos relevantes uns para os outros, sem os quais não sobreviveriam como unidades autônomas do sistema internacional.

Para o Brasil, a relevância do contexto dos vizinhos, dentro do qual se insere o contexto regional, é indiscutível. O Brasil necessita administrar diplomaticamente a convivência pacífica com os seus dez vizinhos e, nesse sentido, ele tem um contexto diplomático distinto de outros países, cujo contexto contíguo é mais modesto ou mais simples. O Brasil, em síntese, não é uma ilha, e há dificuldades para o seu crescimento na hipótese de uma América Latina estagnada. Esta ação conjunta coloca-se, seja em termos de uma definição externa comum — é o grande exemplo do consenso de Cartagena em matéria da dívida —, seja em termos da cooperação — é o acordo Argentina-Brasil-Uruguai, recém-assinado, e que pode ser visto como uma concepção de curto, médio ou longo prazo. Creio que para a Argentina este acordo representa uma maneira de estimular o crescimento econômico, de reindustrializar o país, e penso no grande acordo sobre indústrias de bens de capital. E vejo o espaço no Brasil para atender a essa aspiração brasileira, seja pelas pressões de demanda, seja pela queda do investimento no Brasil. Para o Brasil, o acordo significa, além do mais, a hipótese de um grande abastecimento, para atender à redução da

desigualdade, carne e trigo, por exemplo. Válida essa perspectiva também para o Uruguai, do ponto-de-vista do interesse brasileiro. Vejo também como relevante o tema nuclear, seja o ponto-de-vista de uma nova fronteira tecnológica, seja o tema das salvaguardas das inspeções recíprocas, como um item para a salvaguarda da paz. Agora, estes três acordos só terão viabilidade no tempo se houver uma hipótese de crescimento. E é nesse sentido que lanço também uma dúvida sobre esses acordos. Funcionarão num curto prazo, mas como é que se colocarão a médio e longo prazos? Tema fundamental para a hipótese da cooperação na América Latina, para o sucesso destes acordos e para o encaminhamento dos temas colocados anteriormente.

O item que eu quero agora colocar é o do campo econômico, o Brasil e a América Latina na virada do século. E pondero que devemos levar em conta se uma atuação bem-sucedida neste campo atenderá às necessidades internas, considerando-se a relevância desse mundo no sistema internacional contemporâneo. E quero fazer um registro preliminar. Não há dúvida que de 1950 a 1985 houve uma perda da posição relativa da América Latina em relação a vários países, ao Japão, à Coréia, aos países da Europa. E isto nos leva a uma reflexão sobre o que está acontecendo nesse campo.

Inspirado num artigo recente de Peter Drucker, em *Foreign Affairs*, pondero que as características da mudança no campo econômico são as seguintes: a primeira é de que a economia dos produtos primários se está tornando menos crítica para a economia industrial. Há uma diminuição da importância dos mercados para alimentos. Só a União Soviética é hoje uma grande importadora de alimentos. Isso, por exemplo, tem conseqüências para a Argentina e para o Uruguai, dado o papel que desempenharam na divisão internacional do trabalho. Tem relevância para explicar a importância de acordos de comércio regional como os que eu acabei de examinar: Brasil-Argentina-Uruguai. Explica a importância da União Soviética para a Argentina. E explica também a posição argentina e uruguaia nas negociações do GATT, na parte referente aos subsídios agrícolas. Para nós, por exemplo, há também uma diminuição da importância da economia cafeeira. Para nós, para a Colômbia e para os países da América Central. E há uma diminuição da força atrativa do consumo. Eu lembro que Bach escreveu uma cantata para celebrar o café, e eu não vejo alguém da importância de Bach celebrando o café nos dias de hoje. O mesmo se pode dizer em relação a outros itens, como o fumo, os sucos tropicais, sisal e açúcar. Há igualmente uma diminuição da intensidade das matérias-primas nos processos de manufatura, seja no tocante ao uso de energia, inclusive petróleo, seja nos próprios produtos industriais — os plásticos estão substituindo os ferros, os produtos são mais leves, um automóvel é muito mais leve do que era, um pistão, que eu conheço, é muito mais leve do que era há 10 ou 15 anos. Disto derivam conse-

qüências, para a Venezuela, por exemplo, e para o México, que são grandes exportadores de petróleo, e para o Brasil como grande exportador de ferro e bauxita. O segundo aspecto que eu também quero mencionar é que o processo de produção industrial depende, como todos nós sabemos, cada vez menos do custo de mão-de-obra. O custo comparativo da mão-de-obra não é, como foi, tão crítico na competição internacional. Esta é uma consequência da automação e da informática. E disto derivam dois tipos de indústrias manufatureiras. Uma, baseada em matérias-primas, gera produtos e surge na balança comercial. Outra é baseada em informações e conhecimentos: telecomunicações, produtos farmacêuticos, instrumentos analíticos, processamento de informações, *hardware* e *software*. E isto nem sempre surge como produto mas sim como serviço. Daí o porquê de o tema ter surgido no GATT. Penso, aliás, que a posição norte-americana não é apenas uma questão de prejuízos quantificáveis e negociáveis, mas se coloca como uma posição de princípio. Como no caso do Direito do Mar, interesses negociados não foram considerados suficientes diante dos princípios. Este é um grave problema para o Brasil, é um grave problema para a América Latina, onde ele também se coloca diante da falta de infraestrutura de conhecimento e de educação, indispensável para competir neste setor. E coloca também o risco da obsolescência da estrutura industrial brasileira, resultante dos grandes investimentos feitos nos anos 70.

Finalmente, menciono, nesta reflexão, a emergência de uma economia simbólica, ou seja, os movimentos de capital tendo uma relevância maior do que a economia real de fluxos e serviços. Como se sabe, o comércio de bens e serviços gira hoje em torno de 2,5 a 3 trilhões de dólares por ano. E os fluxos financeiros giram em torno de 75 trilhões de dólares por ano, 25 vezes o volume do comércio mundial. Há razões para isso, como os saldos dos exportadores de petróleo dos anos 70 e o déficit dos Estados Unidos nos anos 80. Mas a verdade é que os movimentos de capital se têm tornado crescentemente independentes do comércio de bens e serviços, com consequências, inclusive, porque as taxas de câmbio se tornaram um fator competitivo, decisivo na exportação de bens e serviços, o que favorece as empresas transnacionais em detrimento de empresas nacionais públicas e privadas, que não têm a condição do *hedging* nesta situação.

Disto tudo me parece que o grande tema que nos cabe mencionar, como condição para viabilizar o ingresso do Brasil no Século XXI, é a dívida externa. Nos anos 70, como sabemos, a taxa de juros foi inferior à taxa de crescimento das exportações, o que permitiu uma maciça transferência de recursos num contexto de razoável pendência financeira. Os anos 80 inverteram essa situação em grande medida pela política monetária dos Estados Unidos. As consequências para o Brasil e para a América Latina são conhecidas, levaram à gera-

ção de superávits comerciais, a Região se converteu em exportadora líquida de capitais, o custo do ajustamento foi gravíssimo, porque os problemas sociais da redução do nível de vida em países pobres se agravaram, e a geração dos superávits agrava as tendências protecionistas nos países desenvolvidos.

Há, portanto, uma causação circular negativa que torna mais perverso o quadro sobre as possibilidades de o Brasil e a América Latina, atuando no mundo econômico, conseguirem atender a suas necessidades internas. Não é possível, penso eu, lidar com comércio e moeda de maneira independente, como se fossem compartimentos estanques. E creio que estaremos todos de acordo em dizer que a tarefa diplomática número um do Brasil é procurar lidar com o problema, manter e aumentar as margens de autonomia para termos condições adequadas para ingressarmos no Século XXI. E a pergunta que coloco é a seguinte: é possível encaminhar este problema adequadamente? Esse tema não é só nosso, ele é um aspecto da crise do sistema internacional, que venho denominando a cisão entre ordem e poder. Uma cisão que significa, entre outras coisas, a inexistência de padrões claros do aceitável, política e economicamente. Daí a falta de receitas claras e precisas para a ação, disponíveis para os governantes, e a necessidade de juízos reflexivos.

Isto representa o aguçamento do problema da governabilidade do sistema internacional, e, portanto, uma ameaça tangível para a precária ordem mundial. Daí a pergunta: o mundo do comércio, que adquiriu importância depois da 2ª Guerra Mundial, que se está configurando como uma das arenas importantes, como responderá a esta crise? Nós sabemos que existem duas grandes interpretações contraditórias sobre o mercado e o mundo do comércio. A primeira é a de que o mercado civiliza, pois o comércio leva a um sistema pacífico, tornando a humanidade mais cordial ao mostrar as nações e indivíduos úteis uns aos outros. É a luta de todos por todos, como dizia Simmel. A outra interpretação é a de que o mercado destrói, posto que contém no seu bojo, por força da dinâmica do auto-interesse, o germe da autodestruição, ou por conta da contradição de natureza econômica, ou como via de consequência da alienação moral. É a luta de todos contra todos, para retomar a posição de Simmel. E a pergunta que eu faço é: o mercado civilizará a ordem mundial ou a destruirá pela sublevação dos particularismos? Este tema é o da estabilidade da ordem mundial, e a estabilidade, como diz Kissinger, resulta da legitimidade, entendida, se não como justiça, pelo menos como aceitação do quadro de funcionamento do sistema internacional.

Uma ordem legítima não impede o conflito, mas limita o seu alcance pois a acomodação através da negociação diplomática só é possível quando a ordem vigente é aceita. De fato, como a diplomacia transita pela persuasão, pela pressão e pela negociação, ela pressupõe

um quadro comum de referências quanto ao que é aceitável, seja em termos de valores, seja em termos de uma interpretação comum sobre as relações de poder. Ora, dadas as novas redistribuições do poder que se verificam no sistema internacional e que diminuíram a capacidade das grandes potências de administrarem por si só a ordem mundial, seja porque existem problemas de escopo universal (ecologia, tráfico de drogas, terrorismo), seja porque o campo econômico efetivamente se internacionalizou (o que é uma situação nova que explica não só o espaço aberto ao diálogo Norte-Sul, como também a dificuldade de se estruturar a vida internacional apenas em torno das relações Leste-Oeste), as perguntas que eu creio, em conclusão, poder formular, no ritmo de análise e não da ação, são as seguintes: 1.^a) é possível hoje em dia uma ordem estável com a total insatisfação dos países subdesenvolvidos, em particular os da América Latina? 2.^a) toda ação, para ser avaliada, exige a aceitação de um padrão de conduta, que permite diferenciar e distinguir o responsável do irresponsável, o aceitável do inaceitável. Quais são os critérios que devem nortear, no presente momento, a elaboração de um padrão de consulta aceitável num mundo em transformação? 3.^a) o problema fundamental de um estadista é como gerar a compreensão da complexidade de uma política, quando é impossível produzir um entendimento adequado de sua substância. O tema de uma ordem estável e da elaboração de um padrão de conduta responsável tem um pouco disso. Requer a serenidade necessária para refletir sobre a complexidade, cuja substância é de difícil apreensão. Estão os protagonistas do sistema internacional preparados para lidar com a complexidade do mundo?

Em síntese, tentei partir do Brasil para o mundo, dos problemas que temos no Brasil, das nossas prioridades internas, da possibilidade de vê-las atendidas no sistema internacional, identificando como fundamentais o mundo do comércio, a possibilidade de atuarmos neste mundo do comércio, as mudanças no campo econômico e as dificuldades que teremos, se não soubermos superar a grande hipoteca da dívida, que reduz as nossas margens de autonomia. Tendo examinado o assunto na perspectiva interna e na perspectiva internacional, coloco o problema do ângulo geral, ou seja, do ângulo da ordem mundial, e indago se o mercado terá ou não, neste mundo do comércio, condições de civilizar a ordem mundial ou de obstruí-la.

Pergunto, enfim, em síntese, a partir daquelas perguntas, o que é um padrão de conduta responsável? Terão os protagonistas percepção desta conduta? Saberão entender a substância desses problemas? E, para finalizar, reconheço, como Proudhon (é um dado de humildade que devemos ter quando se discutem cenários), que «a fecundidade do inesperado surpreende a prudência do melhor estadista». Estou ciente, consultando o Paulo Rolnei, e procurando não perder o meu latim, que acabei fazendo uma exposição que tratou disso e dessa e daquela

— *ab hoc et ab hac* (et ab illa). Espero não ter confundido e ajudado a estimular todos a uma reflexão sobre o nosso futuro.

Ministro Abreu Sodré:

Felicito o Prof. Celso Lafer pela magnífica exposição que fez sobre o tema que nós nos propomos a enfrentar. Tenho a honra agora de dar a palavra ao Embaixador Rubens Ricupero.

Embaixador Rubens Ricupero:

Senhor Ministro,

Senhoras e senhores presentes,

Eu gostaria, de início, de esclarecer que não vou fazer uma apresentação sistemática, mesmo porque o texto do Celso é tão rico, tão integrado, tão completo, que realmente ele abrange os elementos essenciais da questão que foi colocada para inaugurar esses debates sobre o Brasil na virada do século, sobretudo na sua dimensão internacional.

Outra razão que me leva a não fazer uma apresentação mais sistemática é porque, em época recente, primeiro em maio, e agora há poucos dias, eu falei sobre a inserção do Brasil no mundo do Século XXI, num seminário em São Paulo. Também recentemente, como o Celso teve a bondade de lembrar, falei sobre as perspectivas da América Latina. Assim como tudo está em demanda crescente, essa procura de dons proféticos parece estar acelerando-se. Só no meu caso, é a terceira vez que eu falo em algumas semanas. Como os textos vão ser distribuídos, eu gostaria de remeter os que tiveram curiosidade à leitura dessas apresentações, que são mais completas e que, evidentemente, ocuparam um espaço maior. Esse texto que eu apresentei em São Paulo, em fins do mês de maio, e é um pouco mais abrangente, a meu ver permanece válido em seus pontos essenciais. Eu agora faria poucas mudanças se tivesse que reapresentá-lo. Apenas talvez reforçaria uma advertência que já fiz a respeito do perigo, nessas previsões, de se deixar envolver pelo clima psicológico do momento. Eu me recordo que, quando coligi informações para esta análise de maio, havia uma atitude geral de otimismo que permeava a expectativa sobre a economia mundial e também sobre as possibilidades de um grande encontro de cúpula entre as superpotências. Eu me recordo, por exemplo, que tanto relatórios da OCDE como um que eu tive oportunidade de ler, do Giscard D'Estaing, apresentado em seminário da Universidade de Georgetown, partiam da queda do preço do petróleo para projetar uma atitude de grande confiança em relação à economia. Acreditava-se que essa queda teria efeitos perduráveis positivos tão transformadores quanto tiveram, no sentido negativo, os aumentos dos preços do petróleo na crise de 73 e depois de 79.

Ora, o que se vê agora, poucos meses depois, é que essas percepções mudaram. Os relatórios atuais, de dois meses para cá, são todos muito mais sombrios. Cresce a apreensão em torno da economia internacional, sobretudo devido à persistência dos déficits, tanto do orçamento como da balança comercial dos Estados Unidos, e à dificuldade de coordenação das políticas macroeconômicas, entre Estados Unidos, Japão e Alemanha. Acabamos de ver agora, nesse encontro da Islândia, que também as expectativas criadas em torno de um entendimento entre as superpotências se revelaram, mais uma vez, frustradas pela realidade. Portanto, eu faria apenas uma advertência maior desse perigo de nós nos deixarmos colorir pelo ambiente atual na projeção que fazemos para o futuro.

Outro ponto que eu também modificaria é a avaliação do quanto de novo se pode encerrar num período de 14 ou 15 anos. Justamente nesse texto de maio, eu preferi mostrar, com o exemplo do que se comprimiu entre 1972 e 1986, que embora num período como esse possam ocorrer, às vezes, acontecimentos extraordinários e até surpreendentes, eles não me pareciam ter sido suficientes para mudar, de maneira fundamental, o fundo do quadro. Quer dizer, o que era essencial (por exemplo, a bipolarização no terreno estratégico com a multipolarização crescente em matéria política e econômica), aquilo que o Professor Arron já definia em 1947 como «paz impossível, guerra improvável», tudo isso continuava basicamente intocado.

O que então me parecia merecer ser ressaltado, agora de certa forma me inspira um caminho oposto. Desta vez, eu gostaria até de tomar o exemplo do Brasil no fim do século passado. Se o governo imperial tivesse, em 1886, convocado para o Paço de São Cristóvão um exercício semelhante ao que estamos fazendo hoje, os brasileiros de então teriam talvez dificuldades em prever que poucos anos depois, portanto no espaço de pouco mais de uma década, o País viveria talvez uma das mais decisivas transformações da sua História. Quer dizer, naqueles 14 anos que separaram 86 de 1900, nós tivemos a abolição da escravatura, tivemos a proclamação da República e tivemos, finalmente, a organização de um Estado Federal.

Ora, hoje, se nós olharmos para o momento atual, e o contrastarmos com o que ocorria cem anos atrás, uma diferença que nos chama a atenção é que realmente os nossos patrícios daquela época tinham idéias bastante claras sobre o país que eles desejavam. Quer dizer, eles desejavam uma nação sem escravos, um regime republicano baseado nos valores positivos da racionalidade e do progresso científico, uma organização descentralizada com delegação de autonomia em termos de administração do território. Essas aspirações tinham todas emergido de campanhas públicas, que, apesar dos limites dos meios de então, haviam conseguido, em grau apreciável, mobilizar a participação, a

vontade, até as paixões e as emoções da opinião pública nacional. Assim ocorreu, por exemplo, com a campanha abolicionista e, em menor grau, com a propaganda republicana.

Em contraste, nós assistimos hoje a uma certa pobreza, uma falta de nitidez, de intensidade, na discussão desse projeto para o Brasil do futuro. E é mesmo paradoxal e surpreendente que isso aconteça às vésperas da Constituinte. Talvez uma explicação parcial seja que essas transformações recentes foram tão súbitas, tão profundas em certos casos, que elas explicarão uma espécie de anticlímax que se vive em relação a esse assunto. De certa forma, o fim, em 1985, do regime militar de 21 anos, foi um pouco a nossa proclamação da República. Foi um pouco o grande acontecimento que ansiávamos, porque, afinal, o terreno onde se concentrava praticamente a unidade das aspirações nacionais era esse da busca ansiosa de uma saída. Nós queríamos apressar o fim de um regime esgotado, agonizante, assim como os homens de 1880 desejavam dobrar a página da monarquia. Não suportavam a idéia de um terceiro reinado, cuja possibilidade, aliás, quase ninguém levava a sério. E, em certo momento, nessa ansiedade de uma saída, a Constituinte chegou a ser vista como o meio principal ou até como único instrumento para possibilitar essa passagem.

Como essa passagem acabou por se fazer sem a Constituição, sem a nova Constituição, é compreensível então que muitos tenham perdido o interesse por aquilo que lhes parecia mais um mero acessório, algo de valor instrumental para atingir o fim básico que era a mudança do regime e a volta da democracia. Assim, a redemocratização, a volta do poder civil no plano político, e, por outro lado, a superação da recessão, a retomada do crescimento e o fim da indexação e da inflação inercial no plano econômico deixaram-nos como que exaustos para pensar outras mudanças. É certo também que essa dificuldade em projetar o futuro, esse peso da inércia, a mediocridade da atual campanha eleitoral, possam ser atribuídas à imprecisão de contornos que caracteriza todo o momento de transição.

A esse respeito, eu creio até que é útil evocar a conhecida definição de Antonio Gramsci em suas anotações da prisão, quando ele dizia «a crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer». Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem. De qualquer forma, escrever uma Constituição é um pouco antecipar o futuro. É, ao menos, uma tentativa de impor uma direção, um sentido, que, se não são destinados a perdurar 1000 anos, devem ter um mínimo de durabilidade, de estabilidade.

Daí a importância de um encontro como este que busca justamente suprir a escassez, nesta véspera da Constituinte, de um debate e análise sobre o tipo de país que desejamos vir a ser. A propósito, eu

gostaria justamente, para entrar na segunda parte, na parte final do meu comentário, de levantar aqui algumas questões. Eu não vou propriamente apresentar minha opinião, a minha posição pessoal sobre elas, mas eu vou procurar de certa forma desempenhar um papel quase que de um agente provocador.

Há certas questões que me parecem difíceis, até controvertidas, mas que devem ser colocadas num encontro como este e é isso o que eu pretendo fazer agora, referindo-me, sobretudo, a dois aspectos da inserção do Brasil no mundo. Um seria a nossa inserção neste grande sistema internacional, ainda bipolarizado no terreno das armas estratégicas, mas cada vez com maior espaço para novas afirmações no terreno político e no terreno econômico. Como é que nós nos vemos politicamente nesse sistema e na América Latina? O segundo aspecto será justamente como criar as condições que viabilizem um pleno desenvolvimento brasileiro e de que forma nós vemos o nosso sistema econômico, não só internamente mas, sobretudo, nas suas relações de troca com o exterior.

A esse propósito eu queria só dizer que nós temos insistido muito, em época recente, num consenso que existe em torno das linhas gerais da política externa. E eu creio que em grande parte isso é verdade. Mas creio que, da mesma forma como nós temos exagerado no elogio da nossa tradição, da nossa cultura política de solução através de compromissos, de se evitarem passagens traumáticas e violentas, nós talvez tenhamos exagerado um pouco em acentuar demais o consenso, quando na verdade esse consenso se estabelece sobre certas áreas mas não sobre outras. Quer dizer, eu acredito que se nós encararmos a política externa num sentido um pouco estreito, apenas daquilo que é conduzido pelas chancelarias, pelas ações diárias entre as chancelarias, entre os governos, é possível dizer que em grande parte existe um consenso básico no Brasil. Por exemplo, praticamente todo mundo aqui é contra o *apartheid*, ou quase todos no Brasil são favoráveis à busca de uma solução pacífica para a crise da América Central. Serão raros os que pregam uma solução militar ou uma solução de intervenção. Mas se nós sairmos desse domínio e nos dirigirmos a um domínio mais amplo que é o que envolve toda a inserção do Brasil, portanto, todo o setor externo do País — por exemplo, a questão das condições para o pagamento da dívida, ou do nosso sistema de comércio — aí evidentemente já esse consenso não se apresenta e, ao contrário, o que nós vemos é a presença de uma grande dose de divergências.

Em relação à visão do mundo, tanto o Celso como eu acreditamos que o panorama deste fim de século não deve ser muito diferente daquele que persistiu nos últimos 40 anos. Quer dizer, nós teremos ainda a coincidência de bipolarismo, de multipolarismo, teremos uma impossibilidade de uma paz verdadeira, de uma proscricção de armas,

teremos a continuação desses esforços de controle de armamentos, sempre com o futuro de um idoso, e, nesse espaço, evidentemente se abre uma possibilidade para uma afirmação brasileira. Agora, qual é a visão que nós temos da nossa projeção nesse espaço?

Em época recente, no regime militar, houve pelo menos duas visões dessa posição do Brasil: uma de 64 a 67 e depois a que se sucedeu nos governos posteriores. A primeira foi um pouco essa visão de um universo bipolar em que a política externa brasileira deveria seguir a receita de um alinhamento com um dos lados da equação bipolar. Basicamente o que se propunha era o alinhamento com as posições norte-americanas. Foi essa visão da nossa posição no mundo que levou a propostas como a da Força Interamericana de Paz, a nossa intervenção na República Dominicana, a nossa quase intervenção no conflito do Vietnã. Esse tipo de visão foi superado muito cedo, talvez tenha sido o primeiro elemento do regime militar a morrer, essa visão ideológica da política externa. E logo foi substituída por uma visão do Brasil grande potência, sobretudo em consequência dos fatores internos do crescimento brasileiro no começo dos anos 70. Essa visão de grande potência era talvez um pouco mais difusa, porque não se definia muito bem para que esse poder que se buscava deveria servir, mas havia uma certa idéia de que, pelo menos no Continente, esse poder preponderante deveria exercer um papel inibidor de mudanças vistas como inspiradas pelo marxismo-leninismo, sobretudo em relação a países vizinhos.

Essas duas posições ainda se mantêm vivas no debate que muitas vezes ocorre, na imprensa ou no Congresso, a respeito da vocação da política externa brasileira. Como será a nova visão que nós desejamos daqui para o século? Portanto, essa seria a questão que me parece necessário colocar neste momento. O que o Brasil deseja na medida em que ele se aproxima da plenitude do seu crescimento? Ele tem uma visão de poder inspirada na ideologia da grande potência, ou, ao contrário, como eu tive oportunidade de dizer no texto de São Paulo, a nossa preocupação não deve ser tanto a política de poder, mas, ao contrário, a busca das condições externas que viabilizem o nosso desenvolvimento, e por isso devemos colocar esse poder crescente a serviço justamente das mudanças internacionais que permitam o crescimento brasileiro?

Então, essa primeira questão eu acho que exigiria a definição de uma série de outras questões correlatas. Por exemplo, há um grande debate no Brasil a propósito da arma nuclear. Até que ponto esse debate sobre a arma nuclear ou sobre a estratégia do Brasil se está refletindo nessa fase de preparação da Constituinte? Quer dizer, o que a cidadania deseja? O Brasil é um país que deve ter uma opção nuclear ou não deve ter? Essas questões muitas vezes estão sendo escamoteadas e é até curioso que na recente campanha de imprensa a respeito desse

tema, o ceticismo a respeito dos instrumentos internacionais é tão grande que ninguém se lembrou, por exemplo, de suscitar de novo o tema do tratado de desnuclearização da América Latina ou mesmo do TNP. O Brasil decidiu, quando as superpotências assinaram o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, não aderir a esse instrumento. Essa posição nossa é válida ou merece ser rediscutida? Então, são questões que me parecem que devem ser de novo reabertas. Como já disse aqui, não estou insinuando nessas colocações nenhuma posição minha pessoal, mas acho absolutamente indispensável que temas como esse, que têm a ver com a própria essência da definição do que o Brasil deve ser no futuro, precisam ser colocados.

Finalmente, eu me referiria ao problema do desenvolvimento. Dias atrás, falando em São Paulo, justamente num seminário sobre a América Latina, eu lembrava que em épocas recentes foram apresentadas várias visões do futuro econômico da região, todas com grandes divergências, e eu escolhi três modelos básicos. O primeiro é de um relatório recente, de visão neoliberal, recentemente publicado nos Estados Unidos, no dia 16 de setembro. Trata-se de trabalho encomendado pela Sociedade das Américas, cujo membro mais eminente é o David Rockefeller, e foi elaborado por quatro economistas, um dos quais o Mário Henrique Simonsen, outro o ex-Ministro de Minas e Energia do Peru, Pedro Pablo Kuczynski, e recebeu até o co-patrocínio da Fundação Getúlio Vargas. É um relatório que se intitula «Em Direção à Retomada do Crescimento Econômico na América Latina». Há uma segunda visão, que é já mais tradicional, a da CEPAL, nos diversos encontros que ela realizou este ano, sobretudo no seminário de maio passado, em Santiago, sobre a inserção da América Latina no contexto mundial. E finalmente cito uma revista soviética, *América Latina*, que no mês de agosto publicou vários artigos sobre esse tema da dívida e visões ortodoxas ou um pouco mais ecléticas a respeito desse problema.

Tomando apenas dois dos modelos, o modelo neoliberal e o modelo da CEPAL, nesse debate que se abriu em São Paulo a respeito, nós tivemos a oportunidade de ouvir o Prof. Chacel, que eu vejo que está presente aqui, fazer uma observação muito interessante. É que, quando se fala do futuro do Continente, e, portanto, também do futuro do Brasil, há uma tendência maniqueísta de apresentar modelos que se excluem uns aos outros. Por exemplo, a visão neoliberal propõe à América Latina um caminho mais ou menos semelhante ao da Coreia do Sul, de Taiwan, desses países que hoje se apresentam com uma nova história de sucesso de desenvolvimento. Então, de uma economia totalmente aberta para o exterior, totalmente inserida no comércio exterior, uma plataforma de exportações, deduzem-se muitas medidas no plano interno, por exemplo, abertura aos investimentos estrangeiros, a abolição de restrições a esses investimentos, de restrições

à remessa de capitais, à redução do papel do Estado etc. E, no outro plano, nós temos a visão tradicional de um crescimento mais voltado para o mercado interno, portanto, um crescimento que obedeça mais ou menos às linhas gerais que nós temos seguido nas últimas décadas.

Em relação a esse tema, parece-me interessante que haja um grande debate aqui nestas sessões que se vão seguir. Eu me recordo que há poucas semanas, em um artigo referente à cerimônia que foi realizada aqui dos 10 empresários de maior visão do ano, Carlos Castello Branco dizia que conversando com um dos empresários que estiveram presentes, esse empresário justamente contestava o que lhe parecia a falta de uma visão clara por parte do Governo com relação ao que o Brasil desejaria ser, isto é, qual era o papel a que o Brasil aspirava. Nós desejávamos ser, como se costuma dizer da União Soviética, o último dos desenvolvidos ou o primeiro dos subdesenvolvidos? Quer dizer, nós desejávamos ter uma economia integrada na economia internacional, portanto, uma economia mais aberta em matéria de comércio, mais aberta em matéria de investimento, uma economia sem reserva de mercado, ou, ao contrário, nós seguiríamos o modelo que temos seguido até agora?

Essas questões têm evidentemente um lugar no debate que vai haver sobre o cenário econômico, mas também têm uma incidência muito grande neste momento em que nós falamos do cenário internacional global, porque da decisão que se tomar a respeito desse país que nós desejamos ser, dessas decisões que forem discutidas, na Constituição, na Constituinte do ano que vem, dessas decisões vão decorrer implicações importantes para a nossa convivência internacional. Por exemplo, nós, em matéria de comércio, tivemos agora essa reunião do GATT. Até que ponto nós podemos imaginar que uma economia que já é a oitava economia de mercado e que talvez no fim do século suba alguns pontos, chegue a ser a sexta, ou, quem sabe, a quinta economia de mercado, até que ponto essa economia poderá persistir com esse baixo coeficiente de importações em relação ao Produto Interno Bruto? Nós temos hoje um coeficiente de importações de apenas 6% em relação ao nosso produto bruto. Segundo alguns, talvez seja um dos coeficientes menores do mundo. A própria China tem 8%. No nosso caso, se nós excluirmos o petróleo, a nossa independência de exportações externas baixa a 3%. Até que ponto é possível nós ocuparmos uma posição semelhante em dimensão à dos países da OCDE e manter esse mercado em grande parte fechado? O que vai significar se nós tivermos que abrir o mercado? Nós poderemos abrir o mercado enquanto persistir a nossa dependência financeira? Um dos grandes constrangimentos que nós sentimos no momento atual e que o Celso destacou aqui muito bem é esse da dívida externa. Quer dizer, nós teremos condições de seguir os conselhos que nos dão de abrir o mercado, enquanto continuarmos obrigados à transferência líquida de grande parte da nossa

poupança interna e de uma porcentagem elevada do nosso produto? Então, essa questão não depende apenas do modelo que nós vamos adotar internamente, mas também da própria maneira como nós vemos a nossa inserção no mundo contemporâneo. Portanto, são questões como essa, da definição da própria estrutura do modelo, da maneira como nós encaramos a participação estrangeira no nosso crescimento. Nós somos capazes de gerar poupança interna, por exemplo, sem necessidade desses aportes de capitais? Que tipo de atitude nós devemos adotar se, por acaso, chegarmos à conclusão de que necessitamos ainda desse aporte, em que setores? Então me parece que estas questões é que deveriam informar o debate que nós estamos abrindo hoje.

Procurei, portanto, lançar aqui algumas questões, às quais gostaria apenas, para terminar, de juntar uma última, que me preocupa pessoalmente e que foi objeto justamente da minha palestra em São Paulo. Quer dizer, em 85 e 86, nota-se, pelas estatísticas, que o Brasil e a América Latina, ao contrário daquela famosa frase do Nixon, parecem caminhar, dirigir-se em sentidos opostos. Quer dizer, nós temos visto que o nosso crescimento se dinamizou (tivemos um crescimento de mais de 8% e, este ano, estamos repetindo um desempenho desse mesmo tipo), enquanto que a maioria dos países do Continente se encontra numa situação de estagnação com muito pouca perspectiva de mudança a curto prazo. Ora, isso evidentemente nos cria problemas muito sérios. Nós somos um país com 10 vizinhos contíguos. De que forma o Brasil pode ser um fator positivo de dinamização, dentro desse panorama de pouca esperança em que certos países da América Latina parecem até estar caminhando para sair fora da economia mundial, à qual se incorporaram no século XIX?

São essas questões que, a meu ver, deveriam dominar o debate e vou terminar por aqui, pedindo desculpas talvez por me ter estendido um pouco mais, mas me parece importante que essas questões, embora marcadas por controvérsias, sejam debatidas aqui, com posições que realmente revelem que, a respeito disso, é necessário que a sociedade brasileira faça as suas opções. Portanto, é um pouco por esse desejo de lançar algumas dessas dúvidas — evidentemente não são todas — que eu procurei fazer um comentário ao texto do Celso, que é um texto integrado, que completa muito bem essa visão da nossa inserção no mundo da virada do século.

Ministro Abreu Sodré:

Felicito o Embaixador Ricupero pelo brilhantismo da aula e do desafio que ele colocou para uma segunda parte dos nossos trabalhos, que são os debates sobre o Brasil na Virada do Século e a união Governo-Sociedade. Acredito que seja essa a forma de definirmos o

atual Governo do Presidente Sarney. Está governando o presente com olhos no futuro e o estadista se mede exatamente por essas qualidades. Ele se preocupa com o que tem de realizar, mas olha à distância, na perspectiva do tempo, aquilo que ele quer deixar para as gerações que hão de vir, um país próspero e que já estudou os desafios que tem de enfrentar. Eu quero assinalar, antes de suspender a sessão por 5 minutos, o trabalho profícuo e competente do Dr. Jerônimo Moscardo de Souza, que foi quem organizou este Encontro. Não podia deixar de marcar com esse agradecimento a competência com que ele erigiu esse debate. Eu suspenderei a sessão por 5 minutos e o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, o Embaixador Paulo Tarso, presidirá na minha ausência, já que tenho um compromisso às 11:00h com o Ministro das Relações Exteriores da Argélia, o que me furta o prazer de ver a continuidade de tão profícuo trabalho. Está suspensa por 5 minutos a presente sessão.

Embaixador Paulo Tarso:

Como há lugar na mesa, eu perguntaria ao Prof. Hélio Jaguaribe se ele nos honraria com a sua presença; e o mesmo convite eu faria ao Prof. Julian Chacel, se pudesse também nos honrar com sua presença aqui.

Passo à segunda parte dessa sessão, que presidirei em nome do Ministro Sodré, que teve de se ausentar por razões de serviço.

Farei, inicialmente, um breve resumo das palestras que precederam, para facilitar o ordenamento do debate. O Prof. Celso Lafer foi muito feliz quando, no início da sua palestra, citou com propriedade os diferentes campos em que se pode desenvolver a evolução de nossa política externa: o campo dos valores, o campo da estratégia e o campo da economia. Ele teve muito presente a democratização recente do Brasil, que é um fato político da maior relevância para nossa política externa. Posso dar, nesse sentido, o testemunho pessoal do que é operar uma máquina de política externa num ambiente de um Estado mais forte; outra coisa é administrar as pressões legítimas que a sociedade exerce sobre o Estado, procurando induzir a que a expressão da vontade governamental se opere desta ou daquela maneira. Posso assegurar que é uma tarefa fascinante, complexa e altamente gratificante, sobretudo quando se consegue promover a síntese entre as reivindicações da sociedade e a ação do Governo. O Prof. Celso Lafer indicou que no campo dos valores teremos que fazer algumas opções, e fez eruditas referências a respeito.

No campo estratégico, o Prof. Celso Lafer assinalou os elementos de instabilidade política que permeiam o Continente e os colocou, aliás, de forma muito prudente e adequada, sem superdimensionar esses problemas. De qualquer forma, temos que entender que hoje a política externa brasileira tem que levar em consideração os temas da

segurança na sua execução, tendo em vista os vários problemas que com tanta propriedade o Prof. Celso Lafer levantou. O terceiro ponto que a sua tão provocativa palestra colocou, e que merece registro especial, é a questão da emergência de novos atores comerciais com grande dinamismo e agressividade, e que por alguns são chamados de «países recentemente industrializados», os NICs. O Embaixador Ricupero também abordou este assunto com muita felicidade, ao indagar o que nós queremos ser: o primeiro dos países em desenvolvimento ou o último dos países industrializados? Essa questão é, a meu ver, de absoluta essencialidade para a definição de nossas ações externas nos 15 anos que restam, até o ano 2000. Temos que enfrentá-la não como tema acadêmico mas como decisão política que deve estar apoiada em verdadeira tomada nacional de consciência. Na realidade, essa questão de onde nos inserirmos no quadro internacional, já vem sendo respondida na prática, pois ocorre de fato uma certa «graduação» do Brasil em numerosas áreas. Os países de menor desenvolvimento já não concordam em repartir conosco o bolo limitado da cooperação internacional. E, da mesma maneira, os países industrializados já não mantêm conosco aquele diálogo condescendente e paternalista que era a marca da relação entre a metrópole e um país periférico. Assim, nós temos que nos condicionar psicologicamente para essa nova realidade. Nesse sentido, a visita do Presidente Sarney aos Estados Unidos foi altamente ilustrativa porque revelou problemas que, crescentemente, teremos que enfrentar. Nós temos que estar psicologicamente preparados, a Nação tem que estar psicologicamente preparada para uma evolução dentro de um ambiente conflitivo que não é, necessariamente, um ambiente de ruptura. É um ambiente de confrontação, de situações opostas, de interesses legítimos que se chocam dentro da busca de espaço para o Brasil.

O Prof. Celso Lafer também assinalou, de uma forma muito feliz, os diferentes contextos do cenário internacional detendo-se, de forma mais demorada, na questão do contexto regional e da sua dimensão econômica, elaborando de forma muito brilhante sobre o futuro dos entendimentos que o Brasil vem procurando manter com diferentes parceiros latino-americanos. Quero crer que no campo econômico, em uma geração, se operou uma transformação essencial no pensamento das sociedades latino-americanas, principalmente sul-americanas. Nós tínhamos uma imagem de país hegemônico, de país que buscava crescer às expensas de vizinhos, e hoje o nosso diálogo mudou. O Brasil é visto como um sócio útil, um sócio necessário e um sócio sem o qual nenhum país conscientemente pode estabelecer uma estratégia válida de desenvolvimento a médio e a longo prazos. E essa postura tem encontrado da parte do Governo do Presidente Sarney resposta muito construtiva. Creio que o melhor testemunho disso são justamente os acordos que celebramos com a Argentina, nos quais tão dedicada-

mente vem trabalhando o Embaixador Thompson Flores, a aproximação do Uruguai, a visita dos nossos amigos peruanos, a visita do Ministro do Comércio do México, a visita do Chanceler do México, e os encontros que ainda vamos ter no fim do mês com a Colômbia. Nota-se, portanto, uma disseminação da consciência de que é necessária uma concertação com a economia brasileira, em vez de uma confrontação ou de um debate estéril sobre qual seria o verdadeiro papel do Brasil. O Prof. Celso Lafer, a seguir, citou um interessante artigo de Drucker, que também li, e que traz úteis elementos de reflexão sobre a cena econômica internacional contemporânea. Concordo com várias teses do artigo, mas divirjo quanto à questão da perda de importância dos produtos primários de origem agrícola. Não podemos aí aceitar um diagnóstico tipicamente de país desenvolvido, porque o não-equacionamento da demanda por alimentos é um fato econômico da realidade cotidiana. Na verdade, nós devemos preparar-nos para o futuro, ter condições de alimentar os dois terços da população da humanidade que ainda carecem de alimentos, para o que as atuais estruturas agrícolas não seriam suficientes. Nesse sentido, devemos fazer uma avaliação cuidadosa: é verdade que os produtos primários perdem importância e que se expressa real queda de seus preços. Temos o caso da evolução do Brasil que hoje divide suas exportações praticamente em partes iguais entre produtos manufaturados e produtos primários. Mas nem por isso devemos deixar de ter presente que a humanidade não se pode dar ao luxo de crescer sem alimentar esses dois terços que têm fome. Dito de outro modo, a emergência desses países carentes de recursos criariam oportunidades econômicas que afetariam muito positivamente a situação mundial. Não podemos mais, em sã consciência, assistir cenas como a que vimos na Etiópia, cenas que temos visto em alguns países asiáticos. A nossa consciência não permitirá e, assim, volto ao início da palestra do Prof. Celso Lafer, quando ele, com muita propriedade, assinalou que os direitos humanos passarão a ter um papel crescentemente relevante na ação diplomática dos países. Mas aí gostaria de fazer uma qualificação no sentido de que entendemos que essa participação relevante dos direitos humanos se deve fazer sem uma conotação intervencionista; sem que se use o princípio ético de fazer valer o conjunto de direitos, principalmente naturais, para justificar a intervenção de um Estado ou de um conjunto de Estados em outros Estados. Na América Latina nós temos que ter plena consciência de que a história nos ensinou a conviver com situações dispare. Assim, de forma natural, devemos procurar fazer com que o nosso exemplo de democratização seja frutífero, embora não devamos impô-lo em atitude agressiva ou intervencionista.

O Prof. Celso Lafer assinalou que o grande tema futuro é o tema da dívida. Eu partilho inteiramente dessa opinião, e diria mesmo que a evolução será mais rápida do que se podia antecipar nos últimos dois

anos em questão de dívida. Há vários acontecimentos que assinalam a evolução e o primeiro deles é o Plano Baker que, embora não seja fórmula ideal nem perfeita, significou uma modificação profunda na atitude do Governo dos EUA. Lembro de várias declarações do Ministro do Exterior dos EUA — e foram declarações públicas, o que me deixa à vontade para citá-lo — que questão de dinheiro é com os banqueiros, quem quiser resolver o assunto que se dirija aos bancos. Agora, é o próprio Secretário Baker que admite introduzir variáveis de ordem política na consideração do problema da dívida, embora ainda subordinadas à passagem pelo Fundo Monetário, já se nota uma diferença.

E no momento em que o México consegue, como pudemos testemunhar pelo noticiário recente, conduzir uma renegociação em que toda a sua filosofia está atada a indicadores objetivos, de performance da economia mexicana ou de performance de seu principal produto de exportação, podemos verificar que houve nesses dois anos uma considerável evolução. O mundo terá necessariamente que encontrar uma acomodação para a dívida, para permitir que voltemos a crescer, para permitir que voltemos a alcançar os níveis de bem-estar necessários não só como imperativo de ordem ética, mas como imperativo de ordem econômica. O Prof. Celso Lafer, a meu ver, só não mencionou em sua brilhante palestra a expectativa que nós, sociedade civil, temos em relação ao papel do Estado nesta reorganização do Brasil, que se propicia a partir da convocação da Assembléia Constituinte. Acho que essa é uma questão fundamental, que não só tem incidência sobre as nossas opções de política externa, mas também sobre nossas opções como cidadãos. Quais são os limites da ação do Estado que nós podemos tolerar, quais são os espaços que se admitem para a iniciativa privada para justificar nossa opção por uma economia de mercado?

Acho que esse ponto é relevante, e uma definição do papel do Estado é absolutamente fundamental para que possamos ter uma sociedade consistente e uma sociedade em que as instituições operem plenamente exercendo os controles que nós, cidadãos, esperamos que elas possam exercer.

O Emb. Ricupero fez um retrospecto muito interessante. Chamaria a atenção sobre alguns pontos que ele mencionou. O primeiro deles, é a velocidade vertiginosa com que se estão processando certos fatos históricos nos dois anos da Nova República. Quem poderia imaginar, há dois anos, a pluralidade partidária com os seus defeitos mas que propiciou uma reorganização da vida política brasileira, cujas conseqüências ainda não temos condições de antecipar? Outro ponto sobre o qual o Embaixador Ricupero tem muita razão, é que talvez a reflexão excessiva sobre problemas mais prementes nos tenha exaurido a imaginação e o nosso projeto do Brasil futuro se apresente com uma certa falta de nitidez. Acho que, nesse sentido, o ponto mais nítido

que podemos identificar é o problema da redemocratização, e aqui eu volto à omissão quanto a uma definição mais clara do papel do Estado e do indivíduo, de como se vai processar a relação social. Na parte internacional, o Embaixador Ricupero foi particularmente feliz e eu concordaria essencialmente com suas afirmações. Ele levantou uma questão que nos aflige, nós operadores diplomáticos no nosso cotidiano, que é o de como criar condições que viabilizem o pleno desenvolvimento brasileiro dentro de uma economia que tem como meta a contenção de importações e a criação de superávits cada vez maiores para atender aos encargos da dívida. O Embaixador Ricupero colocou isso muito bem, porque nós, operadores, já começamos a sentir a pressão dos interessados, a impressão desconfortável que eles têm do mercado brasileiro como algo inatingível. É bem verdade que esses países vêm de uma época deformada, em que as importações brasileiras eram muito mais concessões do Estado para levar adiante grandes projetos, aproveitando os pacotes de financiamentos internacionais, do que um livre jogo de forças de mercados que induzisse a uma determinada demanda. É verdade que o Brasil, com essa crise, se autarcizou muito. O Embaixador Ricupero apresentou uma cifra impressionante, que é a do coeficiente de importação de apenas 3% em relação ao produto interno bruto, excluído petróleo. E essa autarcização, a meu ver, deve ser pensada, tem que ser objeto de uma reflexão muito profunda, para vermos o que é que desejamos. Uma visão de um país poderoso, potência, ou queremos realmente resgatar, como diz o Presidente Sarney, essa dívida social que temos, de criar condições de desenvolvimento para a nossa sociedade? E, nesse sentido, nós temos que pensar em fortalecer o mercado interno, mas também temos que pensar que as responsabilidades da nossa inserção internacional impõem um certo grau de responsabilidade, um certo grau de abertura. Eu compartilho também da observação do Emb. Ricupero de que o Brasil e a América Latina parecem, nesse momento, se encaminhar em sentido oposto. Pediria apenas que ele qualificasse essa afirmação com as observações que fiz a propósito da palestra do Prof. Celso Lafer, quando disse que em uma geração o pensamento predominante na América Latina se alterou e o Brasil é hoje visto muito mais como um irmão, como um sócio, como um parceiro confiável e responsável ao qual os países com visão lúcida do seu futuro têm necessariamente que atrelar o seu entendimento.

Com esse resumo, daria início ao debate e pediria auxílio ao meu colega Jerônimo para moderar e conduzir o assunto, porque ele está mais familiarizado com os procedimentos da casa.

Ministro J. J. Moscardo de Souza:

Senhores, eu agradeço ao Embaixador Paulo Tarso, Secretário-Geral das Relações Exteriores, neste dia de festa. De festa para a cidadania e para a inteligência brasileira. Esta janela que se abre, este

projeto que já foi chamado «Projeto Orelhão», oferece a oportunidade de termos aqui, no Palácio do Planalto, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, mais o Assessor Especial do Presidente da República e outras altas expressões da inteligência brasileira, discutindo em público e de maneira tão aberta, problemas de transcendência, num nível de civismo que enaltece a todos e faz ter esperança realmente redobrada no futuro do Brasil. Eu pediria agora que nós passássemos ao debate, ao chamado «pinga-fogo». Esta é uma espécie de mesa-redonda sem mesa. Quem desejar falar, o microfone está à disposição, o debate é livre. Eu pediria apenas que se identificassem e procurassem fazer intervenções breves, de 2, 3 minutos.

Luiz Carlos Barreto:

Eu gostaria de começar, dando uma sugestão ao Governo, que faz o Encontro Governo-Sociedade, para ser um pouco mais democrático na repartição do tempo, porque a sociedade vai ter uma hora para o debate. Gastou-se de 9:30h às 11:30h, por conseguinte 2 horas, e vai sobrar uma hora para a sociedade. Quer dizer, aproveitando o estado de democracia, vamos começar por aí.

Eu gostaria de colocar uma questão que me pareceu, sobretudo na exposição do Celso Lafer, uma omissão, embora haja uma citação muito leve. Quando ele fala nas diferentes guerras que se processam no mundo moderno, acho que se esqueceu da guerra principal instalada, que se desenrola de maneira vertiginosa e assumirá uma proporção muito grande daqui até o final do século. É a guerra da conquista do espaço audiovisual, da informação, da circulação da informação, que eu entendo que precede todas as outras questões comerciais, econômicas, financeiras, políticas. É através da conquista desse espaço, da informação e sobretudo dos meios de comunicação de massa, que se realiza todo o processo de modernização dos sistemas comerciais. E, a esse respeito, eu gostaria de saber se o Itamaraty tem um programa, tem uma proposta de ação do Brasil nesse campo, porque neste momento estão acontecendo reuniões, congressos, simpósios, na UNESCO, na OMPI, a respeito das transmissões intercontinentais por satélites e sobre outras tecnologias modernas da transmissão, da comunicação, da informação e da cultura.

O Prof. Lafer começou falando de comércio, brilhantemente, e terminou realmente falando de informação e conhecimento. Colocou o problema cultural realmente como, talvez, a única saída da não-perversão do sistema comercial. Na possibilidade de o mercado não vir a perverter, eu gostaria de saber por que o Brasil, hoje um dos principais produtores audiovisuais do mundo (é o quarto produtor cinematográfico do mundo ocidental e o terceiro ou quarto produtor de televisão, com circulação mundial), não tem uma política de expansão para a difusão do nosso produto, nem uma política de restrição à entrada e

à invasão cultural que sofre através dos meios de comunicação de massa. O Brasil investiu milhões de dólares numa sofisticada rede de comunicações, torre, satélites, e não armou uma estrutura de produção interna para abastecer esses meios.

Eu considero isso uma coisa grave, tanto do ponto-de-vista interno como do ponto-de-vista internacional. Eu gostaria de ouvir claramente das autoridades se existe uma política tanto de defesa quanto de possibilidade de expansão do produto audiovisual brasileiro, porque o próprio Embaixador Paulo Tarso sabe o que nós sofremos. É uma coisa pouco divulgada, só se fala sobre as pressões sobre a informática, mas não se fala das pressões que a economia audiovisual hegemônica, a norte-americana, faz em cima do Governo brasileiro na questão cinematográfica, onde há também ameaças de retaliação muito grandes, quer dizer, nossas conquistas, nossos avanços na legislação brasileira são penosos. Mas como não existem grandes grupos econômicos envolvidos na indústria cinematográfica, não há uma repercussão tão grande como na informática. Agora mesmo existe uma pressão muito grande quanto à reserva de mercado do ramo vídeo, o do vídeo doméstico, para o produto brasileiro, como houve também uma grande pressão internacional dos americanos contra a lei do Deputado José Sarney Filho e que impossibilitou um avanço da indústria cinematográfica brasileira. Então eu gostaria de saber se, para a virada do século, o Brasil, com essa perspectiva de se tornar uma nação internacionalmente respeitada, terá na verdade uma política em relação ao audiovisual.

Emb. Paulo Tarso:

Luiz Carlos, sua pergunta é muito oportuna. No que diz respeito à parte do Prof. Celso Lafer, ele cobriu o assunto com grande amplitude, mas, naturalmente, não pode acomodar esse segmento importante da criação humana, que é o audiovisual. Ele certamente tem presente a importância, a relevância dessa criação para o homem de hoje e para o futuro. Não só o audiovisual mas também as tecnologias de transmissão de alta velocidade e todos os progressos tecnológicos. Quanto à sua pergunta específica dirigida ao Itamaraty eu, como funcionário mais graduado aqui presente, me permito respondê-la. Primeiro, refrescando sua memória para os contactos que sempre temos tido nos quais você tem tido provas de nossa total identificação com a classe cinematográfica brasileira. Nós temos sido sempre vanguardeiros dos interesses de vocês, e temos tido sempre uma preocupação muito grande em preservar a cultura nacional, a criação nacional, o fruto da imaginação e do gênio criativo nacional. Você assinala que estamos agora iniciando uma fase de pressões. Eu confirmo que essas pressões ocorrem. Países com os quais nós temos relações muito intensas querem estabelecer as chamadas consultas em torno das condições de co-

mercionalização de determinadas produções intelectuais; mas queria que você ficasse seguro de que o fato de nós conversarmos ou consultarmos não significa de maneira alguma que estamos alterando ou fazendo concessões que sejam nocivas aos interesses de uma classe tão expressiva, tão respeitável quanto a classe audiovisual, para usar a sua própria expressão. Quanto à expansão do produto audiovisual brasileiro, acho que os fatos estão aí para ilustrar a extraordinária expansão desta presença brasileira que tem tido um êxito muito grande e se tem constituído num importante vetor para transmitir a imagem dos costumes brasileiros, dos hábitos brasileiros, da sociedade brasileira. E é com grande satisfação que nós, profissionais, testemunhamos o interesse crescente que o produto audiovisual brasileiro desperta nas sociedades mais diversas. Outro dia, recebendo um grupo de senadores franceses, fiquei surpreendido por eles me perguntarem por determinados personagens de novelas brasileiras. Dias depois, era um grupo de chineses que fazia a mesma pergunta em torno da Lucélia Santos, para citar apenas uma das atrizes mais famosas. De modo que acho que esta expansão, que se está fazendo, inclusive graças ao esforço de empresários como você e outros, dinâmicos, se está processando no caminho correto, sem necessidade de uma ação mais óbvia do Estado, ação essa que se tem realizado apenas no apoio que você sabe que nós dispensamos a alguns festivais de cinema, a algumas manifestações cinematográficas que têm como propósito facilitar a comercialização ou a difusão desses produtos.

Apresentador (Dolabella):

Esta é a sessão «pinga-fogo». Solicitamos aos próximos debatedores, por favor, que se identifiquem e respeitem os 2 minutos de prazo, para que todos tenham a mesma oportunidade.

Eng. Eduardo Marques:

Neste processo de análise prospectiva que estamos fazendo, temos duas regras que são fundamentais. A primeira delas, olhar realmente para o futuro, não ficarmos preocupados com o passado. A segunda é guardar a organicidade do sistema que estamos analisando, isto é, procurarmos determinar quais são os efeitos internos e externos de cada fator, de cada variável, que estamos abordando. Eu gostaria de tomar dois aspectos das conferências feitas, e que são o surgimento da sociedade de serviços e a substituição do produto baseado em matéria-prima pelo produto baseado em serviço, e os efeitos que isso pode ter do ponto-de-vista dos projetos de nação. O desenvolvimento tecnológico aponta hoje para três complexos que vão formar, em um certo ponto no futuro, que não sabemos precisar ainda, três novos paradigmas, a saber o complexo da microeletrônica, o complexo da biotecnologia e o complexo dos novos materiais. Sobre essa nova base de novos para-

digmas tecnológicos, já se estão erigindo projetos de nação. Eu faço referência a um deles. Ao projeto de nação que tem o Japão, claramente explicitado em várias ocasiões, mas, em especial, em um documento do Ministério de Comércio Internacional e de Indústria do Japão, onde diz esse país o seguinte: o mundo do futuro apresentará a seguinte divisão internacional do trabalho: no topo, países *knowledge intensive*, isto é, países baseados em tecnologias novas, onde o conhecimento científico e a tecnologia são fundamentais; no meio, os países *capital intensive*, onde a tecnologia madura continuamente modernizada é fundamental; e na base os países que são *labor intensive*. A minha pergunta, então, é a seguinte: qual seria o nosso projeto de nação? Qual seria o nicho que o Brasil ocuparia? E quais seriam os pontos focais a abordar desde já numa visão prospectiva, para que pudessemos ascender nessa classificação?

Embaixador Paulo Tarso:

O Dr. Eduardo Marques é um dos futurólogos profissionais que nós temos aqui no Brasil, e faz parte justamente do grupo de cenários prospectivos do BNDES. Ele colocou, com muita propriedade, essas indagações e fez preceder a sua pergunta de ilustrados comentários sobre certos modelos nacionais. Como moderador, gostaria de consultá-lo sobre o seguinte: a pergunta que ele dirigiu à mesa é exatamente a pergunta que o Embaixador Ricupero e que o Prof. Celso Lafer colocaram, e que, a meu ver, será respondida ao longo desse debate, no qual emergirão opções e sugestões.

Luiz Alberto Bahia:

A brilhante exposição do Prof. Celso Lafer foi suficientemente clara e profunda para demonstrar que vivemos numa ordem internacional ilegítima, na medida em que tem até quase que um caráter feudal, baseada em hierarquia de poder e controle. Sobre vários aspectos, ele focalizou essa questão. Logo depois, o Embaixador Ricupero apontou algo que retomo em minha pergunta, ligado ao problema da legitimidade. E a questão da ambigüidade da política externa brasileira nos últimos anos. Em relação ao futuro, o que se pergunta é se essa ambigüidade, e ele fez essa pergunta muito bem, continuará a existir ou não. Ou seja, o Brasil vai inserir-se nessa ordem, aceitar essa ordem internacional ilegítima, ou vai realmente ter um papel saliente, atuante, marcante, no sentido de mudar essa ordem ilegítima, começando, em consequência, por fazer cessar as suas próprias ambigüidades em matéria de política externa? Porque eu tenho a impressão de que a atuação brasileira, em matéria de política externa, só se tornará eficiente na medida em que, internamente, resolver ambigüidades do tipo levantado pelo problema da atitude em relação ao tratado nuclear, de não-proliferação nuclear, à questão central de fazer ou não fazer a

bomba, e, principalmente, à eleição de suas prioridades quando fala em desenvolvimento.

Todos os dois expositores falaram acentuadamente em desenvolvimento. Mas o papel que o Brasil vai desenvolver numa possível tentativa de mudança da ordem internacional, vai depender também, em grande parte, do que vai acontecer internamente na mudança dos seus valores internos, das suas prioridades internas. Tem-se, por exemplo, que a expansão do setor industrial militar, na medida em que ele cresça de importância econômica, cresça de influência na decisão ou no processo decisório da política externa. Daí a minha questão final seria, em última análise, relativa ao próprio processo decisório da política externa brasileira. Com a Constituinte, é possível que se alargue esse processo decisório e que os valores que não são atendidos, ou que não foram até agora atendidos suficientemente na definição dessa política externa, passem a ser atendidos de uma forma mais objetiva e de uma forma menos ambígua.

Embaixador Paulo Tarso:

Bahia, você colocou um ponto ao qual me referi ao comentar a palestra do Celso, que é justamente a operação de uma máquina diplomática dentro de um ambiente democrático, o que é muito complexo, porque temos que levar em conta as diferentes pressões que se exercem na busca permanente da legitimidade. Eu pediria ao meu colega, Marcos Azambuja, que comentasse a sua pergunta.

Embaixador Marcos Azambuja:

A pergunta toca em assuntos centrais do processo decisório democrático, no campo da política externa. Eu creio que já houve, não apenas a Constituinte produzirá, mas já houve uma grande ampliação do processo decisório. Essa reunião de hoje é uma ilustração imperfeita, mas já uma ilustração dessa ampliação. De modo que nós temos já um processo relativamente operacional de consulta a vários setores até há pouco tempo marginalizados. Eu creio também que na parte operacional da conduta da política externa, o Paulo Tarso mencionou isso, nós já somos mais porosos, mais sensíveis a toda uma série de agentes que procuram uma ação ou uma influência. O Itamaraty passa de executor solitário de política externa a coordenador de impulsos de política externa. E isso é uma coisa a desejar. Eu lamento não acreditar que a ambigüidade, mesmo com tudo isso, cesse. Eu creio que nós temos que trabalhar com ambigüidades toleráveis. A política externa de uma sociedade do nosso tipo, múltipla, diversa, influenciada por vários setores, guardará sempre, e penso que é desejável que guarde, uma medida de ambigüidade. Porém, ela tem que ser administrada em patamares aceitáveis. De modo que acredito que nós temos de conviver e aceitar que dentro do nosso pluralismo, da nossa participação

em cenários múltiplos de direito internacional, a resultante final seja uma política que será percebida como ambígua mas, talvez, o que ela reflita bem é um país que diz simultaneamente muitas coisas a muitos parceiros, de uma maneira que, no fim, historicamente — esperamos — guardará certa coerência. Muito obrigado.

Desembargador José Colombo de Souza:

O Embaixador Ricupero foi bem pedagógico quando imaginou uma reunião dessas há um século, em 1886. E lembrou ele que poucos anos depois se passaram três acontecimentos notáveis no Brasil, quais sejam: a abolição da escravatura, a proclamação da República e a implantação da Federação. Eu pergunto a Sua Excelência: dentro dessa programática prevista não existem acontecimentos de ordem internacional que possam alterar profundamente essa visão, essa conduta do Brasil no futuro? Refiro-me, por exemplo, à explosão de novas nacionalidades, ao surgimento de novas nacionalidades. Em todos os grandes países existem movimentos de reivindicação e basta lembrar que, nestes últimos 40 anos, o número de nações triplicou, ou até talvez quadruplicou. Em segundo lugar, a mudança de pólo de poder do Atlântico para o Pacífico. Nós vemos o desenvolvimento extraordinário do Pacífico, dos países da Ásia, em contraposição com os países da orla do Atlântico. Já houve até quem publicasse e afirmasse que o pólo de poder está transferido do Atlântico para o Pacífico. Isso não ocasionará mudanças da visão da política internacional brasileira na mudança do século?

Embaixador Ricupero:

Eu acredito que, de fato, a maior mudança em termos de criação de novas nações já ocorreu nesse movimento de descolonização, sobretudo a partir dos anos 60. Como o próprio desembargador lembrou aqui, nós tivemos uma transformação completa, como nunca antes na História, do número de atores. As Nações Unidas que começaram com 51 membros, atualmente tem quase 160. Esse movimento de descolonização estaria praticamente terminado neste momento.

Quanto a essa tese de que se fala muito, da mudança do eixo da civilização e do comércio do Atlântico para o Pacífico, eu pessoalmente a vejo com algum ceticismo. De fato, tem-se falado muito a esse propósito, sobretudo devido ao crescimento do Japão e a esse fenômeno que é o aparecimento dos novos países industrializados da Ásia do Leste ou do Sudeste. Eu acredito que, não há dúvida alguma, no plano exclusivo do comércio, esse fenômeno tem tido consequência muito grande, sobretudo o aumento do comércio dos Estados Unidos e o Pacífico, que hoje supera muito ao comércio que os Estados Unidos mantêm com as nações européias. Mas há outras considerações, sobretudo no plano do poder, por exemplo, a própria perma-

nência de duas grandes superpotências mundiais, que, num futuro previsível, continuarão a ser os Estados Unidos e a União Soviética, sem que se possa considerar plausível seja o desaparecimento de uma dessas superpotências, seja o aparecimento de uma terceira ou de uma quarta nesse plano estratégico-militar. Creio que esse quadro político-estratégico qualifica bastante a visão que é centrada mais nos aspectos comerciais. E mesmo esse fato da emergência da Ásia, ainda que se aceite como um fenômeno que se vá realmente consolidar e que terá grande impacto na intensificação de nossos laços de comércio com aquela região, não me parece que vá representar, a curto prazo, uma mudança semelhante à que ocorreu com a evolução desse eixo do Mediterrâneo para o Atlântico, justamente porque, como eu dizia, dessa vez tenho a impressão de que não há uma mudança no eixo do poder, do poder estratégico-militar.

Por isso, eu resumiria a resposta dizendo que, embora essas mudanças tenham, sem dúvida nenhuma, impacto, não acredito que sejam de forma a mudar de maneira fundamental, daqui para a virada do século, esse quadro estratégico, esse fundo do quadro em que nós temos que nos mover.

Engenheiro Jaime Rotstein:

Eu não vou fazer propriamente uma pergunta, mas algumas considerações. Eu quero crer que o Brasil, por uma contingência histórica feliz, é um subcontinente que poderia conter diversas nações com diversos ministérios do exterior, com muitos diplomatas discutindo como é que essas nações se relacionariam entre si. E nós temos um problema muito grave que foi posto aqui. Como nos queremos colocar no início do próximo século? Como o último dos desenvolvidos ou como o primeiro dos subdesenvolvidos?

Parece-me que esta conjuntura implica considerações muito importantes. Como chegaremos ao fim do século? Chegaremos ao fim do século em termos de 8% de crescimento do Produto Interno Bruto, tendo que refinar mais de 2,5 milhões de barris de petróleo, e isso se estivermos produzindo 50 bilhões de litros de álcool, e se tivermos ônibus, caminhões e tratores funcionando a álcool. Chegaremos ao fim do século não com os juros de hoje, que estão muito favoráveis, nem com o preço do petróleo, que está sendo o quarto choque do petróleo, um choque às avessas, mas é um choque. Nós estamos vivendo a situação contrária daquela que está vivendo o México, que está sendo colhido pela queda do preço do petróleo. Nós estamos sendo beneficiados pela queda do petróleo. Não temos a perspectiva fácil de podermos dialogar com as nações mais desenvolvidas, na medida em que não nos temos armado suficiente em termos de *lobby*, de *joint venture*, como já funciona na sociedade americana, com a qual nós temos que conviver irremediavelmente e onde os deputados mudam de dois em dois anos e

têm os seus interesses próprios. E precisam ser trazidos para o nosso lado sob pena de nós ficarmos sempre com o problema do Deputado do Minnesota, ou de Oklahoma, resolvendo o problema do seu estado, da sua eleição, em vez de se sensibilizar com problemas internacionais ou intercontinentais. Dentro desse quadro futuro, de reservas cambiais discutíveis e de juros discutíveis, de recursos para importação, eu disse ao senhor Rosenbaum numa discussão, nós estamos prontos para importar, porque vocês querem emprestar. Desde que não nos queiram impor o que importar, nós importaremos com prazer. Quanto à questão de exportar, os senhores não estão importando do Brasil. Os senhores estão viabilizando cobrança de dívidas, o que é diferente de importar. Todo credor sabe que não pode levar o devedor à situação de desespero. Do contrário, perde tudo.

Então esse diálogo tem que ser conduzido de forma tal que nos permita agir de acordo com aquilo que depende de nós programar agora para a virada do século. Porque o dinamismo histórico vai levar a uma série de surpresas, a uma série de mudanças. Mas, eficiência, no trato da coisa pública, eficiência no trato da coisa empresarial, realismo no trato dos problemas e o senso de autocrítica podem fazer com que um dos dois Brasis que convivem seja mais do que o último dos primeiros, e que o outro Brasil seja, ao menos, o primeiro dos últimos.

Embaixador Paulo Tarso:

Nós temos o privilégio de contar com a presença do eminente Prof. Hélio Jaguaribe, com grande experiência internacional, de modo que talvez ele pudesse comentar as interessantes considerações feita pelo Sr. Rothstein.

Prof. Hélio Jaguaribe:

Srs. Embaixadores, eu creio que estamos todos num Brasil consciente da questão que acaba de ser levantada. Razões históricas conhecidas, acentuadas por circunstâncias mais recentes, decorrentes das características tecnológicas do mundo moderno, que fazem com que o nosso processo de industrialização tenha sido capital intensivo, com pouca capacidade de absorção de mão-de-obra, gerou realmente em nosso país essa coisa gravíssima que são as duas sociedades a que acaba de se referir muito competentemente o participante deste nosso Encontro. E eu estou, creio, como todos os brasileiros, convencido de que chegamos ao limite da possibilidade de uma convivência espontânea entre o Brasil primitivo e o Brasil sociedade moderna. Cerca de 40% de nossa população participa de uma moderna sociedade industrial, cerca de 60 está vivendo, eu diria, quase que em condições neolíticas.

Então, é evidente que tal situação é completamente improrrogável. Nós estamos diante de uma alternativa muito clara. Ou absorvemos as grandes massas a níveis superiores de vida, de capacitação e de participação, e nesse processo então edificamos uma sociedade extre-

mamente importante (e por isso diria, entre parênteses, que o problema do Brasil não é o de ser uma grande potência, mas de ser uma sociedade integrada ou não integrada) ou, se não logramos absorver, estamos condenados a virar uma versão classista da União Sul-Africana. Não temos mais, felizmente, condições de gerar o *apartheid* de raças, mas temos o de classe. Seremos uma sociedade lamentável, armada, fascista, em que uma pequena minoria de classe média se defenderá de massas que não soube educar nem absorver, através da metralhadora, e nesse momento perdemos qualquer possibilidade de sermos uma sociedade aberta e termos um espaço importante no mundo internacional. A virada do século é, antes de mais nada, a virada interna da absorção das grandes massas ou da renúncia de um projeto histórico para o Brasil.

Alex Maluf, exportador:

Os nobres oradores que me antecederam referiram-se à dívida externa. A dívida externa poderá ser prorrogada, poderá ser paga de imediato, conforme a especialidade do país. Mas um dia ela terá que ser paga. E para que isto aconteça é necessário realmente o fortalecimento de um programa de exportação brasileiro. Sinceramente, eu vim a Brasília pensando que, no debate internacional, parte desse debate seria dedicado realmente aos grandes problemas que nos afetam no setor internacional. O Brasil deixou de ser aquele primo pobre, considerado com certo respeito, com certo carinho, pelos outros países. O Brasil emergiu. E essa subida do Brasil está incomodando muita gente. E as dificuldades que nós vamos ter na virada do século serão enormes, porque não mais seremos considerados como um país pequeno, mas sim como um grande país. E que preparo estamos fazendo, nós brasileiros, Governo, para que o principal produto para o pagamento futuro da nossa dívida externa, que é a exportação, seja tratado com carinho e respeito? A minha sugestão, dentro do espírito de democracia que o Brasil está tendo, é, em primeiro lugar, uma opção de fortalecimento das empresas privadas ou das estatais de comércio exterior, que, às vezes, como no problema da carne, poderão trazer conseqüências desastrosas para o País. Então, a democracia tem que ser também no ramo da exportação, dando oportunidade e fortalecimento para as empresas privadas. Dentro desse espírito eu sugiro que se crie, ou que se pense em criar, desde hoje, um ministério de comércio exterior, e na mesa há muitas pessoas que poderiam ocupar com brilhantismo esse cargo de ministro do comércio exterior.

Embaixador Paulo Tarso:

Sou testemunha de que o Alex é um exportador, desbravador dos mercados do Oriente Médio, e que sofreu naqueles calores desérticos de 55 graus, de modo que ele tem muita legitimidade para postular o tipo de coisa que fez. Pediria ao Embaixador Thompson Flores que respondesse.

Embaixador Thompson Flores:

Eu faria a seguinte observação. Não há dúvida, como vários expo-
sitores mencionaram aqui, que essa parte, esse pano de fundo, essa
moldura econômica, comercial, em que se insere o Brasil será decisiva
para o crescimento e o desenvolvimento da Nação brasileira de agora
até o ano 2000. O Prof. Celso Lafer perguntou se prosperidade econô-
mica e social era sinônimo de paz. É uma pergunta quase impossível
de responder, na medida em que talvez os fatores de paz e guerra
transcendam a parte econômica. Mas, sem a menor dúvida, prosperi-
dade econômica, dinamismo comercial são fatores fundamentais na
construção de uma sociedade e de uma nação. E dentro desse contex-
to, a parte de exportação, não há dúvida, é vital. Portanto, a preocu-
pação do companheiro que fez a pergunta agora, é muito legítima, é
muito válida. Nesse particular, também creio que não há dúvida de
que o papel ou a responsabilidade do agente privado é fundamental.
Se no Brasil o agente privado, a iniciativa privada não ocupar de for-
ma dinâmica o seu espaço interno e internacional, o Brasil terá gran-
des dificuldades em construir-se como nação.

Nós estamos envolvidos, eu apenas faria esse comentário final, no
momento, numa grande, no início de uma grande negociação no cam-
po comercial e no campo financeiro. Todas as regras de jogo que fo-
ram estabelecidas no final e logo depois da 2ª Guerra Mundial, e que
garantiram de certa maneira a prosperidade econômica no mundo,
desapareceram. Uma nova ordem econômica terá que surgir. A reu-
nião de cúpula que se realizou recentemente, será decisiva, nas suas
diferentes rodadas de negociação, para a construção dessa ordem.

Também não há dúvida de que na parte financeira terá que ha-
ver uma grande negociação. E dentro dessa negociação, a dívida ex-
terna, como foi aqui mencionada por vários companheiros de mesa,
terá um papel fundamental. A participação do Brasil nesse processo
de negociação depende do Governo, depende do Itamaraty, e depende
basicamente de toda a sociedade brasileira integrada, como mencio-
nou o Prof. Hélio Jaguaribe. Esse esforço brasileiro não poderá ser o
esforço apenas de um ministério, ou do Governo. Terá de ser realmente
de toda a sociedade brasileira e sobretudo daqueles que se envolvem
no comércio internacional e nas finanças internacionais.

Eu diria, também tocando num ponto que o Prof. Celso Lafer
mencionou, que a dificuldade dessa enorme negociação em que o Bra-
sil está engajado reside no fato de que nós teremos diante de nós uma
preocupação, que eu tentaria descrever como horizontal e vertical.
Horizontal no sentido de que a negociação externa brasileira econômi-
ca e financeira, comercial e financeira, cobrirá, desde produtos de al-
ta tecnologia, de maior sofisticação, em que o Brasil já está engajado,
até produtos primários que continuam a ser fundamentais no desen-

volvimento de uma nação. Haja vista a preocupação, por exemplo, do Mercado Comum Europeu, ou dos Estados Unidos, com a sua produção primária, agrícola sobretudo. E também a vertical no sentido de que o Brasil terá de decidir qual a sua participação no mundo, qual a sua verdadeira inserção no mundo. O Brasil será uma economia fechada, será uma economia aberta, qual é o ponto de equilíbrio que toda a sociedade brasileira terá de definir em relação à sua participação na economia internacional?

Eu arriscaria a opinião de que nós teremos realmente que encontrar um ponto de equilíbrio entre uma sociedade mais fechada, como o Brasil se revelou até agora, e uma sociedade totalmente aberta, como esses novos países do sudeste asiático que foram mencionados. Neste particular eu daria dois exemplos que me parecem importantes. Nessas rodadas que se estão iniciando agora, do ponto-de-vista comercial, de natureza comercial, a China Continental teve enorme preocupação em pedir a sua aceitação como parceiro de negociação comercial. E a própria União Soviética também está buscando a sua participação nessa grande rodada de negociação comercial. Portanto, será muito importante ter presente a necessidade de uma participação brasileira efetiva e cuja natureza terá de ser decidida não só, repito, pelo Governo ou por um ministério, mas por toda a sociedade integrada.

Dolabella:

Um pequeno aviso aos participantes: às 14:30h terá início o Cenário Cultural, neste mesmo local.

Herbert Schubert, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia:

Nas brilhantes exposições que foram feitas, pouca coisa se disse sobre a perspectiva energética, tanto nacional como no mundo como um todo. Mencionaram-se países que importam petróleo, ou exportam petróleo, mas não se mencionou a perspectiva de que, no nível atual de consumo, as reservas conhecidas de petróleo poderão esgotar-se em 30, 40 anos, 50, que seja. E os países industrializados são notoriamente grandes consumidores de energia, basicamente de petróleo. É isso que os diferencia dos demais países. Quais são as alternativas energéticas para o futuro? A alternativa nuclear vem-se caracterizando cada vez mais como problemática, embora provavelmente ela possa vir a ser um complemento importante energético para todos os países.

Restam as alternativas renováveis e, nesse sentido, os países tropicais — e o Brasil é um grande país tropical, porque tem a Amazônia — têm uma perspectiva sem dúvida importante no futuro não muito distante. Já a nível interno, atualmente se discute muito sobre energia de biomassas. Vários ministérios vêm-se preocupando com as energias

alternativas de biomassa. O Proálcool é um programa considerado exemplar nesse sentido. Mas o que preocupa é o interesse que se volta cada vez mais para a Amazônia, tanto internamente quanto externamente. Há um otimismo muito grande com relação ao potencial energético da Amazônia, mas muitas pessoas se esquecem da fragilidade ecológica desses ecossistemas tropicais e essa questão suscita outro problema internacional que é a preocupação com questões ecológicas supranacionais. Quer dizer, a Amazônia começa a aparecer para outros países como uma região que poderia ser importante para a manutenção do clima do globo, por exemplo, e eu, como diretor do INPA, posso testemunhar o grande interesse científico que a Amazônia vem despertando, o número cada vez maior de propostas, de projetos, de missões científicas à Amazônia, vindo dos mais diversos países, e isso me traz uma grande preocupação e eu pergunto ao Itamaraty, no nível de nossa política internacional, como é que nós estamos encarando essas tendências?

Embaixador Paulo Tarso:

Eu vou pedir ao Embaixador Ronaldo Costa, que é um estudioso de assuntos econômicos, que faça a gentileza de responder a essa pergunta.

Embaixador Ronaldo Costa:

Em primeiro lugar, eu gostaria de assinalar que não se pode encarar o problema energético do ponto-de-vista da atual realidade, atual situação. O avanço tecnológico é de tal ordem que talvez o fato de termos uma previsão de esgotamento dos recursos petrolíferos em 40, 50 anos pareça catastrófica hoje, mas dentro de 10, 15, 20 anos não será, com a emergência de novas fontes de energia. Evidentemente, como o orador salientou, a opção nuclear não provou até o momento ser uma opção substitutiva inteiramente às fontes fósseis. Eu creio que há uma consciência generalizada de que há necessidade de buscar novas fontes de energia que substituam o petróleo e outras fontes fósseis, que por definição são finitas, e evidentemente há um interesse mundial em que, na medida do possível, sejam essas fontes renováveis. E nesse ponto a Amazônia evidentemente exerce uma função, tem um potencial extraordinário. Mas eu acho que, além da parte energética, a Amazônia tem uma função muito mais importante que é um reservatório genético imenso quase que não explorado. Penso que a conjugação dessas duas possibilidades da Amazônia, na parte energética e na parte da genética, é indicativa da importância que se deve atribuir à Amazônia, uma política de desenvolvimento, preservação e exploração da região.

Amador Abdalla:

Srs. Embaixadores, como Presidente da Associação de Proteção ao Meio-Ambiente do Estado de Goiás, Anápolis, eu gostaria de fazer

um apelo aos senhores, como faço a todos, como venho fazendo. Nós devemos defender o oxigênio, que eu reputo, eu pessoalmente, muito mais importante no momento. É o oxigênio para os nossos filhos, para os nossos netos e para a juventude de 2000. Quer dizer, é a virada do século. E mais a mais, vou dizer aos senhores, talvez fui eu quem recebi sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek, quando assinou a mensagem criando a companhia organizadora da mudança da capital. Fui eu, Amador Abdalla, em Anápolis. Então, eu gostaria de fazer um apelo aos senhores, gostaria de fazer um apelo ao Sr. Celso Furtado que é um dos baluartes da nossa cultura, no nosso País. Eu gostaria que os senhores olhassem com muita propriedade o nosso oxigênio, para o futuro dos nossos filhos, dos nossos netos e da nossa juventude 2000, porque é com essa que nós vamos fazer a virada do século.

Embaixador Paulo Tarso:

Muito obrigado professor. Foi muito interessante sua manifestação e nós registramos com todo o interesse a sua preocupação quanto à preservação do meio-ambiente. Recordaria apenas que, anteriormente ao presente Encontro, houve outro neste mesmo local, dedicado à questão do meio-ambiente. Através da leitura do folheto que foi então produzido, que inclusive está disponível na secretaria, o senhor poderá ver que sua preocupação é também partilhada por segmentos importantes da sociedade e do Governo, que naquela ocasião se manifestaram.

Dolabella:

Um aviso aos participantes. Para comodidade dos participantes que não dispõem de condução, informamos que haverá ônibus à disposição no horário do almoço, para levá-los ao Conjunto Nacional onde há um bom número de restaurantes. Os ônibus estarão em frente ao auditório às 12:30h e apanharão os interessados no Conjunto Nacional às 14:30h.

Ângelo de Carvalho, Rio de Janeiro, publicitário, militante do movimento negro:

É verdade que a Mesa já mencionou a questão que vou colocar. Também não trago a procuração dos movimentos negros, cerca de 400 hoje existentes no País, preocupados com essa questão. Mas, senhores, no início do século, num congresso racial em Londres, um representante brasileiro dizia que, no final do século, não haveria mais negros no País, porque a forma como se processava a consagração da abolição os levaria a um fim trágico, sem meios de sobrevivência, de forma que não se manteriam. Estatística do IBGE de 1980 confere 44% da população brasileira negra. Mas a participação desses 44% (aí a

grande preocupação nossa, para a questão da virada do século) no mercado de trabalho, antes da recessão, é bom que se mencione, era de apenas 7%.

A minha pergunta à Mesa refere-se ao seguinte: qual a estratégia brasileira para a virada do século, no que se refere à questão racial, principalmente no tocante aos dois fatos mencionados, a posição brasileira no início do século, a população brasileira hoje, praticamente marginalizada, em 44% da população, e que nós sabemos que todo o Estado cobra? O processo de embranquecimento já foi inclusive ponto de Constituição, no caso, a Constituinte de 34 pregava, mencionava a questão do ensino eugênico. Eu gostaria de ouvir dos senhores, temos certeza de que esse é o anseio de toda a população negra, baseada na estimativa que acabei de citar, 44% da população.

Embaixador Paulo Tarso:

Eu acho que dos debatedores, aquele que abordou com mais profundidade a questão social foi o eminente Prof. Hélio Jaguaribe. Desse modo, pediria a ele que fizesse um comentário a esse respeito.

Prof. Hélio Jaguaribe:

Eu creio que essa questão, tão oportunamente levantada pelo nosso estimado participante, constitui certamente uma das coisas importantes, decisivas, de uma perspectiva do Brasil a prazo mais longo. Eu dividiria a matéria, para ser extremamente breve, em dois aspectos: a visão que os brasileiros têm da sua própria condição racial e os mecanismos operatórios suscetíveis de serem postos em marcha para acelerar determinadas transformações reconhecidamente como desejáveis.

Creio que nós, na nossa história social, atravessamos claramente um período que vai da ilusão de que o País ia ser branqueado através da imigração, ia absorver o preto através de processos imigratórios, um pouco semelhantemente ao que aconteceu com a Argentina. Não esqueçamos que, na Argentina, uma população preta que já foi de 30% do total está hoje totalmente absorvida pela população argentina. Esta impressão de que o País devia ser um país europeu branco e que iria absorver o preto pela imigração foi a que comandou certas elites no trânsito do século XIX para o século XX.

A impressão que hoje domina a quase totalidade da nossa população é totalmente distinta. Eu creio que muito poucas pessoas nos diversos segmentos da nossa sociedade, inclusive nos mais altos níveis da elite, deixariam de reconhecer atualmente o fato de que nós somos um País cujo futuro depende do pluralismo racial. Pluralismo racial totalmente aberto que conduzirá, na verdade, a meu ver, a uma profunda miscigenação no sentido oposto da ilusão e do equívoco dos anos iniciais do Século XX, ou seja, nós vamos ser uma grande terra de mula-

tos, vamos ser uma terra semelhante à Índia, vamos formar através da miscigenação e da pluralidade racial uma população não esbranquiçada mas escurecida, que será a do brasileiro do Século XXI. Um grande País mulato. Essa é a nossa projeção objetiva.

O que fazer, entretanto, com a circunstância observável de que não existem condições razoáveis de equivalência entre os níveis de educação que são dados às populações pretas e os níveis de educação que são dados ao resto da população? Aí nos defrontamos indubitavelmente com um resíduo da forma meramente jurisdicista através da qual foi feita a abolição. Com exceções notáveis, e Joaquim Nabuco é certamente o caso mais eminente, os abolicionistas entendiam que a escravidão era uma situação jurídica. Suprimidos os estatutos da escravidão, os brasileiros participariam de um *status* igual, se fossem todos livres. Não houve uma consciência sociológico-cultural relativamente ao fato de que as populações ex-escravas, reduzidas à total ignorância e à total pobreza, estariam condenadas à perpetuação ao longo dos tempos da sua própria ignorância, da sua própria pobreza. Estava embutido no processo meramente jurídico da abolição a perpetuação da reprodução da miséria, da reprodução da pobreza e da ignorância, naquelas populações que, em virtude da escravidão, estavam destituídas de acesso a formas de cultura.

Cabe agora à Nova República a absoluta e urgente necessidade de reparar esse longo olvido através de uma prioridade para a educação dos homens de cor. Não no sentido discriminativo deliberado, mas no sentido de reconhecer a coexistência entre a maioria dos homens de cor no nosso País e as classes sociais mais destituídas e, portanto, através de escolas, de mobilização popular, que absorvam crianças dos estratos sociais mais pobres e lhes proporcionem educação apropriada, está necessariamente embutida uma correção das desigualdades decorrentes das origens raciais. Um dos objetivos do projeto 2000, objeto de aprovação pelo Presidente da República, é o de oportunamente estabelecer, paralelamente ao sistema estadual e municipal de ensino, uma rede federal de escolas de promoção popular, que recrutem, a partir das camadas mais humildes da população, crianças às quais se dê uma educação de bom nível, criando, então, uma força de trabalho qualificada para o Século XXI, a qual supere essa coisa escandalosa que ocorre em nosso País, onde apenas 16% da população completaram o curso primário completo e apenas 6% têm 8 anos completos de ensino, ou seja, nós somos um gigantesco pátio de ignorantes. Falávamos ainda há pouco da questão da diferenciação vista pelo Japão entre *knowledge intensive*, *labor intensive* e *capital intensive*. Nós somos *ignorance intensive* e esta situação é incompatível com o ingresso do Brasil no Século XXI. Está associada a emancipação do preto com a emancipação do Brasil numa só coisa que é converter este País numa grande escola.

Tizuka Yamazaki:

Eu sou diretora e produtora de audiovisual. Eu não fiquei satisfeita com a sua resposta sobre a pergunta do produtor Luiz Carlos Barreto, quanto à política para o audiovisual no Brasil. Eu acho que, não tendo aqui uma democracia na informação, como o País sofre esse problema de importação de produtos enlatados, enfim, como a realidade que existe aqui no País é uma política de infiltração de produção estrangeira, a gente não vai conseguir sair dessa condição de subdesenvolvimento para se tornar uma grande nação. Eu acho que esse esforço tem sido feito pelos produtores, cinematográficos principalmente, e aceito sim que o Governo tem dado apoio esporádico para as produções isoladas. Uma coisa extremamente importante que aconteceu para a gente na área cultural foi a Lei Sarney. Agora, no entanto, eu não vejo qualquer política em relação ao audiovisual aqui no Brasil, um traçado político que desenvolva a indústria cinematográfica audiovisual brasileira. Eu gostaria de insistir nessa pergunta.

Embaixador Paulo Tarso:

Fico satisfeito de ter a oportunidade de conhecê-la pessoalmente, pois sou admirador das suas criações artísticas. O primeiro ponto que registraria, é quanto à sua observação sobre infiltração estrangeira. Acho que, no caso, a sua pessoa é uma belíssima demonstração positiva da infiltração estrangeira em nossa cultura. Quanto à política do audiovisual, quero esclarecer que a sua insatisfação se deve ao fato de que eu não sou o responsável pela parte cultural da política do Governo. Eu respondi ao Dr. Luís Carlos Barreto naquilo que dizia respeito ao que o Itamaraty faria, ou estaria pretendendo fazer, diante de postulações, diante de pleitos de determinados países. Acho que a sua colocação sobre a necessidade de se definir uma política para o audiovisual, no que a senhora certamente tem razão, talvez fosse mais bem postulada no painel da tarde de hoje, que será justamente presidido pelo Ministro da Cultura, Prof. Celso Furtado, a quem está jurisdicionado o CONCINE, órgão ao qual, por lei, cabe a formulação da política cinematográfica brasileira. A pergunta do Sr. Luís Carlos Barreto se referiu tão-somente a pressões que nós recebemos em relação à preservação do mercado brasileiro de audiovisual. Eu dei a resposta compatível com a minha função, de responsável pela área externa no Governo.

Tizuka Yamazaki:

Um esclarecimento pessoal, eu não sou produto estrangeiro.

Embaixador Paulo Tarso (rindo):

Eu não disse que a senhora é um produto estrangeiro, eu disse que a senhora é um bom exemplo de infiltração estrangeira pelos seus olhos amendoados.

Luis Carlos Barreto:

Eu volto a falar sobre esse problema, porque acho que não fui bastante explícito. Conheço bem o Embaixador Paulo Tarso, seu interesse pelas questões do audiovisual no Brasil, mas quero solidarizar-me com Tizuka. Ela não é uma infiltração estrangeira. Este País é uma terradeimigrantes.

Embaixador Paulo Tarso:

Luis Carlos, permita-me dizer, eu não fui indelicado. Fiz uma gentileza com a Dona Tizuka e, ao referir-me à infiltração estrangeira, quis apenas fazer-lhe um elogio. Se tal não foi entendido, retiro o que disse, porque minha intenção foi a melhor possível, ao registrar a contribuição positiva de uma nissei, obviamente uma nissei nascida no Brasil. Estranho a sua falta de compreensão pela minha posição.

Luis Carlos Barreto:

Muito bem, eu aceito a sua estranheza e quero apenas colocar agora definitivamente a minha questão do audiovisual. É que, na verdade, eu desconfio muito da maneira como um país produtor audiovisual, da importância que o Brasil é, está procedendo em relação ao que está acontecendo internacionalmente. Nos foros internacionais, da UNESCO, da OMPI, estão-se processando discussões, onde o Brasil está absolutamente ausente. Eu sei porque sou Vice-Presidente da Federação Internacional.

Há, no momento, discussões sobre as fronteiras audiovisuais, sobre os problemas da invasão dessas fronteiras, há o problema, inclusive estudado por organismos internacionais ligados à ONU, da comunicação social de massa nos países subdesenvolvidos, em que o Brasil tem estado ausente. É a mesma coisa que o Brasil estar ausente das discussões do café. O Brasil precisa tomar consciência de que é um produtor audiovisual importantíssimo no mundo atual. É assumir essa posição e não ter essa posição colonizada que nós estamos tendo. Uma posição permanentemente provinciana de que nós somos um país consumidor e importador de produto audiovisual. Em relação à política internacional da circulação da informação e dos bens culturais pelos meios de comunicação de massa, o Brasil tem sido omissos. E isso está provocando uma coisa que eu considero muito mais grave do que, por exemplo, a defesa da ecologia contra o envenenamento da natureza. É muito mais grave o que se está processando — o envenenamento dos cérebros, a descaracterização.

O Presidente Sarney fala de identidade cultural, é um dos cinco pontos do Programa desse Governo. A identidade cultural pressupõe a não hegemonia de uma cultura e, não vamos ser hipócritas, nós estamos debaixo de uma, o mundo ocidental vive debaixo da hegemonia

de uma cultura que é a cultura anglo-saxônica. Nós somos um povo latino e nós temos os nossos meios de comunicação de massa, rádio e televisão, absolutamente invadidos pelo produto anglo-saxônico. Não temos uma produção própria, não mantemos relações com os países latinos, não temos uma política de relacionamento para absorção do produto audiovisual diversificado e plural, nós somos uma colônia audiovisual, como somos uma colônia econômica.

Então o que eu quero é uma postura mais conseqüente, mais séria. Não encarar o cinema, a televisão brasileira, como uma coisa engraçada, mas, simplesmente como uma coisa essencial, fundamental no projeto do Brasil ano 2000. E a gente inserir esta questão do audiovisual seriamente. Não vamos mais encarar a indústria cinematográfica, a indústria de televisão, como uma coisa dos abnegados soldados do povo. É isso só o que eu quero. Então eu quero saber: há uma política de acompanhamento, nos simpósios internacionais, nos organismos internacionais, da discussão do audiovisual? É isso apenas que eu estou pedindo e sugerindo, que o Governo brasileiro assumira essa posição. Desculpem o tom meio emocional, porque eu sou assim. Isso não significa qualquer agressividade. É que o tempo está passando muito depressa, nós estamos perdendo muito tempo no Brasil com essa questão. O Glauber Rocha morreu falando isso e ninguém entendeu.

Embaixador Paulo Tarso:

Luis Carlos, se eu não te conhecesse há tantos anos reclamaria do seu tom, porque realmente estava muito acalorado. Quero dizer-lhe que nós estamos absolutamente em dia na defesa dos nossos interesses em todos os foros, em todas as instâncias onde a questão da informação, a questão da circulação transnacional da informação se opera. Na questão do espaço exterior, eu poderia dissertar longamente e arriscar cansar a todos. Talvez fosse útil um pequeno resumo sobre o aspecto internacional da atuação brasileira, apesar de o problema de política audiovisual não ser pertinente nesse foro. Eu pediria ao Embaixador Marcos Azambuja, que até recentemente era chefe da área multilateral do Itamaraty, que recordasse o que nos últimos 4, 5 anos fizemos, tanto na ONU, na UNESCO, na OMPI etc..

Embaixador Marcos Castriotto de Azambuja:

Obrigado Paulo. Luis Carlos, eu creio que entendo muito a emoção atrás do que você está dizendo é o sentimento de urgência e dramaticidade que você nos transmitiu. Eu queria dizer a você que, essencialmente, nós estamos com o problema de que o Brasil, nesse campo, não pode agir sozinho. É preciso operar dentro de quadros de solidariedade e de instituições aptas a refletirem nossas ações. Acontece que grande parte dos países em desenvolvimento são tão subdesenvolvidos que, para eles, essa fronteira em que estamos brigando não é uma

fronteira viva. É um tema tão fora do seu alcance operacional que não os mobiliza. Em suma, a questão do controle da transmissão direta por satélites, os *transborder data flows*. Todo o problema do controle e propriedade dos audiovisuais é, a rigor, ou bem do interesse de um grupo de países industrializados, ou bem do desinteresse de um grande grupo de países que não se vêem com capacidade de intervir eficazmente no processo.

Então nos faltam duas coisas. Primeiro, como o assunto é tecnologicamente novo, as organizações internacionais têm aquela burocracia lenta em montar suas próprias estruturas. Leva tempo, há um leque, um hiato de tempo, que não foi vencido. E dois, o Brasil tem de operar sem aquela solidariedade quase automática e imensa que vem no debate do tema da produção de produtos primários, vamos dizer, do temário tradicional dos pobres. Esse é um assunto em que nós desafiamos os ricos, sem contar automaticamente com a solidariedade dos pobres. Portanto, o nosso espaço é mais estreito, o nosso terreno, mais disputado, e não há nas organizações internacionais, a rigor, uma tradição já estabelecida. Agora, tudo isso dito, nós vamos operando na UNESCO, nas Nações Unidas, nos foros onde podemos, na defesa do que você e eu achamos que é do nosso interesse. Agora, o problema é que nestes próprios organismos, criar uma entidade ou um órgão capaz de tratar disso exige uma capacidade de vencer resistências que, às vezes, não temos. Os países que não querem ver isso discutido democraticamente se recusam a atribuir recursos, se recusam a realizar conferências internacionais que eles acham que são duplicativas.

Em suma, o que eu quero dar a você é um quadro, não de omissão, mas de agudo desafio para o interesse recente, em que apenas alguns poucos países em desenvolvimento se sentem desafiados.

Embaixador Paulo Tarso:

Lamento que o tempo está esgotado. São 12:30h e nós temos que ser estritos. Em homenagem aos 80 anos do General Macedo Soares, talvez se pudesse abrir uma exceção para ele.

Edmundo de Macedo Soares e Silva:

Faço parte da Firja e do Conselho de Administração da Companhia Siderúrgica Nacional. Tendo eu tomado parte nesses 20 anos que chamam de autoritários, acho que era minha obrigação vir a este microfone dizer alguma coisa perante tão ilustre auditório. O nosso objetivo era tirar este país da imobilidade e fazer a indústria que nós fizemos. Fazer as usinas hidrelétricas, fazer as estradas, fazer a rede de telefones e de telégrafos. E eu perguntaria: passando por essa fase, o Brasil não teve como palinuro o mundo? O mundo não passou por essa mesma fase por que o Brasil passou, para entrar depois na estabilidade? Era esta a pergunta que eu queria fazer.

Emb. Paulo Tarso:

Muito obrigado General. Nós nos acostumamos a admirar seu patriotismo, fomos educados vendo o grande trabalho que o senhor fez num dos pilares da nossa industrialização, que foi a Companhia Siderúrgica Nacional, e, posteriormente, como Ministro da Indústria e do Comércio. De modo que sua declaração fica registrada nos anais e eu lhe agradeço a deferência para com os organizadores do Seminário ao comparecer ao debate. Queria agradecer à audiência a atenção com que seguiu esse debate e queria, uma vez mais, explicar que quis fazer um galanteio à Dona Tizuka, que de nenhuma maneira quis caracterizá-la como uma estrangeira, porque, inclusive, quem faz um filme sobre a história de João Pessoa, tem que estar profundamente impregnado de espíritos de brasilidade. Se fui infeliz eu me penitencio publicamente, porque tenho muito respeito intelectual por ela. Na parte da tarde o debate continua. Lamento que tenha tido debatedores que não tenham podido pronunciar-se, mas os assuntos, de certo modo, se interpenetram e eles certamente terão oportunidade de se manifestar na sessão da tarde. Muito obrigado a todos.

CENÁRIO CULTURAL

Dolabella:

Senhoras e senhores. Sob a presidência do senhor Ministro da Cultura, Celso Furtado, inicia-se, neste momento, a sessão referente ao Cenário Cultural. Compõem a mesa os senhores Márcio Távares D'Amaral, Mário Brockman Machado, Roberto da Matta, e o Ministro Moscardo de Souza.

Ministro Celso Furtado:

O nosso programa compreende duas exposições. Uma de Márcio Távares D'Amaral e outra de Mário Brockman Machado, as quais, imagino eu, dentro da boa tradição deste fórum, deste Encontro, são apresentações sintéticas, provocativas, estimulantes, pois o objetivo final é abrir um debate com o máximo de participação. O espírito nosso aqui é ouvir. O governo está interessado em auscultar, ouvir, dialogar e aprender. Portanto, passamos imediatamente à primeira exposição, do Dr. Márcio Távares D'Amaral, a quem eu dou a palavra.

Dr. Márcio Távares D'Amaral:

Eu vou tentar, realmente, fazer algumas considerações iniciais de natureza estritamente provocativa, para abrir o debate, e, tanto quanto possível, me ater aos 10 minutos que me foram, em princípio, concedidos.

Em termos macro, a cultura é tarefa que, naturalmente, chama e exige o pensamento prospectivo que aqui, hoje e amanhã, estaremos desenvolvendo. Imediatamente prospectivo é o tema, porque tem a ver, no nível em que aqui o colocamos, com algo tão imaterial, mas tão tangível, quanto a identidade nacional. E, no plano político que aqui nos reuniu, é a sua permanência no tempo que, naturalmente, nos preocupa. Em uma palavra, seu futuro. Que identidade cultural pode o Brasil exibir na virada do século? Essa é a pergunta.

Questão prospectiva, portanto, e por excelência. No entanto, questão inteiramente desarmada do aparato de dados e de indicadores

que tornam viável a metodologia de cenários nos campos econômico e social. Não planejo queixar-me dessa carência, pois também ela tem um sentido, como talvez se veja a seguir. Vale, porém, sublinhar a pobreza quantitativa dos cenários que vou apresentar, e justificar assim a sua qualidade especulativa que, no entanto, se adapta bem ao objeto.

É com essa esperança que eu gostaria de dispor os atores da cena que se vai presenciar.

Penso em dois níveis de articulação do exercício que, para simplificar, proponho chamar de nível do processo e nível do projeto. Gostaria de pensar a cultura como um movimento de identidade e diversidade, de identificação e diversificação simbólica, que se passa simultaneamente nesses dois níveis. E ainda, também para simplificar, proponho dois atores básicos, um para cada nível de articulação. O povo, no do processo; no do projeto, o Estado.

Foge ao objetivo e ao tempo desta intervenção discutir essas categorias do ponto de vista científico. São, no entanto, ambas, fatores de polêmicas eruditas, e não o desconheço ao, ainda assim, propô-las.

O nível do processo primeiro. Trata-se, aqui, da vivência cultural do povo. E o olhar mais superficial reconhece, de imediato, três cenas básicas em que esta ação se passa e que, em termos sociológicos, se costumam chamar cultura popular, cultura superior e cultura de massa. A cultura popular é, no processo de identificação e diferenciação, a experiência mais distante da intervenção do Estado e dos aparelhos culturais que, freqüentemente, fazem as vezes de Estado. Aqui se reúnem os fazeres tradicionais, não só de natureza artística, mas igualmente de natureza sócio-econômica. Aqui, um ato cultural é, muitas vezes, um gesto de reprodução das próprias condições de existência. Um ato sócio-econômico pleno. Aqui também se assiste ao máximo de diversidade. A cultura popular é plural, fala de experiências locais longamente sedimentadas, é uma apropriação simbólica do passado de cada região. Pensemos na literatura de cordel, na cerâmica, na música regional, mas igualmente na farmacopéia, na arte de construir e morar. A cultura superior ou erudita beneficia-se de uma relativa autonomia em relação às condições sócio-econômicas do povo e fala de uma identidade mais alta e abrangente que a determinada pela região, ou mesmo pela nação. Este é o lugar do trânsito internacional da informação cultural, das influências derivadas dos movimentos internacionais da inteligência, da produção assinada, em que a cultura se converte em obra. Ambas, cultura popular e cultura erudita, são formas de comunidade cultural. Nelas, produtores e consumidores, segundo a metáfora economicista, partilham os mesmos códigos e poderiam, em princípio, permutar suas posições. A cultura de massa, ao contrário, move-se no desejo da uniformidade, da generalização de uma produção cultural de alta competência técnica a toda a popula-

ção, que a consumirá sem referência aos seus padrões culturais próprios. É essa a natureza uniformizadora e generalizante que caracteriza a cultura de massa, mais do que o conteúdo eventual dos programas produzidos pelos diversos meios de que dispõe, e de que a televisão é o exemplo mais significativo. Desnecessário acrescentar que essas três formas da experiência cultural em processo interagem continuamente entre si. Inútil, por outro lado, hierarquizá-las e julgar uma pelos padrões da outra. Isto em tese. Mas, e se a evolução cultural do país contrariar essas premissas? Este é o cenário que eu gostaria de analisar.

É inegável a influência da televisão, como forma mais significativa da indústria cultural entre nós, sobre o imaginário nacional. Essa influência passa, embora não se esgote, pelo crescimento da sociedade de consumo. Se esta for uma tendência pesada no cenário econômico (amanhã saberemos), não é excessivo imaginar uma hegemonia da cultura televisiva, produtora de simulacros, sobre o conjunto do processo cultural. Sintomas dessa tendência são claramente perceptíveis no nosso próprio cotidiano, restritos ainda aos agrupamentos urbanos mais significativos, mas seguramente em expansão. Dada a ideologia modernizadora que permeia a imagem televisiva, esta hegemonia representaria o recuo da cultura popular a níveis de mera subsistência. Sua folclorização e esclerose.

Considerada, por outro lado, a tendência intrínseca da cultura de massa à massificação, também se perderia a característica fortemente individualizadora da cultura erudita. Em conseqüência, acabaria por se extinguir o traço essencial da cultura como processo de identificação/diversificação, que é o seu caráter de comunidade simbólica. Em seu lugar, veríamos surgir a indiferenciação cinzenta da massa. Há traços evidentes de um processo com esta dinâmica nas grandes cidades. Aliás, o fato de a cultura de massa ser fenômeno eminentemente urbano não constitui argumento contra o cenário aqui descrito. Pelo contrário, uma cisão cultural entre as cidades massificadas e o interior recolhido a uma cultura de resistência, ainda assim afetada pelos óbvios efeitos massivos a que o interior não escapa, eis um quadro que não anima. Além dos traços visíveis de um processo neste sentido, há ingredientes que tenderiam a reforçá-los: o desenvolvimento econômico muito acelerado, alterando funções e papéis, e servindo a uma ideologia modernizadora com que os meios de massa convivem bem; a fraqueza dos circuitos culturais populares e eruditos, com o conseqüente isolamento das suas manifestações mais cotidianas; e, *last but not least*, o virtual monopólio do sistema televisão.

Esse quadro não é, porém, fatal. Pode ser redirecionado por um novo equilíbrio no seio do processo cultural, entre as três instâncias de organização simbólica referidas. Mas esse reequilíbrio não se faz sem

um projeto definido. Não se faz sem o Estado. E aqui a primeira parte do cenário abre-se sobre a segunda e um novo ator entra em cena.

Num país como o Brasil, a ausência do Estado nos setores vitais da vida nacional significa acentuar fortes desequilíbrios, e não só de renda ou entre regiões; também o desequilíbrio cultural, visualizado na cena anterior, se agravará decisivamente se o Estado não lhe opuser, com os meios de que dispõe, ou seja, politicamente, um novo e melhor equilíbrio de forças.

As suposições básicas para que uma tal interferência negociadora, não diretiva, se faça são: a) que o Estado leve a cultura em conta, quando planeja o desenvolvimento nacional; e b) que o Estado valorize devidamente as relações complexas entre cultura de massa, cultura erudita e cultura popular, no planejamento específico do desenvolvimento cultural.

O primeiro pressuposto fala da interferência da cultura, nem sempre clara, mas sempre presente, nos processos econômico-sociais deflagrados pelo Governo. Não levar essa interferência em conta significa preparar um Século XXI do qual o rolo compressor da racionalidade econômica excluiu toda a diversidade, toda a pluralidade real em favor da unidade dos indicadores do custo/benefício, da eficácia e da modernização. Significa concretamente preparar, ao nível do plano de Governo, o cenário de massificação indicado há pouco. Ao contrário, levar a cultura em consideração no espírito e no corpo do plano de Governo significa socializar e humanizar o desenvolvimento econômico, e construir um país cuja unidade de nação não esmague sua diversidade de região, fonte, afinal, de verdadeira e não simulada universalidade.

Nem sempre, é certo, será fácil reconhecer esses traços culturais e lidar com eles. Às vezes apontarão como resistência ecológica, às vezes como a ausência de hábitos de trabalho compatíveis, por exemplo, com a industrialização. Às vezes como riqueza popular, oposta à secura racionalizadora das elites. Às vezes como presença viva de um passado feito tradição e que se recusa a se apagar da memória das representações e das práticas. É sabedoria de estadista lidar com essas diferenças, integrá-las e conservá-las numa síntese superior. Enquanto a verificação desse primeiro pressuposto tem a ver com o plano global do Governo, portanto com a intervenção do Estado em todos os setores da vida nacional, e é de se esperar da sensibilidade, por exemplo, da SEPLAN, e da Casa Civil, o segundo se refere especificamente ao planejamento da intervenção de órgãos como o Ministério da Cultura, Ministério da Educação, e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Também aqui é possível acelerar ou evitar o cenário negativo pintado há pouco. É possível, por exemplo, acentuar o impacto científico-tecnológico, a educação superior pós-graduada e a cultura erudita, e

aprofundar o fosso entre as elites modernizadoras e o povo, pelo qual emergirá o processo de apagamento da memória nacional e a consequente massificação do processo cultural. É possível ainda hipertrofiar a atenção à cultura popular, de certo modo tombá-la e afastá-la das fontes de transformação e crescimento. E o mesmo efeito perverso se produzirá no vácuo de uma cultura sem invenção científico-tecnológica e sem capacidade reflexiva e crítica. E é possível procurar o equilíbrio entre essas tendências, aprendendo a lidar com a memória e a sabedoria do povo, a capacidade prospectiva e inovadora das elites cultivadas, e a eficácia massiva dos meios de comunicação; sobretudo, ignorar a força destes, cultural, política, econômica, é pôr o projeto do Governo à margem do processo da cultura.

Trata-se, portanto, de uma decisão política diante do futuro que queremos. A uniformidade sem relevo ou a pluralidade cultural, racial, que, afinal, tem constituído a nossa diferença e o interesse fundamental de uma aventura como a nossa. Obrigado.

Ministro Celso Furtado:

Eu vou me permitir convidar o Pe. Fernando Bastos Dávila a compor a mesa conosco. A apresentação do Dr. Márcio Tavares d' Amaral, abrindo esse horizonte, nos vai seguramente ajudar no debate que seguirá a terceira exposição. Convido o Dr. Mário Brockman Machado, que tem também ampla experiência no campo da administração cultural e da vida cultural brasileira, para fazer a sua exposição.

Dr. Mário Brockman:

Sr. Ministro, demais membros da Mesa, senhoras e senhores. O que nos preocupa neste encontro é uma indagação importante e difícil. Queremos saber se o Brasil, na virada do século, será um país economicamente viável, politicamente democrático, socialmente justo e culturalmente pluralista. Não sairemos daqui com respostas prontas e acabadas, mas acho que podemos indicar alguns aspectos dessas possíveis respostas. Eu tentarei fazer isso dentro do âmbito da questão cultural, com base em algumas observações e anotações esparsas, apenas alinhavadas, mas ainda não inteiramente redigidas.

De início, duas ressalvas: em primeiro lugar, o conceito de cultura não é unívoco, não possui um único significado. Tanto na linguagem comum, que todos nós falamos, quanto na linguagem técnica dos antropólogos, o conceito de cultura possui amplos significados. Este fato poderá dar origem a várias dúvidas e divergências que trataremos de esclarecer e enfrentar no debate subsequente. Em segundo lugar, dentre a imensa gama de questões que poderiam ser abordadas, selecionei apenas quatro. Existem várias outras questões importantes, mas o tempo atribuído a cada um, a cada expositor, exige essa limitação.

Essas quatro questões são as seguintes: primeiro, a questão da preservação da memória nacional; segundo, a questão da internacionalização da cultura; terceiro, a questão da indústria cultural; e quarto, a questão da informatização da sociedade. Em cada uma dessas questões tentarei identificar rapidamente, telegraficamente, quatro aspectos: primeiro, a tendência observável principal de cada questão; segundo, o resultado provável dessa tendência na virada do século; terceiro, a diretriz da intervenção a ser adotada, de tal forma a possibilitar a construção de um futuro desejável e possível; e quarto, quando possível, mencionar alguns exemplos de intervenções que já estejam sendo feitas nessas áreas.

A primeira questão, portanto, é a da preservação da memória nacional. Eu diria que a tendência observável parece ser ainda a de uma preservação elitista da memória nacional. Preservação de grandes nomes, de grandes feitos e de grandes monumentos arquitetônicos que caracterizam a história dos segmentos econômico, político e socialmente dominantes de nossa sociedade. Por exemplo, são preservados palácios, sedes de grandes fazendas de café, de grandes usinas de açúcar, são preservados sobrados, igrejas e fortificações militares, isto é, as lembranças dos governantes da aristocracia rural, da aristocracia urbana, da igreja católica e dos militares. O resultado provável dessa tendência, se não alterada, é de que as futuras gerações do Século XXI terão uma visão parcial e, portanto, distorcida e empobrecida, de nossa herança cultural. Quanto à diretriz para alterar essa tendência, parece-me claro que ela consiste em estabelecer programas que possam democratizar o conceito de memória nacional, de memória cultural, incorporando a rica gama de manifestações culturais de toda a população brasileira, e não apenas de seus segmentos dominantes. Eu diria, como exemplo, que o Ministério da Cultura, através da Fundação Nacional Pró-Memória e do Instituto Nacional do Folclore, já vem trabalhando, nos últimos anos, na redefinição do conceito de cultura popular, de memória cultural. Justamente no sentido de incorporar essa dimensão que eu mencionei. Entendo que essas instituições e essa diretriz devam ser incentivadas e apoiadas.

A segunda questão é a da internacionalização da cultura. A tendência observável parece-me ser a seguinte. A crescente internacionalização da cultura, possibilitada pela difusão dos meios de comunicação de massa, fenômeno que se observa em escala mundial, coloca as sociedades mais desenvolvidas como pólos geradores de novos valores, que invadem, em geral unilateralmente, as sociedades menos desenvolvidas. O resultado provável dessa tendência será de que as futuras gerações do Século XXI poderão perder a noção de identidade cultural, por mais problemático que seja esse conceito de identidade cultural, o que, por sua vez, poderá ter dramáticas conseqüências quanto à formulação e manutenção de um projeto nacional para o desenvolvimen-

to econômico, político e social do país. Quanto à diretriz para alterar essa tendência, considerando que essa é seguramente uma tendência extremamente forte e provavelmente irreversível, e, afastada, por anti-democrática e obscurantista, a possibilidade de fechamento de fronteiras culturais, eu diria que o fundamental seria o Governo fomentar, de todas as maneiras, mas sem dirigir, a produção e a circulação cultural no país. Trata-se de dar as condições materiais para que a sociedade libere o seu potencial criativo, sua imaginação criadora, produzindo com qualidade competitiva. A ausência de censura, salvo a indicativa, e o fomento à produção e à circulação parecem ser a solução para esse desafio. Como exemplo nesse sentido, eu mencionaria aqui a recente aprovação da lei de incentivos fiscais para a área da cultura, a conhecida Lei Sarney. Acho que, neste particular, o Presidente e o Ministro da Cultura acertaram plenamente. Essa lei, ao que tudo indica, permitirá a ocorrência de um renascimento cultural bastante forte, especialmente no âmbito das artes. E o que é mais, sem o perigo do dirigismo estatal, já que os recursos gerados por essa lei circularão dentro da própria sociedade, sem passar, salvo em casos muito raros, pelo próprio Ministério da Cultura.

A terceira questão é a da indústria cultural. Como tendência eu percebo que o modo de produção cultural artesanal está sendo rapidamente destruído por uma forte indústria cultural que, para expandir-se e conquistar novos mercados, precisa produzir para a média das preferências, daí resultando extraordinária massificação cultural. Verifica-se também uma tendência de forte concentração da indústria cultural em poucas unidades produtoras, notadamente no âmbito da televisão. O resultado dessa tendência, além da massificação cultural que já mencionei, pode ser o de que as novas gerações do Século XXI venham a estar subordinadas a todo tipo de manipulação política, tornada possível pela oligopolização dos meios principais de produção da indústria cultural. Diretrizes para alterar essa tendência, haveria basicamente duas. Em primeiro lugar, uma legislação corajosa contra a excessiva centralização de poder na indústria cultural. E, em segundo lugar, programas que possam garantir a existência de sistemas alternativos de produção e circulação de bens culturais, que podem e devem existir ao lado da indústria cultural dominante. Tais sistemas poderão atender e consolidar a enorme diversidade de preferências que a grande indústria cultural não consegue atingir. Em outras palavras, garantir o pluralismo cultural apoiando manifestações culturais que não sobrevivem no mercado cultural, mas que nem por isso podem ser desprezadas. Manifestações culturais, tanto ditas eruditas quanto populares. Quanto a esse particular, e citando exemplo, eu diria que tanto a Fundação Nacional de Arte quanto o Instituto Nacional de Arte Cênica, do Ministério da Cultura, no meu modo de ver, têm desenvolvido programas extremamente importantes e extremamente inte-

ressantes quanto a essa questão. Cria-se no momento, também, um fundo de promoção cultural, no âmbito do Ministério da Cultura, que, no meu modo de ver, poderá agir exatamente para corrigir as distorções naturais do mercado cultural. Distorções setoriais, distorções regionais e distorções sócio-econômicas.

Finalmente, a questão da informatização da sociedade, que é uma questão muito ampla e da qual eu tratarei apenas de um aspecto, que é a questão da difusão do uso de computadores. Que também é, por sua vez, uma questão muito ampla. Tentarei enfocar apenas o aspecto educacional e cultural. Quanto à tendência observável, eu diria que se verifica, em escala mundial, uma irreversível tendência de crescente utilização de computadores em todas as atividades econômicas, notadamente as industriais e de serviços, e em várias dimensões das atividades políticas, sociais e, até mesmo, culturais. Nossas casas, inclusive, já começam a ser invadidas pelos computadores pessoais ou individuais. Recentes dados, publicados por uma revista de circulação nacional, sugerem que nos Estados Unidos já existem hoje mais de 25 milhões de computadores pessoais usados em residências. Um resultado provável dessa tendência parece-me ser o de que, para as novas gerações do Século XXI, o conhecimento de linguagens artificiais, para utilização de computadores, será tão importante quanto o conhecimento do português. Quem não dominar essas linguagens não terá acesso às profissões mais valorizadas. E será também gradativamente marginalizado da vida política, social e cultural. Entendo que uma diretriz básica para redirecionar essa tendência deva ser a democratização das possibilidades de acesso a esse novo tipo de conhecimento especializado. O que pode ser feito, vejo eu, incorporando-se como disciplina normal e talvez obrigatória, em todos os estabelecimentos de ensino, o aprendizado do uso de computadores. E isso já se verifica, notem, em algumas escolas privadas de alunos de famílias de alto *status* sócio-econômico. Inexiste, no entanto, na quase totalidade da rede pública e privada, onde a luta ainda é pela simples alfabetização. Isso não é mais suficiente, pois esses alunos, ainda que consigam se alfabetizar adequadamente, tentarão no futuro ingressar no mercado de trabalho em flagrante desvantagem em relação aos que já dominem as linguagens artificiais dos computadores. Aliás, o próprio conceito de alfabetização e de analfabetização, ou analfabetismo, poderá ser eventualmente alterado. Essa questão da informatização evidentemente nos remeteria a um tema muito mais amplo, que é o tema da ciência e da tecnologia, em relação ao qual o Estado tem um papel fundamental. No entanto, fui informado de que a questão da ciência e da tecnologia será objeto de um próximo encontro a ser realizado aqui, nesses mesmos moldes, razão pela qual eu não fiz qualquer comentário sobre essa questão. Mas é evidente que a ciência e a tecnologia não se rela-

cionam apenas ao mundo da economia, mas se relacionam também muito diretamente ao mundo da cultura. Ficaria então para esse próximo debate. Muito obrigado.

Ministro Celso Furtado:

Obrigado Dr. Mário Brockman Machado. Começamos o nosso debate ou discussão com o Prof. Roberto da Matta.

Prof. Roberto da Matta:

Sr. Ministro da Cultura, minhas senhoras e meus senhores. O tempo é muito pequeno para se abordar o problema da cultura, o cenário cultural do Brasil na virada do século, de uma perspectiva que é a perspectiva que eu me considero capacitado a fazê-lo, ou seja, de uma perspectiva que toma a cultura não como uma agência que produz bens ou como os bens sofisticados que uma sociedade é capaz de produzir, mas que toma a cultura como uma teia de significados que está intrinsecamente relacionada à vida dessa sociedade, ou seja, a cultura como estilo. Então eu escrevi algumas coisas que eu intitulei «Entre a saudade e o futuro», que pretende ser uma reflexão no sentido propriamente dito da palavra. Eu me lembro que todas as vezes que se falava em futuro, na minha família e na minha casa, esse espaço social que no caso latino-americano e brasileiro inclui também os empregados, os parentes, os «cumpadres», os amigos e até mesmo os animais de estimação, minha avó sempre repetia, entre o resignado e o sábio, esse mote popular tão culturalmente revelador: o futuro a Deus pertence.

Depois nós sabemos que um ex-ministro da justiça repetiu isso em outras circunstâncias. Parafraseava minha avó e a cultura brasileira. Entre nós, da geração então mais jovem e entrando no mundo da rua, pois a faculdade já nos apresentava os primeiros livros de economia, de ciência política, de história social e de sociologia, tal assertiva causava espanto e também uma certa raiva. Começando a ser radicalmente penetrados pelas idéias nacionalistas de um mundo público que era regido pelas leis práticas, utilitárias e otimistas que nos chegavam, ou que nos chegaram, bem ou mal, com o calvinismo reformista, esse velho ditado brasileiro e tradicional apenas confirmava a velhice de minha avó e o nível de atraso da sociedade brasileira. Replicávamos, às vezes, desejando exorcizar a nossa impotência diante do mundo e daquele mundo de família, que o futuro era um dos resultados possíveis do presente e que havia muitas possibilidades de futuro e que, portanto, esse tempo não era um tempo absolutamente de Deus, mas um tempo nosso e muito nosso. Às vezes, junto com os argumentos conhecidos de um certo positivismo já incorporado à nossa verdade mais verdadeira, citávamos, sem saber, e sem saber direito, as leis

históricas e sociológicas que obrigavam o homem a caminhar desde o tempo em que os deuses eram muitos e de barro, até o tempo em que Deus onipotente seria abandonado pelo avanço inexorável da ciência, da técnica e das artes. Era o tempo em que citávamos estatísticas, fazíamos as nossas projeções numéricas e economicistas, tudo para lembrar aos membros daquela geração que o futuro do Brasil era algo garantido. De fato, bastava acordar o gigante, bastaria acordar o gigante, projetar os números, bastava ter em mente que as forças da história estavam todas do nosso lado, para o Brasil ter o seu futuro. O Brasil de fato, para nós, não era o país da saudade, mas era o país do futuro. Eu estou tomando a liberdade de iniciar a minha exposição com este caso, que é um caso de família, porque a minha experiência de pesquisador das coisas brasileiras me diz que a situação que eu descrevi se ajusta, talvez como uma luva, aos problemas que certamente iremos veicular neste importante simpósio. Pois, se tomarmos o cenário cultural não de um ponto de vista erudito, mas de uma perspectiva antropológica ou sociológica, como eu quero fazer aqui, então teremos que começar do começo. E o começo aqui são as atitudes da nossa cultura e que a nossa cultura permite em relação ao futuro, ou seja, temos que iniciar revelando ou discutindo uma das descobertas mais importantes da antropologia social contemporânea, ou moderna, que foi a que a idéia de tempo variava de sociedade para sociedade. Sendo assim, as relações e concepções de passado, presente e futuro, mantinham entre si elos diferenciados, quer estivéssemos diante de uma sociedade oriental ou ocidental, de um sistema tribal ou baseado em classes sociais. É certo que toda sociedade tem uma idéia de tempo enquanto duração. Mas é também seguro, e isso é uma descoberta empírica da sociologia e não uma opinião pessoal de ser um filosofante aparentemente, que as noções de tempo que podem ter as sociedades são diferenciadas. De fato, quando um velho ditado brasileiro diz que o futuro a Deus pertence, estamos fazendo coro com pensadores da antigüidade que tal como nossos avós temiam a especulação do futuro, e certamente não sabiam como realizar uma interrogação sobre um tempo que para eles era muito mais cíclico do que linear. Poderia citar Tito Lívio, por exemplo, dizendo, como se fosse um autêntico brasileiro, que pela manhã nós não sabemos o que a tarde nos poderá trazer. Tal assertiva junta-se com aquele modo de conceber o futuro como um tempo provavelmente de sinal negativo, situando quem quer que deseje conhecê-lo no mesmo espaço dos bruxos, dos condenados ao fogo do inferno, essas pessoas que, por estarem em zonas intermediárias, ou por serem duas pessoas ao mesmo tempo, têm, conseqüentemente, a possibilidade de uma visão dupla de tudo. Não precisaria enfatizar que, dentro dessa perspectiva que nega a temporalidade futura, ou que não dá ao futuro um sinal positivo, o que se valoriza é sempre o passado, com suas tradições que deveriam perma-

necer imutáveis e sempre prontas a norrear a nossa existência tão cheia de incertezas e de acidentes. Dir-se-ia que essa concepção de tempo que nega ou teme o futuro, pois o futuro é algo inexistente de um ponto de vista cultural nas sociedades tradicionais, é uma concepção da sociedade onde predominam as hierarquias sociais clássicas, e onde o indivíduo só existe como membro de uma família, de uma casa ou de uma tribo. Tal como na situação que descrevi, quando começava a minha exposição, estávamos ali falando não como indivíduos, ou como cidadãos do mundo, mas como membros de um grupo que se definiam a si mesmos como que movidos pelos laços de sangue e de descendência. Quero crer que tal concepção de temporalidade, onde o passado pesa mais do que o presente ou o futuro, é uma concepção que corre lado a lado com a idéia de relação com o sujeito da sociedade e da história. Aqui, provavelmente, a honra do grupo vale mais do que o amor que eventualmente venha a possuir o coração de algum dos seus membros. A tragédia de Romeu e Julieta serviria para ilustrar o que digo, porque nela se encontram uma oposição radical e central entre o jovem casal escolhido pelo amor e, portanto, pleno de individualidade destoante, e os seus respectivos grupos ou famílias, cujas ideologia mandava o oposto, exigindo o sacrifício pelo grupo que o fazia existir socialmente. Deste conflito entre escolhas pessoais e lealdades grupais, nasce a tragédia de Romeu e Julieta, e com ela a batalha entre uma sociedade que privilegia o passado, negando o futuro, e Romeu e Julieta, que não tiveram o futuro, do mesmo modo que até hoje também não têm futuro as pessoas que ousam negar a autoridade paterna, marital, oficial no caso da sociedade brasileira, ou, pelo menos, de largos setores da sociedade brasileira. Ou seja, quando apresentamos a idéia de que o futuro a Deus pertence, estamos negando a individualidade e certamente suprimindo, em nome de algum grupo, categoria ou ideologia, o espaço que alguém deseja abrir. Tal, eu afirmo, é o modo de conceber o tempo em sociedades tradicionais, que diante do dilema da igualdade e do individualismo, e esse me parece ser o grande desafio cultural do Brasil na virada do século, tendem a tomar posições fechadas e autoritárias, posições hierárquicas. Tal como o pai que acha que o futuro da filha só pode ser realizado quando ela se tornar professora, enfermeira ou mãe. E que o filho só poderá ser no futuro médico, advogado ou engenheiro. Aqui o futuro é de Deus e Deus, já o sabemos, é o Pai, o Chefe, o Ditador. Mas a situação que eu descrevi falava de suas opiniões. Ao lado do ditado tradicional que privilegiava o poder da tradição e suprimia o tempo como temporalidade futura e transformadora do mundo, havia a opinião do tempo como saudade. E a nossa opinião, a opinião da minha geração expressava uma atitude diversa. Para nós, o tempo passado era importante apenas como elemento que serviria para implementar o futuro. Aqui a situação ficava quase que invertida. Tomávamos como alvo somente o

amanhã revolucionário, e certamente utópico, deixando de lado o passado e suprimindo o presente. Falar do passado e de suas tradições traía reacionarismos. Falar do presente revelava egoísmo. Só valia a pena falar e pensar no futuro, e era o futuro do Brasil que queríamos encarar nas nossas discussões e nos nossos projetos de geração. Vivíamos, pois, sem o saber, como bons venturianos ingleses, dando ao progresso e ao futuro um peso desmedido, e cometendo, certamente, o exagero de pretender exorcizar os males do Brasil pela sua supressão integral no futuro, que chegaria com uma revolução. Revolução, diga-se de passagem, que poucos viam como realizar ou produzir concretamente, e apenas uma ínfima minoria poderia encarar com plena convicção. Não preciso ir muito longe para revelar que tal visão constitui um discurso bastante trivial sobre a realidade social brasileira, e que não foi inventado pelos membros de minha geração.

De fato, esse discurso aparentemente revolucionário e utópico, que põe o futuro como o único alvo a ser atingido, é recorrente em países como o Brasil, onde o Governo, ou Governos, sempre, autoritariamente, realiza coisas cujas razões a sociedade desconhece plenamente, e o faz quase sempre com motivos que, na maioria das vezes, a sociedade sabe pela metade. Aqui, o que se pede era o que nós pedíamos à vovó, naqueles idos de 1950; que se abra a mão do presente, ou seja, da nossa vida aqui e agora, em nome da construção de um futuro que um dia irá chegar risonho e radiante, pleno de abundância e felicidade. Se resolvêssemos estender a retórica de tal concepção, onde só o que importa é o futuro, estaríamos, certamente, reproduzindo o discurso de um ministro da área econômica, e não somente um discurso contemporâneo, mas um discurso passado e, quero crer, também, até onde a gente não tenha consciência e vontade de domesticar esse tipo de discurso, um discurso futuro. Quer dizer, quando falamos em futuro, em ano 2000, em virada do século, temos a tendência a produzir dois modos de falar culturalmente diferenciados e complementares. Num deles acionamos o nosso lado tradicional e abrangente, tomando como foco a tradição e negando o presente e o futuro. Tal é o discurso dos mais velhos, dos mais ingênuos, para os mais moços, quando a eles se pede o sacrifício pelos valores da honra, da família, da religião, que, afinal, deve ser a nossa motivação principal. Tal é também o discurso dos homens em relação às mulheres, quando se pede, em nome da honra, da tradição e da família, que essas mulheres se sacrifiquem como indivíduos em nome de algum grupo. Tal é, também, o discurso de alguns políticos, quando prometem à nação o progresso futuro em nome do sacrifício presente. Pode-se afirmar que tal discurso circula pelos espaços tradicionais da nossa sociedade. O espaço da família, o espaço das relações de compadrio, o espaço da amizade e dos laços pessoais se concretizam claramente naquilo que nós chamamos de casa. Na casa e em casa, estamos com os faróis cer-

tamente ou quase sempre voltados para o passado, e ali reproduzimos, sabendo ou sem saber, as linhas mais conservadoras de nosso sistema temporal. É nesses espaços que os amigos valem mais do que as leis, e que podemos inventar todos os jeitos. Aqui, certamente, o futuro a Deus pertence e só há um futuro, que é o futuro da saudade. Mas quando falamos a partir do universo da rua, o espaço dos partidos políticos, das tribunas, das cátedras, dos jornais, dos livros e da vivência cosmopolita, produzimos um discurso muito diferente e certamente compensador em relação ao primeiro. Aqui só conta o futuro e só se discute o formal, o institucional, o estrutural, como se os universais fossem os únicos elementos que podem guiar a vida de uma sociedade. Deste ângulo, tomamos um caso e examinando a sua estrutura formal, sobretudo sua organização econômica e política, realizamos sua aproximação com o Brasil, para concluir que, seguindo aquele modelo, o futuro se nos revelará tal ou qual realização. Fazemos isso sem nos dar conta de que tal discurso serve muitas vezes para anular o presente, suprimir o passado e tornar o futuro ainda mais inatingível. Praticando tal forma de discurso, quase sempre nos esquecemos de que a vida social é feita de unidades mensuráveis, é certo, mas também de unidades onde não cabe nenhuma medida. Também nos esquecemos que à discussão formal e constitucional se junta a discussão sociológica e cultural, centrada, tanto quanto possível, nos aspectos interiores do fenômeno que se deseja transformar e discutir. Se um futuro nos remete a Deus e é uma visão tradicional do tempo, um outro nos remete a um otimismo ingênuo, e, no caso brasileiro, a um legalismo utópico, onde o autor das leis considera a questão resolvida simplesmente porque uma medida legal foi tomada. A julgar pelo que tem acontecido na história do Brasil nos últimos 50 anos, estou seguro de que até a virada do século teremos muitos conflitos motivados por essa visão dupla do futuro. Um futuro fechado, como infelizmente queria Oliveira Viana, para quem a perspectiva cultural servia apenas para condenar a sociedade brasileira a uma perpétua hierarquia autoritária, e um futuro ingenuamente aberto, onde se pensa que simplesmente adotando as medidas apropriadas e as estruturas jurídicas, econômicas e tecnológicas adequadas, será o suficiente para transformar radicalmente a sociedade brasileira. Temo que nenhuma dessas visões será suficiente para nós. De fato, estou convencido de que será preciso lembrar aquele famoso trecho do «18 Brumário», quando Marx indica que, se os homens fazem sua própria história, eles fazem, mas não a fazem como querem. Não a fazem sobre circunstâncias de sua escolha e sim sobre aquelas com que se defrontam, diretamente legadas e transmitidas pelo passado, ou seja, será preciso juntar as grandes forças que o nosso discurso erudito apresenta com tanta generosidade, com o discurso da casa e das relações pessoais, essa fala que nos coloca diante da realidade social mais imediata e de alguns valores que a nossa leitura de nós mesmos, pelo ângulo formal e constitucional, tende a

ignorar. Se, de um lado, temos uma visão conservadora, pois até hoje funcionamos dando aos inimigos a lei e aos amigos tudo, do outro, operamos com uma perspectiva certamente oficial e ingênua, onde se pensa que leis bem-intencionadas poderão modificar a realidade. Aqui esquecemos que tendemos sempre a operar como aquele vulto do segundo império, que podia negar tudo a todos, menos o pedido de um amigo. E como todos nós temos amigos e família, será preciso considerar, no nosso cenário cultural, o comportamento das nossas relações pessoais, intra e extrafamiliares, tentando medir o seu peso estrutural e o seu poder de realizar pontes entre os nossos desejos e essas leis quase perfeitas, que sempre serviram para abrir para nós um futuro promissor. Creio que o texto de Marx nos inspiraria a procurar nas tais circunstâncias, dentro das quais temos o direito a fazer a nossa história, aqueles fatores que nos tornam mais humanos aos nossos próprios olhos, e que, assim fazendo, nos dão a certeza de estarmos no Brasil. O futuro será construído com generosidade e com realismo no dia em que pudermos medir melhor todas essas circunstâncias sociais e, conforme eu tenho tentado revelar no meu trabalho, elas incluem tanto leis universais quanto as leis particulares e não escritas dos códigos de compadrio, parentesco e amizade. O futuro de uma tem que considerar o futuro da outra. E não poderá esmagar ou matar a outra. Ambas, por assim dizer, têm que ser domesticadas para que se possa realmente chegar às transformações que a sociedade precisa e demanda. O estudo da cultura como estilo, como modo de fazer as coisas, apenas indica que os universais e os princípios estruturais que regem a vida dos homens em sociedade sofrem torções e distorções. E como até agora só temos feito uma síntese do pior do capitalismo com o pior do socialismo, juntando sempre lucro e irresponsabilidade desenfreada, com censura e controle do Estado de quase todas as áreas da vida social, já seria tempo, na virada do século, creio eu, de pensar um pouco nesse futuro que a Deus pertence, junto com o futuro do pensamento universalista e economicista que lê a sociedade pelo seu ângulo externo e constitucional. Juntando os dois, faremos o exercício, talvez mais ao estilo de Tocqueville, que foi capaz de discernir, com tanta generosidade, o necessário futuro dos Estados Unidos e, junto com ele, as suas limitações e os seus conflitos. É precisamente isso que eu estou tentando realizar aqui com esse pequeno exercício e essas reflexões. Muito obrigado.

Ministro Celso Furtado:

Muito obrigado Dr. Roberto da Matta. Temos, assim, três exposições abrangentes que vão nutrir, seguramente, o nosso diálogo, mas que não devem limitar o horizonte de especulação. O debate é um debate amplo, nosso tema é o cenário cultural, as perspectivas da cultura brasileira para o fim do século, portanto, os debatedores que são

convidados a se apresentarem nesse momento têm à sua disposição, o tempo é limitado, é verdade, a amplitude de horizonte e reflexão. Existe alguém já inscrito? Eu peço então aos debatedores que se identifiquem, o nome, se possível a instituição.

Luis Edgard de Andrade, jornalista de televisão:

Eu queria manifestar, com toda a delicadeza, o meu protesto moral contra uma frase dita aqui neste seminário com a melhor das intenções. Essa frase me fez lembrar o general espanhol que, em 1937, na frente da Universidade de Salamanca, gritou «viva la muerte». E então Dom Miguel de Unamuno, Prof. de Salamanca, protestou. Foi o último protesto dele antes de morrer. A frase é a seguinte, talvez eu esteja exagerando, mas eu, de propósito, exagerei, de modo a chamar a atenção para o impacto dela. A frase é a seguinte: que na virada do século, o aprendizado da linguagem do computador será mais importante do que o ensino do português. E que mais importante do que a alfabetização será a informatização, que será o novo nome da alfabetização. Olha, entende-se o sentido da proposta, mas eu quero dizer que mais importante do que aprender computador, mais urgente, é aprender o português. Essa semana, por coincidência, um professor do Conselho Nacional de Educação, Prof. Arnaldo Niskier, formulou proposta, aprovada naquele sodalício, como se dizia antigamente, estabelecendo para os estudantes do primeiro grau, obrigatoriamente, 5 horas de aula de português por semana. Eu, exagerando outra vez, proporia que essa obrigatoriedade fosse estendida às faculdades. Talvez na faculdade não fossem possíveis 5 horas de aula de português. Mas pelo menos aulas obrigatórias de português para que os nossos advogados, jornalistas e economistas aprendessem a falar e a escrever o português, porque cada vez menos se fala português. A nossa linguagem está ficando uma espécie de *releases* no meio administrativo. Os nossos administradores, quando falam, sentem-se obrigados a fazer uma, outro exagero, metáfora economicista. Quando eu vinha ontem do Rio de Janeiro, estive folheando, no avião, um livro publicado em 1964, na Inglaterra. Uma universidade inglesa reuniu, talvez não de corpo presente, mas por escrito, as opiniões dos maiores especialistas europeus e de outros países, sobre como seria o mundo daí a 20 anos, no ano de 1984, esse ano fatídico previsto pelo escritor Orwell. Muito bem, eu estive folheando no avião, eu já tinha lido isto há vinte anos, não me lembrava mais, achei as propostas até ingênuas, algumas ultrapassadas, outras a gente não tinha atingido. Mas eu confesso que essa idéia de substituir o português pelo informático, eu acho que não passou nem pela cabeça do Orwell. Às vezes, no Rio de Janeiro, quando ando de automóvel e ligo o rádio, fico admirado ao verificar que todas as estações locais de FM estão transmitindo música americana, geral-

mente rock. Eu até gosto da música americana, mas não a toda hora, a todo momento. E como morei muito tempo fora do Brasil, às vezes tenho uma fantasia: andando no carro, ouvindo aquela música em inglês, 6 músicas em inglês, antes de começarem outras 6 músicas em inglês, eu tomo um susto porque o locutor fala em português. Eu esperava que o locutor também falasse em inglês. O meu amigo Luis Carlos Barreto, hoje de manhã, no cenário de política internacional, protestou aqui contra a colonização cultural do Brasil, que ele considera, e eu também, mais grave do que a invasão holandesa no Século XVI. O Luis Carlos Barreto é uma espécie de Vidal de Negreiros do Século XX contra essa invasão.

Concluindo, eu queria apenas, aqui, despertar a atenção para esse problema do português, para que se voltasse a falar português no Brasil. Desculpem os exageros, mas era por uma questão de ênfase.

Chico Chaves, poeta, artista plástico:

Eu tenho aqui uma pasta que pertenceu a Juscelino Kubitschek, com o poema *De Volta Para o Planalto*. É o seguinte: eu quero assim, o céu azul, o mar verde, a liberdade de expressão sem a presença daquela besta quadrada. Porque nós vivemos um momento de resistência cultural no Brasil, da ditadura para cá. Nós, que trabalhamos na área cultural, que enfrentamos toda a espécie de perseguição política e ideológica, ainda não conseguimos processar a nossa informação, ainda não conseguimos nos organizar em termos de ação cultural mais efetiva. Por quê? Porque no Brasil a gente ainda está vivendo um processo cultural lento, demorado, quase que uma serpente de 7 cabeças que não consegue encontrar nenhum dos buracos, nenhuma das tocas onde realizar trabalho de maior profundidade. Eu vejo aqui questões importantes que foram levantadas no outro cenário, que eu acho importante colocar neste novamente. A preservação do patrimônio ecológico, que a gente está vendo ser destruído. Eu viajei a Paracatu há dois anos atrás, e vi os fazendeiros pagarem mais para queimar o mato do que para plantar. E aquele carvão, que era retirado dali, era retirado para derreter o ferro do outro lado de Minas Gerais, onde as montanhas estão ficando cada dia mais tronco de pirâmide. Que tipo de posição vai se tomar culturalmente em relação a isso? Se os bichos vão acabar, se as cachoeiras vão secar, se a nossa paisagem vai ser destruída, que tipo de poesia nós vamos poder fazer no futuro? A poesia da destruição, do declínio? Eu acho que a área cultural tem que estar diretamente ligada a essa questão. Uma outra questão que eu vou colocar é a seguinte: é o desenvolvimento científico e o incentivo à expe-

rimentação. Eu acho que o trabalho em defesa do patrimônio é muito importante, a gente está tendo a cultura brasileira depredada, os nossos edifícios históricos sendo destruídos. Eu acho muito importante isso. Eu estou sentindo que na área da experimentação cultural nós estamos perdendo espaço. Praticamente perdemos um espaço no Rio de Janeiro, que era o armazém que foi doado à Fundação Nacional de Arte e que não foi assumido. Ali, vários artistas de várias gerações poderiam experimentar formas, poderiam experimentar materiais, poderiam desenvolver trabalhos em oficinas de teatro, de cinema, laboratório de fotografia, e toda uma geração que não teve a menor possibilidade de desenvolver isso dentro de uma universidade, dentro da escola, dentro da nossa tradição e dentro dessa história recente de que nós vivemos agora. Então, eu sinto uma grande importância nessa questão. Experimentar cientificamente a coisa toda do plano cultural, artes plásticas principalmente. Eu acho que a gente tem que criar um pigmento brasileiro, a gente tem que pintar é com terra mesmo, nós somos um país subdesenvolvido, eu acho que não tem essa questão de batalhar por pigmento importado. A gente tem que ter uma fábrica de cinema, de celulóide, a gente tem que incentivar a indústria cinematográfica, a partir de uma indústria nacional. Eu vejo isso a partir de agora para o futuro. Não adianta a gente pensar no futuro, se não tivermos uma geração, um grupo de pessoas dinâmicas que vão em campo, trabalham junto com o povo, junto com o folclore, ali, junto com o cara da terra. Não adianta a gente ficar sentado, estudando e lendo teorias a respeito da cultura brasileira. A gente tem que estar convivendo com os grupos de folclore. Tem que estar ali junto com os grupos de folia de reis, bumba-meu-boia, animação cultural mesmo, essa é a nossa experiência da geração que passou 20 anos debaixo da ditadura.

Uma outra questão que eu quero levantar aqui é a seguinte. Nós não temos um processo de registro da nossa memória. Cinco anos atrás, o que realizamos já foi esquecido. Por quê? Porque o Instituto Nacional do Livro, a própria instituição, não cuida disso, de editar os nossos relatos, de editar as nossas experiências de vida, já que não temos uma tradição literária no Brasil. Colocar a mídia à nossa disposição, o jornal, a televisão, a TV Educativa, criar uma TV Cultura, colocar esse equipamento à nossa disposição. Nós temos o que falar e muito bem o que falar. Temos uma experiência de vida bastante importante. Nós ficamos no Brasil, 20 anos, passamos aqui a nossa adolescência, a nossa juventude, e temos bastante experiência para poder dar uma virada no Brasil e realmente dar uma virada no século. Essa é a posição que eu coloco, não é uma questão pessoal como poeta ou artista plástico. Estou emocionado, realmente, de ter vindo aqui, fui convidado a me colocar e queria chamar atenção para esses aspectos.

Ministro Celso Furtado:

O espírito desse encontro é exatamente ouvir um debate amplo, etc., etc. Mas quando há uma questão diretamente dirigida a alguns daqueles que apresentaram aqui as suas idéias, teremos que dar a oportunidade, também, para que haja uma resposta. Eu peço, então, ao Dr. Mário Machado, que esclareça o seu pensamento com respeito a esse desdobramento da alfabetização que se prolongaria pela informática.

Dr. Mário Machado:

Eu diria o seguinte. Em geral, todos esses exercícios de reflexão sobre o futuro assustam. Mas é preciso encará-los com realismo. Quer dizer, não adianta fechar os olhos. Mas eu faria alguns comentários à crítica que me foi formulada. Em primeiro lugar eu acho o seguinte. Eu acho que houve de fato um certo exagero ao caracterizar a minha posição, porque nem eu disse que o português seria substituído pelas linguagens artificiais, o que seria um disparate, e nem disse que essas linguagens seriam mais importantes do que o português. O que eu disse, está escrito aqui, é que elas seriam tão importantes quanto, e frisei, para o mercado de trabalho em certas profissões. Frisei isso. Quer dizer, em certas profissões, quem não tiver esse instrumental ou não entra, ou, se entrar, vai ser eternamente periférico. Isso é uma verdade. Isso é uma realidade. E frisei um outro fato: várias escolas já dão a seus alunos a oportunidade de aprenderem tais linguagens. Só que essa oportunidade não é democraticamente distribuída. São escolas de alto nível sócio-econômico. Crianças dessas famílias já têm essa oportunidade. A rede escolar pública não oferece essa possibilidade e a rede escolar privada, em geral, também não. Portanto, existe, já aí, uma discriminação de ordem sócio-econômica. Quem quer que defenda uma postura democrática nessa questão não pode ter outra posição a não ser a de defender a democratização do acesso a essas linguagens. Quem não quiser aprendê-las, que não as aprenda. É um direito. Mas devem ter a oportunidade de aprendê-las, se o quiserem. Essa foi a minha questão. Quanto à questão do analfabetismo, acho muito claro que se o analfabeto aqui, hoje, é quem não fala o português, no Século XXI será quem não falar português e também quem não falar essas linguagens. Para todos os efeitos práticos será um analfabeto, terá dificuldades de comunicação, seja no mundo econômico, seja no mundo político, seja no mundo cultural e até mesmo no social, num sentido mais amplo, nas coisas mais triviais, como lidar com uma máquina de um banco, onde não há mais o caixa com quem você fala. Ou você põe o cartãozinho e opera aquilo ali, ou você não consegue mais operar. Quer dizer, esse é o exemplo mais trivial. Multiplique isso por «n» nos próximos 10, 20, 30 anos. Quer dizer, vão existir cidadãos de

segunda classe numa outra estratificação social, que se agregará às muitas que já existem hoje. É esse o sentido da minha intervenção. Certamente a poesia, eu espero, continuará a ser escrita em português, e não por computadores. Se bem que os computadores poderão ajudar a corrigir os erros gramaticais.

Ministro Celso Furtado:

Há tanta música já sendo composta por computadores.

Simões ... , Rio de Janeiro:

Eu queria fazer duas ponderações que são um pouco diferentes dos cenários, em dois casos que ouvi, só para efeito de discussão. A primeira é a idéia de que o desenvolvimento da comunicação de massa massifica e impede o pluralismo. Eu acho que se nós olharmos os países onde hoje existe muita comunicação de massa, inclusive os Estados Unidos, veremos que são países que também têm o pluralismo. Quer dizer, eu não acho que as duas coisas sejam contraditórias. Eu acho que esse fato se junta a um outro, porque as tecnologias modernas tendem à descentralização. Quer dizer, hoje em dia a filmagem de televisão, de vídeo, cassete, é uma coisa cada vez mais barata e tende a ser mais barata e mais acessível. E a criação de uma multiplicidade de pólos de produção, de formas diferentes usando novas tecnologias, é uma realidade cada vez mais próxima. A mesma coisa se aplica ao computador. Eu discordo da colocação do Mário a respeito das linguagens de computação. Cada vez é menos necessário entender linguagem de informática ou linguagens artificiais. O computador é cada vez mais uma coisa que se usa como se usa o automóvel. Hoje em dia, todo mundo usa o automóvel, e, facilmente, sem muita dificuldade. E cada vez mais todo mundo usa o computador. É claro que isso requer, por trás, uma indústria de computação, uma indústria de *soft*, etc. Mas a tendência não é transformar todo mundo e nem as principais profissões em especialistas em computador. A tendência é o uso desse instrumental avançado como hoje em dia se liga um rádio, se liga uma televisão, ou se dirige um automóvel. Eu acho que essa tendência leva, na realidade, a um pluralismo muito grande que requer, evidentemente, isso sim, uma base tecnológica muito grande e muita gente capaz, quer dizer, pelo menos muita gente em condições de produzir esse *software*, o *soft* educacional, toda uma indústria de produção de produtos culturais na área de computação, na área de televisão, na área de cinema, etc. Mas a tecnologia, eu acho que ela ajuda nesse sentido, em vez de ela ajudar no sentido da concentração. Então, nesse sentido, eu acho que o cenário é diferente. Não é o cenário da massificação, nem o cenário da informatização no sentido de aprender linguagens artificiais. Só para acrescentar, eu acho que o computador faz renascer o uso da língua escrita. Quer di-

zer, hoje em dia há o renascimento da língua escrita pela facilidade de comunicação do texto escrito, que é justamente o que o computador permite. É como que uma volta atrás à idéia da imagem que a televisão proporcionava.

Ministro Celso Furtado:

Eu peço aos candidatos ao debate, ao microfone, que se alinhem.

Pedro Maciel, de Belo Horizonte, poeta também.

Parece que vai dar uma enxurrada de poetas aqui, e os poetas não andam fazendo poesia não. Os poetas andam fazendo poemas. Poesia é esse encontro, essa oportunidade que há de todo mundo se expressar dentro da idéia de cada um. E, dentro desse assunto, eu acho que o D. Hélder Câmara dizia que mesmo o povo, sem ir à escola, sabe muito bem o que quer. Então, isso daí é para ficar no ar. Mas o que eu quero falar aqui é sobre o espaço da arte, o espaço do mercado de arte altamente elitista. Já diziam o Luis Carlos Barreto, que está presente aí, e um colega dele, que é o Cacá Diegues, que quem precisa de arte é o público. O artista precisa de dinheiro. Então eu acho que existe muita polêmica de como que seria esse mercado. Ele é tão elitista e a arte é uma corrente milenar. Assim, o problema de mercado é muito sério, seríssimo. E gostaria de frisar a parte do antropólogo Roberto da Matta, que eu respeito muito. Ele falou que a gente poderia abrir mão do presente, ou a avó dele disse, me parece. Então é o seguinte: eu fiz uma coisa, isso foi uma brincadeira. Eu estou um pouco informal, mas acho que a gente não pode ser muito sério, vocês me desculpem. Então eu acho o seguinte: o Brasil vai passar a conhecer o Brasil a partir do momento em que o amontoado de ruínas, que no caso é a história, for varrido de vez. Ou melhor, para se ter um futuro digno de nota, é preciso contar a história dos vencidos. E quem vai contar essa história? É isso aí. Obrigado.

Gabriel de La Fuente, contista, editor de uma revista alternativa por nome «Revista do Conto, Teoria do Conto»

A minha exposição é também mais uma colocação do que uma pergunta. Eu venho de uma região muito simples do Estado de São Paulo, perto de Ribeirão Preto, de uma cidadezinha chamada Jardínópolis. Eu acredito que poucos a conhecem. Por lá, com muito sacrifício, já conseguimos realizar dois encontros de escritores, nos quais não tivemos apoio nenhum do poder público. Citamos a presença de algumas pessoas, que nosso prefeito nem sequer conhece, pessoas do jornal, da Câmara Municipal, entre elas havíamos convidado o Prof. Fábio Lucas, a escritora Lígia Fagundes Telles e o escritor Inácio Loyola Brandão. Eu, aqui presente, não vejo esse tema, «Brasil na vi-

rada do século», como um tema de bruxa, que acaba espantando as pessoas; e acredito que esse tema também não é de causar tamanho espanto. Também vou me referir ao Prof. da Matta, quando ele retorna a palavra e diz que «temos que esquecer o passado», ou alguma coisa dessa ordem, que o meu amigo acabou de falar; isso daí nós não podemos fazer. Temos experiência disso, de que a virada do Brasil no próximo século requer a tomada do presente, temos que verificar o presente que estamos tendo, para a gente não cair no erro; mas se ficarmos na questão futurista vamos sacrificar uma sociedade inteira, onde a linguagem tanto oral como visual é basicamente desconhecida e há um grande número de ideologias passadas pelos meios de comunicação. E, para isso (não me recordo o nome do segundo expositor), um grande professor ligado à área da cultura, da UNESPE de Marília, Prof. Dr. Wilcon Pereira, em 68. já fazia um trabalho como o que o senhor acabou de expor, interessante, por sinal, chamado «Cultura de Massa». Nós temos de pegar, rever toda essa questão que acontece agora, temos de verificar o nosso presente, se não vamos aniquilar uma sociedade inteira.

Em segundo lugar, eu discordo plenamente da exposição do outro conferencista, sobre a questão do computador. Como professor de filosofia na escola pública, sentimos plenamente a dificuldade e o desamparo total dos estudantes frente à sociedade, para que ela vá produzir cada vez mais uma cultura dividida. Assim, nós queremos deixar o nosso apoio ao senhor ministro para que dê amplo amparo à cultura, divulgue, sobretudo, as artes alternativas, que é um processo que está começando a surgir no Brasil desde a década de 70, crescendo cada vez mais e que é o meio alternativo que se encontrou para se competir com as grandes indústrias culturais que nós temos. Além do mais, queria fazer duas coisas, dois protestos. O primeiro, temos uma casa da cultura na cidade de Jardinópolis, onde o prefeito conseguiu, com a Companhia Paulista de Força e Luz, o terreno, e precisava criar uma outra obra para lograr se eleger. Junto à Casa de Cultura ele construiu um velório municipal. Numa apresentação da Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto, havia morrido uma senhora considerada, num acidente, e fomos obrigados a dispensar a Orquestra Sinfônica, para se fazer o velório da pessoa. Agora, que futuro que a gente vai discutir tendo um prefeito dessa ordem, tendo representantes políticos dessa ordem, e, além do mais, que futuro a gente vai começar a discutir onde nem sequer se conhecem pessoas como Lígia Fagundes Telles e Drummond, que muitos dos nossos alunos não conhecem, e nem sequer ouviram falar de Drummond. Começa por aí. A outra questão é que a gente não pode começar a negar o nosso presente aqui, a nossa cultura dividida. Na minha viagem de Ribeirão Preto para cá, na cidade de Catalão, um senhor muito simples ficou levemente embriagado, e, ao meu lado, começou a cantar algumas músi-

cas populares assim sem interromper, sem perturbar a ordem dentro do ônibus. Pois o motorista do ônibus chamou a polícia na hora em que chegou na cidade de Catalão. Conversou com o rapaz e o rapaz falou: eu não estou perturbando ninguém, vou dormir até Brasília, comprei a passagem e o motorista vai ter que me levar até Brasília. O sargento não gostou da colocação honesta, sincera e franca do rapaz. Eu havia me retirado do assento para que ele pudesse continuar a dormir, e voltei a ler Guimarães Rosa atrás do ônibus; Pararam o ônibus, veio a polícia com dois soldados e um cabo, e tiraram o nosso grande cantador, que estava animando o ônibus, a tapas e pontapés, e o colocaram para fora de maneira agressiva. O senhor sabe muito bem que o Fiat é muito estreito. Abriram o porta-malas, pegaram o homem pelos pés e pelas mãos, jogaram-no dentro do Fiat, trancaram e o levaram na mala preso. Eu pergunto aos senhores, quê virada de século o Brasil terá nessas condições? Para finalizar, vou fazer um plágio ao menino argentino Jorge Luis Borges, que diz que há a cultura universal. Tomando isso como verdadeiro, venho buscar em Bachelard uma frase que eu vou plagiar, passando para a minha linguagem, que o Brasil entre fazer submarino voador ou não fazer submarino voador, existe uma questão entre as duas.

Circe Navarro Vital Brasil:

Sou professora do ESAI e da Fundação Getúlio Vargas, no Rio, e da PUC do Rio de Janeiro.

Eu queria resgatar a colocação do Mário a respeito do domínio do conhecimento de linguagens artificiais. Acho que realmente é alguma coisa que está presente e que requer a maior atenção. Principalmente se compararmos com a condição da alfabetização nas escolas brasileiras. Nós sabemos que o aluno, quando chega à escola, já fez uma leitura do mundo. Ele traz, no entanto, uma série de valores que são produto da sua experiência, valores que estão reduzidos ao valor verdade, que é aquele que a Professora, no seu encontro com a criança ou com o adulto, quer impor a outro. A escola tem o seu saber presidido pelo valor verdade. Nesse momento, o que nós vemos é que há uma ruptura entre os dois discursos, do professor e do aluno, que não tem o reconhecimento da sua vivência, do seu saber na escola, saber vinculado aos valores que traçam a ordem sócio-cultural da qual ele vem, pleno dela, e tem uma palavra plena; e, no entanto, o professor deseja fazer uma varredura nesses valores, impondo o seu modelo, o modelo que está valorizado pela instituição-escola, e a criança, então, diante desse não reconhecimento, faz uma opção por continuar viva, por não ser zerada. Ela faz a opção de não se entregar a essa alfabetização alienada e alienante. E nós sabemos, então, que 60% das nossas crianças são expelidas do sistema escolar. Quer dizer, o povo realmente não está na escola sendo alfabetizado. Ora, se esse modelo

está barrando esta quantidade de crianças, qual a nossa preocupação diante desse fato que é o da aprendizagem de uma linguagem artificial que vem presidida pela lógica formal, pela lógica dos computadores? Se a razão monológica, que tem um só valor, que é o valor verdade, já traz tanto prejuízo à criança, o que acontecerá se não houver uma previsão, na virada do século, em relação a esse projeto de modernização que eu não considero que seja um destino natural, mas, sim, uma opção política? Então, como, na virada do século, poderemos ter uma preocupação com a informação ao povo brasileiro, de maneira que ele possa fazer uma opção política por essa modernização, por esse modelo de desenvolvimento e ficar consciente do que, numa ambigüidade, a escola diz que dá a ele e que, no entanto, está pronta para negar na sua entrada?

Ministro Celso Furtado:

Eu me permito dar um pequeno esclarecimento. Creio que seria uma explicação demasiada direta essa de que as crianças abandonam as classes no Brasil, as aulas, pela incompatibilidade com o sistema de ensino que lhes é imposto. Se compararmos o Brasil com qualquer outro país onde existe uma justiça social, onde o nível de renda é mais alto, onde as condições de vida são mais adequadas, veremos que as crianças ficam nas escolas até os 14 anos, e que, em realidade, as aceitam, digamos, mesmo muitas vezes resistindo a certas violências do sistema de socialização que se lhes impõem; mas seria simplificar muito, me perdoe, imaginar que o problema é puramente um problema de interface entre lógicas, e não um problema social.

Celso Adolfo:

Sou compositor, moro em Belo Horizonte. Eu queria fazer mais um relato, que vai bater com aquela coisa de que o menino de Jardínópolis tinha falado, que é a minha preocupação com o Brasil nessa virada do século. Eu gravei o meu primeiro LP em 1983, pelas mãos e com a ajuda de Milton Nascimento. E, naquele momento, o que me parecia ser um começo de carreira de certa forma facilitado, numa certa altura, o processo dentro de uma gravadora me assustou tanto, e aquela coisa me mostrou, três anos depois, que eu não ia conseguir gravar o meu segundo LP. Isso não por motivos contratuais, não por nada dessa ordem, não. Mas por cinismo puro e simples que acontece naquele meio. No meu caso, quero relatar o seguinte: fazia um mês que meu disco estava lançado, eu fui à gravadora, pedi prestação de contas, de maneira informal, porque não há outra forma de você pedir prestação de contas para uma multinacional, no caso a Philips. Então, eu cheguei num lugar qualquer, você pode perguntar tanto para o presidente da gravadora como para o cara do cafezinho, a resposta vai ser sempre uma coisa qualquer. Perguntei: quantos dis-

cos eu vendi em Belo Horizonte, nesse espaço de um mês? Aí eles mexeram, tal, e o José Ribeirinha foi lá dentro e trouxe uma listagem, uma lista de computador, onde estava escrito, reparei bem, estava escrito assim: Belo Horizonte, tal, não sei o quê, discos: dois mil novecentos e pouco. Fitas: o restante, que então completava 3.000. Havia um mês que o meu disco estava lançado. Muito bem, coisa agora de 4 meses eu voltei ao Rio de Janeiro, voltei à gravadora. Naquele intervalo tinha voltado várias vezes, não fui recebido em nenhuma. Fui lá, tal, etc., tornei a perguntar quantos discos eu vendi, porque estou preocupado com os meus direitos autorais, eu vivo disso, eu quero saber o que eu vendi, eu estou vivendo sem esses proventos. Então o cara trouxe uma lista de computador. Eu pensei: bom, daquela vez tinha 3.000, eu acho que agora vai ter pelo menos uns 5.000. Está bom. Quando eu vou ler a lista, o cabeçalho já era diferente, já estava escrito assim: LP Celso Adolfo, nº tal, não sei o quê, desde o lançamento, data de outubro de 1983, 2.450. Diminuiu. Aí eu falei, ué? O curioso é que eu, neste intervalo, como é comum na vida do artista brasileiro, comum na vida do músico, pego meus discos, coloco eles debaixo do braço e saio fazendo shows, vou vendendo eles na medida em que vou trabalhando. Esse dinheiro, do que eu vou vendendo ali, fica, está escrito no contrato, 92% com a gravadora. Os 8% restantes são os meus direitos autorais. Bom, se na primeira visita eu tinha vendido 3.000, na segunda eu pergunto: diminuiu? Eu já tinha vendido sozinho coisa do tipo 2.000 LPs, fiquei sem entender mais nada. E o cinismo é tão grande no trato com o artista, o desrespeito é tão grande que você não tem o que dizer. Ou você dá um soco no cara, e você pode estar dando o soco no cara errado, e mesmo que você dê esse soco no cara certo, você nunca vai saber se está certo ou errado. No final da história, eu também pergunto: como vai ser a virada do Brasil no século?

José Jatobá Lins:

Sou administrador no Ministério da Administração, na SEDAP, Secretaria de Administração Pública:

Bom, eu queria mostrar aqui umas preocupações que eu tenho quanto a essa questão da invasão da música estrangeira na nossa música, porque há muito tempo que eu vejo nos rádios, televisão, nos cassetes, a predominância muito grande de música internacional sobre a música nacional. E muita gente simples que anda por aí com gravadorzinho, que não sabe português, está ouvindo música em inglês. Isso daí para nós, nacionalistas, progressistas, amantes da causa brasileira, é um negócio muito triste. E eu gostaria que esses planejadores do Ministério da Cultura, do Ministério da Educação arrandassem um meio de disciplinar esse sistema, de maneira que fizessem essas editoras e essas gravadoras gravarem um percentual maior de músicas nacionais, da

arte nacional, sobre as músicas internacionais. A outra coisa que me preocupa é a questão da virada do século quanto a esse problema. Se saber é cultura, se informação é cultura, e se o poder vem do povo, e se nós temos um papel, um livro tão caro que não atinge as massas, nem sequer o estudante universitário, como é que estamos pensando numa virada de século de país de economia democrática, de educação democrática, de escola participativa e democrática, se o povo não tem cultura para participar, não tem condições? Os nossos livros são muito caros; eu ensino também numa escola, numa universidade particular, aqui, à noite, e muitos estudantes não podem comprar livros, tenho que fazer anotações no quadro, tenho que facilitar as coisas para eles, porque uma grande parte deles não pode comprar livros, porque os livros são muito caros. Então, temos que facilitar, de maneira que, imprimindo em papel mais barato, etc., atinjamos a maioria de estudantes, atinjamos a maioria de leitores, de maneira a fazer com que a cultura chegue ao povo, que é o verdadeiro promotor da cultura, que com seu trabalho promove a ciência, a universidade, e, portanto, faz a cultura. Teremos realmente que democratizar a cultura, socializar a arte.

Ailton Escobar:

Sou o regente principal da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais.

Estamos certamente preocupados com o Brasil na virada do século. Temos quatro séculos atrás de uma cultura musical substancial, e esta cultura musical não está à disposição do público brasileiro, porque não está gravada em disco. Uma infinidade de obras, só de alguns poucos autores que poderíamos listar aqui, seria cansativa, ainda assim, as pessoas do público não a conhecem. As universidades não conhecem, as escolas não conhecem e o público brasileiro todo, independente dos horários em que os concertos se façam, ou das faixas etárias, ou das procedências sociais deste público. Todos desconhecem a criação brasileira musical. Não digo da criação popular, porque essa ainda assim é parcialmente conhecida, ainda que volumoso o conjunto. Me preocupo bastante com a virada do século, sendo que quatro séculos atrás ainda são, nesse aspecto que me traz aqui, honrado com o convite, totalmente desconhecidos e sem a vivência do brasileiro. Virá mais um século ignorando o conjunto de quatro na arte musical? Me parece ser apenas um golpe da sorte e não uma realidade palpável. Fico muito impressionado com a questão das orquestras em todo o País. Nossos conservatórios estão muito mal formando os nosso músicos, há um exército macedônico de pianistas, que servem muito pouco à causa do cultismo musical do País, e muito poucos são os instrumentistas de orquestra que saem dessas escolas. Porque poucos também são os professores e menores ainda os recursos para que essas aulas aconteçam a contento. O progresso da forma de atividade de ensino dentro desses

conservatórios, dentro dessas escolas de música, e de todas as instituições que amparam a questão musical dentro do País fazem com que haja realmente alguma coisa que significa apenas uma leve pincelada sobre esse compromisso sério.

As nossas orquestras estão despovoadas, precisando de urgentes próteses, porque há um banguelismo extraordinário dentro delas. Não temos um instrumental, não há o estímulo real, farto, persistente, ao instrumental de fabricação nacional. Os instrumentos são todos caros, da aquisição à manutenção certa. E as orquestras não se fazem, os regentes não se sentem convidados a existir, e nós estamos com a prática da nossa música fadada, então, pela substituição da informática, no caso dos computadores, porque podem realizar isso num toque de poucos botões.

Sobretudo a questão da gravação da obra e da impressão da criação nacional em música, nada temos a esse respeito, fazendo com que determinados outros conhecimentos tomem o espaço aberto generosamente a eles. Temos a questão do direito autoral, que certamente é um caso policial no País, terrível, e temos também a necessidade de levantar casas de espetáculos dignas da participação dessas orquestras.

Eu, trabalhando no Palácio das Artes da Fundação Clóvis Salgado, de Belo Horizonte, tenho uma casa invejável do ponto de vista arquitetônico, para a prática das nossas atividades. Entretanto, e sabendo que ela é uma das raras casas de ópera do País, não temos progredido, nem mesmo com a lei Sarney, que veio na verdade muito atrasada, apesar da sua grandeza e da sua urgência; veio muito atrasada porque ela significa, na verdade, uma lei que deveria acontecer no princípio, ao menos, do Século XX, e não a poucas horas do XXI, considerando, ainda, todas as dificuldades que causa às empresas e às casas de espetáculo, enfim, aos conjuntos musicais, com seu cadastramento, e mais uma série de outras coisas que não ficaram ainda muito claras para todas as pessoas assustadas, agradecidas e, ainda assim, assustadas com essa questão.

O estímulo não há. Então, o que acontece com essas casas de ópera, tão poucas, com a nossa música, sobretudo, e com o desejo das orquestras de não serem apenas aquelas que imitam, com mais ares de inveja do que realmente de obrigação na aquisição universal do bem musical, uma Quinta Sinfonia de Bethoven. O caminho muito mais interessante seria gravar as 12 de Villa Lobos que ainda permanecem sem gravação. E agradeço, querendo ouvir muito a palavra desta ilustrada Mesa a respeito do que falei. Muito obrigado.

Ministro Celso Furtado:

Eu agradeço pessoalmente a contribuição do maestro, e o que mais encontro no diálogo com os intelectuais e com os artistas criado-

res é sua permanente insatisfação, seu desejo de ir mais longe, de superar fronteiras e limitações. Esse estado permanente de ansiedade, de insatisfação, de desejo de ir mais alto e mais longe evidentemente é o traço característico dos criadores. Porque, se olharmos de outro ângulo, podemos ter uma leitura muito diversa. Bem ou mal, se está fazendo um esforço nesse momento, no Brasil, para equipar as orquestras sinfônicas. Aqui em Brasília, neste ano mesmo, estamos fazendo um grande esforço para equipar, pois é uma pena que uma cidade como Brasília tenha uma orquestra tão mal equipada. Eu até me recordo, eu era jovem já interessado em música, tive oportunidade de ouvir muito Villa Lobos, nas lutas, no Rio de Janeiro, naqueles anos de 40, para dotar o Brasil de sua primeira orquestra sinfônica, a Orquestra Sinfônica Nacional, com o maestro Jenka, que estava, por acaso, no Brasil, na época, e que era um grande ensaiador de orquestra, e foi então aproveitada a sua presença. E se realizou um esforço da sociedade. Foi preciso um mecenato para dotar o País de uma primeira orquestra. Hoje dizemos que a situação é grave, mas eu tenho no meu Ministério registradas 17 orquestras que podem receber esse nome, merecem esse nome. E que estão precisando de apoio, de ajuda. E que vão ter algum apoio, já estamos começando a dá-lo. Mas eu posso realmente me felicitar pelo fato de que a insatisfação, hoje, é de outra ordem de grandeza. É muito mais do que se deseja, porque é muito mais aquilo que está dentro do campo do possível. Quanto às partituras, também é sabido o esforço que está sendo realizado para termos, algumas pelo menos, pelo menos alguma parte de alguns grandes músicos brasileiros, este ano. E, com respeito a instrumentos, o mais grave no Brasil é exatamente isso, não temos o hábito, a população tem pouco hábito de praticar música. O Ministério lançou esse programa de bandas, e já atendeu a várias centenas de bandas este ano mesmo, mais de uma centena de bandas estão sendo atendidas, e é interessante observar o interesse crescente em torno de instrumentos de música. E, também com relação à produção de instrumentos no Brasil, temos no Ministério trabalhos realizados sobre madeira, sobre tudo o que diga respeito a criar uma base de indústria de instrumentos o que, evidentemente, é difícil e vai sendo conquistado aos poucos. Em outras palavras, devemos exigir muito mais, desejar muito mais, porque esse é um País que tem muito mais possibilidades do que as que usa. Mas, indubitavelmente, muita coisa se realizou nesses anos. A próxima pessoa.

Nestor dos Santos Lima:

Sou Presidente da Sociedade dos Amigos da Natureza, de Natal, e Presidente da Sociedade dos Moradores e Amigos da Orla Marítima Metropolitana, a cujas eleições fui chamado sem saber exatamente do que se tratava, mas assumi. Uma vez assumido, vou fazer meu papel.

Eu queria primeiro felicitar o governo do Presidente Sarney pela idéia de fazer esse seminário para o ano 2000. Eu já estava muito preocupado pela ausência de pensamento sobre o ano 2000, no Brasil, desde que cheguei. Porque o Octavio Paz, maior ensaísta vivo da América Latina, diz, num dos seus ensaios, que a América Latina se preocupa com o passado. E a América do Norte se preocupa com o futuro. Ele não se lembrou de nós, porque nós estamos no meio. Eu já ouvi mencionar aqui que, realmente, nós só nos ocupamos do presente, da taxa de inflação de um dia para o outro, que não expressa coisa alguma. Se expressam essas coisas em meses e anos. De maneira que eu recebi com o maior interesse a idéia da realização do seminário, e logo aqui me deparo com a exposição do Prof. da Matta, que menciona aspectos extremamente interessantes, com os quais eu já me confronto depois da minha imersão em Natal, que é a capital de um dos Estados mais atrasados da Federação. Alto nível de analfabetismo, duas famílias de oligarquia dividem o poder, e as pessoas não sabem o que fazer. Mas a gente se encontra lá com os sinais do atraso. O atraso cultural. E aqui foi quando o professor da Matta se referiu a uma frase perigosa para uma cultura, que o futuro a Deus pertence. O futuro se faz. Se faz de ontem para hoje e para amanhã. Porque o conceito realmente do tempo com o qual eu me assimilo é o conceito do tempo trivial, do Prof. Freire. Que é o tempo que é passado, é presente e é futuro. Agora, me parece que as observações do Prof. da Matta, de que o futuro a Deus pertence, foram me encontrar ao longo das lutas que eu tenho tido em Natal, em que eu passei a utilizar a sabedoria popular ao contrário. Que a sabedoria popular, ao que parece, nos foi dada para manter o atraso, Porque não só os portugueses eram interessados em que nós soubéssemos coisas que não modificavam o *status quo*, como a casta de senhores que se estabeleceu no Nordeste, nas fazendas e nos engenhos, mas também, em que o povo não adquirisse uma sabedoria popular revolucionária, e, sim, uma sabedoria popular centrada na conservação. Então houve uma luta popular. Estava havendo ameaça da PETROBRÁS contra um grupo que morava na praia. Queriam mudá-los. E todo mundo lá em Natal tradicionalmente diz: «os incomodados se mudam», que é a forma mais reacionária de ser que eu já vi. É uma das contribuições da cultura do atraso. Os incomodados se mudam. Nós usamos esses «os incomodados se mudam» de outra forma: os incomodados não se mudam mais. E aí a luta cresceu e tomou forma. Porque é uma revisão agora à luz do trabalho do Prof. da Matta, que eu entendi que eu estava fazendo, de conceitos culturais, porque eles estão inseridos dentro da cultura brasileira. Os incomodados se mudam, quer dizer, você chega e expulsa. E o indivíduo vai embora, em vez de lutar. Então nós estamos desenvolvendo o provérbio ao contrário em Natal, para que as pessoas lutem por suas posições.

Em seguida veio outra coisa que me ocorreu. Foi «o cabrito bom não berra». Isso foi criado lá pelos proprietários de fazendas, «o cabrito bom não berra». Quer dizer, o peão em que a gente bate, não berra. O peão que a gente mata não berra. Então nós temos que rever esses conceitos. Publiquei um artigo dizendo assim: a PETROBRÁS quer punir o cabrito que berra. Todo mundo entendeu, porque lá eles entendem logo essa linguagem. Diante do que diz o Prof. da Matta e do que sugeriu, eu me pergunto, professor, se não haveria forma de fazer um trabalho de pesquisa onde se levantassem todos os sinais da sabedoria tradicional que nos impedem de chegar ao ano 2000, que nos atrasam, que nos impedem de reagir, e que são instrumento de uma cultura de atraso e de dominação que nos foi imposta durante 500 anos. Porque hoje o negócio não mudou muito não. Pelo menos lá na minha terra, eu acho que não.

De modo que a minha imersão numa sociedade atrasada me deu a oportunidade de observar essas peculiaridades, quer dizer, da grande influência da herança cultural na manutenção do *status quo* e da dificuldade em visualizarmos o ano 2000, para onde vamos. Nós não podemos visualizar o ano 2000 se entendermos que o futuro Deus dará, que os incomodados se mudam, que o cabrito bom não berra. Temos que berrar, temos que nos opor à idéia de que o indivíduo pressionado se muda, e temos que admitir que o futuro somos nós mesmos que o construímos. Eu acho que seria bom se se pudesse fazer uma pesquisa, que eu submeto ao professor da Matta, como um presidente realmente da nossa cultura, porque eu acho que aí é que está, cultura é isso, é tudo o que a gente sabe depois que se esqueceu de tudo o que aprendeu. É isso o que ficou. Então o nosso homem não sabe ler mas sabe pensar, e ele foi levado a pensar que, se pressionado, ele deve sair do lugar. Ele foi levado a pensar que ele é bom, será bom se se comportar como um covarde e for cavalgado, surrado e possivelmente sangrado. Como dizia Capistrano de Abreu, «o povo foi sangrado, capado e ressangrado». Capistrano de Abreu, nos Capítulos da História Colonial. Bom, eu queria dizer isso, a minha pergunta é essa; seria possível, professor da Matta, que se fizesse um levantamento dessa sabedoria popular reacionária para transformá-la em uma catapulta para chegarmos ao ano 2000? Pergunta nº 1. Segunda pergunta: é que eu fiquei muito impressionado com o depoimento da Dona Tizuka Yamazaki, e com profunda melancolia diante do esforço dos jovens que querem fazer cinema num País que não tem uma fábrica de filmes. Não é possível pensar numa fábrica de filmes virgens neste País?

Ministro Celso Furtado:

Eu quero fazer um apelo às pessoas que intervenham para que sejam o mais sintético possível, porque o tempo está correndo e são muitos os postulantes ao microfone. D. Violeta Arraes.

Viola Arraes:

Eu quero apenas fazer algumas reflexões, sobretudo baseada na interferência que fez o professor Hélio Jaguaribe e o Prof. Márcio Tavares d'Amaral, o que me parece, de primeira importância, isto é, o problema da integração social do Brasil, o que significa integração cultural. Me parece que nós continuamos profundamente marcados por uma herança escravocrata e pela diferença que fez o Prof. Amaral sobre os diversos níveis de cultura, a popular, a superior, a de massa, a internacional, em que ele chamava a atenção para a necessidade de que tudo isso fosse devidamente articulado. Me parece, de mais a mais, urgente essa articulação numa sociedade como a nossa, que sofreu uma transformação extraordinária, nesses 20 anos passados, de um País majoritariamente agrário a uma população urbana, portanto, onde as referências culturais foram perdidas, enfraquecidas. Nossa matriz cultural está por demais esvaída, e me parece de fundamental urgência que as instituições e o governo façam, primeiro, respeitar leis que já existem para proteção, digamos, de nossa expressão cultural. Não é medo do estrangeiro, inclusive eu sou casada com um estrangeiro. Eu acho que é o contrário; por exemplo, na minha mocidade, sou do sertão, e de fato, o cinema, que naquela época não era nacional, vinha do estrangeiro, era um enriquecimento, porque atingia um mundo fechado, onde não havia novidade outra senão daquele mundo. Portanto, era um horizonte que se abria. Nós tínhamos uma raiz forte. O que me parece que não se leva suficientemente em consideração, atualmente, é que tudo isso foi extremamente abalado e que nossa matriz cultural precisa ser revisada. O Japão é citado com muita frequência como um país que tem uma evolução excepcional, e é verdade. Eu gostaria que os economistas e todos aqueles que são fascinados pela técnica, vissem, muitas vezes até me parece criticável, a maneira como os japoneses fizeram para chegar lá. Todos os dias, em todos os lugares, os japoneses têm que falar do seu país, da sua cultura, cantar hinos; eu me pergunto, por que se chegar a esse exagero? Para quem viveu muito tempo como eu, de fato é muito chocante chegar em restaurantes, por exemplo, de primeiro nível, onde vê-se o cardápio em todas as línguas, menos em português. Onde, digamos, eu penso também, porque vivo na Europa, os asiáticos fizeram a transformação inclusive dos atos alimentares dos europeus, introduzindo a cultura culinária deles; então eu vejo com tristeza que o que é muito brasileiro não está, por exemplo, num mundo considerado de turismo no nosso País. Então, quer dizer, a cultura é de fato a expressão do viver de um povo, que vai dos atos e dos gestos mais simples da convivência até a elaboração suprema da poesia e da arte, e me parece que, no Brasil, é preciso que coloquemos, sobretudo nesse momento de reflexão para o futuro, o que estamos fazendo para que a matriz cultural nossa seja de fato um elemento de união nacional e de

exemplo para o mundo, nós que sempre vivemos dizendo que somos de fato um País diferente. É isso o que eu queria dizer, por ter a alegria de participar nesse seminário de reflexão.

Ministro Celso Furtado:

Os expositores terão a oportunidade de responder às questões mais diretas que lhe forem formuladas, no final, evidentemente, do nosso dia de trabalho.

Luís Carlos Barreto:

Eu gostaria, inicialmente, de congratular-me com o Ministro Jerônimo Moscardo, pela democratização do tempo, já que agora à tarde, nesse simpósio da cultura, a sociedade está com mais tempo que o governo. Hoje de manhã eu falei muito, aqui, sobre o problema do controle internacional dos meios de difusão audiovisual de massa, no plano internacional. E considero a situação no plano interno tão ou mais grave que a do plano externo, de que falamos hoje de manhã. Para remexer esse debate todo, sobre o limiar do Século XX, eu gostaria que a gente tornasse quase que presente hoje a formulação de um pensamento do Prof. Hélio Jaguaribe, que tudo o que nós temos que pensar sobre esses 14, 15 anos de aproximação do Século XXI, temos que pensar em função, primeiro de integrar 60% da população brasileira, pensarmos em coisas mais simples, que sirvam para transformar esse País numa Nação. Porque nós somos os habitantes de um país esquecido de uma nação. Então, como dizia o professor Hélio Jaguaribe, quer dizer, esquecer de integrar esses 60 ou 70, eu acho que são 80 milhões de brasileiros, que estão marginalizados de todos os direitos primários da vida, direito ao trabalho, direito à ação, esses 80 milhões de brasileiros. Nós não podemos nos dar ao luxo de ficar debatendo uma perspectiva da virada do século unicamente em termos muito sofisticados, da computação, da informatização. Isso é um papo nosso, nós os ocupantes, e dos desocupados? Neste sentido, eu gostaria de falar sobre a comunicação de massa e o campo em que eu atuo, da produção audiovisual. A mim não interessa, de maneira alguma, ter outras atividades a que me dedicar, e até abandonei outras atividades, à minha carreira jornalística, para seguir na produção audiovisual e na produção cultural, se essa produção cultural não estiver a serviço disso, não estiver no caminho da integração social, econômica, política e cultural de 80 milhões de brasileiros. Eu não quero continuar sendo um dos 40 milhões de privilegiados. Então, nesse aspecto, eu acho que o Estado brasileiro tem que repensar a sua política de comunicação social de massa. Tem uma oportunidade muito breve, não é para o Século XXI, mas agora no ano que vem, a Constituinte. A Constituinte é uma oportunidade para nós revisarmos esta

política de comunicação social de massa. Não é possível continuar num sistema de comunicação de massa intocável, que foi instalado cuidadosamente ao longo desses 22 anos, estrategicamente pensado pelo regime militar, que instalou um sistema de comunicação de massa, rádio, televisão, e outros meios, distribuindo cartórios eletrônicos, e esses cartórios eletrônicos, disseminados ao longo desses 22 anos, eles estão absolutamente envenenando a cabeça do povo brasileiro, dificultando, sendo o gargalo das transformações sociais. Não se debatem nos meios de comunicação social, não se expõem claramente os problemas de interesse da nação brasileira. Os problemas, desde os mais simples aos mais complexos, não são livremente difundidos, discutidos nos meios de comunicação de massa. Então, a democratização do País passa primeiro pela democratização dos meios de comunicação de massa. Eu não acredito numa democracia que vai se instalar sem revisar todo esse sistema de concessões, a partir de uma revisão das concessões feitas, e também das novas concessões. Que o Congresso Nacional seja o detentor do poder da concessão dos meios de comunicação de massa. Não podemos ficar com esse poder de concessão centralizado na mão unicamente de uma pessoa. Isso é uma seqüela do regime militar. Então eu queria colocar como premissa básica para essa virada do século, mas não para 14, 15 anos não, para 2 anos, na Constituinte, a sociedade se conscientizar de que esse fenômeno da informação, da circulação do bem cultural pelos meios de comunicação de massa, é uma questão primordial para a democracia social, política e econômica brasileira. ... porque eu acho que o Luis Edgard esqueceu de dar uma informação aqui, porque eu acho que ele tem responsabilidade para dar essa informação, que é uma coisa que ele me coíhtou no corredor, gravíssima. Eu pediria a ele que desse a informação a respeito da recepção das emissões internacionais no Brasil. Luis Edgard, eu gostaria que você desse essa informação, porque eu acho grave.

Luis Edgard:

Olha, é uma breve estória, eu não vou atropelar o tempo dos outros não. Terça ou quarta-feira da semana passada, eu acho que foi quarta-feira, um amigo meu me telefonou lá para a rede Manchete, comentando o nosso jornal da véspera. E me disse: Ô Edgard, eu queria lhe dar os parabéns. O seu bloco internacional de ontem estava bem bem melhor do que o da CBS. Eu disse: mas como assim? Não, é porque lá em casa, lá no nosso prédio, temos antena parabólica. Pegamos as estações americanas todas as noites. Como agora o Jornal da Manchete, por causa do TRE, vai às 22:30h, ele vê a CBS de 20:30h às 21:00h, ao vivo. Então me disse: olha, o seu jornal estava bom, vocês deram por exemplo, a queda da Margareth Thatcher e a CBS, não. Não é que a Margareth Thatcher tenha caído do poder, tenha sido derubada. A Margareth Thatcher escorregou e caiu. E era uma imagem

boa, televisão é um veículo de imagem, então havia essa estória. Então, é um fato irrecorrível, esse. O futuro eletrônico já está presente. Por enquanto as pessoas estão podendo captar as estações americanas, inglesas, e outras estações, com antenas parabólicas. Mas, inevitavelmente, no final do século, as transmissões vão ser diretamente dos satélites para os aparelhos domésticos, então haverá centenas de canais de televisão. Isso é um fato irrecorrível. Eu fiz há pouco um exercício de hipérbole da língua portuguesa e esqueci de contar uma anedota albanesa que ilustraria a minha estória, mas não resisto à tentação de contá-la agora. O Drummond escreveu um poema chamado «A anedota búlgara». Esta é uma anedota albanesa real. A Albânia, vocês sabem, vive um regime, ninguém duvida, de ditadura e tem uma experiência interessantíssima. É que duas vezes por dia, sem televisão, só rádio, às seis da manhã e às seis da tarde, todo o povo albanês pára, onde estiver, para fazer ginástica, um programa de ginástica pelo rádio. E os albaneses fazem flexão. Então, eu sugeriria também, como hipérbole, que no ano 2000 se fizesse uma experiência no Brasil, com os brasileiros adultos, de reaprender o português, porque eu quero que os meus netos no ano 2000 falem a língua de Camões, sejam cabritos que berrem em português, e não cães ladrando para a lua em linguagem informática.

Carlos Moura, de Brasília:

Ouvi algumas das intervenções e cismava: se é preciso escrever a história dos vencidos, por que não escrever a história dos que não resistiram? Falou-se nas nossas matrizes culturais, falou-se que somos uma nação inconclusa. Muito bem. Mas na virada do século — aqui vai uma palavra de esperança, e também uma palavra de cobrança, no sentido de que essa imensa maioria de desprovidos e de dominados, aos quais se referiu Luís Carlos Barreto, que é composta de negros, seja realmente integrada na civilização brasileira — que a cultura afro-brasileira seja resgatada e que o Brasil, realmente, assuma a sua característica de País multirracial e interétnico. Somente com a busca das nossas raízes culturais, eminentemente africanas, nós poderemos encontrar uma nação conclusa, uma nação com seu real significado. E que, antes mesmo dessa virada, nós possamos iniciar esta caminhada, já fazendo incluir nos três graus de ensino a História da África e a cultura afro-brasileira.

Justo de Carvalho, Rio de Janeiro:

Senhor Ministro, o nosso ilustre professor Hélio Jaguaribe, numa resposta da parte da manhã, já nos deu o cenário de como será a população brasileira no futuro, de como será o Brasil, e de qual será a

cor do Brasil no futuro. Eu perguntaria ao senhor, com base em um pronunciamento recente que o senhor fez na Escola Superior de Guerra, em que o senhor dizia que a conscientização das comunidades negras e indígenas estava correlacionada com a ampliação do nosso horizonte cultural. Nesse depoimento para o ano 2000, eu perguntaria então: qual seria o perfil cultural brasileiro, na sua identidade, a nível do afro-brasileiro, considerando os aspectos religiosos, etc.? E só isso. Obrigado.

Ministro Celso Furtado:

A minha posição aqui, de regente, não me permitiria desenvolver esse ponto tão interessante e complexo. Eu apenas expressei a opinião de que, na medida em que o Brasil amplie a sua pluralidade étnica, ele enriquecerá a sua cultura. Amplie no sentido de que se conscientize dela e que abra novas oportunidades à inserção de todos os grupos que foram, de alguma forma ou de outra, marginalizados na cultura brasileira. Que a nossa cultura se enriquecerá. Isso, evidentemente, é uma tese. Agora, o que vai acontecer daqui até o fim do século vai decorrer das lutas desses grupos minoritários por espaço, da afirmação que venham a fazer dos seus valores e do amadurecimento da consciência brasileira em torno desse problema.

Lilian Barreto:

Sou diretora do Museu da República. Realmente me sinto bastante satisfeita por estar aqui, não como diretora, mas como pessoa. E minha indagação é realmente muito direta ao professor da Matta, e possivelmente ao professor Hélio Jaguaribe, conquanto concordo com o Mário, também, conceitualmente em termos de que cultura realmente não é unívoca. Pelo que conheço deste País, quando eu ouço, por exemplo, uma denúncia de que agora tem uma antena parabólica que permite a gente ver, eu gostaria de deixar aqui claro que, em 1974, no interior do Acre, eu assisti diversos programas estrangeiros por televisão. Então, a infiltração neste País não é de hoje. O que o Luís Carlos nos colocou aqui é extremamente importante. Agora, a maior preocupação que me ocorre é exatamente sobre a visão antropológica que os senhores colocam e aquilo que eu tenho de visão deste País, porquanto eu acho que falta a nós, brasileiros, conhecer os Brasis dentro do Brasil, que são vários, não aqueles regionais apenas aparentes, eles são quase que municipais. A minha indagação é: se nós estamos pensando ou temos alguma radiografia cultural, para que a gente possa pensar efetivamente em cima de um diagnóstico, para uma virada do século, enquanto nossa postura cultural. Obrigada.

Francisco Bandeira Lins:

Sou promotor de justiça em São Paulo. A minha intervenção se dará através de duas observações, que talvez pareçam ter sentidos contraditórios e no entanto não os têm.

Em primeiro lugar, ouvi louvações à lei de incentivos fiscais para a cultura, que de fato merece, sob certos aspectos, ser louvada. Mas como aqui se deve proceder a uma reflexão crítica eu ousou, apesar de saber que o Presidente da República é o seu autor, ousou levantar algumas objeções a ela. A lei dá aos detentores do capital todos os estímulos para intervirem no campo da produção cultural, ou seja, os detentores do poder econômico deterão também o poder de, indiretamente, dizer o que é a cultura nacional. Pergunto à Mesa se um quadro como os «Enforcados da liga camponesa», em que Eugênio de Proença ce-gou, que mostra o drama do camponês nordestino, poderia ser comprado através de uma associação de usineiros da várzea da Paraíba do Norte? Ou se o quadro «A morte no sábado», em que Antônio Henrique Amaral relata a tragédia de Vladimir Herzog, seria adquirido para um museu por qualquer plutocrata paulista? No mesmo sentido poderia perguntar se «Morte e Vida Severina» seria encenada através de recursos trazidos pelo grande capital ou mesmo «Eles Não Usam Black-Tie», uma obra retratando a epopéia do homem do campo, a outra retratando a epopéia do trabalhador da cidade? De modo que me parece indispensável que, ao lado desse incentivo ao grande capital para que intervenha na produção cultural, se assegurem ao Ministério da Cultura recursos suficientes para, na mesma medida, pelo menos, poder influir na produção cultural, alimentando os artistas que se contraponham à dominação do grande capital. E louvo, aliás, uma exposição que presentemente se organiza aqui em Brasília, do artista Antonio Alves Dias, mostrando imagens dramáticas de religiosos, mas com profundas implicações com o sofrimento das classes trabalhadoras, com o Cristo sendo mostrado como o trabalhador ultrajado pelos detentores do poder econômico.

O outro enfoque de minha intervenção diz respeito, em primeiro lugar, a esses recursos que o governo deve garantir para o Ministério da Cultura, que não devem ser geridos pela burocracia oficial, mas colocados sob a gestão dos produtores diretos de cultura. A intervenção de alguns produtos culturais nesses debates mostra que o artista não pode ser visto como a cigarra da fábula, capaz apenas de cantar, e incompetente para gerir corretamente o seu próprio destino. Então, a meu ver, deve-se criar esse Fundo e colocá-lo sob a gestão direta dos produtores de cultura.

A segunda observação que tinha a fazer diz respeito mais diretamente à minha atividade como curador de Fundações de São Paulo, especificamente das Fundações Culturais. Imaginou-se, quando da

aprovação da Lei Sarney, que o simples incentivo fiscal permitiria que se reproduzisse, no Brasil, o panorama de alguns países como os Estados Unidos e a Alemanha, em que substanciais recursos particulares são postos em benefício da produção cultural. Na verdade, a instituição de Fundações Culturais, nos Estados Unidos, na Alemanha, etc., se dá muito mais por influência de uma ética protestante, que gerou não somente o espírito do capitalismo, mas, também, a proliferação das fundações e uma diversificação maior de seu âmbito, permitindo que se criassem as primeiras fundações culturais. E isso foi possível, nos Estados Unidos e na Alemanha, porque havia um grande reconhecimento, por parte dos governos e da população, pela atividade benemerita de detentores de fortunas que, ao final de suas vidas, retribuía a sociedade a felicidade que tiveram no campo econômico, colocando o seu patrimônio em benefício do bem comum.

Ora, no Brasil não há esse reconhecimento, seja por parte da sociedade civil, que nunca se lembra de homenagear as pessoas que destinaram as suas fortunas para a constituição de fundações culturais, seja até por parte do governo, e cito o exemplo de São Paulo, em que, se eu quisesse doar uma fortuna que hipoteticamente tivesse a uma fundação cultural, teria que pagar de despesas cartorárias a mesma importância que pagaria se quisesse fazer a doação ao meu filho ou a qualquer outra pessoa, quando é evidente que uma doação a uma fundação cultural deveria merecer completa isenção dessas custas cartorárias. Mais do que isso, se mostra o desinteresse do Estado pela sorte das Fundações, quando se vê, por exemplo, se falou aqui, empresas de televisão dominadas pelo grande capital. Em São Paulo, além da Fundação Padre Anchieta, que é de iniciativa do Estado, há a Fundação Casper Líbero, de iniciativa de um jornalista que, afinal, obteve um canal de televisão é posto sob o controle da sociedade civil através da Fundação Casper Líbero. Pois bem, o Governo do Estado de São Paulo não dá a essa Fundação os mesmos recursos em publicidade que dá às empresas controladas por grupos econômicos que exercem essa atividade com finalidade lucrativa. Nem mesmo proporcionalmente à audiência de cada uma das televisões. Se a Rede Globo tem 80% de audiência e a TV Gazeta tem 1%, seria razoável que pelo menos 80% da verba publicitária do governo fosse para a Rede Globo e 1% pelo menos para a Fundação Casper Líbero. E, no entanto, nem isso se observa. Mas o que eu gostaria de sugerir ao eminente Ministro é que o Estado demonstrasse o apreço que tem pela doação de particulares a Fundações Culturais. Algumas pessoas, mesmo antes da criação desses incentivos fiscais, movidas talvez por simples desejo de benemerência, talvez até por uma compreensível vaidade humana, porque as Fundações são de alguma forma pirâmides que proclamarão pelos séculos afora a glória de novos faraós, algumas

pessoas, já há muitos anos, doaram parte substancial de seus patrimônios para a constituição de importantes Fundações. Cito, em outros Estados, a Fundação Carlos Costa Pinto, em Salvador, ou a Fundação Raimundo de Castro Maia, no Rio de Janeiro. Em São Paulo, onde conheço melhor o panorama cultural, poderia citar mais de uma dezena delas, mas bastará lembrar a Fundação Oscar Americano, a Fundação Crespe Prado, a Fundação Casper Líbero e muitas outras. Pois bem, não se poderia criar uma forma de o Governo demonstrar o apreço que tem pela obra desses doadores de seus patrimônios para essas Fundações? Não se poderia, por exemplo, criar uma ordem nacional do mérito cultural para, *post mortem*, premiar pessoas que doaram o seu patrimônio para o bem comum? Lembro esses todos a que já referi, em Salvador, Rio, em São Paulo, e acrescentaria ainda, embora não tenham criado fundações, ou não tenham dado o seu nome a fundações, figuras como a de Francisco Matarazzo Sobrinho, grande incentivador das artes. Em homenagem ao Ministro da Cultura, lembraria a figura de Assis Chateaubriand, para evocar a velha Paraíba, que conseguiu, por meios bem pouco ortodoxos, é certo, fazer com que detentores do grande capital doassem para o Museu de Arte de São Paulo quadros que, bem há de ver, não eram aqueles que tais plutocratas gostariam de ter doado. Muito obrigado.

Ministro Celso Furtado:

Eu faço um apelo, sejam os intervenientes sintéticos, concisos, a fim de que tenhamos tempo para todos e ainda a oportunidade de resposta para os que formam a Mesa.

Israel Pedrosa:

Sou pintor, de Niterói. Sobre os aspectos sociológicos da cultura, foi dita muita coisa aqui, mas como produtor de arte eu preferia ficar restrito apenas ao fenômeno estético, porque pouco foi dito a respeito disso, e nos parece que, num simpósio sobre cultura, seria necessário alguém abordar isso. Mesmo eu dizendo que não, que deixarei de lado a posição sociológica, eu começarei lembrando um pensamento de Euclides da Cunha, escrito há noventa anos atrás, onde ele dizia que «estamos condenados ao progresso». Dentro dessa perspectiva, e ele escreveu isso durante a campanha de Canudos, frente ao setor talvez mais atrasado do país e em condições bastante típicas no que esse atraso se apresentava a toda a Nação, hoje, quando nós estamos pensando nessa virada do século, o que nós temos em vista é como iremos transpor esse período de formação cultural no País, na área específica da produção artística. É o que me atém e eu, então, gostaria de lembrar o seguinte, como foi dito aqui em várias intervenções, realmente, somos vários Brasis. E também, representando assim esses vários estágios da cultura nacional, temos alguns aspectos da cultura que podem pa-

recer, assim, à primeira visão, uma forma de alienação ou uma forma elitista de produção cultural, mas não podemos esquecer que o Brasil está inserido dentro do planeta. Nós temos que levar em conta a cultura planetária que vivemos hoje e, para conseguir a participação geral da nossa presença em termos mundiais, é necessário que não deixemos que a nossa cultura, que representa os estágios mais avançados do pensamento brasileiro, fique de fora desse debate hoje, certos também de que nesse setor temos uma herança imensa e que apenas um aspecto novo eu gostaria de trazer aqui, que é o seguinte: quando se fala em pintura, normalmente tem-se a impressão de que seria apenas a expressão de sensações, sensibilidade pura na criação de imagens, e é evidente que o objeto maior do pintor é a sua função social, talvez maior, a de criar um maquinário próprio, de dar uma visão das imagens nacionais que podem se transformar de certa maneira em imagens contemporâneas, assim para toda a terra. Quando nós tratamos assim de ver a pintura nos seus aspectos mais próprios, nós encontramos o seguinte. Havia uma formulação de Leonardo da Vinci, no Renascimento, que dizia que a ciência da pintura vinha se desenvolvendo. Quando tratava da ciência da pintura, o que ele falava na época era o desenvolvimento de alguns elementos da física, alguns elementos até de anatomia, de todo o conhecimento humano que se realizava dentro da teoria renascentista, que compunha o conhecimento do pintor da época. Hoje, no quadro atual que vivemos, esses pintores chamados eruditos seriam os que estão dentro dessa forma de arte que constitui as várias manifestações da vanguarda, do pensamento no setor estético, e têm também, hoje, uma ciência da pintura, desconhecida da maioria do público ou das pessoas não afeitas ao fazer estético, e é sobre esse aspecto que eu gostaria de chamar a atenção: que nesse simpósio, no debate das questões sociológicas da arte, das questões gerais do caminho estético, para a presença do Brasil na virada do século, esses aspectos gerais da ciência da pintura, dessa pesquisa que leve a um enriquecimento estético e ao enriquecimento na forma específica da arte, seja também um dos lados a ser abordado nesses próximos anos, com a maior seriedade e com o respeito que o fato merece. É isso.

Onézio Gomes da Silva, funcionário do Supremo Tribunal Federal, professor de língua portuguesa:

Aliás, disciplina que tem recebido alguns apelidos, mas que não tem surtido o efeito esperado. E aqui, senhor ministro da Cultura, desculpe-me, porque vou entrar um pouquinho no ensino. Não sei se terei oportunidade de dizer alguma coisa noutra oportunidade.

Quem nunca leu nas estradas: conserve a direita, em vez de conserve-se à direita? São multados os infratores do trânsito, mas não

se multam os infratores da língua. Sim. Há pouco fiz uma pesquisa entre bacharéis em direito e ninguém conseguiu pronunciar corretamente *vexata quaestio*. Todos disseram «vexata quéstio». Retirou-se o ensino do latim do currículo escolar; no entanto, os bacharéis em direito são obrigados a usar expressões latinas, de cuja pronúncia sequer conhecimento têm.

Muito bem. Dá-se muita ênfase à cultura popular. Isto é normal. Quando a referência é a cultura clássica, usa-se cultura elitista. Esse termo não me soa bem aos ouvidos.

Sou do interior do Maranhão. E, felizmente, lá pude ter os rudimentos da música e hoje posso tocar algumas peças no órgão, no piano. E aqui um fato, mais um desabafo. Há pouco, anunciou-se, há alguns anos, mais precisamente, anunciou-se um concerto de órgão pelo grande organista Karl Richter, um dos maiores intérpretes de Bach de todos os tempos. O concerto seria na Catedral de Brasília. Estava eu lá, ávido por ouvir o grande organista, quando alguém se dirigiu à platéia e disse: não haverá mais o concerto. Depois, encontrei-me com o organista da Catedral e perguntei-lhe porque não houve o concerto. Ele disse: Karl Richter entrou em contato telefônico comigo e perguntou quais as características do órgão. Disse-lhe, é um órgão eletrônico. Ele disse, cancele o concerto, não toco em órgãos eletrônicos. É terrível isso. Só o poder público hoje tem condições de investir num órgão de tubos. Investem-se somas vultosas nos estádios, nos sambódromos, e em tantas coisas mais, por que não divulgar a cultura clássica? Muito obrigado.

Bárbara Freitag, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília:

Eu ouvi muitas intervenções aqui da platéia, e várias interpretações e definições do que seria cultura, do que cada um entende como cultura. O disco, a poesia, cultura afro etc. Eu acho que a Mesa, através dos representantes, o Márcio Tavares, Mário Machado, Roberto da Matta, nos deram conceituações da antropologia e das ciências sociais, muito boas, muito boas, eu queria resgatá-las aqui para discussão final. Eu destacaria três principais. A cultura como produção, com ênfase mais para o aspecto econômico, a cultura como intervenção, como foi dito, eu enfatizaria o lado político do Estado, e a cultura como estilo, como disse Roberto da Matta, que seria a vivência, o aspecto cultural.

Bem, estes três tipos de cultura, como ouvimos também dos apresentadores, são aspectos contraditórios multifaciais em cada uma das suas versões. A cultura como produção, nós vimos, pode ser uma cultura individual, elitista, ou pode ser uma cultura popular, que traga, resgate a tradição do passado, o conhecimento das bases. Mas essa cultura produção também pode ser, como ouvimos em muitos depoimen-

tos aqui, pode ser indústria cultural, pode ser uma perversão, uma destruição da cultura, parcialmente pelo menos, vinculada ao interesse econômico. Nós vimos a questão do direito autoral do disco, e como escritores, sabemos que a mesma coisa funciona no caso da produção de livros ou de textos. Vimos a dimensão da cultura como projeto; eu, como alemã, tenho grande temor da concessão de uma cultura dirigida pelo Estado. O Estado alemão interveio e destruiu absolutamente a grande cultura alemã, o grande Bach, o grande Gunther, o grande Mozart e os grandes filósofos. Temos hoje problemas como os da Alemanha, de resgatar a nossa cultura, uma vez destruída pelo Estado.

E temos, na dimensão apresentada por Roberto da Matta, a cultura como um estilo. Nós vimos que a apresentação que ele fez foi pouco animadora do nosso contexto brasileiro. É uma cultura, como ele apontou, entre presente e passado, é uma cultura que atua, no nível ideológico, em ambas as direções. Em verdade, se eu entendi bem a apresentação, é uma cultura que está impedindo exatamente isso que estávamos querendo discutir aqui, a virada do século dentro de uma visão cultural autêntica, que não seja nacionalista, que não seja excludente, nem de uma cultura internacionalizada, mas que, justamente, teria que procurar uma saída. Então eu só queria deixar o apelo à Mesa, que foi extremamente paciente em ouvir a todos nós, que resgate essa teorização feita, para nós ouvirmos no final das intervenções, do restante do público, uma teorização diante dessas visões conflitantes da cultura, cada uma das dimensões tem as suas perversões, e como nós, eventualmente, na virada do século, no contexto brasileiro, teríamos condições de evitar as perversões das quais historicamente já temos noção. Obrigada.

Guilherme Lambridge, diretor da Empresa de Transporte Atlas:

Senhor Ministro, serei muito breve. Eu confesso para o senhor que estou realmente impressionado. Eu nunca tinha visto na minha vida um tipo de reunião como essa, tão democrática, tão aberta, tão clara, tão livre. Obviamente, graças a Deus, no Sul da América, no Brasil, a democracia está definitivamente consolidada. Até gringo pode falar, senhor Ministro. O senhor poderá se perguntar o que tem a ver empresa de transportes com cultura. Mas tem muito a ver, senhor Ministro. Nós temos 5.000 motoristas, cuja expressão cultural, cuja afirmação cultural é colocada num pára-choque de caminhão. Então, sabe, aquelas frases famosas: «Sogra não é parente, é castigo», «A vida é da cor que a gente pinta» etc. Mas o importante de tudo isso, senhor Ministro, para nós, é exatamente isso. Eu quis fazer agora justiça, por direito e obrigação moral. Eu ouvi agora um orador dizer que o governo não se preocupa com que os jovens recebam livros. Isso não é verdade. Nós transportamos, senhor Ministro, a nossa empresa

Atlas, para o projeto FAE/FENAME, do ano 82 para 83, 12 milhões de livros. Nos lugares mais inéditos que o senhor puder imaginar. Nos lugares mais longínquos que o senhor puder imaginar. Às vezes chegava um caminhão nosso e o motorista descendo com uma caixa de livros, rapidamente a escola trazia a bandinha municipal e içava a Bandeira Brasileira. Chegava o herói, trazia a cultura. Nos anos 83 e 84 também transportamos 12 milhões de livros. Nos anos 84 e 85 o projeto FAE/FENAME não foi transportado por nós, mas foram entregues 20 milhões de livros. E estamos agora participando do projeto 85/86, no qual entramos como num edital, no qual pretendemos transportar 60 milhões. De maneira que isso eu queria deixar registrado, porque isso eu vivi no dia-a-dia. Concluindo, senhor Ministro, estou duplamente feliz. Primeiro por estar aqui, e segundo pelo acordo que o Presidente Sarney está tentando ter, um acordo tripartite entre Argentina, Uruguai e Brasil. Quanto à virada do século, eu sou entusiasta. Eu acho que o Brasil virará esse século, do XX para o XXI, com a mesma dignidade com que virou do século XIX para XX. E peço a Deus que, naquela virada, ele possa levar em conjunto o meu país, a Argentina, e a América Latina.

Maria José Lima Carvalho Rocha Barroso:

Sou presidente da Associação Cearense para os Idosos. Diz-se que quando morre um idoso morre também uma biblioteca. Considerando assim o idoso, depositário da memória, da nossa sabedoria, da nossa cultura, e tendo em vista que há assim muitas deficiências de espaço sócio-cultural para as pessoas idosas, indagamos: qual o papel, a contribuição, a importância dos nossos idosos no cenário cultural na virada do século, já que nos dias atuais lhes é negado esse direito, por falta de incentivos, de oportunidades? O que poderia fazer o Ministério da Cultura pelo cultivo da memória do saber popular dos nossos idosos, raízes de nossas tradições, de nosso folclore, de nossa cultura, e, sobretudo, para aproveitar o grande potencial dos nossos idosos que está sendo desprezado? E os nossos idosos poderiam contribuir muito para o nosso Brasil, inclusive nessa virada do século.

Marcela Doniz:

Sou professora e militante negra. Eu ouvi falarem aqui sobre o fosso da cultura do povo. Que existe a cultura da elite e do povo. Na virada do século passado, existia um grande fosso da cultura entre a elite dominante, que seria o branco, e o negro. Nós vamos virar de novo o século, eu ouvi o professor falar da importância da informática, estou consciente disso, porque ela está entrando, a bem pouco tempo foram criados os mecanismos, as técnicas, e a informática conseguiu espaço, verbas, isso e aquilo, mas eu vejo, realmente, voltando

à educação, a alfabetização, onde está a periferia, porque quem não entrar na informática vai ficar na periferia. Ou seja, o negro se manterá fora, na virada do século? Ainda vai continuar no processo sempre de elitização, sem nunca chegar a cultura à massa, que forma realmente a cultura básica do povo? Essa é a minha pergunta.

Gláucia Camargo:

Sou produtora de cinema. Eu queria só dizer o seguinte: acho importante é que as antenas parabólicas existem e vão continuar existindo, e serão certamente aperfeiçoadas e o computador também. Que a gente tenha sempre em mente, quando se fala de cultura, de comunicação em geral, que a qualidade dessa informação seja pura. O que eu chamo qualidade pura? Quer dizer, o importante é que a indústria brasileira seja forte, para que amanhã, quando uma pessoa do Acre estiver assistindo na sua antena parabólica um filme da BBC de Londres, logo em seguida ela possa também assistir um filme brasileiro.

Ministro Celso Furtado:

Eu quero dizer que em 5 minutos eu me verei obrigado a interromper as intervenções do público, para que haja um pouco de tempo ainda para os que estão à Mesa.

Paulo Tiago, cineasta:

Eu vou procurar ser breve, senhor ministro. O Roberto da Matta colocou muito bem a questão de que você vive duas realidades dentro do País. A realidade da casa, a realidade da rua. A circunstância, o cotidiano e o processo institucional, político, estrutural, de transformações que se podem fazer. Isso me remeteu ao passado, me remeteu aos anos 60. Tenho 41 anos, fiz outro dia, e sou de uma geração que exatamente tinha 23 anos quando veio o AI-5, que tinha 18 anos quando veio o golpe de 64. Eu, hoje, aqui, estou diante de algumas das pessoas que fizeram a cabeça da minha geração. Celso Furtado, com a «Formação Econômica do Brasil»; Prof. Hélio Jaguaribe, Prof. Fernando Bastos Dávila, que foi até meu professor. Nos anos 60 nós estávamos grávidos de futuro. Nós éramos messiânicos, queríamos transformar o mundo, nós só pensávamos no futuro. E, curiosamente, eu voltava todas as noites dos meus movimentos de futuro, dos movimentos estudantis e cruzava no elevador com o «cumpadre» do meu pai, um Coronel, que voltava à meia-noite, estranhamente. O que fazia um Coronel à meia-noite? Eu me colocava a pensar naquilo, e vim a fechar, anos depois, que ele estava trabalhando o seu cotidiano, a sua circunstância e sendo muito mais competente do que nós, que estávamos tão grávidos e messiânicos de futuro. Em 64, ele venceu e eu

tive que fugir para Minas, ir para a fazenda me esconder das coisas que ocorriam naquela época. Passam-se 20 anos. Nesses 20 anos a cultura continua a ser produzida. Eu me tornei cineasta, muitos cineastas fizeram filmes, escritores escreveram, mas, curiosamente, os pensadores da cultura ficaram raciocinando que a cultura parecia que não existia. Há uma política de terras arrasadas. Nesses 20 anos de resistência cultural (que a resistência nesse País se deu através da produção cultural e eminentemente artística) os líderes do pensamento foram os compositores, os músicos, os cineastas. Hoje todos são considerados, isso tudo é visto, essa cultura dos anos 70, como uma cultura pobre, como uma cultura ineficaz, porque, neste período, o Brasil se dividiu entre os bons e os maus. O pensamento reflexivo se juntou em determinadas trincheiras, em *bunkers*. A discussão do pensamento, das idéias se fechou, se trancou dentro do País. E, na verdade, nós vivemos um período de defesas intransigentes de posições, e tudo foi mal pensado e muito mal julgado. Me parece que nós estamos no momento de pensar. Primeiro, é preciso reler esses 20 anos. É preciso reler a produção cultural desses 20 anos com uma outra clareza, sem simplesmente soterrá-la como sendo uma produção dos anos negros. E segundo, nós precisamos aprender alguma coisa com tudo isso. Quando eu vejo nos reunirmos aqui, anos depois, para discutirmos a virada do século, de novo a gravidez do futuro, de novo a futurologia, eu me lembro do raciocínio que um cineasta amigo nosso, Sr. Arnaldo Jabor, fez outro dia numa reunião de cineastas, dizendo o seguinte: que existe nisso tudo que ficou uma certa postura, quase paranóica diante do mundo e diante da própria cultura, e que ele chamou curiosamente de paratodismo. O que que é paratodismo? É a idéia de que você tem que fazer a reforma universal, a mudança de tudo, a transformação de todas as coisas, de uma vez só, seja no cinema, seja nas estruturas de produção, seja na Constituição. É preciso reescrever o mundo agora. E parece que nós não aprendemos que o mundo também é circunstância, o mundo é cotidiano. Então, eu queria apenas propor, como uma reflexão, que nós pudéssemos até pensar em mudar esse seminário de nome. Em vez de falarmos «virada do século», vamos falar «a virada agora», nesse momento. Porque existe um presente que está sendo operado, construído, objetivo, que é preciso transformar, que é preciso mudar.

Ministro Celso Furtado:

Infelizmente esgotou-se o tempo do público. Eu peço muitas desculpas às pessoas que estavam ainda na fila, porque temos agora apenas 5 minutos para que cada um dos expositores possa responder às questões específicas que foram formuladas e fazer as suas considerações finais.

Dr. Márcio Tavares D'Amaral:

Eu, naturalmente sem a pretensão de sintetizar essa nossa reunião, fecunda em muitos sentidos, e que nos deve fazer refletir sobre vários propósitos, eu gostaria de tocar rapidamente em três pontos, sistematicamente apresentados aqui e que me parece concernentes à natureza das intervenções que nós fizemos.

Primeiro ponto é sobre a questão da massificação da utilização dos meios de comunicação de massa e do possível e quase sempre presente maniqueísmo que aponta, quando nós somos obrigados a refletir sobre esse tema. Eventualmente, a minha própria intervenção não foi isenta desse maniqueísmo, do que eu me penitencio, mas há de fato uma tendência a ou bem louvar os meios de comunicação de massa, o processo de desenvolvimento que eles representam e, ao mesmo tempo, simbolicamente põem em movimento, como o lugar do resgate da modernização, do resgate de populações à margem do processo cultural, ou bem condenar maciçamente essa utilização como desrespeitosa em relação às tradições culturais, descaracterizadora e desindividualizadora. Eu procurei não fazer nenhuma dessas duas coisas, mas não posso deixar de ver com preocupação o processo da utilização dos meios de comunicação de massa no Brasil, não só pelos inúmeros motivos que depois da minha intervenção foram apresentados aqui, e dos quais a plutocratização desses meios não é o menor dos problemas, eu não posso deixar de me preocupar com essa questão porque ela precisa ser cruzada com o quadro da pobreza social. A questão da utilização dos meios de comunicação de massa no Brasil não pode ser pensada à margem dessa outra questão, que é a de que existe u'a margem não assimilada ao processo cultural ou civilizacional brasileiro, muito extensa, e que essa margem é diretamente atingida pelo processo de massificação. É diferente de um país que atingiu um determinado patamar de desenvolvimento e em que o processo de, chamemos de, sem maniqueísmo, massificação, entra em funcionamento, para potencial eventualmente os aspectos positivos e também os aspectos negativos, é claro, daquele processo que então já tinha atingido um patamar de uma determinada qualidade. Nós estamos muito longe disso e temos, de fato, mais de meio Brasil à margem do processo de civilização, e a utilização, como vem sendo feita, dos meios de comunicação de massa agrava esse aspecto. De modo que essa utilização concentrada, concentracionária, plutocratizada, dos meios de comunicação de massa entre nós, cruzada com o fenômeno da pobreza, é de fato um aspecto que deve nos preocupar, em relação ao qual eu só vejo (também não gosto da intervenção do Estado, quando ela é diretiva), mas só vejo a ação do Estado como capaz de reequilibrar e introduzir no processo da cultura aquilo que ele deve também garantir que se introduza no processo social em geral, que é a justiça social.

O segundo ponto é a questão dos negros, que foi também repetidamente trazida aqui e, ao lado dos negros, eu quero acrescentar também todos os descendentes de outras culturas, de imigrantes, que trouxeram para o Brasil experiências culturais diferentes. Ora, só há interesse, me parece, em pensar e realizar esse País e em projetar o Século XXI, se for para manter essa diversidade. Se for para mantê-la e para integrar nela aqueles setores que dela ainda estão marginalizados, socialmente marginalizados, e que, no entanto, são intensos, poderosos e criativos produtores de cultura. Então, a questão da plurirraciedade, da natureza interétnica do povo brasileiro, é uma questão cultural que precisa ser pensada daqui para o ano 2000, porque também dela está pendente a decisão de se nós seremos um país absolutamente uniforme e desinteressante, ou um país com muito interesse, um país que conseguiu realizar uma civilização plural no trópico que, afinal de contas, é a novidade pela qual nós reivindicamos a nossa presença e queremos ser, no plano cultural, uma, perdoem a expressão, grande potência.

E a terceira questão é essa da radiografia do Brasil. Perguntou-se aqui se não se está em algum lugar pensado essa pluralidade, radiografando o Brasil, que se precisa em tantos aspectos resgatar, em outros dinamizar, e pôr de acordo com o futuro que se quer criar para ele. Eu entendo essa como uma pergunta sobre o papel da universidade nesse processo. Eu, como universitário, entendo que alguém quer saber se a universidade continua acastelada nas suas torres ou se ela está debruçada sobre essa questão. Eu gosto de poder dizer que ela está debruçada sobre essa questão de radiografar o país. Especificamente no Instituto Transdisciplinar para Estudos Avançados, recém-criado na UFRJ, mas já resultado de várias experiências anteriores, eu tenho equipes de grandes especialistas trabalhando com essa questão da identidade e diversidade cultural. Espero que possamos chegar em tempo com o mapa que nos dê a pista para chegar ao Século XXI com a integração da nossa plurirraciedade, com o resgate social das populações marginalizadas, numa estrutura de identidade e diversidade que é a única compatível com uma experiência como a nossa.

Dr. Mário Brockman Machado:

Rapidamente, só dois tópicos entre os muitos importantes e interessantes que foram levantados.

Um, a questão albanesa ou não, não sei, do ensino do português e de linguagens artificiais. Eu acho que já tive oportunidade de explicar a minha posição sobre o assunto, e, claramente, ela não é uma posição binária, que seria típica dos computadores. Não se trata de escolher entre um e outro. Minha posição foi no sentido de que ambas são reais e ambas devem ser encaradas como uma necessidade do siste-

ma escolar. Restaria aí considerar a possibilidade eventual de utilização de computadores com linguagens naturais. Eu não tenho competência para fazer esse tipo de discussão. Mas qualquer que seja a resposta para essa indagação, eu entendo que minha afirmação sobre a distribuição de oportunidades desiguais de acesso a essa tecnologia permanece válida. Portanto, a questão da democratização da possibilidade de acesso, no meu modo de ver, permanece.

Agora, a outra questão e a última que eu queria abordar, é a da indústria cultural e o problema da massificação, que foi, em parte, contestada por uma intervenção.

Eu disse que a indústria cultural gradativamente destrói o modo artesanal de produção cultural. É lamentável, mas é uma realidade. E disse que essa indústria cultural, na sua necessidade de conquistar e de ampliar mercados, precisa produzir para a média das preferências. E que isso gera um processo de massificação, no sentido de que todos são levados a consumir bens similares. Qual o raciocínio que está embutido aí? Consideremos muito rapidamente essa comparação entre o artesanato, o artesanato e a indústria. Considere um artesão, um alfaiate. Ele faz um terno sob medida para um freguês. Ele ouve o freguês, as preferências, as peculiaridades, os desejos, e faz um terno exatamente para aquele indivíduo. Considere agora uma indústria de ternos. Evidentemente que uma indústria não pode levar em consideração todos os desejos e as preferências de cada consumidor. Ela precisa identificar a preferência média e produzir por aí. Nesse sentido, ela massifica. Me parece claro isso. Isso não é característica apenas da indústria tal como mencionei, essa é uma característica das indústrias em geral. A necessidade de conquistar e ampliar mercados leva inevitavelmente a uma simplificação de produtos e a uma gradativa massificação. Foi mencionado aqui o caso dos Estados Unidos em que, por exemplo, a indústria automobilística escaparia aparentemente a essa tendência. Eu não vejo assim. É exatamente na indústria automobilística onde se verifica o desejo da produção do carro mundial. Quer dizer, um mesmo modelo será distribuído nos Estados Unidos, no México, no Brasil, na Europa, na África etc. E, no entanto, existe pluralismo. A questão é saber se esse pluralismo é um brinde da indústria cultural ou se ele tem outras causas. Mas, notadamente na competitividade do mercado, na competição que existe no mercado, em meu modo de ver a explicação é a segunda, não a primeira. Quer dizer, acho que a tendência eu a identifiquei da maneira correta. No entanto, tendências podem ser alteradas ou corrigidas. E foi nesse sentido que eu sugeri duas maneiras de intervenção nessa tendência. A primeira, uma intervenção legal, via estabelecimento de uma legislação que procure evitar a centralização de poder na indústria cultural, e, portanto, as maiores chances de uma massificação. Uma legislação que garanta a vitalidade do mercado cultural. Mercado cultural que, no meu modo de ver, po-

de pelo menos diminuir o perigo da massificação. E, em segundo lugar, medidas concretas de manutenção de sistemas alternativos de produção e circulação de bens culturais, que podem dar-se quase que ao nível artesanal e que podem sobreviver perfeitamente *pari passu* com a grande indústria cultural. Quer dizer, são essas duas possibilidades de intervenção na tendência, junto com várias outras que eu mencionei, que, no meu modo de ver, podem garantir um mínimo de pluralismo cultural, idéia, enfim, com a qual iniciei e encerro essa minha intervenção.

Roberto da Matta:

Eu acho que a minha leitura dessa sessão foi um leitura do seguinte modo: o que as pessoas tentaram fazer (inclusive eu acredito que a Mesa o tentou) cada um à sua maneira, com as suas perspectivas, mas sobretudo quem colocou as questões mais espontâneas, de maneira mais espontânea através de perguntas e até de perplexidades que implicavam no seu cotidiano e no seu trabalho, é como realmente ligar a cultura com *c* minúsculo com a cultura com *C* maiúsculo. O *C* maiúsculo e o *c* minúsculo eu não preciso definir. Eu poderia definir a cultura com *C* maiúsculo como a cultura de que eu falei como estilo, como uma teia de significados que torna a nossa vida plena, repleta, etc. Então eu acho que essa relação é uma relação fundamental. Nós não podemos continuar pensando o Brasil como um País que tem uma cultura com *C* maiúsculo ausente, e tentando correr atrás dessa cultura de *C* maiúsculo que estaria nos Estados Unidos ou na Europa. O que nós escolhermos dessa cultura com *C* maiúsculo para usarmos no Brasil tem que entrar em contato com a cultura com *c* minúsculo, que é, infelizmente, a maneira como nós sempre pensamos as nossas práticas cotidianas. No fundo, é a célebre dicotomia, clássica dicotomia, que é dicotomia de um lado e do outro lado é um contínuo entre as idéias e uma prática. Me lembra aquele conto do Machado de Assis, das aranhas. O cônego decifrou a linguagem das aranhas e as aranhas queriam o governo, um sistema de governo, e apareceram partidos políticos que queriam uma forma republicana, e houve votações, e as votações eram sempre fraudes, etc., e nunca as aranhas discutiram a sua organização, porque elas partiram do princípio de que não tinham uma organização social. Era preciso construir a organização social. Em termos da pergunta sobre a radiografia no Brasil, as radiografias feitas no Brasil, por exemplo, no século XIX, todas elas partem desse pressuposto trágico de que o Brasil não tem uma sociedade, não tem uma organização, é um país desorganizado, é um país miserável, um país de mestiços, fadado a desaparecer. No Século XX as coisas começaram a mudar e existem várias radiografias. É só pegar as interpretações do Brasil, que são inúmeras interpretações, até chegar às coisas que as pessoas que estão nessa Mesa tentaram fazer, algumas com grande sucesso, com grande penetração, outras de maneira mais

vulgar e menos penetrante. Daí a gente pode partir para a pergunta que foi colocada pelo Embaixador Nestor Santos Lima, diretamente feita a mim, quero responder para encerrar isto, à qual a relação entre se era possível inverter esses ditados que teriam no seu conteúdo um saber extremamente reacionário, um saber conservador, e que isso estaria ligado ao que eu teria colocado. Eu tenho colocado no meu trabalho que, ao contrário, acho que o ditado, o saber popular, como o saber erudito, dependem exclusivamente do contexto. Isso ficou muito claro aqui. Cultura é aquilo que a gente faz que a gente quer. Esse Brasil do Século XXI vai ser o Brasil que nós quisermos. Agora, será um engano, um erro tremendo a gente tentar construir um Brasil somente falando do futuro, sem falar dos obstáculos. Que o nosso passado faz com que a gente carregue nas costas os fantasmas de que Marx fala no 18 Brumário, que estão nos assombrando diariamente, e neles, entre eles, o fantasma do autoritarismo, incluído na nossa praxe, que é uma praxe hierarquizante e hierarquizada, e hoje o que se coloca é um dilema entre hierarquia, maneira tradicional de ler o Brasil, e o individualismo e o igualitarismo, uma maneira moderna de ver o Brasil; eu acho que o nosso grande dilema, o nosso grande desafio nessa passagem, é como juntar a hierarquia com o individualismo e, portanto, como não transformar os ditados, aproveitar os ditados sem transformá-los numa ditadura. Porque se existem coisas reacionárias nos ditados populares, eu quero lembrar que as Constituições, as leis, os atos adiconais, e as adições feitas nas Constituições, no caso brasileiro, foram extremamente reacionárias. Com toda a sabedoria jurídica que também foi colocada, muitas vezes por uma questão de contexto histórico, a serviço de deter as forças da história do Brasil. Eu acredito que a gente poderia dar um passo adiante realmente significativo, se fizéssemos um exercício sociológico de olharmos para nós mesmos não só em termos de um futuro radioso, que é o discurso da minha geração, discurso da geração do Paulo Tiago, e de outros, mas também olhando para esse passado que é um peso que nós temos que carregar. A tarefa a fazer, e que eu acho haver ficado muito clara nas colocações de todos, é como juntar essas coisas, como juntar a casa com a rua, como juntar a hierarquia com a igualdade, como juntar a pessoa com o indivíduo, como transformar caridade em filantropia, para fazer um país semitradicional se transformar efetivamente numa nação moderna, preocupada com a justiça social e com o progresso nesse nível.

Ministro J. J. Moscardo de Souza:

O Roberto da Matta centra as suas reflexões no Brasil em estilo de vida. Inclusive fala na casa e na rua, já bem conhecido livro de Roberto da Matta. Eu lembraria aqui a respeito do nosso Encontro, que

começou como uma tentativa de abertura de uma janela do Palácio para a rua. E eu creio que agora já se transformou em porta. E mais ainda, a descontração, a desinibição, o à vontade que os participantes deste Encontro demonstraram hoje, já nos faz transformar o Palácio em casa, a casa da cidadania brasileira. De modo que estamos muito satisfeitos, inclusive desta evolução deste primeiro clima que iniciamos. No primeiro Encontro havia uma certa tensão de estar no Palácio do Planalto, aqui, colocando problemas, indagações. Eu vejo que houve uma evolução extraordinária, o à vontade, a absoluta desinibição, a descontração com que a cidadania aqui comparece. Ao registrar essa evolução, estamos muito felizes com esse clima, esse clima de discussão em casa, como muito bem lembra o Prof. da Matta, nós queremos esses Encontros. Muito obrigado. Amanhã continuaremos também no cenário econômico-social às 9:30h e o cenário político-institucional às 14:30h. A idéia é, inclusive, que haja interpenetração desses cenários. É uma militância permanente, são dois dias de reflexão. Muito obrigado.

Ministro Celso Furtado:

Eu desejo agradecer a presença de todos e também devo uma explicação. A muitas das questões aqui formuladas o tempo não nos permitiu responder adequadamente. É que o objetivo desta reunião, para nós do Governo, é ouvir. Saber onde estão as inquietações, as insatisfações, qual é o estado de espírito, qual é o horizonte de ansiedade, menos do que dar respostas precisas, o que muitas vezes nós não estaríamos em condições de fazer. As questões foram todas anotadas e elas vão alimentar as nossas reflexões no Governo. Este é o objetivo deste Encontro. Muito obrigado a todos.

CENÁRIO ECONÔMICO-SOCIAL

Apresentador (Dolabella):

Inicia-se, neste momento, sob a presidência do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, João Sayad, a sessão referente ao cenário econômico e social.

Integram a mesa, além do Ministro João Sayad, o Embaixador Rubens Ricupero, o Padre Fernando Bastos D'Ávila, Dr. André Franco Montoro Filho, Dr. Antônio Barros de Castro, Dr. Júlio Mourão, Dr. Walter Barelli, Dr. Hélio Jaguaribe, Dr. Simon Schwartzman e o Ministro Moscardo de Souza.

Min. João Sayad:

Minhas senhoras, meus senhores, é com muita satisfação que dou início aos trabalhos de hoje sobre mais esse Encontro Governo-Sociedade, sendo que hoje ouviremos aqui exposições e debates sobre o cenário econômico e social do Brasil no ano 2000.

Não poderia iniciar esses trabalhos, ainda que como Presidente, sem tecer algumas considerações sobre planejamento, a visão do Brasil no ano 2000, e o sentido das discussões sobre o futuro de nosso país.

O esforço de antever para onde vamos, e como vamos planejar, é um trabalho muitas vezes mal compreendido. No Brasil de hoje, Brasil agitado por tantas discussões, por tantas polêmicas, por tantos debates — que marcam, com muita clareza, o início da vida democrática — a idéia de planejamento e discussão do futuro é muitas vezes mal compreendida. Discute-se no Brasil planejamento x mercado, como se planejamento fosse uma atividade antagonica ou alternativa ao livre funcionamento do mercado.

Acho que, na oportunidade em que se discute o Brasil do ano 2000, no momento em que se discute para onde vamos e o que queremos ser daqui a 15 anos, é muito importante distinguir e evitar esse tipo de dicotomia. Na realidade, planejar e discutir o futuro é uma atividade que está presente em todas as atividades humanas.

O homem é um escravo do tempo. Nós vivemos amarrados às angústias e às ansiedades do dia-a-dia e se não fizermos um esforço para levantar um pouco os olhos além do horizonte, para ver o que vem lá pela frente, as nossas decisões serão equivocadas, serão decisões que não nos levarão a parte alguma. Até mesmo o mais puro dos mercados, até mesmo a Bolsa de Valores, se os senhores quiserem, faz planejamento. A evolução da bolsa de valores, dos preços das ações, do preço de cada ação, nada mais é do que uma tentativa que o mercado realiza dia-a-dia, de descobrir o futuro, de planejar o futuro. Portanto, a primeira observação que eu gostaria de deixar aos senhores, para reflexão e debates de hoje, é que planejar, discutir os caminhos e as estratégias de crescimento da economia brasileira, não é uma alternativa ao mercado, não é uma alternativa intervencionista, é simplesmente um esforço de organizar decisões e estratégias consistentes com o alvo, com o objetivo maior que hoje aqui estaremos discutindo.

Gostaria de tecer outras observações sobre planejamento. Nós, que vivemos a economia brasileira nos últimos 15 ou 20 anos, precisamos ter posição humilde com relação ao futuro e com relação ao planejamento. Acho que essa é a postura fundamental para discutir o Brasil do ano 2000. É a humildade perante o futuro desconhecido. O reconhecimento de que o nosso conhecimento, as nossas possibilidades de prever, as nossas possibilidades de criar mecanismos de defesa contra eventos inesperados, são sempre muito restritas. Essa humildade perante o desconhecido futuro é fundamental. Basta lembrar a história recente da economia brasileira. Quem previa, em 1970, o gargalo ou a crise de 1982? Quem, em sã consciência, e qual o economista, sociólogo ou político, qual o analista, qual o homem público que nos anos 70 previa com exatidão, ou anunciava com clareza, que a estratégia de crescimento da economia brasileira iria ser interrompida repentinamente por uma crise internacional como aquela de 1982?

Quem é que previa, em 1970, ou mesmo em 1965, a pujança que a economia brasileira experimentou entre 68 e 74?

Esses fatos, entre outros, nos dão uma outra orientação sobre planejamento e sobre a discussão do Brasil do ano 2000. Planejar e pensar o futuro precisa, requer antes de mais nada, humildade. Humildade e mecanismo de defesa. Nós temos que ter a consciência clara de que, por melhor que sejam as nossas informações, o nosso planejamento é instável. É preciso que as estratégias que se desenham, as estratégias de endividamento, as estratégias de realização de gastos públicos, as estratégias de programação de investimentos, estejam, todas elas envolvidas numa estratégia que evite o risco. É preciso prudência. É preciso diversificação. É preciso entender e compreender que o planejamento, na previsão do futuro, exige, sem dúvida, que não coloquemos

todos os ovos numa cesta só. Que tenhamos espaço para nos mexer diante do imprevisto, do inesperado, do inesperado otimista, positivo ou negativo. Essa é lição que nós, brasileiros desta geração, temos que ter muito clara, depois de anos de tantos reveses e tantos acontecimentos inesperados.

Uma última observação, que faço como Presidente deste Encontro, refere-se como vemos a economia brasileira daqui até o ano 2000. Tomo a liberdade, como Presidente do Encontro, de lançar imediatamente a visão que temos sobre o futuro do Brasil.

Preparando-nos para esses debates, para essas discussões, vimos, com muita clareza, que o Brasil tem um futuro alvissareiro. Somos uma economia destinada à prosperidade. Quando olhamos os números de produção, de emprego, de crescimento, de investimentos, o resultado é positivo e muito favorável. Evidentemente, esse futuro rosado, esse futuro otimista, é profundamente sombreado, pesado pelas angústias do dia-a-dia. A dívida externa, o controle de preços, o peso e as dificuldades que todos nós, da área econômica do Governo, da iniciativa privada, dos senhores que analisam a economia brasileira, vivemos no curto prazo, não nos deve enganar. São problemas e obstáculos da maior gravidade, mas, tenho certeza, os debates mostrarão que são obstáculos ultrapassáveis, que não colocam sombra no futuro do país.

São essas palavras que eu queria dirigir aos senhores na abertura deste Encontro sobre o Brasil no ano 2000, ao dar boas-vindas a todos e especialmente agradecer os debatedores que participam conosco desta mesa.

Passo a palavra imediatamente ao Dr. Júlio Mourão, que fará a primeira exposição. O Dr. Júlio Mourão é do BNDES.

Dr. Júlio Mourão — BNDES:

Exmo. Sr. Ministro do Planejamento, João Sayad.

Demais membros da Mesa.

Senhoras e Senhores.

O Ministro já antecipou, de certa forma, o sentido das palavras que eu vou proferir, que são palavras, eu diria, de otimismo em relação às perspectivas de desenvolvimento brasileiro no futuro. E vou começar retomando um pouco do que ele colocou em termos da psicologia dos economistas, dos empresários, dos cidadãos em geral, em relação ao modo de encarar o futuro.

Normalmente, quando se está num período de crise, tem-se a tendência a prever o futuro como continuidade da situação de dificuldade do presente. Foi isso que nós experimentamos no passado recente, quando, diante da recessão profunda da economia brasileira, a tendência era de se prever uma continuidade das dificuldades que vivíamos. Havia um pessimismo generalizado em todos os agentes econômicos em relação ao nosso futuro, era como em momentos do passado, em que a economia crescia de forma acelerada e a tendência era de se projetar a continuidade desse crescimento, sem se considerar que havia possibilidade de mudança naquele ritmo ou que problemas poderiam ocorrer no futuro. Isso faz parte da psicologia dos agentes econômicos, o que torna muitas vezes o exercício prospectivo uma questão difícil para os técnicos, ao tentar discutir isso com todos os agentes econômicos.

A verdade é que a economia brasileira, como todas as economias capitalistas do mundo, evolui através de ciclos econômicos e nós tivemos ciclos significativos em nossa história, de crescimento acelerado entrecortado por períodos de crise econômica.

O primeiro ciclo foi o ciclo de 1948 a 1961, em que a economia brasileira cresceu cerca de 7,1% ao ano, nesse período de 14 anos. Tivemos um segundo ciclo importante de crescimento que foi o ciclo de 1967 a 1980, também de 14 anos, em que a economia também cresceu 8,3% ao ano, em média.

Tudo indica que nós hoje estamos iniciando um terceiro ciclo longo de crescimento econômico, que poderia ir dos anos de 1985 ao ano 2000 e também de um crescimento dessa ordem de 8% ao ano.

Isso não seria algo de extraordinário na história brasileira, devido à nossa experiência de ciclos anteriores, como não é algo de extraordinário em comparação com a experiência de outros países do mundo. Muitos dos quais passaram também por ciclos bastante longos de taxas de crescimento. Vou citar apenas dois exemplos recentes: nos últimos 20 anos, que vão de 63 a 83, o Japão cresceu cerca de 7,5% ao ano; e a Coreia cresceu 8,7% ao ano, num período de 20 anos, de 1973 para trás. Mas, evidentemente, não basta a constatação de que a economia brasileira já cresceu a taxas aceleradas por longos ciclos, ou que outros países o fizeram, para a garantia de que vamos passar por um outro longo período de crescimento acelerado. Vamos procurar então examinar, um pouco mais em detalhe, quais são as possibilidades e a viabilidade de realmente esse ciclo acontecer na história brasileira.

Para efeito analítico vamos dividir os modelos ou os tipos de crescimento possíveis em dois tipos. Um, que vamos chamar de vertical; e o segundo, que vamos chamar de horizontal.

O crescimento vertical é aquele que é próprio, hoje, das economias maduras, desenvolvidas, que têm um mercado praticamente estagnado, quer dizer, todas as necessidades básicas da população estão atendidas, a população tem alto nível de vida, e as perspectivas de alargamento desse mercado são até certo ponto limitadas. Só é possível um alargamento desse mercado, um crescimento dessa economia, através de incorporação do progresso técnico, que leva a renovação de produtos, leva a renovação de processos, renovação da indústria, ampliando verticalmente um mercado, ou dentro de um mesmo grupo de necessidades, alterando produtos e permitindo assim expansão e renovação dessas economias. Mas esse não é o caso do Brasil. Nós ainda temos a perspectiva de um crescimento que vamos chamar de horizontal e que poderia se dar por três processos diferentes. O primeiro seria o processo de substituição de importações; o segundo, o de aumento de exportações; e o terceiro, o de crescimento do mercado interno.

Vamos examinar esses três processos.

O processo de substituição de importações foi o fator dinâmico da nossa expansão em ciclos passados, mas, devido ao próprio sucesso desse processo, ele hoje se apresenta provavelmente esgotado. Ou seja, já temos um baixo coeficiente de importações, o que nos dificulta crescer através desse processo, embora em algum setor específico algo ainda possa ser feito.

Ontem mesmo, o Embaixador Ricupero referiu aqui que o nosso coeficiente de importação estaria em torno de 6% e, exclusive petróleo, em torno de 3%, que seria, provavelmente, um dos mais baixos, ou estaria entre os mais baixos coeficientes de importação do mundo.

Um segundo caminho de crescimento, que estamos chamando de horizontal, seria por uma abertura internacional da nossa economia. Nós poderíamos aumentar o nosso coeficiente de importações e de exportações, inserindo-nos de forma mais intensiva na economia internacional. Esse foi o caminho experimentado por economias asiáticas, de processo de crescimento intenso e recente, como foi o caso da Coreia, de Singapura e Taiwan. Seria uma volta da nossa economia para o mercado externo, uma abertura, uma inserção do Brasil numa divisão internacional do trabalho. Ora, nesse processo, como ontem falou aqui, numa intervenção, Eduardo Marques, estaríamos nos inserindo numa divisão internacional de trabalho ditada pelas economias desenvolvidas de hoje, em que teríamos papel subordinado de fornecedores de matérias-primas ou de produtos de mão de obra intensiva sem almejarmos entrar nos produtos de capital intensivo ou num processo de

desenvolvimento mais integrado. Passaríamos assim a ter um processo subordinado de desenvolvimento, e talvez, quem sabe, chegaríamos um dia a ser o último dos desenvolvidos, como foi dito aqui ontem, mas como um parceiro menor desse grupo de países desenvolvidos.

Há, na verdade, uma terceira alternativa, que me parece será o caminho brasileiro de desenvolvimento nesse ciclo próximo. Mas antes de abordarmos esse terceiro caminho, seria interessante examinarmos um pouco essa questão do coeficiente de importação. Quer dizer, se ele é tão baixo no Brasil, seria possível crescer mantendo um coeficiente de importações tão baixo? Aí seria interessante fazer uma comparação internacional. Os EUA, durante um período de 40 anos da sua história, quarenta anos nos quais ele passou a ser a maior potência mundial, a maior potência não só no sentido militar, estratégico e econômico, ou mesmo comercial, dominando praticamente os mercados mundiais de 1930 a 1970, o coeficiente de importações dos EUA oscilou entre 3,5% e 4,5% do seu produto, inclusive petróleo. Então foi um coeficiente de importação extremamente baixo, menor que o brasileiro de hoje, que coexistiu ou, quem sabe, até permitiu o processo de expansão, crescimento e desenvolvimento em todos os sentidos dos EUA, durante um período de 40 anos. Ou seja, é possível um país crescer e crescer significativamente por períodos longos, com coeficientes de importações baixos ou até muito baixos.

Muito bem, vamos examinar, então, a terceira alternativa de crescimento brasileiro, que seria o crescimento voltado para o mercado interno. Aliás, é esse o caminho que nós estamos, desde o ano passado, experimentando. Um crescimento muito rápido de salários reais e do emprego, levando a um mercado interno em grande expansão, provocando um crescimento econômico acelerado e de alto dinamismo na economia brasileira.

Embora já sejamos hoje o 8º PIB do mundo, ainda temos uma população desempregada e com baixo nível de renda de proporções muito elevadas. A incorporação da população subempregada ao mercado formal representa uma oportunidade de expansão econômica, que pode criar o que eu vou chamar aqui de um círculo virtuoso do crescimento, ou seja, à medida que se incorporam populações que estão com baixo nível de renda nos setores de baixa produtividade ao emprego formal, que eleva significativamente o seu nível de renda e o insere num mercado moderno, a incorporação dessa população ao mercado implica no alargamento do próprio mercado e na necessidade de uma nova expansão e se cria então o círculo virtuoso de crescimento, em que a incorporação de novos trabalhadores gera a necessidade de expansão e incorpora novamente outros trabalhadores.

Então, esse processo, que certamente o Brasil deve e pode passar, de levar a sua população a ter o nível de vida médio, digamos, de um europeu de hoje, que significa dar a todos as condições básicas, atendendo necessidades básicas de bens e serviços de que necessita, é uma oportunidade de crescimento e de expansão econômica que o Brasil tem, ao contrário desses países desenvolvidos.

Por outro lado, nós temos um território a ocupar e riquezas naturais a explorar, que representam também uma oportunidade de expansão econômica muito importante. Temos aí marcha para o Oeste e para o Norte brasileiro e temos aí, só recentemente descobertos, inúmeros potenciais minerais que podem ser explorados e que podem representar uma oportunidade de crescimento, investimento e expansão econômica.

Ou seja, o Brasil, diferentemente das economias maduras, que têm dificuldades de encontrar caminho de crescimento a níveis relativamente altos, dispõe de oportunidade de crescimento horizontal bastante acelerado; e é importante lembrar que esse processo de crescimento e de expansão brasileiro passa necessariamente por um processo de crescimento de salários reais e crescimento da renda real média da população. Nas análises que temos feito para o cenário brasileiro no ano 2000, e nós do BNDES temos trabalhado com satisfação, em conjunto com as áreas de planejamento da PETROBRÁS e da ELETROBRÁS, na elaboração desses cenários para o ano 2000, não identificamos qualquer fator macroeconômico que possa representar dificuldade ou impedimento para esse crescimento.

Então, a poupança interna comporta-se adequadamente, o saldo da balança de pagamentos, da balança comercial, é elevado e suficiente para dar conta dos juros da dívida externa; a questão do déficit público e das finanças públicas tem um caminho de solução relativamente rápido e com expansão econômica acelerada; enfim, todos os fatores macroeconômicos comportam-se de forma bastante adequada, num processo de crescimento como esse. Quais seriam as conseqüências para a população brasileira de um novo ciclo de crescimento, de cerca de 8% ao ano, no Brasil de 1985 a 2000?

Uma primeira conseqüência seria a questão brasileira no *ranking* mundial das economias. Nós não seríamos mais o 8º PIB do mundo, mas estaríamos disputando o 4º lugar com a França, depois dos EUA, do Japão e da Alemanha.

O nosso PIB *per capita*, que é hoje de cerca de 2.000 dólares, estaria aproximadamente em 4.400 dólares *per capita*, ou seja, mais do dobro do PIB *per capita* de hoje. Ele hoje representa, o nosso PIB *per capita*, cerca de 1/5 do PIB *per capita* médio dos países desenvolvidos e no ano 2000 nós estaríamos quase chegando à metade do PIB *per capi-*

ta de hoje dos países desenvolvidos. Mas, de que maneira isso se refletiria em resultados benéficos para a população? Quer dizer, essa é uma questão muito importante, porque muitas vezes, por trás das cifras médias dos economistas, se encontram desequilíbrios sociais e econômicos muito profundos. Então, precisamos identificar em que um crescimento como esse pode resultar em benefício real para a população.

Eu vou procurar analisar aqui dois indicadores importantes das conseqüências sociais de um crescimento econômico acelerado como esse. O primeiro se refere à questão do emprego e do subemprego. No Brasil de hoje, do ano passado, 1985, podemos estimar o subemprego e o desemprego como 33,3% da P.E.A. (População Economicamente Ativa), ou seja, exatamente 1/3, por uma metodologia já aceita no meio dos economistas e sociólogos.

Com esse crescimento de 8,0% ao ano, o crescimento do emprego formal dar-se-ia em torno de 4,8% ao ano, o que significa que, no ano 2000, nós teríamos esse conjunto de subemprego e desemprego, que hoje é 1/3, reduzido a 5% da P.E.A., ou seja, de 33% reduzido apenas a 5%. E 5% é um nível de desemprego considerado estrutural em qualquer economia moderna. Portanto, se conseguirmos manter o ritmo de crescimento acelerado até o ano 2000, teremos eliminado, na virada do século, o subemprego da economia brasileira; e os senhores podem imaginar o que significa de melhoria de condições de vida para a população.

Um segundo indicador importante é a questão da urbanização, o problema urbano. Nós assistimos, nos últimos anos, na economia brasileira, a um processo acelerado de inchamento das cidades, o que representou, muitas vezes, degradação da qualidade de vida urbana, que é reconhecida hoje por todos.

Em 1960 nós tínhamos, vivendo nas cidades, 45% da população brasileira. De 1960 a 1970, em um decênio, essa população urbana cresceu cerca de 5% ao ano, e de 1970 a 1980 cresceu cerca de 4,3% ao ano. De tal forma que em 1980 nós tínhamos, já, 68% da população vivendo em cidades onde, no ano de 1985, devemos estar com aproximadamente 72% da população. Ora, se no ano 2000 atingirmos o nível de urbanização de 80% da população, o que seria um nível próximo do europeu de hoje, que provavelmente é até um nível elevado para as condições brasileiras, significa que o crescimento da população urbana vai se reduzir para 2,5% ao ano, daqui até o ano 2000. Uma redução dessa ordem, de 5%, de 4 e poucos por cento, para 2,5%, tem conseqüência muito importante, ou seja, que o ritmo de inchamento das cidades se reduzirá drasticamente. Uma grande dificuldade de elevar a qualidade de vida das populações das cidades é que os investimentos de infra-estrutura urbana, que são investimentos

pesados, caros, rapidamente se esgotam pela chegada de novas populações e são insuficientes para atender a nova demanda. A redução do ritmo de urbanização, fruto do próprio progresso e do nível de desenvolvimento que o Brasil vai alcançando, permite que os investimentos de infra-estrutura produzam resultados reais que se esgotem menos rapidamente e que, portanto, tenham condições de, com uma política social, conseguir resultados mais benéficos e mais duradouros para a população urbana.

Bem, eu afirmei que nós não teríamos problemas macroeconômicos identificáveis, que pudessem impedir o crescimento dessa ordem para a economia brasileira até o ano 2000. Mas precisaríamos examinar mais em detalhe se nós teríamos problemas setoriais, pontos de estrangulamento ou gargalos que pudessem dificultar, impedir esse processo de crescimento, ou que exigissem um planejamento mais cuidadoso e mais intensivo.

Eu diria que o crescimento econômico é, no Brasil, uma tendência econômica pesada. Faz parte da nossa história, do nosso processo de expansão, do nosso processo de ocupação de território e de riqueza, de ocupação da nossa população, um processo de crescimento pesado, um processo de crescimento intenso na economia brasileira.

Mas é preciso que a política econômica, o planejamento, por um lado, sancione esse processo de crescimento, ou seja, que não gere obstáculos, não crie dificuldades que impeçam o próprio processo de crescimento, eu diria tendencial, da economia. E, por outro lado, é preciso que esse processo de planejamento procure superar os próprios estrangulamentos que possam ser identificados. É necessário, portanto, uma antevisão dos gargalos e pontos de estrangulamento para superá-los. Embora nós possamos, hoje, identificar que em alguns setores poderemos ter problemas como, por exemplo, no setor de petroquímica, ou no setor de papel e celulose, com a redução das exportações, e no setor de aço possamos necessitar de importações, se não tomarmos rapidamente decisões de investimento e criarmos mecanismos para que eles se efetivem em alguns desses setores, poderemos vir a ter necessidade de importar produtos em que, hoje, somos auto-suficientes.

Mas esses, entretanto, são gargalos, eu diria, menos dificilmente transponíveis, porque inclusive as nossas expectativas sobre o balanço de pagamentos são favoráveis e, em última instância, até alguma importação poderá ser feita, como agora estamos fazendo, de alimentos, para suprir uma crise conjuntural.

Mas há um problema que considero muito importante, que necessita ser superado para que esse processo de crescimento possa

se efetivar. Trata-se da oferta de energia elétrica. O PRS, que é o plano de recuperação setorial do setor elétrico, é um plano que me parece insuficiente, hoje, para atender a um crescimento dessa ordem. É preciso tomar decisões que, acredito, seriam decisões corajosas nessa matéria, no sentido de, em primeiro lugar, rever o plano. Rever o plano procurando aumentar ofertas, procurando caminhos alternativos de crescimento da oferta de energia elétrica, e, para isso, o setor elétrico brasileiro conta com técnicos da mais alta competência, que, certamente, terão condições de refazer este plano e encontrar um caminho de ampliação da oferta compatível com as necessidades brasileiras.

Mas, em segundo lugar, é preciso de uma garantia para esse setor, como uma das prioridades nacionais de recursos, possa dar conta dos investimentos, que serão muito altos, para atender a oferta de energia elétrica necessária à expansão da economia, que pode trazer resultados tão benéficos para a população brasileira.

Resumindo: o Brasil parece estar entrando num novo ciclo de crescimento econômico de cerca de 8% ao ano por um período, diria, de 14 a 15 anos, que vai até a virada do século, e esse crescimento tem como característica ser um crescimento voltado para exploração do potencial do mercado interno brasileiro, com crescimento importante da renda real da população, bem como ocupação territorial e exploração de nossas riquezas, cujas conseqüências sociais se desenham bastante positivas no que se refere ao emprego. Nós chegaríamos ao fim do século com o subemprego praticamente eliminado no Brasil e poderíamos ter uma melhoria de qualidade na vida urbana da cidade, com um melhor resultado dos investimentos sociais e um processo menor e inchamento das cidades. Mas é necessário um esforço de planejamento para superar pontos de estrangulamento, um esforço de planejamento corajoso e com a visão de prazo longo, para que esse crescimento não seja reduzido no início dos anos 90.

Min. João Sayad:

Eu passo em seguida a palavra ao Professor Antônio Barros de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Prof. Antônio Barros de Castro — UFRJ

Senhor Ministro João Sayad,
Demais autoridades aqui presentes,
Senhoras e Senhores.

Estamos aqui tentando nos perguntar sobre o ano 2000, sobre o que podemos fazer até lá, sobre qual o significado histórico desses 14 anos próximos.

Quatorze anos é pouco ou é muito? Eu creio que depende do ponto de partida. Depende de onde se está. Pode ser pouco, mas também pode ser suficiente para grandes realizações. Onde nos encontramos? A economia brasileira se caracteriza hoje por estar dotada de um sistema industrial moderno, o último a ser montado, com as características *standard* internacionais. Esta também povoada de empresas de grande agilidade, de grande capacidade de respostas, testadas e purgadas pela severa crise do início dos anos 80.

A economia brasileira também se caracteriza por dispor de um voraz mercado interno. Eu não me refiro apenas às demandas inatendidas. Isso não é ainda mercado. Refiro-me a algo muito mais ativo, muito mais atuante. Quando o Brasil cresceu rápido de 68 a 73, a demanda de bens de consumo duráveis virtualmente explodiu, crescendo sempre acima de 20% ao ano. Recentemente, em 85 e 86, mais uma vez, essa veracidade se patenteou. Desta feita, de forma até mesmo alarmante.

Esse país dispõe também de uma infra-estrutura de serviços básicos razoável, moderna, de uma eficiência questionável em certos pontos, mas, como eu dizia, razoável no todo.

E, finalmente, este País dispõe de abundante mão-de-obra, em parte subempregada, mas em regra familiarizada com as formas modernas de trabalho, disposta, evidentemente, ao trabalho, e que nos seus estratos superiores apresenta níveis de treinamento e capacitação tecnológica bastante elevado.

Que outros países reúnem esses aspectos e, sobretudo, combinam esses aspectos: os positivos e os negativos? Nenhum. Recentemente este País passou por um teste. O plano cruzado foi um teste. E qual foi a resposta? A resposta foi estupendamente positiva. E não foi apenas a resposta a uma demanda momentaneamente inflada. Foi muito mais do que isso. Houve de início uma bolha de consumo, mas a resposta foi tão criativa por parte de numerosas empresas, que esta bolha foi metabolizada e hoje é parte integrante da economia.

O que que eu quero dizer com isso? Quero dizer o seguinte: há uma explosão inicial de consumo, mas numerosas empresas entendem isso como um sinal verdadeiro e permanente de uma nova realidade. Contratam mão de obra, compram equipamentos, fazem a produção de equipamentos saltar para uma situação em que não conseguem

atender o mercado. E através dessa resposta extremamente positiva, que não foi dada em outros países, transformam aquela demanda, inicialmente inflada pelo primeiro impacto do plano cruzado, numa nova realidade. Transformam-na em renda e emprego. A renda e o emprego estão crescendo, este ano, a uma velocidade altíssima, e os resultados da impulsão dada pelo cruzado são indistinguíveis da renda e do emprego gerais da economia. É nesse sentido que a bolha foi metabolizada. Ela é parte integrante da economia.

Até aqui estamos praticamente no terreno das constatações. Que fazer daqui para diante? Existe uma resposta dominante. Dominante internacionalmente, dominante na imprensa brasileira. Ela nos diz que o Brasil precisa passar por um conjunto de reformas ditas neo-liberais. Que são essas reformas? Uma abertura comercial e para o capital estrangeiro, que nos garantiria supostamente um aumento de competitividade e acesso à poupança externa; minimização do aparelho de Estado, e em particular das empresas públicas; e, genericamente, aceitação das chamadas regras do jogo da economia liberal moderna.

Trata-se de uma agenda simples e atraente. Mas há uma constatação importante: esta agenda vem sendo cumprida; vem sendo cumprida pelo México, pelo Chile, pela Inglaterra, pela Bélgica, pelo Marrocos, pela Costa Rica. É a agenda geral da atualidade. E, mais, é também a agenda geral do mundo pré-trinta. Ora, acontece que, submetido a esta agenda, até hoje nenhum país cresceu acelerada e sustentadamente. Ela não registra crescimentos sustentados da ordem de 6, 7, 8%. Pelo contrário, os países que registram em seu passado, remoto ou recente, crescimento acelerado e sustentado, estavam bastante longe de acatar estes princípios. Podemos tomar um Japão, uma Coreia, como podemos tomar o Brasil, todos igualmente distantes do paradigma inscrito nas reformas neo-liberais.

Como não posso ir a fundo na argumentação a este propósito, vou tomar apenas um aspecto da questão. Um só..., mas me parece um aspecto crucial.

Jamais se descobriu como crescer sem investimento e jamais se descobriu como crescer rápido sem investimento em altas doses. Desde pela razão trivial de que é o investimento que forma capacidade produtiva na margem, até por razões um pouco mais sofisticadas. O investimento é portador de técnicas, ele é vetor das novas técnicas. A diferença entre investimento baixo e investimento alto, no plano econômico, é a diferença entre Inglaterra e Japão. Tanto no que se refere à velocidade de crescimento, quanto no que se refere à competitividade. Se a abertura indiscriminada para o exterior fosse garantia de competitividade, a Inglaterra teria grande competitividade e o Japão nenhu-

ma. O próprio Brasil, se o fechamento impedisse a competitividade, em 1984, após 10 anos de excepcional fechamento, não teria competitividade alguma. Mas o Brasil descobriu, em 84, a sua grande e renovada competitividade em diversos campos e, em particular, no campo manufatureiro.

Como sustentar investimentos altos? Como sustentar uma elevada dose de formação de capital? A questão é complexa, naturalmente, mas, sem dúvida alguma, dois pontos devem ser sublinhados.

Primeiro. Não há casos (e creio que há razões fortes para isso) de forte ritmo de formação de capitais, sem taxas de juros muito baixas. Eu lembraria aos senhores que de 1920 a 1979, em 60 anos, a taxa de juros real, internacional, foi, em média, ligeiramente superior a 1%. Nos 20 anos de violento crescimento do ocidente e do Japão, de 1960 a 1979, a taxa de juros média real foi de 1,3%. E nos anos 70 a taxa de juros foi ligeiramente negativa.

Pois bem, então é preciso..., a experiência histórica sugere e há razões teóricas para isto, é preciso juros muito baixos para duplicar uma capacidade produtiva. E, lembrem-se, crescer a 7% ao ano implica duplicar a economia a cada 10 anos. Mas é preciso, também, que as responsabilidades mais pesadas, mais onerosas, menos rentáveis, os investimentos mais longos sejam ou liderados, ou diretamente assumidos pelo Estado, em particular, claro, no campo da infra-estrutura. E eles são verdadeiras matrizes geradoras de oportunidades econômicas. São, também, redutores da incerteza — porque a economia é sempre e necessariamente um jogo incerto. E uma das maneiras de se reduzir essa incerteza é balizar o futuro com grandes investimentos que desde agora vão assegurando que numerosos passos podem ser dados com alguma segurança de êxito.

Qual o problema que isto nos coloca? O problema que isto nos coloca é um só, e é crucial. É que esta simples opção pelo investimento alto, com uma cunha pública por baixo, e com juros, explicitemos, subsidiados, é incompatível com as reformas neo-liberais. Eis aí a raiz do problema. Se o Brasil quiser crescer rapidamente, terá que fazer uma política ativa de investimentos. E isto colide, lamentavelmente, com o receituário neo-liberal.

Será que o Brasil se tornará um anacronismo, implementando grandes programas num mundo tendente à neo-liberalização? Eu diria o seguinte. Primeiro: a anulação da política econômica nos países centrais é, em grande medida, o reconhecimento de um fracasso generalizado destas mesmas políticas. As políticas macroeconômicas em retra-

ção, em declínio, são o que restam de experiências, fracassadas, dos anos 70. Antes, porém, tiveram certa dose de êxito. Afinal se fez política econômica muito ativa nos EUA de Kennedy, na França, na Itália, etc., justamente na fase em que esses países cresceram muito rapidamente.

Segundo: a aceitação do receituário neo-liberal nos demais países subdesenvolvidos constitui não uma opção, e sim uma submissão: passividade com ares de novidade. Estes países abriram mão do desenvolvimento e se conformam em administrar a crise.

Há exceções. O Brasil não está sozinho. A Índia por exemplo é uma exceção. A Coreia ainda é uma exceção. E outros poderão se juntar a nós. Se é nosso propósito universalizar os frutos da industrialização, levar a todos aquilo que hoje é restrito (e levá-lo, inclusive por mecanismos de mercado) então nós estamos vivendo hoje o análogo do que viveu a Itália na fase de explosão dos bens de consumo de massa. A França também. O Japão também. Nós estamos vivendo defasados e não anacronicamente. Aceitemos esta defasagem.

A este argumento central eu quero somar três considerações muito rápidas.

Primeiro: quanto à dívida externa. Que implicação tem, no que concerne à dívida externa, o que eu acabo de dizer? A implicação é uma: simples e desagradável. Temos que pagar os juros da dívida. Se não pagarmos os juros da dívida e tivermos que tomar dinheiro emprestado, por necessidade efetiva, incontornável, teremos que abrir mão de qualquer veleidade de soberania, no referente à política econômica. E aí soberania é como gravidez. Não tem pouco nem mais. Vai de vez. Então, a implicação, quanto a este primeiro ponto, é a seguinte: há que haver uma cuidadosa, zelosa política de manutenção do saldo comercial. Claro que esta política tanto significa fomento das exportações, busca de mercados para que o Brasil continue nesse desempenho exportador notável, no que se refere a manufaturas, quanto também uma certa austeridade — aí sim a palavra está bem usada, no que se refere à importações — para que o saldo se preserve e para que ele seja proporcional aos juros que nós pagamos. Não é uma proposta agradável. Não é uma proposta popular, mas eu acho que ela é coerente.

Segundo: quanto à melhoria do padrão de vida da população, as últimas informações disponíveis mostram ou sugerem que estamos atingindo aquele ponto em que a pressão da demanda implica em altas significativas de salários. Não está havendo uma política salarial ativa pós-cruzado, e os salários em maio, junho, julho, estão se elevando. Por que? Em parte por eficácia dos sindicatos, em parte por-

que o mercado está permitindo e está proporcionando isto. A resposta via mercado começa aparentemente a ser eficaz no Brasil. É claro que ela é insuficiente, é claro que uma política de salário-mínimo seria algo a adotar-se numa perspectiva de longo prazo. O salário mínimo brasileiro é indecoroso, para não ir longe.

É claro, também, que o gasto social no Brasil é deficiente, é precário, e tem que ser reformado e ampliado, na medida da disposição política da sociedade em pagá-lo — e aqui eu estarei do lado dos que querem ampliá-lo.

Finalmente uma palavra ao liberalismo. Vou dizer, com toda a sinceridade, que os que identificam o liberalismo com a absolutização do mercado são traidores do liberalismo. Isto é evidente na América Latina. Mas isto também é evidente fora da América Latina. Não querendo personalizar, mas não resistindo a uma ilustração, Milton Friedman passou para o palco da política econômica como assessor e mentor de Gold Water. Mas os economistas têm no próprio Adam Smith, em Jonh Stuart Mills, em Keynes, Myrdal e muitos outros, grandes pensadores em que o liberalismo jamais conflitou com as preocupações com a saúde da economia e com a justiça social. Nós temos em suma um tronco frondoso, de um liberalismo progressista, em que nos nutrir. Ocorre porém, finalizando, estar esse tipo de pensamento em prol da sustentação do crescimento, da busca do crescimento acelerado, do investimento etc, na defensiva hoje no Brasil. Em parte acuado por um vento forte que vem de fora. Mas não fiquemos nessa explicação superficial. Nessa busca de bodes expiatórios.

Há uma outra explicação muito importante, que está dentro de nós. É que nós temos um sentimento de culpa em relação ao passado recente. Tudo o que se identifica com o passado recente para nós é constrangedor. E por isto nós não estamos fazendo aquilo que a Itália democrática do pós-guerra soube fazer. Tomar o IRI e transformá-lo num instrumento fundamental de avanço da economia, agora, plenamente democrática.

Aquilo que Felipe Gonzales faz na Espanha. Felipe Gonzales soube também valer-se da herança que lhe chegava do período tormentoso da história que ele ultrapassou. O Brasil, neste sentido, precisa anistiá-la a si mesmo. Recomeçar a crescer de onde se encontra, acionando o Estado e a burocracia de que dispõe. A democracia é fundamentalmente o pluralismo, a liberdade, a convivência dos conflitos, a aceitação dos conflitos. É um processo que se vai aperfeiçoando. Mas a condição necessária, ainda que não suficiente, para consolidação da democracia, é, no meu entender, indiscutivelmente, o crescimento econômico.

(*Ministro João Sayad*)

Em seguida nós vamos ouvir o Pe. Fernando Bastos D'Ávila.

Pe. Fernando Bastos D'Ávila

Senhor Ministro João Sayad,
Componentes da Mesa,
Autoridades,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

O Ministro João Sayad, nas suas reflexões iniciais, colocava a temática do planejamento sob o signo de duas virtudes profundamente cristãs: a humildade e a esperança. Como sacerdote, eu quero seguir o exemplo do Ministro do Planejamento e falar com humildade, mas com esperança também.

Ontem o professor Roberto da Matta se referia a um dito, a uma palavra de sua avó — o futuro a Deus pertence — eu tenho a impressão de que sou contemporâneo da avó de Roberto, porque eu também digo que o futuro a Deus pertence, mas porque eu entendo a Deus, como uma plenitude instantânea, que é simultânea ao futuro, mas 'ao futuro que ele entregou ao homem para construir. Por isso eu queria partir, nessas reflexões sobre o aspecto social, daquela premissa que eu chamaria voluntarista, que foi explicitada ontem pelo Senhor Presidente da República quando ele afirmava que o futuro não se previa apenas, o futuro se cria. Quero dizer com isso, eu acho que é esse o pensamento subjacente à reflexão presidencial, que o futuro não se situa na convergência de sofisticadas extrapolações estatísticas ou previsões futurológicas, porque o dinamismo social não está sujeito ao determinismo rígido das leis físicas. O dinamismo social é regido por aquilo que eu poderia chamar, talvez um tanto paradoxalmente, de determinismos tendenciais. Isto é, no campo social, postas certas causas, não se seguem necessariamente certos efeitos, mas se seguem apenas determinadas tendências a esses efeitos.

Mas tais parâmetros que induzem esse determinismo tendencial que justifica, assim, a sociologia como ciência, esse determinismo tendencial tem componentes de indeterminação, especialmente a liberdade e a intuição genial, a intuição renovadora. Eu não sou marxista, mas acho que é verdade que o mundo pensa a sociedade de uma maneira diferente, antes e depois de Marx. Eu não sou freudiano, mas acho que é verdade que o mundo pensa a psicologia profunda de uma maneira diferente, antes e depois de Freud. Eu sou cristão, está na ca-

ra, e acho que o mundo pensa o homem de uma maneira diferente, antes e depois de Cristo.

É certo que é extremamente útil a elaboração desses cenários alternativos que nós ouvimos com tanta erudição e com tanta lucidez, dos debatedores que me precederam, dos painelistas que me precederam, porque eles nos permitem situar-nos com realismo na conjuntura em que vivemos, para não cairmos em utopias ou ucronias delirantes. Mas nenhuma dessas considerações, entretanto, priva de força aquela premissa inicial da qual partia e à qual se referia, ontem, o Presidente da República. O futuro se cria, o futuro será o resultado de uma vontade nacional e de uma decisão política.

Essa premissa, pensando nessa premissa, eu verifico que ela levanta duas indagações. Se o futuro se cria, a primeira indagação é a seguinte: que Brasil nós queremos criar nessa virada de século, neste médio prazo, porque no longo nós vamos estar todos mortos? A segunda indagação, tendo em vista o Brasil que nós queremos para essa virada do século, a segunda indagação é essa: que medidas deverão ser tomadas agora para criar, neste prazo, este Brasil que nós queremos? Eu me refiro à primeira indagação. Para muitas pessoas aqui presentes, com a visão racional, tecnocrática e empresarial, talvez o que eu vá dizer agora seja repassado de lirismo eclesial. Quando nós perguntamos que Brasil nós queremos, eu diria que nós queremos um Brasil justo, um Brasil fraterno, um Brasil saudável, um Brasil decente. Isso parece um pouco de lirismo eclesial. Mas eu acho que é esse o Brasil que nós queremos, porque hoje ele ainda não é nada disto. O Brasil não é justo, porque tolera profundas desigualdades de oportunidades, de participação na renda, no uso e na posse dos solos urbanos e do solo rural.

Eu vi as recentes estatísticas que notaram. O Brasil tem milhões... milhões no Brasil não têm acesso ao ensino primário. Nós temos ainda 20 milhões de analfabetos adultos. Milhões não se alimentam adequadamente. Nós temos aproximadamente 40 milhões de subnutridos, que vivem em subnutrição, que muitas vezes é um eufemismo para esconder esta miséria sórdida e sombria da fome. Subnutrição é tema de congressos eruditos de técnicos muito bem nutridos, mas a realidade que escondem é a fome, é a realidade de uma fome endêmica de uma grande porção de nossa população. Milhões dos nossos... Nós temos ainda 5,5 milhões de famílias no campo, sem terra. Nós temos milhões morando em favelas e em cortiços, sórdidos, nas grandes metrópoles. O Brasil não é um país justo. O Brasil não é um país fraterno, não obstante a tese tão charmosa da tradicional cordialidade brasileira. A violência cresce no campo, a violência cresce na cidade, não respeita a dignidade da mulher nem a inocência da criança. O Brasil não é sau-

dável nem é socialmente decente com todas essas carências, com todas essas mazelas nesses indicadores sociais básicos. Como se verifica num estudo coordenado pelo professor Hélio Jaguaribe, o Brasil 2000, por um Novo Pacto Social, ao qual eu me vou referir a seguir, somos o país que revela a maior distância no mundo entre seus indicadores econômicos e seus indicadores sociais.

Eu acho que não é lirismo o que eu estou dizendo, postulando para essa virada do século um Brasil justo, fraterno, saudável, decente. Se eu estivesse postulando isso no Haiti, ou em Bangladesh, talvez fosse lirismo, mas no Brasil não é, porque o Brasil tem tudo para ser um país saudável e as projeções feitas com humilde esperança do senhor Ministro e dos painelistas revelam isso.

A questão é o quê falta para ser esse Brasil saudável nessa virada do século? Isso nos leva àquela segunda indicação. Que Brasil nós queremos? Que medidas temos que tomar agora para que esse Brasil venha? Eu acho que a primeira medida é a medida da decisão política de inverter as tendências. Eu acho que durante muito tempo nós vivemos uma falácia, de que a simples modernização da nossa economia, da nossa sociedade, se traduziria automaticamente em promoção do homem e do desenvolvimento social; e a realidade foi que a sociedade realmente se modernizou, nós temos visto em todos os setores que estão sendo examinados, se modernizou surpreendentemente, mas o preço social foi uma extraordinária concentração social da renda e uma grande concentração regional da renda. A premissa que presidiu ao modelo, ao processo de desenvolvimento, revela-se hoje como uma falácia, porque ele não criou automaticamente a promoção do homem e o desenvolvimento social.

Essa modernização teve, como aludi acima, altos custos sociais e humanos. Portanto, a decisão política deverá inverter essa tendência e investir no homem, investir num programa de desenvolvimento social. Para isso, é necessário que essa política tenha motivações e tenha um esquema, um projeto racional para sua realização. Eu acho que motivações para essa decisão política de investir no homem não faltam.

Eu me reporto a duas considerações que alimentariam essa motivação por uma decisão política.

A primeira é que hoje a não solução dos nossos problemas sociais custa ao Brasil muito mais do que a solução desses problemas. A não solução do problema da fome, a não solução do problema da saúde, a não solução do problema da habitação e da educação custa ao Brasil muito mais do que uma modesta solução para esses problemas.

E tanto é verdade, que a segunda motivação para essa decisão política é que seria incalculável o quantum de energia que seria liberado por esse povo, se numa escala teórica o nível de seu teor alimentar subisse de um grau, se o nível de educação subisse de um grau, se o nível de saúde subisse de um grau. O quantum de energia que esse povo liberaria para o desenvolvimento, para a promoção desse Brasil seria simplesmente incalculável. Portanto, não faltam motivações para uma decisão política. Faltaria talvez o projeto, a elaboração do plano, da plataforma racional para esta... esta decisão política.

E nesse sentido me reporto aqui ao trabalho coordenado, orientado e elaborado pelo professor Hêlio Jaguaribe, com a colaboração ilustre de Winston Frisch, Guilherme Vanderley, Marcelo de Abreu e outros. Seria basear-se na realização de um determinado paradigma, um paradigma viável para o Brasil, esse paradigma, ou seja, o que se chamou de um mini-maxi, qual o máximo possível de transferência de recursos para garantir o mínimo de condições decentes para o povo brasileiro? Essa matriz, esse paradigma já foi elaborado, já foi preparado no trabalho a que me reportava, Brasil 2000 para um Novo Pacto Social, onde pacto social não é apenas entendido no sentido de acordos nos grandes confrontos sindicais e patronais, mas pacto social entendido como o grande consenso nacional para a construção desse futuro decente até o ano 2000, que é daquele Brasil que nós queremos construir.

Uma segunda medida que deve ser tomada agora, está-se decidindo agora, e intimamente ligada à primeira, é a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte, para um Brasil novo, uma Constituição nova. Nós não temos uma Constituição. Nós temos uma Emenda Constitucional que nos foi outorgada pelos Ministros militares de 69. É certo que a Constituição não é uma panacéia, mas é certo também que dependerá dela, e portanto, dos constituintes a serem eleitos exatamente daqui a um mês, saber se o Brasil encontrará o caminho para consolidar uma democracia realmente e amplamente participativa, onde o povo tenha vez e voz, caminho entre duas alternativas inaceitáveis: a alternativa de um reacionarismo imbecil e a de um revolucionarismo insensato.

Esse caminho é o caminho de um reformismo honesto, transparente, urgente e radical. Radical no sentido de não se deixar absorver na tarefa interminável de atenuar os efeitos de nossos males e de nossas mazelas, mas radical no sentido de ir às raízes desses males, para arrancá-las em tempo útil. O Brasil, hoje, — eu quero ficar dentro dos 10 minutos regimentais — o Brasil hoje, é comparável ao avião que corre na pista e cada vez mais depressa se aproxima do ponto onde ou decola, ou capota.

Ficando na mensagem de esperança alvissareira do Ministro, eu diria: esse Brasil vai decolar. Vai decolar para esse Brasil justo, fraterno, saudável e decente que nós desejamos. O Brasil que todos nós desejamos. Esperança que não é utópica, porque, como dizíamos no início, retomando a premissa do Presidente Sarney, o futuro não se prevê apenas, ele se cria, e juntos nós vamos criá-lo, o Governo e a Sociedade.

Min. João Sayad:

Neste momento nós vamos interromper as exposições por 5 minutos, retornando, portanto, pontualmente às 11:05, quando ouviremos então o Professor Walter Barelli e o Professor Simon Schwartzman. Eu peço imediatamente minhas desculpas por não poder retornar à segunda parte e sinto muitíssimo, já que a primeira parte foi tão criativa, tão interessante, sinto muitíssimo não poder assistir aos demais depoimentos.

Muito obrigado.

Apresentador (Dolabella)

Atenção senhores. Terminado o prazo do intervalo, vamos tomar as providências para a retomada dos trabalhos.

Nesta segunda fase, os trabalhos serão presididos pelo Embaixador Rubens Ricúpero.

Vamos chamar os demais componentes da Mesa: Pe. Fernando Bastos D'Ávila, Dr. Antônio Barros de Castro, Dr. Júlio Mourão, Dr. Walter Barelli, Dr. Hélio Jaguaribe, Simon Schwartzman.

Vamos sentar, por favor, e vamos dar início, então, à segunda parte dos trabalhos.

Embaixador Rubens Ricúpero:

Reiniciando os trabalhos da sessão desta manhã, como a hora já está adiantada, eu vou passar, de imediato, a palavra ao Dr. Walter Barelli. Tem a palavra o Dr. Walter Barelli.

Dr. Walter Barelli:

Nós tivemos a oportunidade de ver três elaborados informes sobre a problemática brasileira do ponto de vista econômico e suas perspectivas na virada do século.

Não fosse o Pe. Ávila dando o conteúdo social da questão e trazendo as carências que esta sociedade tem, quem sabe a gente, e sem considerar isso uma falta dos outros painelistas, quem sabe a gente ficasse imerso numa característica que os estrangeiros distinguem nos analistas da realidade brasileira.

O brasileiro normalmente é otimista quando pensa no futuro. Aliás, todos nós, sociedades jovens, achamos que o futuro sempre vai ser melhor, porque é inclusive aquilo que nos dá aquela esperança, que muitas vezes é mais quase uma posição de espírito do que um confronto, uma decorrência da realidade.

Da forma que foi apresentado, foram ditas algumas coisas que mostram que, se a economia brasileira for deixada do jeito que está, ela cresce irreversivelmente. Outros analistas, como Inácio Rangel, dizem que o normal para a economia brasileira é crescer 8%. Se não crescer 8% está em recessão. E para isso não precisaria nem de Governo, digo eu, numa versão mais caricata dessa situação, nem de Governo, nem de mediação de conflitos. A situação seria natural e para isso a política econômica pode até ser deixada de lado, porque esse país tem futuro e a realidade será rósea; ele é a Nação do ano 2000, sempre postergando a realidade da realização das expectativas da população brasileira.

Essa visão otimista, rósea, muitas vezes, está em algumas análises sobre o futuro. Eu me lembro quando Herman Khan fez uma análise do Brasil 2000, pitando que o nosso futuro não era tão bonito, e o Mário Henrique Simonsen publicou, em seguida, o Brasil 2001, fazendo projeções, mostrando — não é bem assim, você está projetando dados de um ano atrás, se você tivesse dados desse ano a coisa seria mais bonita e as perspectivas são boas para o futuro.

Catorze anos para mim é um tempo muito curto. E as outras quizenas de prosperidade citadas pelo Júlio foram feitas do ponto de vista social, com proposições diferentes. No período de 48 a 61, houve alguma coisa no sentido de melhoria da população na renda, de abertura para a sociedade. No crescimento de 67 a 80, ao contrário, isso foi feito com acirramento da concentração de renda no Brasil e as estatísticas então se diferem. Um belíssimo desempenho nas estatísticas econômicas e um péssimo desempenho no que se refere às estatísticas sociais.

A próxima quizenas, em termos de ano, o que seria? Repetir uma sociedade afluyente que tenta jogar o Brasil na decolagem para o desenvolvimento, a de 48 e 61, ou a sociedade restritiva que foi o modelo da última, do período 68 a 80, decisivo em todos os sentidos, principalmente no aspecto social?

Essa é a agenda que a gente tem que enfrentar nos próximos 14 anos, para a preparação dos próximos 14 anos ou 15 anos. Entre as dívidas brasileiras ficou a dívida social, que ela precisa ser paga também, e quem sabe até paga com juros, porque é pagar o que se tirou da maioria da população pelo processo de concentração de rendas, pelo processo de redução salarial. O salário mínimo de 84, em termos reais, era maior do que o salário mínimo de hoje. Não tivemos ainda

grandes avanços nessa linha. É o único salário que não cresce, porque depende de uma decisão institucional e há aquela perspectiva dos economistas de que, se subir demais um salário controlado pelo Governo, será sinal para a anarquia salarial na sociedade; enquanto isso todos os outros salários estão subindo e somente o salário da população de renda mais baixa é que não sobe.

Essas questões todas ficam, quando se pensa em termos de planejamento; e, quando a gente pensa em planejamento, não é voltar àquela expressão cínica de que primeiro o bolo vai crescer para depois ser distribuído, que pode muitas vezes ser observada quando se nota as análises sobre o dinamismo da economia brasileira. O Brasil cresceu, nestes últimos 2 anos, praticamente sem uma política econômica muito definida.

Os indicadores, os sinalizadores, como se deve crescer, esses indicadores não existiram, mas a economia teve um crescimento de 8% no ano passado, vai ter um crescimento de 8% ou mais neste ano. Agora, por modo próprio, sem administração, praticamente, desse processo de crescimento. Ou sem indicação, diríamos, é um planejamento democrático, aberto, a livre iniciativa é que faz. Agora, a livre iniciativa é deixar o bolo crescer e depois cuidar de resgatar as carências sociais.

Bem, na minha agenda, e aí eu uso agenda no sentido de providências a serem feitas, como o Castro colocou, há necessidade de enfrentar esse processo de crescimento com distribuição. É isso que foi conseguido com o movimento do povo nas ruas. O povo estava querendo isto quando foi às praças no movimento das diretas. Está querendo distribuir os frutos do desenvolvimento. Não está muito pensando no Brasil potência do ano 2000 e quem sabe é um dos termos que a gente precisa exorcizar, no sentido que o Castro apresentou, mas está pensando menos no Brasil instituições, o Brasil prédios, o Brasil fábricas, mas no Brasil pessoas. Para mim, o Brasil é conjunto de brasileiros ou de moradores do território nacional que devem participar desse processo de crescimento. E aí, nessa agenda, a coisa é muito mais séria do que a visão simplesmente rósea. Nós vamos ter de administrar conflitos, porque os interesses, quando se fala em termos de patriotismo, de nacionalismo, quem sabe eles sejam convergentes, mas quando se chega no sentido de construir juntos, nem sempre as pessoas caminham na mesma direção. A sociedade brasileira está dividida, por exemplo, na solução do problema alimentar. A falta de carne é uma resistência de setores que procuram justificativas para um confronto com o Governo, e fazem isso. É um confronto no qual o Governo é o mediador e tem uma proposta no sentido de que o preço fique congelado. E todas essas resistências que aumentam com o passar dos meses, com carências de produtos, são conflitos que estão presentes na sociedade. Não serão conflitos só quando os trabalhadores se manifestarem e exigirem melhores condições de trabalho ou melhores condições de salá-

rios. Não serão conflitos só quando os sem-terra adotarem posições num apressamento do processo distributivo da terra, no caso brasileiro.

A nossa agenda é também uma agenda que significa encarar de frente esses conflitos. Essas questões que eu trago aqui para o nosso debate acho permitem que a gente — verificando que esse País, do ponto de vista econômico, tem grandes potencialidades, mas os brasileiros podem ter demandas que signifiquem até o atraso do desenvolvimento no sentido de simplesmente crescimento econômico — possivelmente queira reduzir a taxa de crescimento, o que pode parecer uma irracionalidade para muitos economistas, para ter uma distribuição já nesta geração, não na geração do ano 2000, o pessoal que terá 14 anos naquela época.

Embaixador Ricupero

Antes de prosseguir, dando a palavra ao próximo debatedor, eu gostaria de dizer que nós todos aqui, que participamos deste Encontro, consideramos que ele não estaria completo se não registrasse o exemplo que nos tem sido dado desde o início dos trabalhos pelo General Macedo Soares, que na juventude dos seus 80 anos está demonstrando a todos que a construção do futuro não se trata apenas de um dever de uma determinada faixa etária. Este homem, cujo nome se incorpora não só à face histórica do crescimento brasileiro, mas à própria História do Brasil, está agora entre nós aqui na mesa e é para ele que eu peço somente uma homenagem ...

Proseguindo, então, neste trabalho, eu passaria a palavra ao Dr. Simon Schwartzman.

Dr. Simon Schwartzman

Senhores e senhoras.

Eu acredito que há um grande consenso nesta mesa, na medida em que ela parte de um diagnóstico bastante e necessariamente genérico, das condições de desenvolvimento do Brasil e o diagnóstico é um diagnóstico positivo, eu acho que todos nós compartimos desse otimismo, no sentido de que o Brasil é um país que tem futuro, que tem possibilidade, não é um país que está se afundando, é um país que está se erguendo. Eu acho que isso é uma coisa que todos nós compartilhamos e depois completado pela colocação do Padre D'Ávila, e agora de Barelli, de que isso não é um processo simples, é um processo complexo, é um processo difícil, isso não vai se dar espontaneamente, isso requer uma série de coisas importantes.

Eu gostaria de tomar dois tópicos em relação a esses problemas que nós temos que enfrentar, só como contribuição ao debate.

O primeiro, o Castro, eu acho que ele coloca muito bem, faz muito bem em resgatar a importância do setor público. Não há de ser destruindo o setor público e aleijando a sua capacidade de atuação que o Brasil vai conseguir enfrentar os problemas que se lhe deparam. Eu acho que essa colocação é fundamental. E a idéia de que simplesmente a destruição da capacidade de ação do poder público é o caminho para o desenvolvimento do País é uma ilusão, é um perigo que certamente nós temos que nos proteger em relação a ele.

Por outro lado, é evidente que essa colocação não significa que o nosso Estado está ótimo, não significa que nós temos uma beleza de Estado e que não há que tocar no setor público. A discussão sobre o setor público vem contaminada pela mistura de dois problemas radicalmente distintos. Um é o argumento de que não precisa setor público, quanto menos melhor e a isto eu acho que o Castro rebate com toda a clareza, com toda a nitidez.

O outro argumento é o seguinte: o nosso Estado é muito incompetente ainda, ele é muito ineficiente ainda, ele está muito aquém das necessidades e aí isto tem que ser corrigido, tem que ser enfrentado.

O Estado talvez tenha que ser até maior em alguns aspectos, talvez precise até de mais recursos, alguma coisa, certamente, precisa aumentar sua capacidade de investimento, mas ele precisa aumentar a sua eficiência, ele precisa ser capaz de enfrentar uma série de problemas muito específicos e muito concretos, começando com o problema de energia elétrica, que foi mencionado aqui, e chegando até os problemas da redistribuição de recursos que o País tem que enfrentar.

Eu acho que nós temos um problema muito sério a nível de Estado, que é como nós introduzimos e mantemos no Estado a competência. E como é que nós podemos fazer a competência não ser tecnocracia e coexistir com a política. Como é que nós impedimos que o Estado se politize no sentido de que os postos públicos sejam distribuídos segundo critérios eleitorais; como é que nós preservamos a capacidade de investir, a capacidade de atuação racional, a capacidade de pensar a longo prazo dentro do aparelho de Estado. Eu acho que esse problema é um problema crucial da Nova República, porque, às vezes, em nome da defesa da política e do horror à tecnocracia, nós podemos destruir um pouco da capacidade de ação que o Estado tenha e não construir aquela capacidade adicional e muito maior que ele precisa montar e precisa desenvolver. Eu acho que esse problema tem que ser enfrentado. E não há de ser no argumento populista do antiestatismo ou da politização do Estado que nós vamos conseguir enfrentar isto.

Eu acho que esse problema da ação do Estado também se torna bastante sério no que se refere a um aspecto que Barelli coloca, e o Pe. Ávila coloca, que é a importância da redistribuição de renda, que este País tem que passar por ela.

Eu não conheço detalhes do modelo analisado pelo BNDES, mas de qualquer maneira, mesmo com o dado da redução coletiva do desemprego, da incorporação de pessoas no setor formal, eu duvidaria que esse processo possa se dar de maneira a corrigir, no prazo de 15 anos, as grandes distorções, ou, pelo menos de maneira significativa, as grandes distorções de distribuição de renda, de pobreza etc., neste país, se não houver uma política ativa e intencional de redistribuição de renda.

Como é que se dá a redistribuição de renda? Eu acho que o exemplo, inclusive, de países que são assinalados como modelos de desenvolvimento, Coréia por exemplo, ou no caso do Japão, um pouco antes evidentemente, são países que passaram por processos bastante importantes de redistribuição de renda. O elemento básico de redistribuição de renda é a reforma agrária, quer dizer, no Brasil já não é, talvez, a grande solução, no sentido de que a população brasileira é mais urbana do que rural, mas ele é um fator, sem dúvida, importante da redistribuição de renda e tem que ser levado às suas consequências.

Um outro fator importante é a capacidade do Estado de levar serviços à população. Levar saúde, levar atendimento, levar saneamento básico, levar alimentação, levar educação à população.

A questão da educação eu acho que é da maior importância, porque ela também tem a ver com capacitar a população para receber os benefícios de uma transferência de renda, porque não se trata simplesmente de dar mais dinheiro para as pessoas, se trata de incorporar as pessoas a uma sociedade moderna, de maneira produtiva e de maneira ativa. Então, não se trata simplesmente de pegar dinheiro e dar um salário, dar um dinheiro adicional. Eu acho que isso tem que ser feito também, mas isso tem que corresponder a uma capacidade dessas pessoas de poder absorver esse dinheiro, de poder absorver esses recursos e participar de uma sociedade moderna de uma outra maneira.

Isso passa basicamente pelo setor de educação. Isso passa pela capacidade da sociedade em proporcionar às pessoas aqueles instrumentos mínimos que as permitam participar de uma economia moderna. Isso significa o quê? Significa aprender a ler e a escrever, significa aprender os conhecimentos mínimos de matemática, aritmética etc, etc.

Como é que se resolve o problema da educação? Há uma grande discussão. Já se mencionou aqui, antes, a problemática da educação no Brasil, mas basicamente o problema da educação é o seguinte: educação é muito cara. Manter uma criança 4 a 6 horas numa escola com boas condições, e tudo, custa muito dinheiro, e ter pessoas motivadas e interessadas em ensinar para essas crianças significa pagar um bom salário e prestigiar o trabalho do professor.

Quer dizer, é tão simples quanto isso. O Governo precisa fazer uma transferência maciça e significativa de recursos para a área de educação; educação primária, educação básica ... para que esse país possa começar a ter uma mudança qualitativa na área educacional, sem a qual o país não se moderniza, sem a qual você não incorpora a população à sociedade moderna, não há como incorporar. Qualquer país que se moderniza, englobando a população como um todo, passa por um processo de investimento maciço na educação da sua população e na valorização do setor de educação.

Isso requer, evidentemente, um Estado com uma vontade política e com capacitação técnica de enfrentar os problemas, as deformações, as deficiências que esses setores têm.

Então, eu acho que esses são alguns elementos que eu gostaria simplesmente de acrescentar a tudo que já foi dito e com o qual, em geral, eu estou totalmente de acordo.

Embaixador Ricupero

Eu creio que os debates desta manhã, para grande sorte nossa, têm revelado espontaneamente uma extraordinária convergência. Nós ouvimos, de início, duas apresentações de grandes qualidades sobre o cenário econômico e em seguida as três outras apresentações trouxeram aspectos complementares, seja no sentido de assinalar, como se fez agora, o problema da eficiência do aparato do Estado, seja chamando a atenção para o problema dos conflitos latentes em todo esse processo de desenvolvimento, que pode ter conseqüências sobre esse processo, e chamando a atenção para esse quadro social que deve ser a outra metade complementar do cenário que nós estamos examinando esta manhã.

Portanto, antes de partir para a abertura do debate geral e complementando, concluindo, de certa forma essa parte inicial das apresentações, eu daria a palavra ao Professor Hélio Jaguaribe, que justamente falará sobre esses aspectos do cenário social brasileiro para o fim do século.

Prof. Hélio Jaguaribe

Senhor Embaixador Rubens Ricúpero,
Senhores membros da Mesa,
Senhoras e Senhores.

Vou ser extremamente breve porque estamos todos ansiosos para que a discussão incorpore a participação dos presentes no trato dessa problemática.

Eu creio que o Embaixador Ricúpero, em sua última contribuição, colocou realmente com muita adequação a tônica da discussão

que se entabulou na manhã de hoje e iniciamos com duas excelentes análises da nossa situação econômica, marcadas por um otimismo, que a meu ver, a realidade econômica brasileira comporta, mas talvez contendo — eu realmente me referiria sobretudo à primeira dessas análises — uma certa, implícita propensão a acreditar ou a fazer crer que há automatismos funcionando favoravelmente, uma conspiração favorável para que os resultados otimistas da nossa economia se desenhem até o final do século. E, nesse sentido, foi extremamente importante a contribuição dos analistas que, levantando a terrível situação social do país, a partir da admirável exposição do Pe. Ávila, incluindo as muito pertinentes de Barelli e de Simon Schwartzman, assinalaram como este cenário otimista da economia está marcado por um cenário fortemente pessimista da população brasileira e, obviamente, existe uma relação de causalidade circular.

Nós vamos ter, no século XXI, a economia de consumo de massa. Não é verdade que a economia seja um automatismo dotado de capacidade espontânea. Isto me parece claro pela seguinte razão: para fazer a coisa extremamente breve, nós estamos realmente, neste momento muito crucial da nossa história, nos defrontando com a existência de dois Brasis dentro de um mesmo território, o Brasil industrial e o Brasil primitivo.

Esta coexistência tem sido administrada com a habilidade que é, felizmente, uma boa característica da nossa cultura e das nossas elites, mas que tem um limite. Este limite chegou agora. Não é mais possível, através da habilidade, empurrar com a barriga a crise social brasileira e pensar que os automatismos econômicos vão incorporá-la até o final do século. Aí existe um profundo equívoco. Eu me permitiria apresentar, inclusive, uma objeção frontal a algumas das formulações feitas pelos economistas da primeira parte da manhã, quando eles supõem que na modernização brasileira existe capacidade automática de incorporação do emprego. Precisamente eu creio que uma das boas contribuições do trabalho «Brasil 2000», que foi tão favoravelmente — e agradeço em nome dos participantes — referido, foi um modelo de emprego, cuja autoria intelectual é do professor Winston Fritz, e que mostra, de uma forma absolutamente axiomática e clara, que se forem mantidos os atuais parâmetros da economia brasileira, ainda que a taxa de crescimento seja superior a 6 e à taxa de crescimento do PIB, e a taxa demográfica não supere a 2,5%, chegaremos ao fim do século com um desemprego de 20%. Não tem nada a ver com aquele desemprego residual de 5%, *data venia*, da exposição que nos foi dada pelo BNDES. Eu realmente lastimo de chorar. Esta possibilidade de se superar a crise do desemprego está aberta, no espaço brasileiro, através de medidas sociais e não pelo automatismo da economia.

Permitiria também referir outra circunstância, antes de terminar com a conclusão sobre o problema social, que diz respeito à contribui-

ção excelente de Castro, no sentido de que a convivência com a dívida — que ele nos mostrou como uma amarga necessidade pragmática da nossa inserção numa relação internacional onde deveremos, ainda, em algum momento, eventualmente, precisar de recursos externos, e, para tanto, temos que manter um mínimo de fidelidade às regras do jogo, filosofia obviamente correta, numa perspectiva realista da inserção do Brasil no mundo — tem como limitação uma relação de custo-benefício entre o que se pode obter de fora e o que está efetivamente saindo daqui, entre os eventuais investimentos estrangeiros hipotéticos e a absoluta sangria de 12 bilhões que está saindo do Brasil. É simplesmente impossível, meus senhores, manter o *status quo* da dívida e chegar ao fim do século com a economia rosada que nos descreveram os dois precedentes expositores.

Há duas condições de possibilidades de que as extraordinárias potencialidades econômicas do Brasil se realizem.

Uma, a de que seja reencaminhado severamente, substancialmente, o problema social brasileiro, sem o qual essa economia, por um lado, é, economicamente falando, inviável; e segundo, politicamente, não vai acontecer porque o Brasil explode, o Brasil estoura, ele não mantém uma economia britânica ao lado de uma economia indiana no mesmo território, sem ter dois oceanos as separando, como aconteceu no império britânico.

Então, é evidente que nesta nossa hipótese, sem a solução do poder econômico, não tem ano 2000 nenhum, tem é algo completamente diferente, que é uma gigantesca convulsão social. E, por outro lado, é evidente que nas condições de um país que precisa dessa alta taxa de inversão, que tão sabiamente nos recomendava o Dr. Castro, a sangria de 50% da nossa poupança é 5% do PIB, da quase totalidade do nosso *superavit*, para alimentar uma dívida forçada através da eleição unilateral da taxa de juros pelos EUA — não foi o mercado que elevou os juros, foi uma decisão unilateral do governo americano — é completamente incompatível com a sobrevivência nacional. É, portanto, a meu ver, clara a necessidade de termos duas opções radicais neste momento em que nos aproximamos do «Welfare State».

A decisão de incorporar os brasileiros à sociedade industrial, a decisão de elevar o nível das margens, através de uma série de medidas que não são contidas na espontaneidade do processo, vão ter que decorrer de uma política deliberada, uma política de educação, como lembrou agora Simon Schwartzman, uma política de oportuna elevação do salário mínimo, como precedentemente nos mencionou Castro, e de uma série de outras medidas sociais que têm que começar agora.

E, por outro lado, uma decisão nacional de não aceitar que a nossa economia e o nosso destino histórico fiquem ao sabor de decisões unilaterais de potências estrangeiras. Temos que estabelecer um parâ-

metro mínimo de determinação em relação à taxa de juros e outros requisitos da nossa dívida e fixarmos unilateralmente se necessário, por um ato de soberania, as regras de conveniência brasileira. Como o Pe. Ávila oportunamente falou, que não tratar da dívida social é mais caro economicamente do que tratar, eu diria que não tratar da dívida é mais do que, efetivamente, assumir uma restrição dentro de certas medidas razoáveis de equanimidade.

Termino mencionando o fato de que essa transformação da sociedade brasileira, como foi dito por Barelli, tem que ser feita imediatamente, porque 14 anos é um prazo curto para que consigamos a viabilização desse século 21 dourado, róseo, lindo, que nos descreveram os economistas; temos que ter uma capacidade de incorporação das massas, que envolvam o crescimento da ordem de 10% ao ano da situação real, Isso não é uma coisa fácil. É possível fazer, o estudo Brasil 2000 demonstra claramente, mas não acontece de graça, acontece através de um esforço sistemático que envolve uma série de medidas entre as quais, como mencionou o Pe. Ávila, é fundamental o conceito do mini-max, é necessário requerer, da classe média, de nós aqui e das empresas, um esforço que tem, evidentemente, de ser canalizado por via tributária, para financiar isto.

A incorporação das massas a níveis decentes de vida e, portanto, a viabilização de um Brasil decente e justo como falou Pe. Ávila, custa 2% a mais do PIB por ano. Isto significa a necessidade de um incremento de imposto. Vejo nos jornais, com assombro, que as autoridades, evidentemente em virtude das pressões decorrentes das eleições, consideram que não está na pauta do Governo aumentar a tributação. Se não está na pauta do Governo aumentar a tributação, não se vai chegar ao ano 2000. Simplesmente, necessitamos elevar a tributação que está insignificante. 22% do PIB é uma coisa irrisória em termos comparativos, temos que elevá-la a algo como 26% e obter esses 4% adicionais mínimos necessários para, de um lado, voltar ao investimento de infra-estrutura, como muito bem já foi observado pelos economistas — e não menos de 2% do PIB são requeridos para isto — e aplicar o excedente na inversão social, mas aplicá-lo dentro de uma renovação como acabou de nos mencionar o Simon Schwartzman, uma renovação da eficiência do Estado. Os Serviços Sociais brasileiros são os mais ineficientes de todos os serviços públicos brasileiros e, evidentemente, não basta acrescentar dinheiro, é preciso alimentar, elevar essa eficiência. É possível fazê-lo? Evidente que é. Se o Brasil pode manter um sistema de entrega de cartas no mais remoto ponto da Amazônia, por que não pode fazer um serviço social com uma eficiência equivalente aos Correios e Telégrafos? Eu não estou querendo uma eficiência prussiana, nem uma eficiência japonesa. Estou querendo uma eficiência que já temos. A dos Correios e Telégrafos. Se os Serviços Sociais tiverem a eficiência igual aos Correios e Telégrafos, o Bra-

sil funciona sempre que se agregue este indispensável acréscimo de 2% do PIB para que o resgate da dívida social brasileira seja efetivo. Algo que tem que se começar hoje, simplesmente, se não não há tempo.

Embaixador Ricúpero

Creio que este debate, esta apresentação final, confirma talvez os votos que ontem foram justamente expressos aqui no início do nosso encontro, em parte até por mim mesmo, quando eu disse na minha palestra que talvez, da mesma forma como nós temos uma certa tendência a exagerar ou a valorizar excessivamente a nossa tradição de conciliação, nós tendemos também um pouco a camuflar o nível de sentimento, de senso, que há na sociedade a respeito dessas grandes opções na construção do futuro. Há uma certa tendência de se exagerar o grau de consenso sobre as grandes estratégias.

Eu acho que ficou perfeitamente claro hoje de manhã que, ao contrário, o nível de dissensão é bastante apreciável e acho que isso é um mérito desse debate porque, justamente lembrando um pouco aquela frase célebre do Norbert Wiener, «Ser livre é ser informado», e para poder ser informado é preciso conhecer as opções. E a finalidade desse encontro é justamente essa: oferecer essas opções.

Então, dentro desse mesmo espírito, nós abriríamos o debate geral, tornando claro que esse debate não vai se destinar propriamente a uma sessão de perguntas e respostas com a Mesa. Serão contribuições que os participantes farão — essas contribuições devem ser limitadas, se possível a 2 minutos, — e, ao final, os participantes, os debatedores, os painelistas, teriam a oportunidade de fazer uma referência a essas participações e mesmo gozar de um certo direito de réplica, já que houve, neste momento, alguns pontos que foram suscitados e que provavelmente os primeiros expositores desejarão responder.

Portanto, passando ao debate geral, eu dou a palavra à primeira pessoa inscrita.

Cosete Ramos — Ministério da Educação

Neste cenário econômico-social, eu pretendo resgatar algo do social, sem o qual não haverá virada de século. No sentido de profunda transformação, refiro-me à educação do povo brasileiro. Quero compartilhar inquietações, mas quero transformar, das minhas angústias, a busca de novos caminhos e novas soluções a serem incorporadas num projeto nacional.

Ontem pela manhã, em sua curta aula magna, Hélio Jaguaribe falou da integração social, das massas a serem incorporadas nos benefícios sociais. À tarde discutimos a integração cultural do povo brasileiro. A partilha dos bens de todos. Hoje eu quero discutir um pouquinho sobre a integração educacional.

O que significa integração educacional? Três patamares podem ser colocados nessa integração. O primeiro diz respeito à integração, à vinda para a escola duma enorme população que está fora dela. Não falo apenas dos famosos 7 milhões e meio de crianças fora da escola. Falo também de milhares e milhões de crianças de pré-escolar, que estão longe de ter um mínimo de educação que lhes permita uma trajetória correta no sistema. Falo de milhões e milhões de adultos que anseiam por uma oportunidade. Essa integração ainda passa por aqueles que conseguem entrar nesta escola fechada. Falo daqueles que, entrando na escola, anseiam por ficar e, aqui, eu falo em 50% de crianças que são expelidas desta escola, anualmente, há 50 anos neste país. Falo também de crianças que se evadem e que, além da repetência, há todo um problema de evasão.

E agora, falo, para finalizar nesta parte, de integração de crianças que não têm o direito ao mesmo nível de educação. Educação que deveria dar igualdade de oportunidades mas desigualdade no tratamento. Crianças desiguais, que começam desiguais, merecem tratamentos desiguais. É essa educação, do melhor para o que tem menos, que nós precisamos propugnar. Esta integração é difícil. Não há caminhos? Não há respostas? Não há ...

Nós, brasileiros, somos tão criativos para tantas outras coisas. Um caminho possível. A palavra é bonita e a palavra é grande e a palavra já significou, neste País, muito. Interiorização. Vamos voltar para o coração do Brasil novamente. Vamos criar e construir Brasília educacionais aos montes. Vamos voltar para o nosso interior. E quando eu digo interiorizar, eu digo interiorizar uma educação, uma escola boa, não esta escola que está aí na zona rural ou no interior brasileiro. Eu não estou falando de escola de quatro paredes, eu estou falando de centro de educação por excelência, onde todas as crianças, por mais longínquas que estejam, tenham um mínimo de educação, um mínimo de qualidade de educação, seja em seus recursos, seja nos livros que nós colocamos, seja nos professores que estão lá. Quando eu falo de interiorização, eu falo de interiorização do recurso humano brasileiro, do bom recurso humano brasileiro. Nós queremos, lá dentro, no interior brasileiro, gente de mais alto nível. Vamos premiar a interiorização. Chega do prêmio do litoral. Chega de prêmio de tirar do interior o que tem de melhor para a capital. Vamos premiar quem está lá. O idealismo do jovem brasileiro, o idealismo do povo brasileiro que está lá, do professor brasileiro.

Interiorizar significa dar aos municípios aquela capacidade que ele precisa, porque é lá que estão as raízes da nossa nacionalidade. É lá que a criança nasce e é lá que ela morre. E é lá que ela precisa descobrir o como fazer este País maior. Vamos capacitar este município, vamos torná-lo grande. Chega de fazer do Estado federal o aspecto maior. Vamos voltar para o interior e dar ao município aquilo que ele

precisa. E com esta interiorização termina com uma coisa que temos que estancar urgentemente, que é a sangria do dinheiro educacional. Esse dinheiro que sai do federal e que uma migalha chega à escola. E fica no Federal, nas suas esferas; e fica no estadual e fica no municipal e a escola vê o que sobra. A escola é que precisa de dinheiro para fazer uma boa educação. Vamos dar à escola este dinheiro.

Interiorizar é difícil. Nós sabemos. Estou em Brasília desde 1960. É muito difícil interiorizar. Mas eu acho que é um caminho para resgatar, para dar um mínimo de justiça social a este País. Um caminho para dar um mínimo de resposta a uma população altamente marginalizada. E talvez, para terminar, diria apenas que esta virada do século só seria correta, só seria boa, só seria justa, se nós conseguíssemos fazer o Brasil grande, mas não pelo seu tamanho e sim pelo tamanho dos seus filhos educados.

Apresentador

Eu só queria lembrar que os diversos participantes fizessem um esforço de limitar suas intervenções a 2 minutos, por favor.

Gabriel de La Fuente — Da Revista de Contos... a Freud, de Jardinópolis.

Começando por uma questão democrática, eu acho que a Mesa também poderia diminuir o seu tempo e deixar um tempo para o público, também.

Ontem, eu tomei a palavra e falei como contista. Hoje, eu falo como professor de filosofia da área de filosofia da ciência, mas, especialmente, em epistemologia.

Eu vou fazer uma caricatura, que me perdoe o presbítero, mas será em cima da fala dele que eu vou caricaturar as coisas. Eu não sou freudiano, mas, Freud já dizia que toda brincadeira tem um monte de verdade. Então, por isto, eu vou brincar um pouco. Outra coisa, eu não sou marxista, mas, eu acredito na filosofia do marxismo como a história da nossa época, e gosto muito de epígrafe e vou pegar a epígrafe do reverendo quando ele colocou: «ao longo estaremos todos mortos».

As duas primeiras exposições me deixaram totalmente apavorado quando colocaram uma questão de nível econômico e fiquei preocupado e quis tomar a palavra. Na hora em que eu cheguei à fila, começou a segunda etapa desta exposição riquíssima, do lado social e, sobretudo, educacional.

Como professor eu quero saber da Mesa, já que foi colocado tudo isto, eu levanto aqui esta questão de como é que vai ficar a nossa educação, pois vejo na escola educacional, no estado de São Paulo, so-

bretudo, que, se for para continuar a ter um Brasil como se estava colocando na primeira exposição dos economistas, quando, segundo o professor Barros, a mão-de-obra a ser qualificada, o pessoal da mão-de-obra, aceita o tipo de trabalho moderno, na verdade, ele não aceita, ele foi induzido, ele foi colocado dentro, para que fosse aceito como trabalhador moderno.

A escola está gerando este pessoal, que só conversa com a gente com a única linguagem que a ditadura militar levou para eles, e nós, professores, ainda assim estamos fazendo com que eles façam o mesmo tipo de linguagem, ou seja, a linguagem do desinteresse. Os alunos não têm sequer qualquer interesse, por falta de condições educacionais nas escolas todas, aí.

E para finalizar eu pergunto: Será que nós vamos continuar fazendo o que Nite chamou de produzir alunos-tartaruga, que têm medo de enfrentar uma situação, ou vamos fazer alunos como a águia, que voam alto na procura de um futuro melhor, na procura de melhores condições e não têm medo de enfrentar os perigos? Eu, como professor, estou perdendo uma semana de aula, o Montoro não irá me pagar, para estar aqui, e eu quero saber como vai ficar toda esta situação, já que eu tenho vergonha de falar quanto eu ganho por estudar cinco anos e depois dar aula no magistério e gastar quase 24 horas de ônibus para vir aqui, 24 horas para voltar. Se alguém me oferecer uma passagem de avião eu aceito, pois eu preciso ganhar para viver.

Apresentador (Dolabella)

Atenção para os 2 minutos porque é preciso que todos os participantes possam falar.

Jerônimo Coimbra Bueno — Da Fundação do mesmo nome, pela nova capital do Brasil.

Eu ouvi atentamente as exposições, hoje, como um «triver» prestado ao Brasil. Nós estamos aqui na presença de mentalidades novas, como seja a do General Macedo Soares, não estamos dando o exemplo de amor e de trabalho por este País. Gostaria de chamar a atenção para esta reunião, que é um sucesso muito grande, reunião esta coordenada pelo Ministro Moscardo e por uma coorte de brasileiros e inaugurada pelo próprio Presidente da República, que deu a ela a projeção que nós estamos examinando no presente momento.

Trato aqui de um assunto direto — a Amazônia. O Pe. D'Ávila, em boa hora, citou hoje um problema alimentar que, com apenas 1% de uma providência que se passe a tomar, nós podemos alimentar alguns milhões de brasileiros. Eu gostaria de chamar a atenção para a

Amazônia de uma vez por todas, porque na Amazônia nós poderemos, sem dúvida nenhuma, num futuro próximo, buscar alimentação não só para o Brasil, mas para toda a população do mundo. O Brasil pode alimentar a humanidade no presente momento, se nós bem conduzirmos o aproveitamento das nossas potencialidades quase que infinitas.

Em boa hora o Itamaraty conduziu o tratado de cooperação do Amazonas. Agora, o que precisamos, o que eu pleiteio no momento e apresentarei um resumo, já que o tempo é escasso e justo, apresentarei um resumo do modo como, no momento, sem perda de tempo, poderemos salvar até certo ponto a Amazônia, cuja destruição nós estamos todos assistindo. Por providências hoje, e não amanhã. Providências que podem ser tomadas à base das experiências que todos nós já vivemos e que muita gente vive na própria Amazônia.

Então, sem dúvida nenhuma o Governo pode, hoje, tomar providências para evitar a destruição sistemática da Amazônia. Numa segunda etapa, teríamos que, além das providências preliminares, e com bastante urgência, cuidar também da exploração racional da Amazônia.

Com essas duas providências nós podemos iniciar um plano de longo termo que seria, buscando a cooperação dos membros do Tratado de Cooperação do Amazonas — um trabalho gigantesco já feito — atacar, hoje e amanhã, e nos próximos dias, ainda dentro do atual período, que são mais 4 anos, serviço fabuloso que é projetar os próximos 4 anos, e executar o que se projetar, não deixar no papel.

Eu falei na questão dos cereais, da alimentação popular. Nós temos um potencial imenso, para atender não só Brasil, mas ao mundo inteiro. É uma campanha que alguém deve iniciar. Por que não a América do Sul? Por que não nós, do Brasil, que somos um País novo e que podemos ter idéias novas? Então, eu admito que este 1% que o Pe. D'Ávila citou há pouco, isso pode-se multiplicar de imediato, mediante uma simples providência que eu não entendo por que os governos atuais não tomam, que é distribuir à população carente deste País cereais integrais, arroz integral, trigo integral, que já foram a base das civilizações gregas, romanas e de todas as civilizações que já passaram pela face da terra.

Uma simples providência desta ordem, quebrando rotina, é verdade, poderá melhorar, não em 1%, mas em cerca de 10 a 15%, aquilo que cada pobre obtém em termos de alimento para sua sobrevivência.

São estes os dois assuntos que eu queria fazer presentes nesta excelente reunião.

Hugo da Cunha Carvalho — Diretor do Posto Médico do INAMPS — Barra do Piraí-RJ

Inicialmente eu quero felicitar o Governo do Presidente Sarney pela realização de um plano de governo com vistas voltadas para o futuro. Mas também faço coro, como católico, à família do professor da Matta, que diz que o futuro a Deus pertence. Pertence sim, porque Deus está esperando de cada um de nós o nosso trabalho e a construção desse futuro.

E estou de pleno acordo também, com o Padre D'Ávila, quando ele diz que nós ansiamos por uma virada do século de fraternidade, justiça, amor, igualdade em suma, e integração do homem em todas as atividades do campo social. E o que se vê é que, infelizmente, as coisas fundamentais do homem, que são saúde e educação, nos ameaçam no momento presente. Vejo na minha profissão que a ciência é arte. Vejo a arte ser obscurecida pelo poder econômico e vejo a ciência ser encoberta pela técnica, porque nós vivemos num momento de estatística, de informática, de computação, a técnica sobrepondo os valores individuais. Cabe, portanto, ao Governo investir no homem, fazendo com que o indivíduo desperte as suas potencialidades criativas e se motive para a responsabilidade de construir esse futuro, com a mesma responsabilidade do Governo, sobretudo dos órgãos de comunicação, de informática, fazendo com que haja uma reformulação individual para que o indivíduo assuma na sociedade o seu valor. O que nós vemos ainda é a economia. A economia feita para o homem e não o homem para a economia. O trabalho foi feito para o homem e não o homem para o trabalho. A terra foi feita para o homem e não o homem para a terra. Isso, portanto, é um desafio, mas renovo aqui as esperanças, na virada do século, de uma nova mentalidade e de uma nova época capaz de trazer justiça e igualdade e fraternidade a todos.

Edith Motta — Aposentada

Eu quero usar os primeiros segundos dos meus 2 minutos para agradecer ao Ministro Jerônimo Moscardo a oportunidade de estar aqui.

E, entrando logo no meu assunto, eu diria que o nosso representante do BNDES, o Sr. Júlio Mourão, referiu-se, eu já conversei com ele durante o intervalo, ao fato de que o crescimento do país passa pelo crescimento do salário real do trabalhador. Eu proporia que nós pensássemos que passa também pelo crescimento do salário real pago ao aposentado. Apenas para informar, eu me aposentei com 32 anos

de contribuição à previdência social e saí com 33% do meu salário. Hoje eu acho que percebo 25% do salário que me seria devido na hipótese de eu haver continuado trabalhando. Então... E agora eu passo aqui para o Pe. D'Ávila, que disse que, para o Brasil, a não solução dos problemas sociais custa muito mais do que a solução destes mesmos problemas. É verdade. Eu acho que, se o aposentado tivesse um ganho justo, nós não nos tornaríamos, depois de 32 anos de serviço, um peso para a Nação. Nós poderíamos continuar fazendo alguma coisa.

Outra coisa, Pe. D'Ávila: nós não podemos esperar até o fim do século não. Isso tem que ser feito já. Quando se pensa em solução de problema social, sempre se pensa em distribuição. Distribuição de alimentos, distribuição de leite, distribuição de cesta de qualquer coisa. Mas eu queria lembrar o que disse aqui o nosso conferencista Simon Schwartzman, que não basta um salário a mais, é preciso bater na integração, na incorporação das populações injustiçadas à sociedade brasileira.

Então eu faço aqui um apelo a quem de direito, que eu não sei quem seja. Façamos com que o idoso participe deste processo de auto-incorporação à sociedade brasileira.

Maria José Barroso — Presidente da Associação Cearense Pró-Idosos

Dando continuidade ao que minha colega falou, eu então tomaria as palavras do Pe. Fernando D'Ávila quando ele diz que o Brasil tolera desigualdades, não é fraterno, e a maior distância no mundo é entre os indicadores social e econômico.

Eu pegaria também, um pouco, as palavras do Presidente Sarney, quando diz que o futuro se cria. Então vamos criar uma sociedade mais justa, mais humana, antes da virada do século. E eu retomaria aqui as palavras da Edith; para as pessoas de mais idade, neste país, é muito difícil viver, aproveitar a longevidade como um dom de Deus.

Pensa-se que o Brasil é um país de jovens e as estatísticas aí demonstram. Mas também esquecemos de verificar que o crescimento das pessoas com mais de 60 anos está aumentando e muito. Nós temos um contingente muito grande de pessoas idosas no país e até agora nada está sendo feito por essas pessoas. As medidas existentes ainda são inexpressivas. Deveriam ser mais expressivas para que eles tivessem o direito de viver bem.

Eu aqui tomaria a recomendação da ONU, quando diz que: «um país, quando tem, dentro da sua população, 7% de pessoas com mais de 60 anos, já deveria ter-se preparado suficientemente para dar uma melhor qualidade de vida e de bem-estar», e o Brasil no ano 2000 passará a 8% e faltam apenas 14 anos. E como diz o Presidente Sarney:

«O futuro se cria». Vamos criar oportunidades, porque os idosos aí estão e ainda estão passando fome, o que nos envergonha a todos nós. Fome e muita fome. Eu sou do Nordeste. E no Nordeste, há 15 dias, no dia em que o Presidente Sarney falou sobre a carta do direito dos idosos, que foi fruto de um fórum no Ceará, os idosos vieram me pedir que a SEP garantisse ao menos 3 quilos de farinha por mês, para que eles pudessem sobreviver. Isso nos envergonha e nos humilha e há uma esperança muito grande que antes da virada do século se diminuam essas desigualdades sociais.

Justo Carvalho — Rio de Janeiro

Esses minutos iniciais, senhor Ministro Moscardo, eu, em nome da comunidade negra, quero agradecer ao senhor e ao Ministro Marco Maciel pela oportunidade, raríssima para o nosso segmento, de participar de encontro desta ordem.

O segundo ponto, registrar que um dos conferencistas da tarde de ontem dizia que os negros estavam num processo de reclamação e que era preciso também levar em consideração as outras etnias.

Evidente que, numa raríssima oportunidade desta, nós não poderíamos nos deter nos outros que estão todos aí, lutando por si. Estão engajados, de certa forma, num outro processo. Nós queremos realmente é que haja uma reflexão em torno de uma realidade dos dois Brasis que o Dr. Hélio fala. O Brasil, em que se desconhece e se tenta desconhecer um quadro que tem uma comunidade que é negra e que é marginalizada, e que, ao mesmo tempo, não se pode desconhecer que ela não tenha dado uma contribuição enorme para a construção deste país. Se a gente vir os ciclos econômicos: como foram construídos todos os ciclos econômicos, da cana, do café, do açúcar, do ouro, quem construiu? Quem estava no patamar? Contribuição de homens como Tobias Barreto, como o Pe. José Maurício. Alguém pode falar da nossa História e omitir o Pe. José Maurício, Aleijadinho, Cruz e Souza, Machado de Assis, Tobias Barreto, André Rebouças? Olha, é muita gente.

Então, nós realmente, quando nestas oportunidades, precisamos falar disto. Que é preciso fazer uma revisão, é preciso que seja colocado no contexto.

A pergunta que faço à equipe de economia do BNDES: o patamar que foi colocado aqui, com a projeção ao ano 2000, é de entusiasmo, é de otimismo, com base na retomada do crescimento econômico. Nós sabemos que a economia brasileira, até os anos 80, teve um crescimento médio de 7% ao ano, não tínhamos problema de emprego, mas tínhamos o problema do desemprego, tínhamos o problema das distorções sociais com o outro segmento marginalizado. Construiu-se uma economia — a 8ª economia do mundo — a um custo mui-

to alto para uma parte estimada em 44% da população, que é a população negra.

Então fica esta pergunta neste sentido e peço um alerta, faço um alerta. Cuidado com a ação que vai se desenvolver nesse sentido social, cuidado com o espírito paternalista que norteou toda a ação dos serviços sociais do país. A comunidade negra não aceita mais essa questão de receber o alimento, a doação. Nós queremos pescar, queremos ajuda para pescar, nós queremos colaboração para pescar.

Frederico Magalhães Gomes — Eletrobrás

O setor elétrico foi citado aqui como o eventual gargalo de desenvolvimento do Brasil. Queria traçar umas ligeiras palavras, que me parecem um bom exemplo dos problemas por que estão passando o setor público e o setor elétrico. No momento, realmente, a gente vai entrar numa rota em que a eletricidade vai ser um gargalo absolutamente crucial no desenvolvimento futuro do Brasil.

Num cenário de oito por cento de crescimento ao ano, eu diria que, no momento, dificilmente o setor elétrico suportaria esse ritmo. Uma série de medidas teriam que ser tomadas.

A curto prazo, acho que o Brasil deveria estar, no momento, em racionamento de energia elétrica, tentando diminuir o consumo, porque nós estamos ameaçados de, no ano que vem, termos uma crise, dependendo de uma situação de chuva no próximo verão. É impossível, num país do tamanho do Brasil, ficar simplesmente na dependência de chover ou não chover no próximo verão para sobreviver no ano que vem. Nós devíamos estar em racionamento. A segunda medida, absolutamente essencial, é o aumento das tarifas de energia elétrica, que provoque um aumento da capacidade de autofinanciamento do setor público e uma diminuição, uma economia forçada de energia elétrica, por efeito de preços, porque a melhor maneira de economizar é quando dói no bolso das pessoas.

São as tarifas mais baixas do mundo e, mesmo que se preservassem as populações de baixa renda, haveria que ter um aumento pelo menos seletivo de tarifas. Isso, entretanto, não resolve o problema. Não há uma garantia dos fundos de autofinanciamento. Em consequência, o Governo há que garantir financiamentos ao setor elétrico para o início de novas obras de geração elétrica, que possam adequar-se à demanda. Inclusive eu vou dar um exemplo mais cruel disto, que é o problema do setor nuclear. Nós temos em construção, no Brasil, duas grandes centrais nucleares, de 1.300 megawatts cada uma, previstas para entrar em operação no ano de 1992 e 1995. Na semana passada um diretor de Nuclebrás, Ronaldo Fabrício, pediu demissão, porque o Governo não garantiu, no ano de 1987, os recursos necessários para completar essas usinas nos prazos previstos. Isso significa, e está claro

para todo mundo, que a central nuclear não vai ficar pronta em 1992. São 1.300 megawats a menos no setor elétrico brasileiro, no ano de 1992. E qual é a usina que está sendo planejada para substituir esta usina? Nenhuma. Nenhuma. Então, mesmo sem chegar no cenário de 8%, mesmo numa situação de 7 ou 6%, até 96, não há garantia de atendimento mesmo nesses níveis de pico, inclusive por causa desse déficit que vai se ter, de uma central de 1.300 megawats. Ou o Governo decide dar dinheiro à Nuclebrás para continuar a central ou então ele chama a Eletrobrás e garante os recursos para providenciar hidrelétricas, que, neste prazo, tocadas a toque de caixa, ainda que com um atraso pequeno, pelo menos possam substituir esses 1.300 megawats.

Então, o setor elétrico não tem o seu condicionamento feito, no que se refere à política de tarifas, à política de investimento, de maneira que deixe de ser esse gargalo. Eu acho que nós entramos numa rota em que, pelo menos nos próximos 10 anos, a energia elétrica vai ser um empecilho ao desenvolvimento brasileiro e eu acho que não há ainda um planejamento que possa aliviar esse problema nos próximos anos.

Não identificado:

Das apresentações feitas pelos membros da mesa, pudemos sentir que existe um vazio, na minha maneira de entender, em que precisaria ser dado um toque de correção.

Foi defendida a parte social e foram defendidas as formas de investimento para que a produção possa ser aumentada. Existe neste meio a atividade comercial, que tem sido relegada a um plano secundário e, se nós atentarmos para a história, podemos observar que o comércio provocou profundas modificações não só no rumo da história, como na história do mundo.

Eu diria que a atividade comercial tem como princípio básico trazer os produtos àquele consumidor que deles precisa. É preciso que esta atividade seja reconhecida e eu proponho, nesta oportunidade, que se crie o superministério do comércio. E diria as seguintes justificativas: queiramos ou não, exercitamos esta atividade pessoalmente, comprando ou vendendo. O que é na realidade a atividade comercial? É vender o que se produz e comprar o que se precisa. Sabemos que o comércio tem mudado o rumo da história e a história do mundo. Temos visto os problemas comerciais deixarem Ministros e Embaixadores embaraçados com assuntos que não são da sua especialidade. Qual seria a grande atribuição desse Ministério? Determinar políticas claras e objetivas com os outros ministérios. Toda empresa possui no seu organograma o setor comercial. Não vejo porque uma nação com enorme potencial não tenha um ministério voltado para amparar a produção, cuidar da distribuição do abastecimento, da exportação e da importação.

Eu diria ainda que, mesmo que nós desenvolvamos essas atividades que estão sendo a reforma agrária e outras, se a atividade comercial não tiver objetivos claros de amparo à produção correspondente, provavelmente teremos problemas futuros muito sérios.

Sandra Silva Santos, Representante da cidade satélite de Sobradinho

Estou aqui como mulher, como mãe, que tenho sofrido na pele a situação atual. Estamos falando de um futuro, um futuro que todos nós desejamos. Eu peço a Deus todos os dias para que ele nos ilumine, não só a mim e a minha família, mas aos nossos governantes, para que eles hajam com justiça. E eu venho agora lhes dizer: que futuro?... com tantas crianças passando fome, com tantas pessoas sendo expulsas de barracos imundos nas cidades, e em todo o país, aonde está faltando agora o sal, um país tão rico como o nosso, tão maravilhoso. Somos um país abençoado e a população passando fome e sem ter onde morar. Na educação. A educação está sendo privilégio de poucos. Não um direito. Ninguém está tendo o direito à educação como deveria ter. Me perdoem se eu não sei usar palavras bonitas como as dos que aqui me antecederam, porque sou uma mulher simples. Atualmente, a minha ocupação é estar desempregada. Estou aqui pedindo para que, todos juntos, não o governo, porque todo dia vem... o Governo tem que fazer isto, o governo tem que fazer aquilo. Para existir o governo tem que existir povo, para existir povo tem que existir governo. Temos que trabalhar juntos. Temos que sair da morosidade. Nos mercados, o que está havendo nos mercados? Os produtos congelados não estão nas mesas. Vamos ao açougue e não encontramos a carne. O leite que foi importado — e temos leite aqui — o que aconteceu com o leite? A minha filha adoeceu esta semana. O leite não fez bem a ela. Foi o que o médico disse.

Gente, vamos acordar. Vamos trabalhar com amor, vamos trabalhar com justiça. Os aluguéis estrondaram. Eu faço parte do movimento de mulheres da minha cidade satélite e fico triste em ver uma mesa apenas de homens e no público também, poucas mulheres. Fico triste, o Ministro Jerônimo sabe e disse, gostaria que estivessem as verdadeiras economistas aí. Somos as donas de casa. Eu não tive o nível superior. Mal tive oportunidade de ir à escola. Porque fui violentada desde criança, pois perdi aqui em Brasília a minha mãe. O namorado da minha irmã assassinou a minha mãe, assassinou a minha irmã e quase me assassinou. Fui criada pelo mundo. Tenho vivido na batalha. Tenho estudado aqui, na escola da vida. É o maior diploma que eu tenho e não posso colocar num curriculum. Por isso me é difícil arrumar um emprego. Vamos pensar nisso, gente. Esse povo pobre passando fome. Estou aqui com a cara e a coragem para oferecer meus préstimos ao Presidente Sarney e a todos vocês aqui.

Temos que ser unidos. Será que temos que chegar na virada do século com as crianças passando fome como estão até agora e morrendo? Com as pessoas sendo expulsas dos barracos em que moram? Com esses pobres morando embaixo das árvores? Disse Tancredo Neves: enquanto houver um só desempregado e o povo passando fome, isso não é democracia. Eu não sei dizer nas mesmas palavras bonitas que ele disse, mas precisamos ser justos e que a justiça se faça agora, não daqui a 14 anos. Vejo, como disse o companheiro falando de energia, em vários órgãos, o bilhete pedindo: vamos economizar energia. Vamos economizar. Mas as luzes das ruas passam o dia inteiro acesas. Temos muita coisa. Temos que lavar muita roupa suja para que a virada do século venha limpa.

Se não usei as palavras que deveria usar, me perdoem.

Lillian Barreto — Diretora do Museu da República — RJ

A minha contribuição é bastante rápida e objetiva, já que o Pe. D'Ávila foi tão perfeito nas suas colocações e vou me ater mais a esta área, porque eu acho que é de suma importância dar apenas um depoimento, porque eu fui gerente nacional de ação comunitária, no Brasil, de um órgão chamado MOBREAL e, de repente, alguém falou de educação e às vezes a gente mistura ensino e educação e as duas coisas são importantes. E eu acho que é importante o Ministério da Educação não mudar simplesmente o nome de um organismo, como o Simão bem colocou. É preciso a gente rever, reler essas instituições existentes, que durante muito tempo contribuíram. Eu acho que não adianta mudar o nome de Fundação MOBREAL para Fundação EDUCAR. Parece rótulo de sabonete, como disse alguém. Eu acho perfeita a imagem do Professor Jaguaribe sobre os Correios e Telégrafos. Mas a Fundação hoje Educar, antes Mobral, levava, inclusive, os malotes do correio para rincões em que este país não tinha nada e continua não tendo. A gente se preocupa com as periferias, fala-se de Manaus. Puxa vida, Pe. D'Ávila me recordou um trabalho que eu amei na minha vida e gostaria de voltar a contribuir com ele, porque eu acredito na participação da comunidade. Eu acredito que a própria energia elétrica, no momento em que a gente retomar alguns pontos, em vez de a gente fazer, e são heranças como a Itaipu Binacional, a gente tem que pensar em termos de distribuir a eletricidade com a participação da própria comunidade.

Eu a implantei em Itaporã-MS, em que a comunidade não tinha condições de se desenvolver e queria energia. Ela se propôs a participar de um organismo. Então o que eu acho que falta é a gente reler as instituições, que existem neste país, dentro do próprio Gover-

no, e que têm muita contribuição a dar. Eu trabalhei foi com as comunidades de base, que ensinaram a gente a trabalhar. Então é importante a gente acreditar no homem brasileiro, mas não naquele urbano, mas sim naquele rural.

Nestor dos Santos Lima

Eu queria somar preocupações às expressas pela Mesa para o assunto educação, trazendo pequena contribuição da minha vida regional em Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, de população mais ou menos formada de índios, porque nós não tivemos negros. Então o índio normalmente usava a propriedade comunitária. Ele foi sacrificado durante 2 séculos pelos portugueses. A população de Natal, hoje ainda, digamos assim, reage contra o governo. Na educação brasileira não há o item, na escola primária, de explicar a diferença entre patrimônio privado e patrimônio público. Nós queremos uma economia privada no Brasil, mas as crianças não são informadas desse assunto. Então elas destroem tudo que podem de equipamento público, de equipamento de escolas. Perguntando a um professor lá, o qual eu via, ele me disse: é porque aqui todo mundo considera o patrimônio público do Governo. Então o Governo é aquele homem, é o português. Então pau nele. Então resulta que é preciso urgente, que nesta reforma que nós estamos esperando para agora, da educação, e que falou Schwartzman e falou o Hélio, professores, por favor, falei muito pessoalmente, é preciso que não se trate de dar tanto recursos como mudar a mentalidade. A escola que eu vejo na região é uma escola primária que produz pequenos bárbaros, letrados num mínimo de letragem. Eles não sabem usar uma latrina. Eles não sabem o que é o patrimônio público. Eles acabam com tudo. Eles estão dispostos a fazer a maior guerra a tudo que é público. Então é urgente que não se esqueça, que não esqueçamos de que a escola primária deve ter um conteúdo de adaptação da criança à vida democrática da sociedade capitalista baseada em propriedade pública e privada. Eles não sabem disso. Essa é a minha experiência vista do ângulo regional. Eu queria deixar só isto aqui. A minha contribuição.

Paulo Reynaldo Maia Alves, Sudene

Eu gostaria de comentar aqui, rapidamente, atendendo à Mesa, que pediu para ser rápido, uma das palavras do padre D'Ávila, quanto a pedir no Brasil do ano 2000 mais decência e mais justiça.

Em termos de decência, por exemplo, um ponto tocado, o da saúde pública, nós sabemos que, segundo dados da Organização Mundial de Saúde, nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, a cada dólar gasto com a medicina preventiva, ela gasta 23 dólares na curativa. Então, que medida tem o Brasil a tomar para chegar ao ano 2000 gastando menos recursos e tendo mais saúde neste país? Em termos de justiça, que medidas esse Brasil tem que tomar, em termos do uso do solo urbano, onde o Dr. Júlio colocou que, no ano 2000, nós teremos apenas 20% na área rural e 80% na zona urbana. Onde o povo vai morar? Como ele vai obter a terra? Porque para mim, hoje em dia, a invasão é uma solução, não um problema, porque é a única forma de eles morarem.

E eu tenho uma preocupação quanto às palavras do Dr. Júlio, na hora em que coloca que 20% apenas estará no campo, e na hora em que coloca que haverá 5% apenas de desemprego, isso nos remete a uma reflexão de que talvez a reforma agrária não seja necessária. Eu tenho muitas dúvidas disto.

Não-identificado.

Resumidamente, 3 pontos.

1. Menção dando a entender que a industrialização do país é a culpada pela existência dos graves problemas sociais existentes. Não concordo. Não ouvi referência, por exemplo, à elevadíssima taxa de natalidade que existiu, me parece que ainda existe, justamente nas camadas mais pobres da população.

2. Não ouvi referência específica aos absurdos gastos públicos que ocorrem em todos os níveis, Federal, Estadual e Municipal e ocorrem nos executivos e nos legislativos, abusando de um empreguismo lamentável, e aí sim, desviando os recursos que deveriam ir para a educação, para a saúde e para o que compete ao Governo fazer, deixando de lado os benefícios à população. De nada adiantaram a nem adiantarão aumentos de impostos, se não houver uma mudança na mentalidade dos nossos homens públicos.

3. Com relação à opção pelo crescimento do mercado interno, dois caminhos a sugerir: a) que se criem mecanismos de captação de recursos pelas empresas de pequeno e médio porte, principalmente em cidades do interior, onde existem, de um lado, carência de recursos pelas empresas e, de outro lado, recursos que são aplicados atualmente em poupança, «over», etc. Seria a forma de interiorizar o desenvolvimento com empresas e aplicadores no interior; b) que se criem mutirões de formação de mão-de-obra especializada, que eliminarão o subemprego, pois o aquecimento está dando oportunidade de empregos a quem tem um mínimo de capacitação profissional.

Aspásia Camargo

Eu queria, antes de mais nada, manifestar o meu entusiasmo pela «performance» desta mesa e realmente diante do que ouvimos, isso certamente será uma razão de otimismo e fortalecerá essa crença de que a gente poderá entrar no ano 2000 em situação bem melhor do que a que nós estamos hoje. No entanto, parece-me que algumas coisas mereceriam comentário. Em primeiro lugar, o otimismo dos economistas, e isso foi uma razão de muito alento, sobretudo para os sociólogos e cientistas políticos, mas enfim fica alguma dúvida. Parece-me que talvez tenha havido um otimismo um pouco exagerado e acho que o professor Jaguaribe procurou de certa maneira corrigir isso e até certo ponto nos trazer essa idéia de que é o diálogo com a sociedade que vai nos dizer se esse sonho, essas perspectivas, são realmente possíveis.

No entanto, parece significativo que, à medida em que a gente passa da economia para a sociedade, o clima muda e a situação fica mais urgente, carecendo de certa inspiração e também de luta. E eu temo que, realmente, nos debates desta tarde, a situação piore ainda mais, quando nós formos enfrentar os problemas da política, que me parecem ser aqueles que estão mais tragicamente, dramaticamente obsoletos com relação, enfim, a todo o processo de transição que estamos vivendo.

E eu, a propósito dessa diferença entre economia e sociedade, entre a maneira como os economistas vêem a transição e a maneira como os sociólogos e cientistas políticos vêem essa transição, eu lembraria alguma coisa que me pareceu muito significativa aqui, que foi a ausência total e absoluta de discussão sobre alguma coisa que representa a intercessão entre essas duas áreas, que é a questão agrária. Ninguém falou da importância disto. Evidentemente, o Pe. D'Ávila mencionou o problema agrário como um problema grave, mas ninguém discutiu isto e me parece que, realmente, a sociedade brasileira, os economistas e sociólogos não estão se entendendo muito sobre este aspecto. Muitas vezes, a impressão que eu tenho é que uma certa área moderna da sociedade tende a ver o problema agrário como um problema menor, embora o problema dos alimentos e, propriamente, da política agrícola, seja uma questão absolutamente importante.

Então, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para pedir alguma reflexão sobre isto e sobre a importância e a maneira de resolver este problema dentro do quadro da transição brasileira.

Embaixador Ricupero

Eu creio que as sugestões que foram feitas agora não poderiam ser discutidas ainda nesta manhã, porque nós ultrapassamos o período que tinha sido destinado à sessão e, sobretudo, isso poderia causar di-

ficuldade ao início da sessão da tarde. Mas eu acho que houve coisas muito valiosas, inclusive estes últimos pontos aqui suscitados pela Aspázia Camargo e outros que a antecederam e eu sugerira que na sessão destinada à avaliação do Seminário, que vai se fazer à tarde, houvesse uma previsão já, desde agora, de que esses assuntos serão tratados.

Apenas, antes de terminar, eu daria a palavra aos dois apresentadores dos cenários econômicos para que eles pudessem responder, talvez em cinco minutos, muito sucintamente, as questões que foram levantadas aqui e que exigiriam um certo direito de réplica.

Então, se me permitem, o professor Castro usaria da palavra e também o Júlio, para podermos depois encerrar isto e deixar para avaliação os outros pontos a serem debatidos com maior espaço.

Professor Antônio Barros de Castro

Eu não teria pretensão de responder a tantas ponderações, algumas delas muito bem fundadas, acerca do que foi dito aqui. Gostaria apenas de lembrar o seguinte:

Primeiro. É estranho à tradição dos economistas o otimismo. Isto é um fato reconhecido historicamente e quanto ao Brasil, quanto aos economistas brasileiros, quero lembrar um episódio. Em Curitiba, em 1983, houve um congresso que terminou com 4 conferências. As conferências foram as seguintes, rapidamente: uma, na qual um ilustre economista pintou um quadro trágico da realidade econômica internacional, tendo grande impacto na imensa platéia; a 2ª conferência foi de um economista que pintou um quadro tão dramático que ele mesmo chorou e levou grande parte da platéia a chorar; o 3º economista tomou a palavra e começou assim: «até agora vocês ouviram os otimistas...». Eu era o quarto. Tinha que falar e só havia clima para o que efetivamente fiz: uns cálculos no quadro negro, tentando mostrar que a moratória era tecnicamente viável.

De lá para cá a coisa mudou, revelou-se um potencial enorme de crescimento de maneira que há uma mudança por parte de muitos. Mas, certamente, nós aqui não representamos a tendência geral. Há pessimistas na corporação, que persistem com o seu pessimismo.

Segunda rápida observação. Pensar o crescimento, e pensar as possibilidades trazidas pelo crescimento, absolutamente não implica delegar a solução dos problemas sociais ao automatismo. Inclusive na minha exposição foram tocadas questões sociais que devem ser tratadas especificamente como tais. Mas eu gostaria de lembrar, a esse propósito, o seguinte: é falso dizer que o regime anterior empurrou com a barriga os problemas sociais. Não é verdadeiro. É bem mais grave do que isto. Houve repressão e a repressão prejudicou profundamente os trabalhadores. Eles foram decapitados politicamente. Eles fo-

ram desestruturados durante anos. Isto não é empurrar com a barriga. A democracia, a mera restauração da liberdade sindical, da liberdade de greve, é algo fundamental. Que automatismo? Houve aqui uma reconstituição da realidade da luta operária, que em si é muito importante. Agora, isto não é suficiente. O economista analisa os dados de 1986 e de 1985 e observa o seguinte: os trabalhadores nas novas condições, sem a repressão, etc., estão conquistando, sim, alguns avanços significativos. Além disto, perdão, o economista vai ao mercado e analisa: de fato o mercado de trabalho está muito mais propício do que anteriormente. Há uma virada, aparentemente, no mercado, que é refletida com clareza, com nitidez, nos últimos dados, referidos a maio/junho/julho, divulgados pela Secretaria de Emprego.

Ainda assim, insisto, ninguém está pensando em automatismo. Há problemas absolutamente inabordáveis, senão como problemas específicos, e, para ser breve e referir-me a uma das intervenções por aqui, há o problema da mulher solteira, mãe e desabilitada. Como é possível atingi-la senão com um programa de apoio explícito, especificamente voltado para ela? É o ser social de maior miséria no centro-sul, e o contingente é imenso. Não há a mais remota possibilidade de atingi-la por automatismo de mercado, por mais que cresça a economia.

Finalmente, uma advertência. Eu realmente trabalho com a dívida, profissionalmente, há alguns anos e há algumas coisas que devem ser ditas com clareza, para esclarecer posições. Se os juros que os bancos cobram aos devedores forem reduzidos de 1%, como uma redução unilateral para os endividados, cálculos rigorosos mostram que eles perderiam 20% de seu lucro real. Lembro que essas quedas que estão ocorrendo nada têm a ver com o que eu estou dizendo, porque cai de ambos os lados, então não corta na carne o banco. Eu estou dizendo que conceder um implica em devorar 20%. Por conhecer essa realidade, somos bastante pessimistas quanto ao espaço para concessões. Estamos convencidos de que eles serão, como tem sido sempre, extremamente duros e imporão, se puderem, a sua visão de como se conserta o mundo. Até mesmo porque eles não podem admitir exceções, as concessões teriam que ser generalizadas. Então, diante disto e de muitos outros argumentos, ficamos extremamente pessimistas e recomendamos a preservação do saldo comercial. É necessário, sim, lamentavelmente, pagar os juros. Mas há uma magra perspectiva, que é a seguinte: se a economia crescer 7% ao ano até o ano 2000, ela será multiplicada por 2,5%. A renda global, hoje, é de 250 bilhões de dólares; se ela crescer a 7% até 2000, será igual a 625 bilhões de dólares. Se, neste período, pagarmos os juros, chegaremos ao ano 2000 com a seguinte proporção: 625 bilhões de produto e 100 bilhões de dívida. É uma proporção manejável. Nós teremos nos libertado do problema da dívida. Tecni-

camente estaremos numa zona de segurança. É amargo, como disse o Jaguaribe, mas é uma condição que nos parece imposta pela realidade.

Júlio Mourão:

Eu me sinto muito à vontade para responder às críticas, porque elas foram fruto de uma incapacidade minha de expor adequadamente as minhas idéias; então vou procurar esclarecer alguns pontos.

Em primeiro lugar, essa é uma reunião multidisciplinar e coube a mim o papel de analisar a questão da economia no ano 2000, não coube a mim o papel de analisar outras questões sociais ou outras questões institucionais ou internacionais, e, se me fosse dada a oportunidade de discutir uma política social, por exemplo, seria com prazer que eu poderia abordar outras questões. Mas eu procurei, justamente, mostrar como o desenvolvimento econômico poderia criar um espaço favorável ao sucesso de políticas sociais adequadas, criar condições de base estruturais para que houvesse uma melhoria das condições de vida sociais, das condições de vida e das condições sociais da população. Eu não propus aqui uma política econômica, uma política social e muito menos afirmei que haveria um automatismo nesse desenvolvimento. Mas alguns aspectos seria importante salientar. Por exemplo: o Barelli falou do conflito distributivo e da piora da distribuição de renda que houve no período passado, e acenou com a possibilidade de um crescimento menor, com melhor distribuição de renda.

Eu acho que um dos legados perversos que o período do autoritarismo militar nos deixou foi esta impressão, essa consciência nas pessoas de que o desenvolvimento econômico acelerado se contrapõe à distribuição de renda. Na verdade, como o Castro bem salientou, a piora da distribuição de renda naquele período foi conseguida às custas da repressão; às custas de um regime militar autoritário que impôs uma política salarial e decapitou, como ele disse, a capacidade de barganha da classe trabalhadora. Ora, nós estamos trabalhando agora num cenário em que deslumbramos um reforço da democracia até o fim do século. E num cenário como este como fica o conflito distributivo? Ora, num momento de crise, em que o produto está caindo, o conflito distributivo é um conflito perverso, porque caindo o produto, caem tanto os lucros quanto os salários, ou seja, a renda em geral cai. E o conflito distributivo é no sentido de quem perde menos. Os empresários não querem perder seus lucros, os trabalhadores não querem perder seus salários, mas todos perdem na crise. Uns mais, outros menos. Quando estamos em desenvolvimento e quanto mais acelerado e mais favorável ele é, o conflito distributivo ganha uma outra dimensão, porque a renda está crescendo e a disputa é sobre quem vai ga-

nhar mais da renda que cresce. Não é quem vai perder menos. É quem vai ganhar mais. E todos podem ganhar. Podem crescer lucros e podem crescer salários reais.

O que nós estamos afirmando é que, no quadro de democracia, no quadro de crescimento acelerado, num quadro de emprego que cresce, o poder de barganha da classe trabalhadora aumenta, e existe a possibilidade de seu salário real crescer e, se isso ocorrer, pelo o poder de barganha crescente da classe trabalhadora, será um impulso ao crescimento econômico que poderá nos levar, no fim do século, a uma posição social muito melhor, a uma condição de vida mais digna. Mais ainda. Dissemos que associado a este fato, a melhoria da condição, a redução do inchamento das cidades, as políticas sociais podem ser mais efetivas, porque a dimensão do problema vai se reduzindo com o tempo. Então, em nenhum momento afirmamos aqui automatismo, mas apontamos como o desenvolvimento econômico cria condições favoráveis e cria a possibilidade dessa melhoria.

Em relação ao desemprego, o professor Hélio Jaguaribe falou dos nossos dados, nós tivemos o cuidado de usar exatamente os critérios utilizados no livro «Brasil 2000» e no trabalho do professor Luiz, nosso amigo particular. O critério de desemprego e subemprego é o que está na página 147 do livro «Brasil 2000», e nós tivemos o cuidado de usar, em todos os coeficientes de emprego, índices mais conservadores do que os usados no livro. Por exemplo: o livro prevê a melhoria do coeficiente de absorção de emprego agrícola acima de 2 por cento, nós usamos 0,26% no nosso trabalho.

E a taxa de emprego urbano também é inferior à dele. O que nós utilizamos foi o índice de crescimento do produto superior, porque nós acreditamos que há condições de crescimento de 8% ao ano. Então, nós tivemos o cuidado de não ser tão otimistas feito o professor Hélio Jaguaribe ou Wiston Frisch o foram no seu trabalho. Somos mais conservadores e obtivemos esses resultados.

No livro dele, ele chega a uma possibilidade de o nível de subemprego ser inferior a 10%, caso houvesse sucesso nas propostas de política de emprego que ele apresenta. E nós temos que, o produto crescendo mais, ao invés de 6 crescendo 8, mesmo com previsões mais conservadoras, o subemprego chega a 5%.

Eu queria encerrar com uma observação. Dentro deste campo da economia com que estamos trabalhando, deste quadro que nós mostramos e indicamos que havia condições básicas para uma melhoria da condição social da população, muita coisa ficou de fora, o que, por exemplo, a mim particularmente preocupa, e que eu considero fundamental para um avanço da sociedade brasileira, para uma melhoria

da cidadania. Eu vou citar um que ninguém falou até agora. É a questão da Justiça. Eu acho absolutamente lamentável a Justiça no Brasil de hoje. Acho que o cidadão — seja rico ou seja pobre e, principalmente, os mais pobres — sofre quando precisam de justiça, porque não conseguem tê-la. Ela é morosa, ela não chega, ela não atende às suas necessidades. E não é com o crescimento econômico que se resolve. E nem o crescimento econômico cria os pré-requisitos para isto. Isso vai exigir de nós todos, da sociedade brasileira como um todo, uma ação específica que foge do campo do nosso debate aqui. Nós temos que criar uma Justiça que atenda a todos igualmente, principalmente ao pobre. Isso ninguém falou e nem nós, economistas, temos contribuição a dar no campo da economia para isto.

Embaixador Ricupero:

É com certa pena que nós somos obrigados a encerrar o debate desta manhã, porque já estamos com a hora muito avançada. Eu só queria anunciar que, no período da tarde, às 14:30 horas, nós vamos retomar os trabalhos com uma sessão relativa ao cenário político-institucional, sob a presidência do Ministro José Carlos Moreira Alves — Presidente do Supremo Tribunal Federal e, em seguida, às 17:30, será a sessão de avaliação, sob a presidência do Senador José Fragelli, Presidente do Senado.

Muito obrigado, então, e até as 14:30 horas.

CENÁRIO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Ministro Moreira Alves

Iremos agora dar prosseguimento aos trabalhos deste III Encontro Governo-Sociedade -- O Brasil na Virada do Século. Nesta sessão vespertina, será examinado o cenário político-institucional, com exposições dos senhores Luiz Alberto Bahia, Luciano Martins e Wanderley Guilherme dos Santos.

Para que tenhamos mais tempo, não apenas para as exposições, mas, também, para os debates que se segue, eu passo imediatamente a palavra ao Sr. Luiz Alberto Bahia, o primeiro dos expositores.

Luiz Alberto Bahia:

Exmo. Sr. Ministro Moreira Alves
Digníssimo Presidente do Tribunal Federal
Senhores Membros da Mesa
Minhas Senhoras
Meus Senhores.

O tempo é curto e a solicitação, sintética. O Ministro Jerônimo Moscardo solicitou que aqui viéssemos para fazer provocações e não exposições, ou seja, num breve espaço de tempo, fazer o máximo possível de provocações. Vou direto então a alguma delas que já notei e imagino válidas para precipitar os debates.

Eu imagino que, nas circunstâncias políticas e institucionais brasileiras, é ousadia tentar produzir cenários mais precisos, mais nítidos sobre este fim de século. Afinal de contas, nós estamos às portas de uma assembléia constituinte. E essa assembléia constituinte vai ter, como tarefa exatamente definir as instituições políticas e a ordem jurídica do País, o que se deseja e se pretende de natureza democrática, ao máximo.

Eu não tenho qualquer pretensão de avançar até o fim do século. Ou melhor: os anos que nos separam do novo século já estão, na verdade, produzindo as condições que vão prevalecer no início daquela era. A minha experiência de analista político e de governo (neste último caso, embora breve, quando servi à Administração Negrão de Lima) me faz recordar que as opções e o espaço que cada governante dispõe para inovar, geralmente, é muito pequeno, porque uma série de opções feitas e decisões tomadas anteriormente deixa uma área de manobra, ao seu sucessor, muito reduzida. Essa é uma experiência que contradiz aquela expectativa de todo governante novo, de que, quando ascende ao poder, ele vai viver momento parecido com o primeiro dia da criação. Mas, na verdade, ele logo descobre, poucas semanas depois, que não há o primeiro dia da criação e que o futuro já está, em grande parte, predeterminado, condicionado por decisões anteriores. Daí, a tremenda importância da Assembléia Constituinte, porque ela vai exatamente criar os condicionamentos do desdobramento político brasileiro no futuro.

Para mim, já que eu me considero situado, digamos, na virada do século, o dado mais importante a considerar é dar a virada com tantos riscos à frente, tendo em vista a premissa democrática. Nós temos ordem jurídica em processo de erosão, quer dizer, ordem jurídica decadente, ordem política sem legitimidade no seu contexto legal, contestada todos os dias, leis não cumpridas e uma perspectiva que eu considero até certo ponto alarmante, a de dispormos, de fato, de uma constituição nova só no final do ano de 87, porque o futuro já está sendo condicionado para um erro básico, que foi o da não convocação de uma assembléia constituinte. Até agora eu não tenho conhecimento — como jornalista e como analista político — dos rumos da futura constituinte. Não só quanto à questão das eleições. Quem vai ser eleito? Se este congresso constituinte vai ser conservador ou não vai ser conservador. Mas nada está definido, inclusive estruturalmente, e imagino, com a experiência que tenho, que esse processo vá demorar, que a simples organização do trabalho constituinte será prolongada, desgastante e tudo isso realizado num contexto político que, em última análise, é fruto ainda do passado. Estamos vivendo ainda no passado, neste particular, que as leis são do passado, as leis que estão em vigor são do passado. Por exemplo: a lei de greve e outras acima.

De maneira que o desafio inicial parece ser de fato chegarmos na virada do século com uma ordem constitucional que tenha tido uma construção, tenha sido o resultado de uma construção bem inspirada e correspondente às aspirações do País.

Este é um desafio que aí está, mas que já pertence ao futuro também. Pertence tanto ao presente como ao futuro.

O tempo, como disse, é curto. As constantes podem ser determinadas em termos de tendências. Eu me lembro de que, numa reunião recente com Castro, ele levantou esta questão da impossibilidade de fazer cenários e a possibilidade de determinar tendências. Isso seria tão verdadeiro em economia como em política. E vou tentar focalizar apenas algumas das tendências que estão presentes hoje e que poderão estar presentes amanhã, ou seja, no ano 2000.

A toda gente ocorre verificar que o fenômeno político mais importante, talvez, deste momento, seja o descompasso entre a representação entendida como aqueles órgãos de representação inseridos no texto constitucional, e os órgãos de participação ou corpos intermediários. Neste sentido, o descompasso é notável. Enquanto que a representação parece mobilizada, parece ter à frente uma situação incôgnita, o País está extremamente participante, extremamente móvel. E móvel em direções que podem ser imprevisíveis. Mas o fato é que é um País participante. É um País de grupos que se organizam, que se mobilizam, que atuam, que demandam. O descompasso tem um ponto de intensidade crítica. E nós já temos observado, já tenho observado em particular no Estado do Rio — não sei até que ponto isso será verdadeiro para o País todo — que existe um conflito potencial entre esses corpos de participação, chamemos assim, da sociedade, e os corpos representativos da estrutura do Estado.

De início, eu imagino que os corpos de participação ou de intermediação da sociedade nasceram muito mais como órgãos de resistência, sem nenhuma pretensão representativa, órgãos de resistência a uma situação autocrática, que exigiam que na base da sociedade surgisse alguma resistência estimulante do processo político. Mas, logo em seguida, se verificou, e isso vai ter importância futura, que esses corpos de participação começaram a atuar com um sentido representativo e mesmo tentando, em alguns casos, substituir e contestar a representação. No Rio de Janeiro, pelo menos, que é o dado geográfico que eu conheço melhor, e talvez um pouco em São Paulo, que vi de quando em vez, isso me parece um fato verificável. Isto é, da resistência pura e simples ao Estado autocrático, esses corpos começaram a tomar formato representativo e reivindicante, sem que nesse período de transição constitucional se possa ainda saber exatamente como fazer a inserção desses organismos ou a harmonização desses organismos na estrutura do Estado. Ninguém sabe como os constituintes irão pensar a respeito. Se eles terão definido na constituição alguma coisa mais precisa. O fato é que eles vieram para ficar. Dificilmente a representação clássica sustentará a estrutura democrática, hoje e amanhã, sem a participação, sem a mobilização desses corpos intermediários.

Eu gostaria agora de chamar a atenção para as razões que estariam no fundo desse conflito potencial ou dessa tentativa de, digamos, substituição do poder representativo instituído pelos corpos de participação. A primeira resposta que ocorre, e que estará também presente no futuro, nessa virada do século, seria a verificação de que o poder econômico assumiu grande parte do controle do processo representativo. Tal como, durante o período autocrático, teria assumido o controle, como de fato assumiu, do processo decisório legislativo dentro do Executivo.

Na raiz desse duelo eventual, desse conflito potencial mais visível, estaria a presença do poder econômico, como o mais capaz de controlar o poder representativo, frustrando uma série de expectativas democráticas, sendo que aqui eu estou pensando a palavra democrática no sentido clássico, ou seja, no sentido de que a democracia é, antes do aparecimento do socialismo, um regime de igualdade, antes de tudo. O que se pretende na democracia é um regime de igualdade. A possibilidade de harmonização existe. Eu acredito nela. E acredito mais ainda na possibilidade de uma simbiose, que, no plano real, ainda que não no plano institucional estrito, já estaria ocorrendo até certo ponto. Ou seja, os tópicos de participação penetrando os partidos, que são os órgãos de representação instituídos, e vice-versa, os partidos penetrando os corpos de participação. E tentando exatamente dominá-los, dar-lhes conotação partidária, e o que parece, à primeira vista, um fenômeno de aparência negativa, ou seja, os corpos de participação serem controlados por minorias ou por maioria partidárias, poderá eventualmente se revelar uma solução para essa equação conflituosa. Ou seja, em lugar de divórcio entre os corpos da sociedade e os corpos do Estado, u'a maior fusão.

Mas há em tudo isto — peço perdão para, de vez em quando, consultar esta ficha porque o tempo sendo curto, a ficha ajuda a ser curto e rápido — o que parece essencial à frente é que se abra nesta constituição o processo decisório legislativo. Nós viemos de uma situação em que o processo decisório legislativo foi totalmente controlado pelo Executivo. O que se teme hoje é que as motivações, digamos, quase que de revanche, do Poder Legislativo, leve a uma tentativa de controle exagerado do processo decisório legislativo por parte do Congresso. Já o anteprojeto constitucional caminha nesta direção. O Projeto Arinos, chamemô-lo assim.

Se estamos evoluindo nesta direção é preciso abrir as portas do Congresso, é preciso abrir as portas do Parlamento, se for um regime híbrido parlamentarista, tal como nós estamos aqui abrindo, e essa idéia foi transmitida pelo Embaixador Moscardo desde o início, quando me fez este convite, de que aqui se faria uma audiência pública, coisa que até hoje o Congresso brasileiro não aprendeu a fazer, ou porque

não tinha prerrogativas e não valia a pena, ou porque depois da mudança da capital, o processo legislativo se tornara difícil e a sociedade não se fazia ouvir, mas o fato é que, a partir de agora, para que a situação democrática se consolide, há necessidade de que o processo decisório legislativo seja aberto. O campo dos direitos humanos foi, em grande parte, conquistado. Resta conquistar efetivamente o poder, ou seja, abrir as portas de quem decide e dizer o que a sociedade quer que se decida. Nesta ficha, eu levanto a possibilidade de um agravamento daquele conflito inicial, entre participação e representação, pelo aparecimento da mídia eletrônica e pelos recursos atuais disponíveis da informática, na medida em que essa evolução tecnológica, que já diz respeito ao presente e ao futuro, abre uma perspectiva que não seria tão representativa no sentido clássico, mas uma perspectiva de democracia de tipo decisório mais direto, isto é, em que tanto o Parlamento ou o Executivo recorram a consultas diretas à opinião pública, dentro de uma sistemática que possa se instituir com regularidade e com eficiência, dando, àqueles que dispõem da mídia eletrônica e dos recursos da informática, um poder que não estaria acessível aos corpos intermediários da sociedade, os quais contariam apenas com a possibilidade, em última análise, de resistir. Quer dizer, nós estaríamos diante de uma situação em que o poder organizado se imporá, ainda que de forma autoritária e autocrática, mediante políticas plebiscitárias, de consultas plebiscitárias, sem que houvesse esse intercâmbio intenso, esse diálogo intenso entre os participantes e os representantes, sem que as consultas diretas fossem devidamente informadas por um processo deliberativo mais ou menos prolongado, mas, por isso mesmo, mais meditado, mais sensato e mais bem-orientado.

Nós estamos vendo, no processo eleitoral, a tremenda importância do poder econômico conjugada com a importância da mídia eletrônica. Eu passo agora a verificar o que chamo de tendência geral do destino democrático brasileiro, mas já do ponto de vista da viabilidade de um acordo para uma gestão popular, e, quando falo em gestão popular, já estou pensando da economia, não tanto em congressos nem corpos intermediários, eu já estou pensando na fábrica, eu já estou pensando na empresa. Até que ponto, no Brasil, a democracia poderá se consolidar na virada do século, através de experiências de graus, mais ou menos, avançados de gestão coletiva? Toda gente sabe que na Europa há várias experiências de gestão operária, de participação dos operários, na formulação da política de empresa e há muita gente que visualiza a possibilidade, hoje, já, no pensamento político moderno, de que o planejamento pelo Estado não seria mais a obra de uma classe tecnocrática submetida a pressões de uma tecnocracia privada, mas também já submetida à participação e à presença de uma gestão de tipo operário, como disse, em graus diferentes. Alguns mais avançados, outros menos avançados.

Porque, de fato, no controle do planejamento, e nesse debate aqui nós temos visto isto, no controle do planejamento e na formulação dos cenários econômicos, dos cenários de política externa, o que se observa sempre é o predomínio de uma classe de tipo gerencial tecnocrático.

Eu me lembro de que perguntei, durante o debate de política internacional, como se processava o processo decisório da política exterior brasileira. Que forças atuavam? Eu, mais ou menos, tenho uma vaga idéia de que há forças atuando num sentido e no outro, saindo das classes armadas, saindo dos setores empresariais e comerciais, mas a grande massa da população nem sequer vislumbra como transcorre o processo decisório na política exterior brasileira. E aqui mesmo se discutiu a questão da política chamada de paz do Brasil, da diplomacia pacifista brasileira, das tradições pacifistas brasileiras, mas não se pode fazer meditação mais profunda sobre as conseqüências da presença da indústria bélica brasileira, crescente, poderosa, na formação de interesses com grupos de países distintos daqueles que prevaleciam no passado.

Continuando a ler, eu diria de um contrato político que se precisaria ter, que controle o planejamento econômico-social e os setores público e privado. Aqui cabe uma pequena palavra tendo em vista o futuro, a curto prazo. E o professor Wanderley Guilherme dos Santos está envolvido nele agora, que é o destino da nossa incipiente experiência no *welfare state*. Nós temos tido bem-sucedidas experiências do que se chama *welfare state*, isto é, o Estado sempre socorre as grandes empresas, ele nunca as deixa falir, em nome do bem-estar da classe trabalhadora. Mas a verdade é que o *welfare state* no mundo hoje está submetido a um desafio e sendo até contestado em países como na Inglaterra, como coisa «démodé», uma coisa que estaria caindo fora de moda. Então, este é outro ponto que terá que ser discutido a fundo, tendo em vista uma situação em que a sociedade co-participe, através de associações de ajuda mútua, do provimento do bem-estar social. Está mais do que demonstrado que o Estado, sozinho, na sua estrutura previdenciária, não conseguiu resolver o problema do bem-estar ou do estado de bem-estar social no Brasil.

De forma vinculada à questão anterior, permanece no horizonte futuro a questão do poder político das Forças Armadas. Nós todos parecemos, face à alegria da transição democrática, tê-lo colocado bem ao fundo, distante, tentando esquecer que as Forças Armadas são uma realidade estrutural do Estado, de qualquer Estado, não apenas o nosso. Digo eu, então, nas minhas anotações, que, enquanto persistir ainda a ilegitimidade da ordem internacional, esse papel continuará sendo fundamental. A anarquia de um lado e a crise do poder representativo de outro retêm no horizonte a possibilidade de um movimento pendular ora para o populismo, ora para o militarismo. O desapareci-

mento da tendência pendular dependerá também, em grande parte, do perfil de distribuição de renda, que aqui é apenas pensado em termos da distância que separa a base menos aquinhoada do topo mais aquinhoado.

Quase concluindo, eu queria chamar a atenção para um fenômeno novo que deve ser considerado desde logo e certamente o será na constituição. A tendência forte do futuro pronuncia-se na forma de uma consciência ecológica, isto é, de uma consciência planetária que forçará uma revisão do conceito de propriedade, de uma forma muito mais intensa do que os movimentos socialistas e comunistas até hoje, no meu modo de entender, o que reintroduz, por força de questões ecológicas, o conceito de propriedade comum como algo marcadamente distinto dos conceitos tradicionais de propriedade pública e de propriedade privada. Eu tenho a impressão de que essa questão está posta aí todos os dias, quando o poder público fecha uma rua, ou abre uma rua, ou muda o trânsito e afeta os interesses da comunidade como se fosse coisa sua, sem qualquer consideração com o fato de que aquilo é um bem comum, um patrimônio comum.

Concluindo. O futuro como vontade existe. A vontade humana pode determinar que país será o Brasil na virada do século, mas o voluntarismo político é apenas uma possibilidade democrática, se escolhermos a democracia em seu sentido clássico, ou seja, em seu sentido igualitário.

O Professor Hélio Jaguaribe tem falado sempre, acentuando a disparidade terrível que existe neste País e que é a negação da própria igualdade, mas o voluntarismo não é onipotente, como tentei dizer antes, quando me referi ao primeiro dia da criação. Para ser eficiente e eficaz, precisa orientar-se dentro dos limites da realidade, na busca do ótimo possível. E aí eu quero me referir claramente ao fato de que as políticas novas, as políticas de transformação estarão sempre influídas e sofrendo a indução de políticas antigas. Há um autor célebre que diz que os mortos governam os vivos. E isto é absolutamente verdade, principalmente em política.

Para ser eficiente e eficaz, precisa orientar-se dentro dos limites da realidade, na busca do ótimo possível, ou seja, por meio da utilização da utopia, por força de transformação, e com significado oposto ao das ideologias que tendem a ter um papel conservador. Isto é, conservador dos dilemas atuais, enquanto que eu estou usando aqui a palavra utopia no sentido de Mannheim, isto é, a tentativa efetiva de criar algo novo.

Ministro Moreira Alves:

Passo agora a palavra ao segundo dos expositores, o senhor Luciano Martins.

Luciano Martins:

Ilmo. Sr. Presidente, Ministro Moreira Alves,
Demais membros da Mesa,
Senhoras e Senhores.

Eu não tinha preparado uma intervenção porque não estava previsto que isto ocorresse. Eu vou aproveitar, portanto, o tempo que tenho para duas coisas. Uma reflexão sobre coisas importantes que foram ditas aqui nesta manhã e, a partir delas, através de um encadeamento de raciocínio, tentar contribuir para, pelo menos, definir uma problemática política.

Hoje pela manhã eu creio que houve consenso entre os economistas, e me parece que este ponto não foi substancialmente contestado, de que existe grande potencialidade de crescimento da economia brasileira. De outro lado, embora isso não tenha chegado a ser sistematicamente discutido, me parece que houve contestação de início, em seguida aceitação da contestação de que esse crescimento potencial não significa necessariamente integração social. Ou seja, não é apenas a questão, a velha questão da repartição do bolo, mas como alguém, se não me engano o Professor Hélio Jaguaribe, disse outro dia, de uma forma feliz, a receita do bolo é que está errada.

Mas nós sabemos, de outro lado, que a integração social ou algum tipo de integração social é uma condição *sine qua non* para a existência de uma democracia substantiva. E quando falo em democracia substantiva, quero, evidentemente, me distanciar de algumas formas democráticas em países em que permanece, subsiste enorme desintegração social. Eu acho que o caso da Índia talvez fosse aquele que viesse mais facilmente à mente.

Se existe potencialidade grande de crescimento da economia e se esse crescimento não significa necessariamente integração social, a qual é condição para a existência de uma democracia substantiva, me parece que, a partir deste raciocínio, se introduziu aqui a idéia de que é necessário vontade política. Eu creio que com essa expressão, vontade política, acontece o mesmo que com a idéia de tempo para Sto. Agostinho. Sabe-se o que é, mas no momento de defini-la não mais se sabe do que se trata. Mesmo assim eu creio que talvez seja um ponto de partida. Ora, vontade política pode existir e se exercer tanto dentro de um contexto autoritário, quanto dentro de um contexto democrático. Como eu presumo que aqui todos nós estamos interessados na construção da democracia, cabe examinar precisamente este ponto. O que significa, nas condições atuais do Brasil, vontade, exercício de vontade política num contexto democrático? Esse sentido parece, para todos

nós que temos estudado o problema, relacionar-se a um fenômeno novo como o da transição de regimes autoritários para outro tipo de regime que não se sabe ainda bem qual seja — parece que existem três, digamos assim, *patterns*, três modelos mais ou menos claros que condicionam o desenvolvimento político posterior nesse processo de transição. Primeiro quando um regime autoritário é derrocado por um exercício de poder contrário a ele é uma derubada do poder. Isto cria uma situação específica. A segunda situação é quando, por uma razão interna ou externa, existe um colapso das instituições autoritárias. Parece basicamente o que aconteceu na Argentina. Um terceiro modelo, que seria o do Brasil, é quando existe uma transferência mais ou menos negociada do Poder. Cada uma dessas situações dá origem a contextos políticos e a processos políticos diferentes.

Considerando que o caso do Brasil se inseriria nesse terceiro modelo, parece que a maior parte dos sociólogos e cientistas políticos que tem estudado o problema vem incidindo numa certa simplificação equivocada, qual seja, a de construir o processo de reconstrução ou de consfrução de uma democracia, mais ou menos, e eu estou evidentemente caricaturando, a partir de um jogo político que teria como atores principais aqueles partidários da democracia e aqueles autoritários ou resistentes à democracia. De fato, o problema existe, mas me parece que, sobretudo no caso do Brasil, nós devemos introduzir um outro tipo de variável, quer dizer, me parece que o outro grande desafio é precisamente este — qual é a capacidade dos democratas de construir a democracia? Isso é que me parece hoje a questão fundamental, se se considera que existem, pelo menos momentaneamente, e eu participo da mesma inquietação de Luiz Alberto Bahia, em relação a isso —, alguns problemas não resolvidos. Um deles é o problema institucional das Forças Armadas. Mas, de qualquer forma, parece-me que existe um nascimento de consenso, que, inclusive, significa algo de novo na cultura política brasileira, da valorização de processos democráticos.

Sendo assim, o que me parece fundamental é que, se a definição da vontade política dentro de um contexto democrático depende da construção da democracia, o que se vê, hoje, é exatamente esse problema — o de uma grande defasagem entre três níveis onde se exerce algum tipo de atividade política, ou de qualquer forma os interesses se projetam para a sua realização.

De um lado, temos uma sociedade que tenta se organizar, como foi inclusive mencionado aqui por Luiz Alberto Bahia, muito mais no sentido de uma ação participativa do que propriamente representativa. E a questão é precisamente esta — intermediação política — e esta me parece a questão não só não resolvida, como tenho uma sensação de

que mal formulada enquanto problemática ela mesma. Porque o que se vê hoje é exatamente isto uma sociedade em que de alguma forma, e através até de formas surpreendentes, houve como que um processo, uma gestação clandestina, sobre o sistema autoritário, de uma politização até insuspeitada em certos aspectos, politização esta, entretanto, que se manifesta muito mais no sentido da participação direta. Nas várias associações que se criam, todos querem participar de alguma coisa e, entretanto, sem encontrar uma correspondência, na criação institucional, de um sistema efetivo de representação de interesses. A consequência disto é que existe uma sociedade que se mobiliza até com certa facilidade, com um desejo evidente de participação, mas que fica como que encerrada na sua própria esfera, em virtude precisamente da ausência, nessa intermediação política, de novo tipo que fosse capaz de exercer um papel de correia de transmissão. Então, nós temos uma sociedade que se mobiliza, uma vida política difícil de definir, mas, de qualquer forma, quase que eu diria, exorbitando talvez um pouco das palavras, que vivem numa espécie de redoma ou de aquário, cujas relações com a sociedade não são muito claramente receptivas. É um problema concreto, específico, é o problema do que significam hoje, no Brasil, as chamadas máquinas partidárias; em que medida são corpos constituídos com interesses próprios e não necessariamente representativos da sociedade, nestas condições em que existem três dimensões cujas comunicações se fazem mais ou menos difíceis. E há um terceiro nível, que é o do poder, onde se decide.

Ora, a precariedade de tudo isto mereceria uma certa atenção. É que, nestas condições, o exercício do poder, por melhor que sejam as intenções, por mais vontade política de que ele seja detentor, fica necessariamente vulnerável. Vulnerável porque não passa por uma intermediação política, mas está sujeito aos acasos e aos azares de popularidades que se fazem e, como se sabe, se desfazem também.

Então, me parece que, se é verdade que existe uma potencialidade de crescimento enorme na economia brasileira hoje; que esse crescimento não implica necessariamente integração social; que essa integração social é condição *sine qua non* para a democracia; e que a construção da democracia, por sua vez, supõe algum tipo de intermediação política estruturada, esta é a que me parece ser a questão fundamental e que eu deixaria aqui para uma eventual discussão.

Ministro Moreira Alves:

Com a palavra o Dr. Wanderley Guilherme dos Santos, que é o terceiro expositor.

Dr. Wanderley Guilherme dos Santos:

Senhor Ministro Moreira Alves,

Demais membros da Mesa,
Senhoras e Senhores.

Desde logo gostaria de deixar claro que a escolha que fizemos da metodologia para esse estudo de antecipação, a formulação dos cenários dentro do leque de opções que as diversas disciplinas vêm proporcionando ao longo dos 25 anos, é talvez uma das mais vulneráveis como técnica e confiabilidade nos resultados correspondentes. Isto porque se consideram, se procuraram visualizar as virtualidades do presente em relação aos seus desdobramentos futuros, sempre com base de que não serão considerados, até por definição, aquelas inesperadas e imprevisíveis inovações ou mutações que alterariam drasticamente os parâmetros com os quais nós estamos trabalhando.

Apenas para dar um exemplo. Nada impede, nada obriga que, num futuro muito próximo, imprevisível, houvesse uma revolução, digamos, na química da produção de alimentos, a qual tivesse implicações no total da reformulação da economia agrária, não só do Brasil, mas do mundo, com implicações na distribuição demográfica, nas populações do País, na divisão social do trabalho, na organização do resto da economia. Tudo isso é possível, quer dizer, ao longo do tempo, a história é pródiga em acontecimentos, por definição imprevisíveis, que alteram drasticamente os parâmetros dentro dos quais se formula esse pensamento da antecipação. Chamam-se tecnicamente «projeções livres de surpresas». É assim mesmo que é necessário trabalhar, justamente porque, por definição, o imprevisível é imprevisível. Mas, apenas para deixar aqui um pé de página de cautela quanto à confiabilidade das projeções que se fazem a partir de dados presentes e levando em consideração que os parâmetros que nós estamos considerando poderão sofrer modificações dentro de limites não revolucionários, digamos assim. Revolucionários no sentido de alterar drasticamente a estrutura do mundo, tal como ele hoje se apresenta.

Isto torna ainda mais vulnerável, ou de qualquer maneira, deve aumentar a nossa cautela em relação às conclusões, quando se faz a separação que aqui procuramos fazer, para efeito didático, entre especulações ou estudos de antecipação sobre o futuro econômico e social do país, seu futuro cultural, seu futuro educacional, e o seu futuro político-institucional, uma vez que, obviamente, eu vou tomar, como sou obrigado a tomar, por didatismo, como um dado, certas dinâmicas ou certas projeções do mundo econômico e social, como se isso não alterasse, e às vezes de maneira bastante substancial, os parâmetros institucionais e políticos. Quer dizer, para nos separar, eu vou atender àquilo que me foi pedido, tomar como um dado da natureza o processo econômico e social e me ater estritamente aos aspectos estritamente políticos e institucionais. Por isso eu peço ... Por

conta da metodologia utilizada e por conta da, digamos, didática escolhida, eu, desde logo, peço encarecidamente à audiência que observe com a mais extrema cautela as especulações, ou as observações e ponderações que tenho a fazer.

A primeira delas eu gostaria de chamar a atenção da audiência para um fato que às vezes parece passar despercebido, é que o sistema político-institucional brasileiro, assim como qualquer outro sistema político-institucional, não é coerente, isto é, ele não obedece a uma única lógica em todos os seus desdobramentos ou em todas as suas facetas. Ele certamente... os diversos sistemas político-institucionais se caracterizam preponderantemente por uma ou outra lógica, mas estão sempre em operação dentro do sistema político-institucional mais de uma lógica. As democracias ocidentais são preferentemente caracterizadas pela lógica da competição eleitoral e da competição partidária. Mas isto não quer dizer que o Estado ou todo o sistema político das democracias ocidentais obedeça aos corolários derivados desta lógica. Há outras lógicas em operação. Há a lógica da burocracia. Há a lógica dos grupos de pressão que escapam àqueles regulamentos de competição eleitoral e partidária. Há a lógica militar. Há uma série de princípios e de lógicas em competição no interior de cada sociedade e de cada sistema político-institucional. Nos sistemas autoritários, mesmo naqueles mais ditatoriais, também, pois embora aparentemente apenas uma lógica esteja em operação, ela apenas é hegemônica ou muito fortemente preponderante, mas as outras não desaparecem, elas estão lá disfarçadas ou mascaradas ou embrionárias, mas também estão em operação. O Estado brasileiro, ou o sistema político-institucional brasileiro não escapa à regra. Não é um sistema coerente. Estão aqui em operações diversas lógicas, diversos princípios; estão não só em operação, mas em competição agora, neste período de transição, onde nós deixamos de ter uma preponderância absoluta, que abafava a manifestação um pouco mais aberta das demais lógicas, da lógica da dominação autoritária. Agora, portanto, florescem com mais clareza, aparecem com mais nitidez e, portanto, competem entre si, diversos princípios e diversas lógicas que já estavam em operação nos nossos sistemas. Nós somos, como todos os demais países do mundo, uma sociedade altamente incoerente. Seguramente o seremos, como todos os demais países do mundo o serão ao longo da história. Alguns princípios podem tornar-se dessujeitas, podem tornar-se obsoletos, podem entrar em decadência mas serão substituídos por outros, pela própria inventividade e criatividade da história. O que desde logo foi restaurado e começa a ser restaurado pela transição democrática é a predominância, ou pelo menos o retorno, a um valor, a um peso ponderado bem maior do que nos 21 anos que nos antecederam, da lógica da competição eleitoral e partidária. É o que podemos esperar, o que é possível

antecipar, mantidos certos parâmetros e não tocados em certos parâmetros cruciais.

Bem, lá pelo fim do século, eu gostaria de chamar a atenção da audiência, dos senhores e das senhoras, que nós teremos um eleitorado, conservadoramente, em torno de 120 milhões de eleitores. Isto, associado ao fato de que no particular da competição eleitoral, obedecemos à regra do voto obrigatório, do voto compulsório; isto coloca para nós, deve colocar para nós alguns cuidados e algumas cautelas na discussão de um dos itens que compõem hoje a pauta de preocupação pública — e com mais razão ainda continuará a preocupar para o ano próximo —, que é o problema de representação, sistema eleitoral, se voto majoritário, distrital majoritário ou de representação proporcional. Costuma-se atribuir ao sistema de eleição proporcional, tal como tivemos no período de 46 a 64, responsabilidade pela crise que então ocorreu. Eu discordo radicalmente desta tese, mas não é este o momento de discutir este ponto. Apenas chamo a atenção para o fato de que, num sistema de representação distrital majoritário, quando as minorias não têm representação, num eleitorado aproximadamente composto de 120 milhões de habitantes, em que a maioria ocasional leva toda a representação, independentemente do tamanho da minoria, ou seja, 51% do partido aquinhoado com a preferência popular leva 100% da representação, deixando, portanto, uma minoria de 49% sem representação, este regime — o regime de eleição distrital majoritário — leva normalmente ao bipartidarismo e o bipartidarismo leva à apatia ou ao sentido de o eleitorado ter sido altamente fraudado, porque se expressou de u'a maneira extremamente, às vezes, com muita intensidade, nas urnas, e, não obstante, não obteve nenhuma parcela de representação nos corpos representativos, nas assembléias representativas. Não é por outra razão, quero lembrar aos senhores e senhoras, que se rediscute hoje na Inglaterra o problema do voto distrital majoritário, pelo fato de que nos últimos 20 anos existiu um partido eleitoral de fato e com bastante representatividade social, que é o partido liberal, que não encontra possibilidade de se fazer representar no nível das assembléias. Ele tem uma densidade eleitoral que não encontra representatividade, condições de se representar nos postos formais de representação. Imaginem isso num eleitorado de aproximadamente 120 milhões de eleitores, conservadoramente calculados, associado ao voto compulsório, isto é, todos são obrigados a votar... porque, em países em que isto existe, levando ao bipartidarismo, e onde as minorias não são representadas, o que ocorre é um alto grau de apatia, caso exista consenso sobre os valores fundamentais, exemplo dos EUA, onde as taxas de alienação eleitoral, no sentido de abstenção eleitoral, são extremamente elevadas, onde a apatia política é extremamente disseminada. Por que isto ocorre? Por que funciona o sistema, apesar disto? Primeiro, o voto é

voluntário, vota quem quer. Então as taxas de abstenção são extremamente elevadas. Como, todavia, existe um consenso sobre os valores fundamentais da sociedade, e bastante acentuado, esta apatia política ou aquela parte do eleitorado que se vê fraudada por não ter representação, apesar de ter densidade eleitoral, não põe em perigo a estabilidade do sistema por conta deste bom senso extremamente disseminado em relação aos valores fundamentais da sociedade. Num país como o nosso, de alta complexidade, onde as disparidades e as desigualdades são extremamente elevadas, onde estamos ainda em busca de certa identidade política, onde a disputa e conflito sobre valores constitui parte fundamental da agenda política, a existência de intensos segmentos da população com sentimentos de apatia por terem sido fraudados não é absolutamente garantia de estabilidade política. Portanto, desejo deixar como questão o fato de que a reimplantação da lógica da disputa eleitoral, se vier a ser feita de acordo com algumas das sugestões já encaminhadas no sentido de implantação do voto distrital, que levará necessariamente ao bipartidarismo, associado ao voto compulsório, pode ser, ao contrário do que se supõe, uma fonte extremamente perigosa de instabilidade do sistema democrático brasileiro que se deseja implantar.

Passo à segunda lógica, que é a lógica da competição partidária. É preciso entender que nós estamos restaurando a competição partidária num período histórico de quebra do oligopólio do sistema partidário enquanto oligopólio de participação, não de representação. Os partidos políticos são de invenção muito recente. Eles na realidade se estabilizaram, se estabeleceram em meados do século passado; é quando realmente começam a se estabelecer em competição com outras formas de participação, como a forma primordial de participação. A forma partidária é a forma representativa de participação. E durante muito tempo esta forma representativa de participação deteve nos sistemas multipartidários o oligopólio da participação em geral, ou seja, a única forma concebível de participação era a forma representativa. É este oligopólio da representação, sob sua forma representativa, que está sendo quebrado. Não é que os partidos estejam em decadência, não se trata de que eles já tenham cumprido o seu papel histórico, não se trata de que eles não tenham mais nada a dizer. Simplesmente se trata de que, no mundo contemporâneo, pululam, começam a surgir e surgem demandas por formas alternativas e complementares de participação, os corpos intermediários de que falavam Luiz Alberto Bahia e Luciano Martins.

Estes grupos, não acredito que venham a ser absorvidos pelos partidos; ao contrário, quanto mais as sociedades modernas se tornarem complexas, nós teremos que aceitar ou não — dependerá da sabedoria dos nossos estadistas — como forma legítima de participação, aquelas formas que não são representativas. Evidentemente, não se trata de

consagrar o princípio do plebiscitarismo, mas, sim, a existência de formas organizadas, porém não representativas, não partidariamente representativas. São as associações de moradores, são as associações de minorias, são associações de consumidores, são associações locais de todo tipo que demandam, embora de forma organizada, um diálogo direto com representantes do Estado, representantes do poder, sem passar por toda a maquinaria e por toda a lógica da competição da estrutura formal de representação. Então, nós estamos restaurando a lógica da competição partidária, quando ela já é insuficiente para responder a todas as demandas, a todos os reclames de participação por parte da sociedade. E nós estamos tendo um exemplo disto aqui. Tivemos ontem e hoje exemplos aqui, neste auditório. E, em todos os foros em que a sociedade permite a abertura do debate, a concorrência é enorme, todos querem falar, todos se apresentam como representantes de algum segmento social, porque são as oportunidades que têm de falar diretamente com os segmentos do Estado.

Então, ao lado da lógica de competição eleitoral, nós vamos encontrar a lógica da competição partidária, que necessariamente terá que conviver, terá que aceitar a legitimidade de outras formas de participação política, ao lado da forma tradicional e que continuará a ser extremamente relevante. A forma do partido, representativa.

Ora, a existência e a disseminação da lógica da participação sob todas as formas terá implicação muito grande sobre outras das lógicas presentes no nosso sistema incoerente ou no nosso quebra-cabeças e que foi, até recentemente, talvez a mais prejudicada: a lógica do federalismo, isto é, a lógica da descentralização de recursos de poder decisório, de administração.

E eu gostaria aqui de tocar, rapidamente, num tema que frequentemente aparece nas páginas de jornais e que não tem sido tratado, a meu ver, de maneira tão cuidadosa como a matéria exige, que é o problema da ingovernabilidade das democracias. O problema da ingovernabilidade das democracias, que é tratado por Rantington e vários outros têm chamado a atenção para isto, se verifica fundamentalmente em circunstâncias em que nós temos associados duas coisas: alto grau de centralismo administrativo e de recursos, associado à forma parlamentar de Governo. De modo que, de novo, aqui aproveito a oportunidade para trazer ao debate a proposta do parlamentarismo, para emitir o juízo de que um sistema altamente centralizado, altamente antifederalista como é o nosso, faz com que convirjam, conseqüentemente, para o centro do poder, todas essas demandas que, por conta das ponderações anteriores, só tendem a se multiplicar, não tendo outras formas ou outros lugares de decisão a não ser no centro. Portanto, a inexistência de um federalismo efetivo fará com que todas essas pressões, convergindo para o centro do sistema e associadas à possibilidade de alteração repetida dos governos, atinjam o corpo da

representação partidária. Como nós sabemos, isto não é um defeito nacional. Isto faz parte da política de atender às correntes de opinião, tendendo a tornar altamente instável um sistema tal como o nosso, altamente centralizado, se acoplado a um sistema parlamentar. E temos exemplos históricos para mostrar como essa, possivelmente, será a resultante destas duas lógicas associadas, na quarta república francesa. Quer dizer, o regime francês sempre foi um regime altamente centralizado, altamente centralizador. Com a experiência, após a segunda guerra mundial, do parlamentarismo *strictu sensu*, o que obtivemos foi aquela rotatividade de governos, absolutamente instáveis, que caracterizou a quarta república francesa, a qual desembocou, evidentemente, no problema da guerra externa, no problema da Argélia e tudo o mais. Mas a própria dinâmica interna do sistema político institucional francês era conducente a torná-lo altamente ingovernável. Quer dizer, é um sistema de muita concentração no centro político; associado à uma forma que permite às maiorias ocasionais das assembleias representativas, extremamente sensíveis ao voto do eleitorado, pressionar diretamente sobre o centro, aí substituindo os governos em função dessas maiorias ocasionais. Não acredito que o parlamentarismo seja uma solução de estabilidade para o Brasil, na medida em que continuarmos a ter uma lógica federativa praticamente inexistente, em que há predominância fundamental do centro da União em relação aos estados e às unidades componentes do País.

Finalmente, gostaria de me referir à lógica do velho corporativismo, que está rediviva, que está aí de novo, com toda força, a fazer suas demandas. O que caracteriza o velho corporativismo é a concessão de monopólios de privilégios e direitos, por via legal, a segmentos da sociedade. Trata-se da regulamentação das profissões, das aposentadorias especiais, de legislações específicas, quer para segmentos econômicos poderosos, quer, inclusive, para segmentos dos trabalhadores, também organizacionalmente poderosos, está tudo aí redivivo. A lógica do velho corporativismo se caracteriza pelo monopólio de direitos, por determinados segmentos da sociedade, concedidos por via legal. Isto está redivivo. Isto foi uma invenção da década de 30, funcionou enquanto funcionou, mas hoje, sem dúvida nenhuma, será uma das dinâmicas a incrementar a demanda para que o Estado brasileiro seja muito mais regulatório do que ele já o é hoje, regulando conflitos, administrando direitos, distribuindo benesses, tudo sob forma legal e tudo sob forma de concessão de monopólio. E, finalmente, temos uma lógica incipiente, a que fez Luiz Alberto Bahia, nos experimentos a que ele se referiu, de possibilidade de co-gestão, possibilidade de associação, de representação de trabalhadores no planejamento, na administração de empresas, na administração de fábricas. E eu gostaria de generalizar o ponto, referindo-me à lógica do corporativismo consorciacional. É uma espécie de conglomerado de interesses

aos quais, entretanto, não se concede o monopólio de fato da representação. Então, se num segmento industrial nós temos órgãos e arenas nos quais se discutem o planejamento de um determinado setor, com a representação dos trabalhadores do setor, a nenhum desses segmentos é dado o monopólio da representação. Ou seja, mantém-se dentro do próprio segmento o princípio da representatividade, o princípio da competição por representação dentro desses segmentos a se juntarem nessas novas corporativas. Este é o caso típico de todas as democracias nórdicas, é da Holanda, da Bélgica, da Noruega, da Suécia, da Dinamarca, todas as democracias mais estáveis do mundo. Nós o conhecemos apenas na Inglaterra ou nos Estados Unidos, mas, na realidade, nós o temos em todas as democracias nórdicas, que são multipartidárias, onde o princípio de competição eleitoral é a base do sistema, não do voto distrital majoritário, mas da eleição proporcional e, não obstante, são altamente estáveis. Elas são altamente estáveis porque têm também lá um princípio de como distribuir as sobras em questão tecnocrática, e eu não vou entrar aqui diretamente no assunto, e, portanto que impede, não é que impede, é que desestimula na prática o problema das coalizões partidárias, que foi o que desfigurou o nosso sistema para 64. Aquela possibilidade de coalizões de qualquer tipo, porque se visava apenas a maximizar votos na eleição e que transfigurava e desfigurava a representação. Esse foi certamente o calcanhar de aquiles do nosso sistema até 64. Nas democracias nórdicas contemporâneas há formas de se evitar isto. Não obstante, elas são administradas desta maneira, elas são o que se chama de neocorporativismo. Uma expressão muito pouco feliz, porque parece que tem algum parentesco com o corporativismo antigo. Não tem não. Porque é justamente o oposto daquilo que é a espinha dorsal do velho corporativismo, que é a concessão por parte do Estado, cuja intervenção na vida da sociedade, aliás, é sempre reclamada por todas as partes, para que arbitre o conflito e conceda, distribua monopólios de direitos a estes segmentos, em detrimento do resto da comunidade.

Eu não entraria, até porque me falta competência, na lógica de ação dos militares; há outros analistas bem mais competentes do que eu para tratar sobre isto, mas eu queria apenas chamar a atenção, finalizando, que, tanto quanto eu posso descortinar, daqui para o futuro, no que diz respeito ao sistema estritamente político e institucional, sem entrar em considerações de natureza social ou de natureza econômica, nós teremos diante de nós a possibilidade do desenvolvimento de um estado moderno, multipartidário, consorciacional — com participação efetiva que permita e legitime a existência de órgãos de participação política ao lado das formas tradicionais de participação por via representativa e também criando arenas onde diversos segmentos possam apresentar os seus conflitos e harmonizá-los ou negociá-los, sem que haja concessão de direitos e monopólios de direitos a segmentos da so-

cidade - ou, alternativamente, o reforço do velho estado corporativo, através da redistribuição de benesses, através de regulamentos especiais, através de legislação especial. E, em terceiro lugar, a possibilidade, se não ponderarmos muito bem as implicações, de tentar buscar ou experimentar formas alternativas, quer de competição eleitoral, quer de competição partidária, para dar maior estabilidade a esta democracia, esta florzinha tenra, como eu acredito o será sempre. Democracia se define, a meu ver, por ser sempre uma florzinha muito tenra, exigindo muito cuidado. Com o voto distrital e com o parlamentarismo, eu temo que, nas condições de um presidencialismo, de uma centralização da União, de um antifederalismo muito grande e da inexistência de possibilidade de participação e de decisão a nível local, se instalem aí fontes novas e muito mais perigosas de ingovernabilidade.

Ministro Moreira Alves

Terminadas as exposições, eu solicito àqueles que quiserem debater ou fazer sugestões, que se aproximem do microfone, colocando-se, no entanto, em fila, para a boa ordem dos trabalhos.

Eu peço que, antes de fazer a sugestão ou apresentar o tema, debata ou a manifestação enfim, que haja identificação de quem vai falar.

José Jatobá Lins - Secretaria de Modernização da SEDAP

Pela manhã eu ouvi aqui umas colocações, umas exposições, fazendo um tratamento do planejamento democrático que, para mim, se confunde com o planejamento indicativo e se conceitua pela democracia participativa. E, então, fiz meu mestrado de administração pública na UnB, na área de planejamento governamental, e apresentei uma tese em 1983 sobre uma proposta de institucionalização do planejamento no Brasil, a nível federal.

Em virtude do absenteísmo naquela época, a tese foi prejudicada e estou para reapresentá-la neste próximo ano. Então, na tese, estudando esta estrutura, andei uns dias sem saber com quem andava o poder moderador, até que descobri que ele estava com os militares, e então propus esse poder moderador para a sociedade de que nós precisamos, uma sociedade democrática; ele devia passar à sociedade nacional, com a institucionalização da democracia participativa. Também notei que era necessária melhor distribuição do poder no Brasil; como nós estávamos vendo, na exposição dos senhores, o sistema brasileiro é muito centralizado, o País é muito grande e tudo fica na Presidência da República. Então eu propus a institucionalização de governos regionais, para melhor distribuir um sistema de poder político e que esses governos regionais — de forma mais eficiente — fossem instalados no seio dos governos estaduais, municipais, federais.

Também propus a institucionalização do Estado democrático. O Estado democrático é aquele onde a sociedade e o Governo se articulam e juntos tomam decisões e onde o estado é o instrumento de administração, do desenvolvimento, da ação da sociedade, que dirige a economia e o desenvolvimento do país. Então, esse para mim é o Estado democrático. Essas articulações eu fiz com conselhos e comissões deliberativos, com bancadas de sindicatos, conselhos profissionais, associações de classes, dirigentes de empresas governamentais, dirigentes de empresas privadas, e uma bancada de mais de 40% do Governo, para a tomada de decisões.

Também propus a generalização da autogestão governamental, como constou das considerações do nosso conferencista sobre comissões de fábrica, autogestão, autoadministração, autogerência e que as decisões políticas e sociais prevalessem sobre as decisões técnicas. Por isso fiquei satisfeito com a exposição do Pe., de manhã. Para mim ele foi mais economista do que os economistas que apareceram aqui, no mesmo turno, porque ele fez prevalecer as decisões sociais, humanas, fazendo assim aquela conceituação, de que nós precisamos, de uma economia humana, de uma administração humana, de uma administração humanista, de uma economia humanista, para virarmos o século realmente numa democracia socialista.

Renato Corrêa Freire — Advogado e Economista — FGV —
São Paulo

Hoje de manhã ficou suficientemente claro que um dos problemas impeditivos do desenvolvimento brasileiro na virada do século, entre vários, mas este ficou muito claro, foi a questão da dívida externa.

Conversando com o Embaixador Ricupero, ao terminar aqui a nossa sessão matinal, ambos ficamos perplexos ao constatarmos o fato de que, entre os economistas presentes, eu acho que entre também os assistentes, não havia acordo quanto a como solucionar o problema da dívida externa. Alguns favoráveis claramente ao pagamento sistemático e pontual dos juros, outros a medidas menos ortodoxas e talvez até ao rompimento com o sistema financeiro internacional.

Olha bem. Uma coisa que também não ficou clara e que faltou um pouquinho nesse encontro é o problema de como vamos normatizar, isto é, trazer as idéias da economia para o direito e dar um tratamento jurídico à questão da dívida externa. Até agora, a autorização legislativa, que tem feito e colocado o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central na mesa de negociações com os banqueiros internacionais, tem sido um decreto-lei absolutamente inaplicável àquilo que eles estão fazendo, isto é, o artigo 8º do Decreto-lei nº 1.308, do regime do Presidente Médici, um documento, portanto, de uma fase do mais alto autoritarismo, e que não autoriza, propriamente dito e

com todos os termos, nem o Presidente do Banco Central, muito menos o Ministro da Fazenda, a negociar com os credores externos.

Eu não vou entrar em detalhes. Eu pediria que os senhores consultassem o artigo 8º do Decreto-lei nº 1.308 e será muito fácil ver que ele não tem nada a ver com isso.

Portanto, é preciso que a sociedade brasileira, através do Congresso Nacional, legitime os nossos representantes, para que eles possam falar em nome dela. Se não for desejado que o Congresso Nacional debata a questão da dívida externa, o que parece não ser por motivos políticos, que pelo menos haja a necessária, completa, ampla e irrestrita autorização legislativa que dê poderes específicos ao Presidente do Banco Central e ao Ministro da Fazenda para negociar a dívida externa ou a outro indicado pelo Congresso, com poderes plenipotenciários, como acontece em outras nações sul-americanas.

Parece-me que falta legitimidade para que os Ministros e o Presidente do Banco Central negociem pela República Federativa do Brasil um problema tão sério como este.

Cícero Penteadó — Advogado, Escritor, Poeta

Inicialmente eu quero parabenizar a direção dos trabalhos do ilustre Ministro do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que concedeu maior espaço à sociedade. Eu tive a felicidade de participar do segundo encontro. Do primeiro não tive esta ventura. Mas no segundo encontro eu observei, de lá para cá, uma rotatividade. No segundo encontro a mesa, o Governo falou pouco e ouviu muito. Muitas sugestões foram dadas aqui, se bem que por pessoas mais simples do que o ilustre auditório aqui presente. E nesse terceiro encontro, hoje de manhã, constatei um pouco consternado, que apenas ficaram 40 minutos para a sociedade. E, na realidade, o fruto, a finalidade da instituição deste encontro Governo-Sociedade e o Presidente Sarney, foi mais, como eu já disse, em televisão, ouvir a sociedade, colher sugestões para o Governo fazer aquilo que não está fazendo e o Governo, a Mesa, vir prestar contas à sociedade daquilo que está fazendo. Há uma rotatividade dos termos da finalidade estabelecida pelo próprio Presidente Sarney. Perdoem-me os representantes porque há democracia e temos que começar a exercê-la.

O Professor Celso Lafer, ontem, um dos iniciadores da palestra, disse que temia pela não objetividade do enfoque dos problemas sobre a virada do terceiro milênio. E o professor Da Mata disse muito oportunamente, bicando de longe a problemática da virada do terceiro milênio, que nós no Brasil vivemos uma instituição sociológica e política, adotando o pior que tem no capitalismo e o pior que tem no comunismo.

Professor Celso Lafer e professor Da Matta, venho lhes trazer a resposta a um dos dois. Ao professor Lafer digo que aqui venho trazer a estruturação política e econômica da república universal. É o livro que estou escrevendo há treze anos e que hoje trago aqui. Então é objetiva, é prática, é um sistema que usa — professor Da Mata — o melhor que tem no capitalismo atual em todos os países: Estados Unidos, França, Alemanha e Brasil, que é um grande capitalista também. E que usa, professor Da Mata, o melhor que tem nos sistemas ditos socialistas e comunistas atuais, que, diga-se de passagem, de comunistas não têm nada, mas só capitalismo de Estado, o que é a pura verdade.

Então, um sistema institucional da República Universal é uma tríade. Usa, em primeiro lugar, o que tem de bom no socialismo, o seu primeiro estágio socialista e, em segundo lugar, usa o que tem de bom no capitalismo. A segunda faixa é capitalista. E em terceiro lugar usa aquilo que nenhum sistema político ainda usou no planeta terra, que é o espiritualismo. É uma oportunidade de o homem evoluir, é uma oportunidade de o homem recolher a síntese da parte econômica e política, que é a sua evolução cósmica, é a sua evolução espiritual, que é a cúpula e ao mesmo tempo a proteção da parte econômica e da parte política.

Então, eu proponho, primeiro, a unificação da economia. A economia universal trará, sistematicamente, objetivamente, simplesmente, a formação do Governo universal. No dia em que dois países pelo menos deixarem as suas nacionalidades, no dia em que dois países do mundo compreenderem que, para vetar, para eliminar a fome, a miséria da terra, para eliminar o racismo, as lutas de classe, choque entre trabalho e capital, é preciso que haja amor, é preciso que haja compreensão, é preciso que se eliminem as pátrias, é preciso que se eliminem as fronteiras políticas e econômicas, é preciso que dois países, pelo menos, que será o futuro Brasil e um dos países limítrofes, se unam para formar a primeira célula do Governo universal. Aí então começará a desmodernização guerricista dos exércitos, começará a nova vivenciação da economia e da política. O sistema será implantado em três etapas. A imediata, a mediata e a longo prazo.

A imediata pode ser aproveitada, inclusive, pela Nova República, pode ser aproveitada pelos momentos, pelas instituições atuais.

Vamos dizer até o segundo milênio. A mediata é tarefa precípua do terceiro milênio. E a longo prazo, do 4º e 5º milênios. Tudo isto está programado e está institucionalizado no livro A República Universal, de minha autoria.

Também é a realização de três etapas no tempo, porém em sentido inverso. Do mais longe para o mais perto. Antes da vinda de Jesus Cristo à terra, pelos monges do Tibet, já foi previsto que a espirituali-

dade, que a evolução, que a fatura do mundo fariam parte de uma rotatividade das forças espirituais do Oriente para o Ocidente. No Oriente surgiram todas as religiões. No Oriente surgiu o Cristo. Na Índia, no Tibet e no Egito estudou-se Cristo. No Oriente surgiu Buda, Confúcio, Maomé, os grandes reformadores. Então, já os monges do Tibet, antes de Cristo, previram a rotatividade da espiritualidade do Oriente, do Tibet, para a América Central.

A outra etapa mais próxima foi no fim da pregação de Kardec, que foi um grande reformador. Previu que aqui no Brasil Central iria ser proposta a unificação universal. Eu fiquei sabendo disto esta semana, lendo um livro editado pela Codeplan, pelo Governo do Distrito Federal, chamado «Roteiro Místico de Brasília». Então lá fiquei sabendo que Kardec havia previsto que, aqui no Brasil, aqui no Brasil Central, no fim deste século, no fim deste século XX, iria ser proposta a unidade universal. E eu, com a minha aula pronta, não sabia disto.

A terceira etapa é a visão-sonho de Dom Bosco. Previu uma grande cidade, uma grande civilização saindo do Planalto Central, civilizando, humanizando e identificando o homem de toda Pátria, de todo mundo. E se diz que é Brasília. Não. Brasília é apenas a base logística para o surgimento da primeira grande cidade universal que vai surgir no Planalto Central. Brasília não pode ser a mentora econômica e espiritual do planeta porque é uma cidade planejada no estilo sociológico e comunista e a capital de um país capitalista. E o sistema universal que vai trazer a paz e a harmonia na terra não é capitalista e não é comunista, é uma simbiose do que tem de bom em ambos ou seja, ambos têm de bom e têm de mal.

O Presidente Sarney é um homem de sorte. Um homem de sorte porque pôde implantar a Nova República, idealizada num momento maravilhoso por Tancredo Neves, num comício em Curitiba. Um homem de sorte porque é dada agora a ele, de mão beijada, a república universal e ele pode contribuir com a primeira pedra, a primeira pá de cal para o aparecimento da república universal, do Governo universal, publicando o livro.

Se não for publicado pelo Governo, porque pode ser distribuído gratuitamente, e faço tábula rasa dos meus direitos autorais, a todas as instituições, a todos os setores da vida política, econômica e social do Brasil, às Embaixadas, podendo ser traduzido para o mundo inteiro, será publicado por editoras particulares, então com ônus, com lucros e com dificuldade de divulgação.

Seria possível, por exemplo, ser implantada a república universal durante o Governo da Nova República? Não, muito obrigado. Não seria porque não está preparado o Governo, não está preparada ainda a comunidade, não estão preparadas as religiões, porque a última fase da universalização do mundo é a formação da igreja universal, e, den-

tro da técnica, é preciso planejar a implantação de baixo para cima e não de cima para baixo.

Havendo apoio do Governo, das igrejas, dos poderes atuais, poderemos antecipar a realização, mas não para este momento. Os exércitos não estão preparados para se desmobilizarem, porque serão desmobilizados pacificamente, harmonicamente, porque o novo governo vai trazer a paz, vai eliminar a fome e a miséria, a guerra do planeta. Vai sanear o planeta, terminar com as doenças endêmicas e epidêmicas, mas tudo com harmonia. Tanto que vai funcionar, no começo, uma simbiose. Produtos entregues aos participantes do sistema gratuitamente e produtos vendidos aos não participantes pelo sistema atual. Então é um sistema híbrido, harmônico, pacífico, sem guerra.

(Aparte do apresentador, lembrando que o tempo está vencido).

Eu agradeço porque a minha missão já está cumprida. Eu não vim expor a República, que é um sistema muito simples, muito coeso, mas muito longo, vim apenas dar esse recado, que o Governo pode ajudar a publicar o livro.

De qualquer maneira ela virá.

Hugo da Cunha Carvalho — Representante da Associação Médica de Barra do Pirai-RJ, da qual é um dos Diretores.

Quero me reportar à exposição do jornalista Luiz Alberto Bahia, em que ele analisa a situação institucional sob uma dualidade, ou, vamos dizer assim, sob várias dualidades que conflitam o cidadão. E, dentro destas dualidades entre corpo de participação e corpo de representação, eu me questiono quanto ao corpo intermediário.

Ele disse aqui que já vivemos o futuro. É verdade. E que as nossas instituições são feitas pelos mortos, ou melhor, os mortos governam os vivos. Ao lado disso, meu caro Bahia, a gente vê o poder econômico. Então nós temos aí o poder econômico que todo mundo está presenciando, manipulando as consciências ao lado dos cadáveres e a legitimidade torna-se muito vulnerável.

A ordem institucional passa a ser uma ordem institucional cadavérico-econômica, mas eu quero também dizer que, como brasileiro e acompanhando o problema político do mundo, eu acho que chegou o momento de os países adiantados pensarem realmente no parlamentarismo, porque é uma forma de governo que descentraliza, que tira um pouco daquele autoritarismo do executivo. Ao lado disso, eu dou uma sugestão favorável ao direito de o cidadão escolher e assim ser facultativo o voto. Com isto, nós diminuiríamos o investimento econômico, porque o risco seria muito maior de os candidatos economicamente poderosos investirem, porque eles não saberiam se o eleitor iria realmente votar, cumprir o seu direito de cidadão.

Sendo o Brasil uma sociedade pluralista, conseqüentemente nós teríamos diversos partidos e seria também um sistema pluripartidário. Então o parlamentarismo é a sugestão, e eu espero que alguns cadáveres políticos ressuscitem e nos dêem uma democracia legítima, e que os partidos políticos sejam mais zelosos na indicação dos seus candidatos e mais vigilantes quanto ao abuso do poder econômico.

Justo de Carvalho — Rio de Janeiro

Acho que vamos levar, todos nós, bastantes elementos para reflexão. Isso foi o que de mais importante vimos hoje aqui. Hoje e ontem. Eu, no entanto, queria colocar as aspirações da minha comunidade, essa comunidade negra. Nós temos preocupação com o sistema político-institucional do País constituído de propriedade, com base na propriedade, com um sistema de minifúndio e latifúndio, porque, cremos nós, esse sistema construiu uma economia, realmente, que é a oitava economia do mundo, mas ao mesmo tempo contribuiu para que neste País da 8.^a economia houvesse um estado de vida que, na classificação da ONU, é o 73.^o. Então existem os dois Brasis, de que o Professor Hélio Jaguaribe fala, e que devem ser a preocupação de todos nós.

A comunidade negra, também hoje muito chamada de carente, tem essa preocupação. Existem hoje, no Brasil, cerca de 30 mil crianças na rua. São 30 mil aspirantes ao processo carcerário do País e nós não precisamos dizer quem é que está no processo carcerário; o que são na maioria. Não. Não vou falar.

E é preciso parar para uma reflexão, todos nós, sobre o seguinte: o custo de investimento nessa criança, para que ela se desenvolvesse e pudesse também dar a sua contribuição ao desenvolvimento do País, seria menos 100% do que o custo carcerário de cada elemento que se encontra lá atrás das grades.

Guilherme Simões — Bahia

Quero agradecer, em primeiro lugar, ao convite carinhoso feito pelo meu amigo Moscardo.

Gostaria de fazer uma rápida retrospectiva, principalmente do que eu ouvi hoje pela manhã aqui, que valeria a pena para se chegar a uma conclusão posterior talvez. Me recordo que há cerca de 20, 30 anos atrás, São Paulo, uma cidade extremamente industrializada, experimentou, pouco tempo depois, uma situação crítica no tocante à mão-de-obra especializada. A mão-de-obra de São Paulo naquela época era formada basicamente pelas indústrias têxteis; o advento da in-

dústria automobilística liquidou a indústria têxtil, absorvendo sua mão-de-obra, porque não tinha mão-de-obra especializada para isso.

E o processo foi em cadeia, porque depois essa própria indústria automobilística sofreu junto às indústrias de plástico, posteriormente a indústria de plástico sofreu com a indústria petroquímica e assim sucessivamente.

Este mesmo fenômeno, lá no Nordeste, principalmente na Bahia, nós observamos com a mesma ou talvez com maior intensidade ainda, com as usinas de açúcar, por sua época, fazendo a mão-de-obra, o advento da Petrobrás, na década de 50, limpando as usinas, o advento do centro industrial de Aratu, limpando a Petrobrás e, mais recentemente, com o advento do pólo petroquímico, tudo ficou esquecido, porque está todo mundo hoje no pólo petroquímico. Vale dizer, nós, até hoje, não fizemos uma avaliação correta de quanto precisamos de mão-de-obra especializada para atendimento aos mais diversos segmentos, em todos os estados brasileiros. A grande preocupação de formar universitariamente as pessoas, ou dar-lhes um nível superior, vem fazendo com que, ao longo de várias e várias décadas, não especializemos nossa mão-de-obra, e acredito que isto perdurará se não se tomar uma decisão violenta, porque nós vamos fazer o mesmo que hoje, quando engenheiros, advogados, economistas, estão como operadores de equipamentos petroquímicos. Isso está acontecendo no Brasil inteiro. Isso é uma queixa que a gente não faz. E para que isso, talvez, quem sabe, possa ter uma solução, nós teremos que partir para um programa de cursos técnicos em cada região brasileira, para atendimento das vocações regionais. O mal, ao que tudo indica neste País, é que todos queremos ver o monumental que é o País e nos esquecemos de que as soluções monumentais só serão profícuas a partir do momento em que se descer para o singelo e se analisar cada singelo brasileiro, ou seja, cada estado brasileiro, vamos chamar assim, porque tem alguns estados que têm até mais de um singelo, para que nós possamos chegar ao monumental sem as distorções que hoje nós observamos aqui. Não se pode, ainda mais agora com a Nova Constituinte, pensar em se reeditar tudo o que foi feito até hoje. Acho que a Constituinte deverá, nas linhas mestras de um governo federal, descentralizar, porque jamais nós poderemos ter uma lei que reja do Acre ao Rio Grande do Sul, onde as formações étnicas são absolutamente diferentes, as condições sócio-econômicas são completamente diferentes, as condições, as vocações regionais são completamente diferentes. E por que que uma lei é válida em toda a extensão nacional? Só porque se fala o português de Norte a Sul, de Leste a Oeste? Enquanto isto não acontecer, nós estamos fadados, na virada do século, àquilo que é a coisa mais grave, que se chama o alimento, a criação da Belíndia. Uma

Bélgica incrustada na grande Índia circundante. Essa é uma atenção que eu queria chamar aos senhores e pediria para que pessoas que podem colaborar — aqui tem gente que pode dar colaboração muito boa, e que está ouvindo, ouvindo e ouvindo, sem dizer absolutamente nada —, eu pediria que essas pessoas viessem aqui e se manifestassem, como o ex-Presidente da Cosipa.

Nestor de Santos Lima - Membro da OAB de Natal-RN

Surpreendeu-me muito que até agora, nesse cenário prospectivo, pelo qual nós queremos divisar o perfil do Brasil do século XXI, não se tenha ainda cogitado, embora há pouco estivesse dito que há um certo número de medidas a serem tomadas já, eu não tivesse ouvido nenhuma menção sobre a situação da justiça e a situação da justiça no Brasil em face da onda de violência que cobre o território nacional.

Eu falo de uma perspectiva regional. Eu estou em Natal e de Natal a gente observa o cenário nacional melhor. Eu tenho a veleidade de acreditar que, na opinião popular, que eu posso detectar nos meus contactos na terra, nos povos de tradição colonial, como os da América Latina em geral, a justiça e a polícia são instituições ainda coloniais. Basicamente criadas, assim compreende o povo, para defesa dos interesses do colonizador ao qual se assimilou posteriormente o estamento social de alta renda. Daí o conceito popular, baseado em experiências factuais, que eu vejo repetidas em Natal quase todos os dias, de que prisão é reservada a três classes sociais brasileiras. Os pretos, os pobres e as prostitutas. Parece-me que isso não responde à realidade. De outros Estados, não sei. Do meu, sim.

Essa onda de violência dos anos 80, que me preocupa sobremaneira e parece preocupar todos os estados brasileiros, essa onda de violência que se desatou no Brasil após a liberdade de imprensa, porque, na verdade, a situação tradicional em que havia impunidade das classes de alta renda no Brasil era proibida de ser levada ao conhecimento do povo, porque não havia imprensa. Os portugueses eram cuidadosíssimos e não deixavam a imprensa falar.

Posteriormente, nós tivemos vários períodos extremamente restritos na imprensa, porque também não passava essa mensagem para as classes populares. Após o fim da censura de imprensa, agora nos anos 80, aconteceu que todos começaram a ser informados, bem ou mal, agora com 70, com 68 milhões de alfabetizados no Brasil, que são os eleitores da próxima eleição, passaram a ser informados diariamente dos casos que ocorrem no País inteiro, em que membros das classes, dos estamentos mais elevados não sofrem, ou melhor, afetam e gozam de uma impunidade evidente.

Agora se acelerou a informação. Os jornais do Brasil, do Estado de São Paulo, circulam em todos os Estados. Nós sabemos mais sobre

os escândalos da administração do Rio Grande do Norte, pelo «Estado de São Paulo», pelos jornais do Rio, do que pelos jornais locais. Então, nesse caso ... e entrou um complicador adicional para informar a todo mundo do que está se passando; são os meios eletrônicos de informação. Natal era uma pobre cidade — quando eu cheguei — que tinha 1 canal de televisão, agora tem 4. Então nós recebemos informação de tudo. Gerou-se uma sadia competição de quem dá melhor a informação. Não é que os jornalistas tenham nenhum prurido moralista. É que eles querem ganhar para os seus jornais. Eu acho muito justo. O jornal que melhor dá notícias é o melhor que a gente compra. Então, nessa competição, quem ganha é o povo em geral. Os 70 milhões de eleitores estão sabendo que existe uma falência da justiça e da lei no Brasil. E essa falência significa que não há mais como ocultar que, no Brasil de ontem e de hoje, o crime compensa. Não é mais aquela visão clássica do «cowboy». Na verdade o crime compensa. É saber fazê-lo. Dá resultado.

Agora estamos num quadro terminal. Reforma, revolução, terrorismo, para chegar neste espaço de 15 anos a dar uma nova justiça ao povo brasileiro, barata e rápida, confiável. Que não se guarde um homem na cadeia, como se guarda em Natal por 4 anos, sem ser julgado. Depois se joga ele na rua e ele imediatamente assassina duas pessoas. Recentes. Isso é episódio recente. A vítima se chama Bu...

O quadro é terminal. O Niemeyer, o famoso, o grande arquiteto brasileiro que exprimiu plasticamente em Brasília o seu plano de reforma brasileira, não sei se todos notaram, mas como é que fez o Palácio da Justiça? Ele botou jorros de água, está jorrando a água. Daí água a quem tem sede de Justiça. Parece-me essa uma tarefa essencial, prévia ao nosso encontro no século XXI. Eu gostaria de saber da Mesa o que que estamos fazendo já para isto.

Paulo Reynaldo Maia Alves — SUDENE

Nós tivemos aqui a satisfação de ouvir determinadas coisas, como na intervenção o Dr. Luciano Martins, que coloca que a integração social é condição *sine qua non* para uma democracia substantiva. Realmente isto se fará quando houver a participação da sociedade no Governo, quando houver uma participação no planejamento, e para isso será necessário que criemos canais de participação, canais na decisão.

Como o Dr. Wanderley Guilherme falou, a gente tem que buscar formas intermediárias, alternativas de representatividade e essa busca tem que ser, para que isso ocorra e, para que haja a representação, para que haja participação, tem que haver uma descentralização do Estado nos diversos níveis do Governo, desde que seria impossível, com a magnitude do país, com a extensão, com a população, termos uma participação real na hora em que tivermos nos centralizado em

Brasília. Eu acho que o caminho a ser seguido por esta Nova República é o da descentralização da decisão, como também a desconcentração dos recursos, porque não haverá realmente uma decisão se não se têm os recursos para tal. Há um outro problema importante que é exatamente o da transmissão da informação. Para mim é muito difícil conceber, se decidir sem ter a informação. Então, que canais de informação teremos de ter para a população, para chegarmos ao século XXI com a população realmente estando integrada num projeto de construção coletiva de que o Brasil necessita?

Não é difícil eu me apresentar. Aqui todo mundo vê que eu sou padre e me lembro, então, de que eu dizia na Igreja, mãezinha do céu, eu não sei rezar, não sei falar e alguns dos amigos me diziam: mas o senhor tem um sotaque, parece filho de italiano. Eu sou filho de italiano. Então, senhor, onde nasceu? Eu nasci na Itália. Então não é filho de italiano. Onde nasce um filho de italiano? Nasce em São Paulo, em Santa Catarina e nasce no Rio Grande do Sul. Agora também um pouco ao Norte. Mas eu nasci na Itália, eu acho que também os que nascem na Itália são filhos de italianos. E há 31 anos que eu estou no Brasil, apesar de, reconheço, uma vez, falava de um padre provincial, que também era provincial da minha congregação, de Dom Orione, dizia: o senhor é italiano. Eu disse: e o senhor é veneton e também eu sou veneton. A capital do Veneton é Veneza. Mas eu tinha um pensamento muito forte que sempre me atormentou, começou pequeno, e aqui apresentaram grandes problemas e injustos. Mas, eu pensava, aquelas minhas crianças. Eu fiz 18 anos de provincial aqui no Sul, e me disseram, agora vai abrir uma casa, um conjunto para as crianças defeituosas. E foi o que fiz em Cotia, aderindo à providência, eu sou da divina providência, e agora já temos 7 pavilhões com centros de recuperação muito grandes, então pensamos se entre todas estas pessoas admiráveis que devem ser promovidas aqui, não possam entrar, também, aqueles meninos. Eu tenho uma grande felicidade, porque neste mundo alguém me quer bem. E quando vou lá, todos se agarram porque querem falar com o Pe. Patorello. Quer isso, quer aquilo. Então eu pensava, se deveria perguntar, esta manhã, quando ouvia o Ministro que divide o bolo, quanto é a parte do bolo que o Brasil reserva para esta gente. Muitas vezes eu foi enérgico porque disse: vocês dão para os nossos meninos de Belo Horizonte 27 cruzados por mês. Não dá para um picolé, porque uma vez eu, passando, foi comprar um sanduíche e para enganar Funaro e Sayad me fizeram a conta: 7, 8 cruzados. Colocaram o pão, colocaram a manteiga, colocaram o queijo, colocaram separado, também, o presunto, então aquilo deu 7 cruzados e não valia 4. Agora, eu digo se não é possível fazer alguma coisa em São Paulo e pelos nossos meninos também. Quando eu vim ao Brasil não abrimos um pequeno colégio aqui no Brasil porque nós tínhamos a prelácia de Tocantinópolis, da qual faz parte o Bico do Pa-

pagaio que, para nós, naquela época, era confluência daqueles dois rios. Há 31 anos, eu lá, de mula, de cavalo, de canoa, e mais ainda os nossos missionários. Ninguém dizia nada. Depois abriram a estrada. Todo mundo correu para lá. Se um padre pode ouvir um palavrão, eu pude. Antes de ontem, um cretino de um jornalista disse que em Tocantinópolis há 30 padres passivos, quando nossos padres foram lá e quem vai a Catedral encontra 7 túmulos de gente de vinte a quarenta anos. Não havia nada, fizeram a estrada. Não, a estrada não. Fizeram o primeiro hospital em Filadélfia, o segundo hospital-maternidade em Araguaína, abrimos a escola de 2.º grau de Tocantinópolis, em Araguaína, escolas paroquiais, ambulatório, ninguém dizia nada e agora os padres são passivos somente porque não criam problemas para a polícia?

O último pensamento virá na virada do século. A minha idade é secular; quando eu ia à escola, evidentemente perto de Veneza, e a minha professora dizia: a Itália está feita, precisa fazer os italianos. O Brasil ninguém fez, já estava feito, mas agora precisa fazer os brasileiros.

Os senhores... como aquele que ajudou a nossa casa de Siderópolis, quando construímos aquele primeiro seminário... dizem que eu mudo sempre os nomes, mas a pessoa não muda. Então eu agradeço muito. Então é necessário que se façam os brasileiros (eu conheço a República de Platão, conheço a cidade Del Sol, conheço a Utopia de Tomás Morre e não conheço ainda o quarto livro do nosso autor que quer a república universal. Agora, esse conceito não é nem novo, porque monarquia dantes já auspiciava essa utopia universal, mas por enquanto nós estamos satisfeitos no Mercado Comum Europeu e De Gaule dizia: as nações, as pátrias não queriam nem aquilo e se há um mercado comum latino-americano, graças a Deus, estamos já no caminho da cidade universal. Mas aquilo será no ano 4000 quando provavelmente, falando eu aqui, não encontrarei ninguém de vocês).

Vou concluindo. Nós temos malocas, nós temos pajelança, nós temos cortiços, mas a primeira força é a força educacional. Devemos dar coragem para que cada homem se construa. São coisas antigas. Fábio dizia: cada homem é artifice da sua fortuna, exceto esse pobre de que falava eu, aleijados, débeis mentais, porque esse precisa ser carregado e muitas vezes a gente carregou com muita alegria e ele, com o meu carinho, pôde viver. O que o homem, para um crescimento um pouco homogêneo, precisa, como dizia Berçout, falta no mundo a alma. Isto é uma visão, um elo vital, um impulso para que todos possam participar, possam crescer, e quem pode dar 2 dá dois, e quem pode dar 500 dá quinhentos, não há nível mas há esforço comum. Eu posso rezar. O que posso fazer mais? Agora me disseram também, me disseram que sou o

mais jovem provençal das obras do lar, corre para aqui, corre para lá, e temos também aqui o nosso Instituto de Dom Orione. Vamos começar a fazer um novo pavilhão para que aquelas crianças, que dormem num barracão, possam dormir numa casa digna. Mas é pouco, dizem. Mas não vamos fazer aquele pouco? A divina providência não se carrega toda nas cotas dos filhos de D. Orione, nem nas costas dos que estão aqui, mas se todos os brasileiros carregarem uma pedra, em vez de se jogar a pedra um na cabeça do outro, se jogará a pedra uma em cima da outra, nasce a casa e um plano de habitação muito mais barato do que o plano de habitação que está aqui no Brasil. Faço voto, então, que no ano, na virada do século, eu sempre tive a intenção de chegar até 2000. Se não estou aqui do ... quero ver se o Brasil cresceu na unidade, não importa a cor, eu ... uma criança Qual é a cor da pela de Deus? E a cultura é da mesma maneira. O trabalho, da mesma maneira. A cultura não tem nenhuma cor, a cultura é um esforço, a comunicação é uma coisa, o futuro é outra. A cultura é aquele esforço, que impulsiona para a frente um país, de pouca gente, mas que está na dianteira arrancando e arrastando todos os demais, que vendo o esforço dos outros se animam e, um chamando os outros, o Brasil vai ser o maior país do mundo, sabe por quê? Porque tem os homens melhores do mundo, de todos os países, que vieram aqui para trabalhar, não é como aquele da minha terra que eu lhe pedi: Mas você foi à missa hoje? Mas padre, se era para andar na missa, ficava na Itália. Eu vim ao Brasil para trabalhar e fazer dinheiro.

Ronaldo Marzagão - Promotor de Justiça de São Paulo

Tratou-se, nas brilhantes exposições, de uma nova perspectiva, de uma nova ordem institucional e basicamente as palestras referiam-se de forma mais imediata a eventuais transformações do Executivo e do Legislativo. Eu gostaria de fazer uma pergunta a respeito de uma perspectiva futura que envolveria o Judiciário e faria a pergunta diante da colocação do Professor Wanderley, que comentou a imprevisibilidade das mutações sociais, futuras, até em decorrência do desenvolvimento tecnológico espantoso. Dentro deste quadro, qual seria a expectativa da perspectiva de atuação do judiciário ante a possibilidade, pelos termos legais, de não poderem regular em toda a sua inteireza os novos fatos sociais que surgirem em decorrência dessas mutações rapidíssimas?

Nesse contexto, o poder judiciário tenderia a dar uma conotação mais política às suas decisões, embora não político-partidárias, em detrimento de uma postura mais marcadamente técnica como forma de suprir a lei e regular as necessidades sociais emergentes? Essa seria a colocação. Gostaria de saber qual seria a perspectiva de atuação do judiciário diante desse futuro colocado por Vossa Excelência.

Francisco Bandeira Lins — Promotor de Justiça em São Paulo

Quero manifestar, inicialmente, a minha concordância com o professor Wanderley quanto ao repúdio ao voto distrital e à inviabilidade do parlamentarismo. O voto distrital impede a participação das minorias, impelidas, sem alternativa, à ruptura dos quadros legais. O regime parlamentarista traria absoluta instabilidade ao Governo, num País em que as condições econômicas, e principalmente sociais, já são fator de perturbadora instabilidade.

Referiu-se o professor Wanderley, nisso secundando o eminente jornalista Luiz Alberto Bahia, a insuficiência da representação partidária, superada por uma série de movimentos sociais. Indago se essa insuficiência da representação partidária não seria afastada, ao menos em parte, pela permissão da constituição de partidos políticos de âmbito estadual ou mesmo local, com o que se reforçaria o princípio federativo.

Um segundo questionamento diz respeito à aguda e arguta observação do professor Wanderley sobre a persistência do velho corporativismo, que fez com que não só os grupos econômicos mais poderosos se beneficiem continuamente, mas também com que as categorias de trabalhadores mais organizadas consigam uma série de vantagens que não se estendem a toda classe trabalhadora.

A tradicional idéia de que as vanguardas do proletariado carregariam atrás de si toda a classe laboral, nem sempre se tem verificado na prática. Na Belíndia em que vivemos, há o risco de um outro segmento subir a padrões belgas, enquanto o grosso da população se vê condenado a continuar a viver ou a morrer dentro de padrões indianos. Será isso inevitável? Ou haverá meios de impedirmos a concretização deste quadro, e, antes da virada do século, fazermos justiça desde logo aos mais necessitados, permitindo que todos os brasileiros vivam não como belgas, nem como indianos, mas como irmãos que se abraçam e se ajudam mutuamente?

Welbe Oliveira Lima Carvalho — Advogada em Barra do Pirai — RJ

O que eu queria lembrar é que, fazendo uma ligação entre o que disse o representante de Natal, dizendo que os presídios só são ocupados por três classes sociais: pobres, pretos e prostitutas, eu pediria nessa reformulação do Judiciário, e nessa reformulação que a constituinte pretende dar a todas as coisas no nosso País, reformulação também do sistema penitenciário. Porque o que se constata é que vão para as penitenciárias pessoas marginalizadas da sociedade. Então, que se pensasse numa nova estrutura para que esse sistema penitenciário deixasse de ser uma escola de crime e passasse a recuperar as pessoas, ou então que essas pessoas tivessem lá, ao menos lá, uma educação para a sua vida. Que também não se tornassem um peso morto para a sociedade.

Aqueles que vão para lá com requintes de crueldade, de atitudes anti-sociais tão chocantes, que lá tivessem um aprendizado profissional e que, uma vez cumprida a sua pena, fossem recebidos na sociedade, porque, como ele mesmo falou, se eles vão lá por uma situação normal, eles saem dali e vão cometer novos crimes, com mais requintes, como se fossem doutores em crimes. Então, o que nós constatamos é que esse regime penitenciário é uma escola de crime, é uma universidade de alto grau para o crime. Que se desse às penitenciárias, que se gastasse dinheiro para que eles lá tivessem condição de vida humana e que também não fossem pesados ao Estado, que tão logo estivessem aptos a exercer uma profissão, pagassem ao Estado aquilo que eles gastam e se o crime para o qual eles foram condenados foi um crime de lesar algum bem social, que eles repusessem, pelo menos economicamente, monetariamente, aquilo que foi lesado.

Então eu sugiro, é uma sugestão, para que nessa nova constituinte e nas leis que vão regularizar todos esses princípios gerais da constituinte, que se fizesse uma reformulação no sistema penitenciário, que se desse um tratamento mais humano e uma educação, porque às vezes é na penitenciária que eles têm a única oportunidade na vida de receber algo da sociedade. Porque geralmente eles vão para lá porque tiveram pouca ajuda da sociedade. Aqueles que são educados em escolas, que têm uma vida... são mais dificilmente levados ao crime. O crime é uma consequência social da falta de preparo e da falta de preocupação da sociedade com aqueles que estão alijados dela.

Francisco Anselmo — Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul e da Revista Executivo

Queria me dirigir especialmente ao Senhor Ministro José Carlos Moreira Alves.

Em Mato Grosso do Sul, conhecendo o problema da pesca indiscriminada e predatória por parte de empresas frigoríficas, que vendem esse produto fora do Estado, quando ele não representa nem a milésima parte do contexto alimentar do País, quando essas empresas transformam os pescadores em bóias-frias, prejudicando a subsistência das populações ribeirinhas, os órgãos preservacionistas, os órgãos do governo federal, estadual e municipal, sediados em Campo Grande, juntos, decidiram estabelecer uma cota para a retirada desse pescado dos rios, porque nunca houve dinheiro nem a nível federal, nem a nível estadual, para se fazer um levantamento do potencial pesqueiro.

Sentindo-se prejudicados por uma lei estadual, principalmente agora, por falta de carne, os empresários da pesca entraram com um recurso no Supremo, contra esta lei. O Supremo, sem conhecimento do problema, mas dentro da Lei, deu ganho de causa aos frigoríficos de pesca que estavam sendo prejudicados na sua livre iniciativa. E

hoje a situação aterradora está de cortar o coração, sem que ninguém possa fazer nada. Eu pergunto: O que o Governo e a comunidade podem fazer diante de leis dessa natureza?

Marcélia Campos Domingues — Professora e militante negra

Eu vim aqui porque houve uma colocação em que se falou da minoria não representada. Essa minoria não representada eu entendo que seja a maioria, que seria, no caso, a maioria negra não representada no Governo, no poder. Então, eu digo que, historicamente, o negro está marginalizado; quando se fala em criança analfabeta, quando se fala em periferia, quando se fala em marginalidade, quando se fala em menor abandonado, quando se fala em prostituição, se fala, realmente, da sociedade negra. Então, eu venho dizer a esse sistema político o que normalmente vejo — houve uma colocação sobre o problema de o negro enfatizar seus problemas — é claro que eu tenho que vir aqui defendê-lo, porque realmente esse problema não é só do negro. É um problema político do País. E eu gostaria de saber se a nova constituinte tem condições de quebrar este mito de democracia racial não existente.

— Assistente Social da SHIS — BSB

No momento atual, no momento político, um desses candidatos, que se acha auto-suficiente para nos representar na constituinte, enfoca o aspecto da família em suas plataformas. Não será evidente que o estado de violência que estamos sofrendo é uma resposta à ausência da figura materna no lar? Para assegurar o sucesso do tratamento desta marginalidade de que se fala, não seria necessária a preocupação com a presença da mulher no lar como sustentáculo, como base a esta educação que está faltando? Como levar mais conteúdo para uma escola de formação normal, lá fora, quando falta esta educação básica?

Maria Figueiredo dos Reis — Professora da Univ. Fed. do Piauí

Sou preocupada com a educação. E analisando o cartaz: «O Brasil na Virada do Século», a gente percebe que é um livro que se abre. Eu não vejo perspectiva para o Brasil na virada do século, sem que se abra não um livro, mas todos os livros que devem ser abertos. Não vejo nenhuma perspectiva de futuro para um Brasil onde, segundo as palavras do Professor Hélio Jaguaribe, nós somos um gigantesco parque de ignorância. E o professor Jaguaribe propõe, então, que se converta esse País numa grande escola. E é este o meu apelo aqui neste momento, que o País seja convertido numa grande escola.

Professora Cosete Ramos

Gostaria de trazer uma palavra, no final desse encontro, da mulher, da mulher brasileira. Esta mulher saiu de casa não porque dese-

ja, porque a sociedade assim a obrigou. Ela deixou seu lar por contingência, mas seus filhos, seus produtos estão aí. Somos todos nós. Se este mundo é hoje o que é, deve grande parte ao valor das mulheres. A minha preocupação com a mulher, como educadora que sou, é uma preocupação que vai às raízes do problema. A falta da família, a falta da estruturação familiar como a conhecemos antigamente e a mudança na concepção da família, fez com que a mulher se dissociasse um pouco daquelas obrigações fundamentais e aqui está o grande problema acarretado pela falta da mulher, que é o problema que nós educadores ainda não sabemos como trabalhar com ele. A família não transmite mais os valores fundamentais da sociedade. Passou para a escola. Que transferência desastrosa! A escola não tem capacidade de assumir este papel. E nós estamos hoje numa sociedade em que nem a família dá novamente os valores, nem a escola. Quem será o responsável por esta tarefa? Quem serão os homens de amanhã? Quem serão os homens, em termos de valores fundamentais do ser humano? Quem será o responsável por isto? Acho que nós precisamos repensar. E acho que está na hora, no final deste encontro, de deixarmos uma réplica aqui, de deixarmos um desafio para que este seminário Sociedade e Governo tenha um seminário dirigido especificamente à volta da discussão do que é permanente, do que é substantivo, que são os valores que se transmitem ou pela família, ou pela escola, ou pelas instituições religiosas, mas alguém tem que pegar isto como meta e como norma.

Lilian Barreto — Museu da República

Eu gostaria de lembrar, por uma passagem minha num órgão de educação, nessa área que, em termos políticos nós estamos tratando, que nós não pensemos, pelo fato de o analfabeto hoje ter acesso ao voto, que nós cumprimos o nosso papel junto àqueles que são marginalizados da nossa sociedade. É a atenção que eu peço aos senhores.

Ministro Moreira Alves

Alguém mais deseja fazer uso da palavra?

Como nós ainda dispomos de vários minutos, eu consulto, na ordem das exposições, aos expositores. Dr. Luiz Alberto Bahia, quer ter algumas considerações a respeito do que foi dito aqui?

Dr. Luiz Alberto Bahia

Eu tenho a impressão de que, em face, em geral, do que foi dito aqui, o que se salienta é que o debate aqui realizado hoje, ontem, anteontem, contribuiu bastante para elucidar as posições, as visões orientadoras daqueles que pensam já em termos especializados, em termos de construção da própria sociedade futura e daqueles que demandam e exigem a construção de uma sociedade melhor.

A maneira de falar, a maneira de expressar, são diferentes. Cada um expressa a sua forma, mas cada coisa disto aqui tem o seu significado, que precisa ser analisado e, nesse sentido, eu tenho a impressão de que o debate da constituinte, na medida em que for mais prolongado, permitirá que se estabeleça uma linguagem comum entre aqueles que se debruçam sobre o problema constitucional, como o Ministro que nos preside aqui, hoje, e a platéia, a audiência que aqui está nos honrando com a sua presença. Eu comecei a minha exposição manifestando certa preocupação com a delonga, e com o que eu chamei de hiato temporal entre o dia de hoje e o dia em que se chegará a ter uma constituição. E é possível que essa preocupação seja injustificada, é possível que a delonga, que a demora, favoreça a formação de uma consciência constituinte, sem a qual nenhuma constituinte efetivamente poderá escrever uma constituição estável. É evidente que a sociedade aqui representada busca formular, cada pessoa de uma forma específica, única, singular, a sua consciência constituinte. Só agora que isto está se formando. No decorrer da campanha eleitoral e a despeito das dificuldades decorrentes de o debate institucional estar misturado com o debate para a escolha de governantes.

Mas, como eu disse, é possível que a demora, eu repito, é possível porque não tenho certeza, que a demora na redação desta constituição, perfeitamente previsível, se constitua num fator não apenas negativo, mas também positivo, porque irá concorrer para formar uma consciência mais clara, mais nítida, mais precisa, de caráter constitucional.

Ministro Moreira Alves

Eu consulto o Sr. Wanderley Guilherme dos Santos, se gostaria de fazer uso da palavra.

Wanderley Guilherme dos Santos

Primeiro eu gostaria de me dirigir ao Sr. Mazargão, de quem não me recordo bem o nome, em relação às considerações que fez sobre a necessidade de uma reflexão sobre o Poder Judiciário, para que ele viesse de alguma maneira somar-se a essa dinâmica de transformação que a sociedade brasileira está experimentando neste momento.

Certamente este foi um lapso da minha apresentação, por várias razões. Não só por questão de tempo, mas também porque é uma área que escapa à minha competência. Mas, sem dúvida nenhuma, o Judiciário brasileiro pertence a uma tradição extremamente solidária do *status quo*, no sentido de que, pela sua própria estrutura, é e tem sido, ou foi, durante muito tempo, sempre um obstáculo ao reconhecimento do novo, mais do que um agente instituinte do novo, senão da legitimação do novo.

Acredito que os tempos estão mudando. Como provam algumas coisas que ouvi do Juizado de Pequenas Causas, que, de certa maneira, descentraliza, tenta descentralizar o aparato Judiciário, por um lado, e, por outro lado, retira da pauta das instâncias superiores uma série de questões que podem ser decididas mais prontamente e com maior agilidade. E, se não estou enganado, o Juizado de Pequenas Causas considera, contempla a possibilidade, e se não o faz eu acredito que o direito devia contemplar a possibilidade, de que uma terceira parte, reconhecida por duas partes em conflito como juiz, é juiz e que a sua decisão é a decisão legal. Eu não tenho certeza se isto faz parte da estrutura legal do Juizado de Pequenas Causas. Mas, me recordando aqui do meu César de Faria, que li como teórico e político, não como teórico de direito, e me impressionou muito, esse princípio ele lá coloca e sempre me surpreendeu o fato de que alguma coisa tão elementar e de tão bom senso, de tão pronta justiça, não fosse reconhecida e aplicada no mundo inteiro, não apenas no Brasil, mas no mundo inteiro.

A justiça brasileira, o judiciário brasileiro, também está na origem, vários de seus representantes estão na origem da disciplina a que pertencem hoje — pois já pertenci a umas outras anteriormente e espero pertencer a outras para o futuro —, que é a assistência política, na qual temos figuras como Oliveira, como Vitor Nunes Leal e vários outros, San Tiago Dantas, que foram personagens fundamentais para o início da reflexão política mais sistemática, de mais amplo fôlego no Brasil. De modo que eu não estou me referindo aos juristas, mas a um certo espírito de constituição do Judiciário, da estrutura judiciária, quando mencionei o fato de que foram sempre solidários do *status quo*, não por deliberação nem por volição, mas pelo próprio espírito que inspira esta estrutura. Acredito que os ventos da mudança também estão chegando aí e espero que cheguem. E certamente a nova justiça brasileira terá que ser solidária de uma sociedade tão ágil, tão inovadora, tão vertiginosamente em mutação; o que este País fez nos últimos 20 anos, às custas de um preço social elevadíssimo, também não se pode deixar de reconhecer que foi uma transformação cuja escala não tem igual na escala de acumulação capitalista ou socialista, eu digo, a acumulação de capital, de modernização, de industrialização. Não há exemplo mais rápido. O período tomado pelos EUA no seu grande estágio de acumulação inicial, da acumulação selvagem, se se quiser, de capital; a Inglaterra no seu período; a União Soviética no seu período, levaram 30, 40 anos, o que este País fez em 20 anos. Evidentemente que as transformações, os deslocamentos, as modificações de todo tipo, do sistema de valores, em estratificação social, em aspirações, e horizontes de possibilidades, são alguma coisa de que nós ainda não sabemos nem mesmo a extensão.

Sabemos alguns números grossos destas modificações que se processaram numa escala de tempo, a metade do tempo que tomou nos EUA, por exemplo, e na Inglaterra, que levaram 40 anos para consertar o deslocamento de pessoas da área do setor primário, por exemplo, para o setor secundário, para o setor terciário; fizemos em 20 anos. Nisto há um custo social que começa agora a ser contabilizado, mas não é apenas o custo social, é um custo psicológico, é um custo de mudança de perspectiva. Há um curso existencial de concepção de vida. Quer dizer, pensa-se no mundo de amanhã, ao contrário do que a minha geração, a minha adolescência, o meu início de idade madura pensava — que o dia de amanhã seria aproximadamente igual ao dia de hoje. Isto foi inteiramente subvertido. Há uma imponderabilidade no mundo social e isso é sentido por todos. O mundo de amanhã tem amanhã, a semana próxima tem toda a probabilidade de guardar muito pouca semelhança com esta semana e todos sabemos disso. Se, por um lado, isso testemunha, isso indica a velocidade da transformação econômico-social que este País está experimentando, por outro lado, os custos psicológicos, de incerteza, de ansiedade, também são extremamente disseminados, extremamente elevados. E são fenômenos que atingem todos os segmentos da população, que não podem ser mensurados, mas eles são ingredientes constitutivos desta sociedade. É uma sociedade que está se fabricando. Está se fabricando com base no medo, com base na ansiedade, com base no ressentimento, com base na esperança, com base no crédito que começa a dar em relação a diversas instituições que anteriormente não tinham. Então, tudo isto, acredito que está chegando também ao Judiciário e certamente terá que somar-se a esta esteira de modificações que estamos passando.

Portanto, acredito que isto também deverá se passar. Espero que passe. Que, em todo país civilizado, contemporâneo, a figura do juiz, a figura do promotor, a figura da justiça desempenha um papel crucial no ordenamento da sociedade. Quer dizer, se esta instituição não adquirir ou readquirir credibilidade, todas as demais instituições terão seus pés-de-barro, porque não haverá acima delas, não haverá por trás delas nenhuma instância garantidora da sua pureza, ou da reparação, quando elas forem maculadas. E é necessário que isto exista, porque senão estaremos naquela situação em que Locke dizia: «se não podemos nos queixar ao bispo», ele não falava essa expressão, mas essa expressão é popular brasileira e é de muito boa sabedoria, como a gente não pode se queixar ao bispo, a gente se queixa à força. A gente faz justiça pelas próprias mãos.

Muito bem. O substituto do bispo quando todo o mais falha, tem que ser a justiça e há que haver mecanismos, por sua vez, que garantam que a justiça também desempenhe esse papel de garantidor, em última instância, da credibilidade das demais instituições. Acredito que aí chegaremos. Se não chegarmos, todas as transformações serão

precárias. Um vento de populismo de qualquer tipo, de qualquer natureza, ou um espirro de um general um pouco mais mal-humorado numa circunstância que o permita, porá a ruir todo um esforço eventual de 20, 25 anos.

Lembremo-nos de que, em 64, depois de cerca de 20 anos, menos de 20 anos de prática democrática, alguma coisa que nos custou muito a recuperar, a partir de 37, quando recuperamos em 46, recomeçamos o nosso experimento democrático e todos nós estávamos aprendendo, a população estava aprendendo, com menos de 20 anos, em menos de 48 horas e com a maior facilidade, todas aquelas instituições ruíram, e nós tomamos 21 anos para recomeçarmos tudo outra vez.

Por isso que eu falava numa plantinha tenra, a democracia é e sempre será uma plantinha tenra, porque ela é sempre o resultado da ausência do autoritarismo, ela não é alguma coisa que, uma vez enraizada, possamos ficar descansados e dormir tranquilos. Não. É alguma coisa que precisa de atenção permanente, porque a sociedade moderna segrega, naturalmente, os autoritários. O poder é acumulador, o poder tem uma vocação para se auto-acumular, devastadora. Isso ocorre em todos os países do mundo, mesmo naqueles em que a tradição democrática é mais antiga. Então uma coisa de que nós precisamos, agora que reiniciamos esse aprendizado democrático, é estar seguros, é de que não será a constituição apenas, por mais perfeita que saia, caso saia, na próxima constituinte, não será um novo Judiciário apenas, não serão as novas instituições partidárias apenas, terá que ser a atenção e o cuidado vigilante de toda a cidadania para, repetindo, não para obter os mesmos aplausos, para que, dependendo das condições, apenas um espirro de um militar ponha a cair, de novo, todas essas instituições. Por isso acredito que o Judiciário terá que se somar a este esforço.

Mas nesta mesma linha de raciocínio e para estabelecer um debate talvez um pouco mais caloroso com o plenário, eu me referi ao fato de que uma das lógicas e uma das dinâmicas que foram revigoradas, reapareceram no cenário político, com esta transição que iniciamos, foi o reforço do velho cooperativismo. E obtivemos aqui uma série de exemplos e uma série de testemunhos que têm vários aspectos extremamente saudáveis, pelo fato de as pessoas se encontrarem livres e sem medo de focalizarem as suas demandas — como bem disse Luiz Alberto Bahia — houve um diálogo em registros diferentes. Alguns analisando e a platéia fundamentalmente demandando. As demandas foram colocadas, as injustiças foram focalizadas, uma série de questões pertinentes foram sem dúvida levantadas e isso é bom, biblicamente falando, porém existe um outro aspecto, é que para reforçar o ponto a que eu me referia com freqüência, as demandas eram colocadas em termos estritamente de segmentos sociais. Uma espécie de «quero o

meu». Um «quero o meu», numa sociedade contemporânea, se somarmos todos os «quero o meu», se todos forem atendidos, para alguém não haverá. E a verdade é que um dos problemas que afligem o mundo contemporâneo é que cada grupo social funciona como se Rousseau, isto é, aquele que pensa no bem da coletividade, fossem os outros. Eu penso no meu, os outros pensam por todos nós. Agora se todos pensam assim, ninguém pensará por todos nós. Quer dizer, nós estivemos aqui e é justo que cada um fale a respeito de seu segmento, defenda os seus interesses, que são parciais, que são segmentais, mas não é factível, não é viável uma sociedade que supõe que a coletividade é apenas a soma de particularismos. Não o é. Não o é. Ao contrário, as sociedades viáveis são aquelas em que os particularismos só se afirmam tendo de antemão um acordo sobre qual é o limite do geral, que nós não podemos violar. De outro modo, nós certamente vamos estimular, nós vamos alimentar aquele tipo de apetite muito egocêntrico e partilhado, que é uma contrafação do pluralismo. A sociedade brasileira é plural, seguramente. E esta pluralidade tem que se manifestar, sob a forma de agendas próprias, de demandas específicas. Porém é preciso saber que, para além destas demandas específicas, tem que haver o limite do conflito e o limite do conflito é dado por uma identidade nacional, que todos temos que respeitar. De outro modo, o somatório dos «quero o meu» dá em nada para todo mundo.

É a oportunidade do conflito generalizado, o universo robesiano em que alguém fala do papel do leviatã. Como nós sabemos, o leviatã moderno usa farda.

Ministro Moreira Alves

Meus senhores, eu, quando vim a esta sessão, vim para presidi-la e por isto mesmo me impus a autodisciplina de não tomar da palavra. Mas, nestes 10 minutos que faltam para o encerramento, eu não poderia deixar de trazer à consideração dos senhores, que, ao que parece, aqui não há nenhum juiz. Ou há? Não. Certos aspectos que se relacionam à justiça e que, em verdade, traduzem, desculpem-me a força da expressão, uma grande ignorância sobre os problemas da justiça. Qualquer pessoa que examine a problemática da justiça verifica que, em todas as épocas, desde vários séculos antes de Cristo até hoje, a justiça vem sendo criticada por duas falhas capitais que se lhe atribuem. A demora e a carestia. Se os senhores volverem os olhos para o passado vão encontrar Aristófanes, em 426 Antes de Cristo, descrevendo as vespas que são mediatrix da justiça e se os senhores lerem um grosso volume publicado nos Estados Unidos da América do Norte, em 1975, pela Universidade de Nova Iorque, os senhores vão encontrar lá, também, um longo artigo sobre esses dois pecados que se atribuem à justiça e são denominados pelo articulista, que, aliás, é um juiz — o Presidente da Corte de Apelação de Nova Iorque —, como os dois demô-

nios da justiça, os dois pecados capitais que se atribuem à justiça. E o que é mais grave é que, apesar de há alguns milênios já se saber quais são esses chamados pecados capitais da justiça, até hoje em nenhum país do mundo se encontrou uma solução realmente válida para solvê-los.

E mais ainda, todas as soluções que se apontam hoje, como se fossem altamente inovadoras, são antigüíssimas. Os antigos até, e eu aqui fiquei muito satisfeito, quando verifiquei que na quase virada do século, nem o latim foi esquecido, foram muito mais ciosos em solver os problemas da justiça, chegando mesmo a escrever longos tratados, como nós encontramos pelo correr do Século XVII e Século XVIII, com soluções que são exatamente as que ainda hoje se apresentam. E porque a justiça até hoje é criticada por esses dois aspectos? Por várias razões e eu, evidentemente, no pouco tempo que tenho ao encerrar esta sessão, não poderei examiná-las todas, mas pelo menos chamarei a atenção para alguns desses problemas.

Os senhores não se esqueçam de que a justiça tem como matéria-prima o conflito e o conflito gera sempre um inconformismo de quem perde. Quem perde sempre alega que a justiça agiu mal, que a justiça demorou e julgou contra ele, que ele teve os seus direitos violados. Quem perde, enfim, jamais se conforma. Nenhum de nós se lembra de que, quando se joga a nossa vida, a nossa liberdade, o nosso patrimônio diante de um juiz, ninguém se lembra de que quanto mais recurso houver, mais demora e conseqüentemente mais carestia, porque alguém paga por isso, ou os senhores pensam que toda essa máquina, todo esse revolver de esforços, é rigorosamente gratuito? Mas ninguém, ninguém quando perde, se lembra de que se deve conformar com a sua derrota e, ainda que se julgue injustiçado por vezes, deve pensar que a justiça humana é falha e ninguém pode afirmar que, quando julga um recurso, um tribunal superior faz muito mais justiça do que fez um tribunal inferior. E o que acontece então? Acontece que à justiça se assaca uma série de críticas, que deveriam também ser levadas em conta, ou ser assacadas, primeiro, contra a própria mentalidade de todos nós. Qual de nós que, quando perde, não quer recorrer, ainda que muitas vezes saiba que não há praticamente possibilidade alguma de seu recurso vir a ser provido, vir a ser vitorioso? Pensemos no Juizado de Pequenas Causas, e aí está a lei do Juizado de Pequenas Causas, que é um juizado que deveria ser rápido, um juizado que deveria ser eficiente pela sua rapidez, porque se tratam de causas não apenas de pequeno valor, valor material, valor pecuniário, mas também de questões que não de valores importantes. O que faz a legislação que implanta este Juizado de Pequenas Causas? Admite que com o bater de um martelo o juiz resolva a questão? Não. Vem a lei que estabelece, primeiro, uma audiência de conciliação. Todos nós sabemos que raramente essas audiências de conciliação chegam a bom termo. Depois,

uma audiência diante do juiz; depois uma decisão do juiz. Até aí sem advogado, sem arrazoados, sem escritos, mas em seguida, para atender esta mentalidade que é a nossa, da qual nenhum de nós se despe, principalmente quando perde, vem a lei e estabelece que há necessidade de um segundo grau de jurisdição, com advogado, com razões escritas, com um verdadeiro minicódigo de processo, que é estabelecido em vários dos artigos desta lei, inclusive com a reunião de três juizes de pequenas causas para rejuizarem aquelas questões. E depois de tudo isto se diz: a justiça é a culpada. Por que? Porque a justiça demora; mas ninguém diz que a mentalidade é culpada, que o legislador é que estabeleceu isto. Por outro lado, é preciso que se leve em conta que se imputam à justiça vários defeitos que não são dela. Quando a parte perde porque o seu advogado agiu incorretamente ou erroneamente o defendeu, muitas vezes não diz que foi o advogado, diz que foi o juiz, porque o juiz tem o dever de corrigir as falhas do advogado. Muitas vezes não sabe que o juiz não pode colocar-se no lugar da parte, porque tem que ser imparcial. Se uma parte for mal defendida, se ele puder corrigir o erro ele corrige, mas muitas vezes isto é impossível, porque sabem os senhores que a justiça não se automovimenta, a justiça só se movimenta por provocação. Aqui se disse que a justiça é culpada da violência, mas muita gente se esquece de que a justiça só pode punir a violência quando ela é provocada pelo Ministério Público. Se não for provocada pelo Ministério Público, o juiz não pode ser o promotor e o juiz ao mesmo tempo.

Aqui se salientou que, muitas vezes, a justiça julga mal porque não leva em consideração os fatores, as circunstâncias, os fatos que ocorrem, mas se esquece de que, muitas vezes, o problema não depende da justiça. O problema depende, muitas vezes, da legislação que existe. Eu pergunto aos senhores: o que os senhores preferem? E acho até curioso, todos nós falamos em democracia, mas muito de nós temos quase que terror, pânico a cumprimento de lei. O que se prefere? Um juiz que cumpra a lei, se a lei for ruim, ou que modifique essa lei? Um bom juiz, que numa manhã poderia amanhecer de mau humor e resolver, então, a critério seu, por critério de justiça própria, achar que é mais justo o que ele pensa do que aquilo que o legislador pensou, porque afinal de contas, é o representante do povo, o que preferem, o que preferem todos? Que um juiz extraia a justiça de si mesmo (e quem aja antes de saber qual o juiz que vai julgá-lo tenha de adivinhar o que deva fazer) ou se comporte como a lei (para, no momento em que o juiz aplicar a lei, não vir a sacar contra ele, e porque ele aplicou a lei, a lei é injusta e portanto ele também é injusto). A pior das atitudes de um juiz é deixar de cumprir a lei, porque a lei, se é injusta, é possível corrigi-la para que ela venha a ser justa, mas se se der poder ao juiz de julgar de acordo com aquilo que ele acha justo e que ninguém, de antemão sabe o que realmente é, aí sim, aí nós ge-

ramos a absoluta incerteza. E é justamente por isso, porque os juristas se preocupam com a segurança de todos nós, porque os juristas existem e que se sabe de antemão o que são, é que os juristas geralmente são chamados de um qualificativo que hoje se apresenta quase como um impropério, são uns conservadores.

Meus senhores, está encerrada a sessão, exatamente às cinco horas e trinta minutos.

O Encontro continuará agora com a avaliação de todos os trabalhos.

Eu apenas me escuso aos senhores de não poder permanecer aqui, perante os senhores, de não poder permanecer aqui, porque dentro de 15 a 20 minutos eu terei que presidir a uma sessão do Tribunal, da qual sou o Relator dos casos que serão julgados, e, conseqüentemente, não poderei ter substituto. De modo que os senhores imputem a minha ausência justamente a isso, ao cumprimento do dever de um juiz que procura aplicar justiça ao seu País.

AVALIAÇÃO

Apresentador (Dolabella)

Sob a presidência do Senador José Fragelli, Presidente do Congresso Nacional, terá início, neste momento, a sessão de avaliação.

Tomam parte da Mesa o Embaixador Marcos Azambuja, Embaixador Sérgio Paulo Rouanet, Professor Hélio Jaguaribe, Padre Feliciano Bastos D'Ávila, Professor Wanderley Guilherme dos Santos, Professor Márcio Tavares D'Amaral e o Ministro Moscardo de Souza.

Senador José Fragelli

Senhores membros da Mesa, participantes do encontro, minhas senhoras e meus senhores.

O patrocínio deste Encontro pelo Governo do Presidente José Sarney, através dos órgãos de assessoramento de seu Gabinete, contém uma revelação que julgo fundamental à decifração dos objetivos do poder público, na experiência fundada na Nova República.

Busca-se colocar um foco de luz sobre as candentes questões nacionais e pelo debate livre, espontâneo e aberto, vincular suas respectivas soluções a linhas de interesses majoritários da sociedade civil.

Trata-se, a meu ver, de um exercício dialético, destinado a desenhá-lo, na sua retórica e no conteúdo, as políticas de Governo capazes de proporcionar um grau superior de identificação das ações oficiais com as necessidades, as aspirações do povo. Se possível, erguer-se uma síntese sobre o debate em torno do Governo e sociedade. Titulação abrangente de todos os problemas relativos à legitimidade e autenticidade do poder, eu diria que essa iniciativa visa a abrir os caminhos para uma democracia consensual no Brasil. E quando me refiro à expressão consensual, quero reportar-me à tradição avalizada pela ciên-

cia política, segundo a qual, em primeiro lugar, o governo deve ser a expressão dos partidos que o apóiam e o braço executivo dos interesses da maioria.

Uma democracia consensual avançaria sobre estes conceitos para firmar o pressuposto de que a obrigação do poder político é agir e reagir segundo a vontade da cidadania, que deve ser intuída através dos processos participativos. Mas o ideal de uma convergência irrestrita entre as políticas de governo e as aspirações sociais é quase uma utopia, tanto são os complicadores de ordem factual e política que interferem no relacionamento governo-sociedade. No Brasil, um país ainda problematizado por dramáticos indicadores sociais e pelo encurtamento dos seus recursos em relação à grandiosidade dos problemas, esse ideal deve, apesar de tudo, constituir o objetivo nuclear do poder político. Sem as utopias o mundo jamais teria escapado à barbárie e o homem nunca teria chegado a vivenciar as virtudes do regime das franquias democráticas.

As teses debatidas neste conclave, por se filiarem aos conceitos políticos de governo e sociedade, com toda certeza refletiram essa angustiante e desafiadora questão. Com efeito, Franz Neumann, em seu magnífico ensaio sobre o estado democrático e o estado autoritário, ensina que o problema da democracia moderna é muito menos o manejo do poder político que a sua utilização racional e permissão que a massa participe efetivamente do seu exercício. Assim também raciocina Maurice Duverger, nos estudos que realizou sobre o funcionamento dos partidos políticos e sobre o poder político.

Nas democracias modernas os partidos políticos já não detêm o monopólio da representação política, embora perdurem como os principais canais institucionais de captação da vontade popular.

As complexas relações, engendradas pela vida contemporânea, onde despontam os valores criados por fenômenos imprevistos como as mudanças estruturais promovidas pela tecnologia, ensaiam o aparecimento de instituições subsidiárias de representatividade. São as entidades classistas, as instituições de organização de opinião pública, os núcleos de defesa de determinados interesses, as associações para tutela de direitos individuais e sociais, enfim, uma miríade de formas organizativas de anseios públicos. Poderíamos acrescentar, também, de interesses públicos.

É com essa nova realidade que as democracias contemporâneas estão convidadas a conviver e assimilar na propositura de suas ações, no que concerne à abertura do poder político para a participação da sociedade. É preciso, contudo, entender que a democracia não é um valor político acabado. Como forma dinâmica, afluyente e solidária de gerenciar o poder político, está em permanente evolução e sujeita ao exercício crítico dos segmentos sociais que a acolhem e a sustentam.

A meu ver, a realização deste Encontro é a confirmação deste pressuposto. Se assim é, as propostas modernizadoras da Nova República necessitam escorar-se no mais amplo apoio popular, a exemplo do plano de estabilização econômica. E então, debates como os que aqui ocorreram são indispensáveis para identificar os instrumentos adequados à integração do Governo e da sociedade, em partilha justa de responsabilidade na gestão do poder político e na direção do Estado.

Do ponto-de-vista prático, a criação desses instrumentos é de importância vital para as transformações estruturais da sociedade brasileira e para dinamizar, em favor dos estratos sociais marginalizados, as possibilidades do desenvolvimento econômico e as variáveis ilimitadas dos avanços da técnica.

Repito, com o Presidente Sarney, que a sociedade brasileira só gozará de níveis adequados de sobrevivência, se até a virada do século equiparar-se em renda média às populações do sul da Europa. É uma meta síntese que enlaça em sua generosidade os anseios mais sentidos da coletividade nacional, manifestados ao curso do formidável movimento civilista que inspirou o nascimento da Nova República.

A importância do debate aqui realizado também se expressa pela contribuição que pode oferecer à definição da competência dos diversos níveis de Governo — União, Estados e Municípios. No ordenamento constitucional a ser elaborado pela Assembléia Nacional Constituinte, a distribuição racional dessas competências é obviamente uma outra forma de viabilizar os mecanismos participativos na administração do poder, que se poderá alcançar pelo fortalecimento da solidariedade federativa e pela definição das autonomias da União e dos estados-membros, na realização desses fraternos objetivos, de conciliação entre governo e sociedade, pelo uso de mecanismos institucionais capazes de identificar a ação do governo com os desejos e as necessidades da coletividade. Caberá ao legislador constituinte uma função crítica e fundamental. É que a futura Constituição, a ser elaborada sob os auspícios dos poderes constituintes originários, isto é, sob a égide de uma delegação expressa da soberania nacional, só será consistente e duradoura na medida em que agasalhar o consenso médio das aspirações sociais e filiar-se à índole apaziguadora e democrática do povo brasileiro.

Ministro J. J. Moscardo de Souza:

Meus senhores e minhas senhoras,

Antes de iniciar o processo de avaliação, eu desejaria agradecer ao Presidente José Fragelli por ter participado deste Encontro. Encontro sem precedentes. Aqui nós tivemos o Presidente do Supremo Tribunal Federal, aqui nós estamos agora com o Presidente do Congresso Nacional, tivemos o Presidente da República, os Três Poderes, e não só numa sessão de cerimonial, tivemos os Presidentes duas vezes. Vie-

ram aqui, na parte cerimonial de abertura, e voltaram aqui com uma mensagem substancial para os senhores e senhoras, com a responsabilidade de representar a sociedade brasileira.

É um encontro sem precedentes no Brasil e creio que não vejo exemplo em outro país, em que se faça uma audiência pública desta natureza. É uma manifestação de fé na sociedade. É uma manifestação de crença no brasileiro, que não é só realidade física do Brasil. Construir materialmente o País é muito fácil. Construir uma hidrelétrica é muito fácil. Construir uma estrada é muito fácil. Construir instituições é que é a grande tarefa. Construir o Brasil do ponto-de-vista cívico, do ponto-de-vista moral, é muito difícil, de modo que fica aqui este precedente e essa conclamação de toda a sociedade brasileira. O agradecimento pelo ato de confiança, também, que a sociedade deu ao Governo, ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário, comparecendo e participando ativamente deste Encontro.

Eu agradeço também a participação extraordinária da inteligência brasileira. Aqui compareceram os grandes expoentes da inteligência brasileira, da academia brasileira, que enriqueceram extraordinariamente este Encontro. Enriqueceram, tratando inclusive a cidadania sem indulgência, com o brilho do seu saber. Aqui foi um encontro do saber, da academia brasileira e suas grandes expressões, do fazer, da parte governamental, que está aqui expressa, e do viver, que é a sociedade.

Tivemos aqui desde os depoimentos mais humildes aos de mais refinado nível acadêmico. De modo que fica um grande agradecimento. Nós queríamos abrir uma janela e parece que estamos abrindo uma porta.

Senador José Fragelli:

Concedo a palavra ao eminente Embaixador Marcos Azambuja.

Marcos Azambuja:

Muito obrigado, senhor Presidente.

Eu creio que os conceitos de caráter geral da avaliação já foram expressos, com extraordinária eloquência, pelo Jerônimo Moscardo e nada teria a acrescentar ao que ele já disse.

Seria mais útil se eu me limitasse, neste exercício de avaliação, essencialmente, àquela parte deste Encontro que se dedicou ao cenário internacional, que é aquilo sobre o que eu posso falar com mais experiência e com algum conhecimento.

Eu creio que, de todos esses exercícios prospectivos, é aquele em que nós nos devemos aventurar de maneira mais cuidadosa. No que é nacional, no que é de nossa jurisdição interna, de alguma maneira, nós nos acreditamos com poder de decidir, com capacidade de fazer os

acontecimentos, com certo controle das situações. Na parte internacional, evidentemente, nem a visão mais entusiasta do poder brasileiro e dos seus excedentes de uso externo nos levaria a crer que nós possamos, de fato, desenhar um futuro, ou desenhar uma vida internacional que atenda inteiramente as nossas expectativas. Em suma, na parte internacional, o papel do Brasil, dos brasileiros, de formarem um cenário, uma realidade, é claramente menor, de modo que o exercício fica mais cuidadoso, mais cauteloso, e, talvez, isso até seja bom, sermos marcados por uma modéstia adicional.

Eu creio que, nesta avaliação, não conviria resumir o que disseram os expositores. O Celso Lafer, o Rubens Ricupero, o Paulo Tarso Flexa de Lima disseram palavras que ficarão registradas no documento final e eu creio que eles foram sintéticos, eles foram, como sempre, relevantes. Esta avaliação não implica uma duplicação. Eu acho que é útil talvez fazê-la, mas isso eu faço com muita cautela, com muita hesitação, mas é a minha função hoje aqui, é transmitir algumas impressões que me ficaram. Eu não tive ainda tempo para que o que eu ouvi e o que eu li se decantasse de uma forma mais estável. Ainda é um impressionismo: a impressão que me ficou do que eu ouvi aqui, de qual seria, no juízo dos participantes, expositores e debatedores, a inserção do Brasil na virada do século.

A primeira impressão que me ficou é de que geralmente os que falaram transmitiram uma idéia de uma vida internacional relativamente estática. Eu não ouvi qualquer comentário que fizesse crer que nós esperamos até o fim do século uma modificação violenta, abrupta, da equação central do poder. Em suma, presume-se que as duas superpotências continuem a ser as duas superpotências. Eu creio que embora não houvesse complacência nisto, não se tratou com uma idéia de urgência cenários de ruptura catastrófica. Quer dizer, não houve referências à iminência de guerras nucleares. Admitiu-se um certo *status quo*, uma certa continuação das tensões, um prolongamento do que agora é, com certas alterações. Não se admitiu também o surgimento no cenário mundial de novas grandes potências desafiantes. Em suma, não há a instabilidade, que adviria de um novo grande país que viesse desafiar as posições centrais de poder.

De modo que o cenário parece, por tudo que eu ouvi, prever uma certa estabilidade, uma certa previsibilidade do comportamento dos principais agentes internacionais. Contrastando — e foi de novo a minha impressão — com essa relativa estabilidade da vida internacional, os participantes pareceram me transmitir uma certa confiança num dinamismo adicional do papel do Brasil. Todos indicavam acreditar que, até o fim do século, o Brasil não guardaria a sua atual posição relativa, mas ascenderia alguns degraus na hierarquia do poder internacional, como ele é quantificado habitualmente em expressões de

produto nacional. A visão pareceria ser a de elevar o Brasil até o fim do século, de uma posição de 8ª economia de mercado, talvez a uma 5ª posição nesta mesma escala.

Mas este prognóstico não vinha acompanhado de nenhuma visão especial de que a esse acréscimo de poder brasileiro devesse corresponder uma nova missão do Brasil. Não foi expressa a idéia de que com o seu novo poder o Brasil teria uma nova função ou uma nova missão ou um novo papel a desempenhar. Havia a idéia apenas de que o Brasil, com essa elevação de «ranking» teria condições mais positivas para obter vantagens naquelas disputas comerciais, financeiras e tecnológicas, que nós consideramos o cenário mais provável para as nossas disputas de poder, até o fim do século. Em suma, o eventual poder adicional do Brasil se transformaria essencialmente em melhores condições de barganha, não num papel diferente essencialmente do que nós vínhamos desempenhando, até agora.

Eu creio que ficou claro para quem ouviu o debate, de uma maneira ou de outra, a identificação de que estamos em uma fase de transição do Brasil, de um *status* para outro. O que se poderia chamar de processo de graduação. A idéia central é a de que o Brasil não se gradua por si só, mas é graduado pelos outros. De certa maneira, não é o nosso desejo de perdurar numa certa posição, não é nossa fidelidade a um certo discurso político diplomático que prevalecerá; a rigor nós seremos movidos por impulsos de outros. Em suma o Brasil, a palavra não é a mais feliz, mas é de uso mais corrente, se graduará simultaneamente pela atração dos mais ricos e pela expulsão dos mais pobres. De alguma maneira, ele se moveria não tanto por um desígnio próprio, um desejo de prestígio, por vaidades nacionais, mas porque os outros nos veriam de maneira diferente e isso teria toda uma série de efeitos. Então é possível que o Brasil, até o fim do século, seja atraído para os órgãos de negociação coletiva das potências industrializadas, com alguma forma de inserção que é difícil de imaginar agora, e sobretudo tenha diminuída a capacidade de liderança do Terceiro Mundo, onde os nossos problemas crescentemente não são os problemas da atualidade da grande maioria desses países.

Eu fiquei também com a impressão, e a palavra impressão será reiterada por mim, porque é a rigor o que eu quero transmitir, de que há um desejo generalizado de que a política externa brasileira guarde o mínimo de consensualidade, de que ela tenha uma aceitabilidade geral. Essa idéia básica de consenso de política externa, de que ela repita, não a cada momento, em cada instância, em cada foro, o desejo de cada um de nós, a indignação ou a expectativa de cada um de nós, mas que ela guarde um mínimo de aceitabilidade geral, para que não haja rupturas irremediáveis internas. Isso ficou muito claro, mas também ficou claro que essa idéia de consenso não deve mascarar uma

homogeneidade tão grande que não estimule o debate, a revisão, novas abordagens. Em suma, é um consenso que não é uma camuflagem para a inércia, mas é uma base razoável para a perseguição de uma atualização consentida provocada por novos estímulos e novas circunstâncias.

Eu creio que outra idéia que aflorou com naturalidade foi a de que a política externa deixaria de ser crescentemente uma reserva de mercado, de um ministério, de uma diplomacia, que se vê como profissional e como competente, para ser o objeto de uma reflexão nacional mais ampla. Em suma, é o fim do ciclo de uma política praticada exclusivamente pelo Itamaraty para ser uma política externa expressa pelo Itamaraty. De modo que haveria aí um somatório de novas forças que viria dar a esta política fatores adicionais de legitimidade, de criatividade, de capacidade de renovação.

O que é curioso para mim é que essa idéia que sempre temi que o Itamaraty recebesse com reservas, ele a recebe, eu creio que com prazer. Ele não se está sentido diminuído — e isso é uma feliz circunstância — mas acrescido. De modo que eu creio que esta é outra idéia que prevalecerá nos próximos anos: a de política externa, com ampla participação da academia, do mundo empresarial, da sociedade como um todo, respondendo a toda uma série de impulsos da Nação.

Eu creio que ficou clara também, em determinados modelos que o Celso Lafer levantou, a nossa preferência histórica e permanente pelas formas de cooperação em contraposição às formas de enfrentamento. A idéia sempre é que nós não temos no nosso horizonte, qualquer problema para o qual não vejamos na cooperação, na negociação a melhor via. Portanto, para o Brasil não há problemas intratáveis, não há desavenças inconciliáveis. O Brasil continua a achar, e creio que até o ano 2000 e, se Deus quiser, além disso, que na negociação encontrará a resposta e o atendimento às suas preocupações principais. Não há cenário algum que eu pudesse detectar em que o enfrentamento com vizinhos e parceiros nos parecesse a melhor forma de atender a um interesse nacional significativo.

Eu creio que ficou também claríssima, e para mim isso foi muito perceptível, uma grande busca até o ano 2000 de um maior acesso para o Brasil. Um acesso maior a mercados. Um acesso maior a ciência e tecnologia. Um acesso maior aos centros decisórios de poder internacional. Talvez uma das idéias-chave que eu retiro da reunião de hoje, dentro do cenário internacional, foi esta preocupação com o acesso.

Notei também um certo ceticismo com a possibilidade de que algum dos grandes problemas do mundo de hoje pudesse ser solucionado. Eu faria, creio, uma exceção. Para a questão do «apartheid», há claramente o sentimento de que o racismo institucional da África do

Sul começa a acabar. A esperança, acho que é generalizada, de que ele acabe antes do ano 2000, mas certamente se sente nisso uma atividade positiva. Há movimento e movimento significativo e movimento positivo. Nos outros grandes conflitos, eu não quero dizer que eu tenha detectado uma posição pessimista, niilista, mas um certo desalento. A idéia de que pela sua complexidade, pela interveniência de muitas forças, pelas rivalidades de Leste-Oeste, em suma, pelas armadilhas da história, pelos problemas de cultura e religião, é difícil encontrar para eles nesses 13/14 anos que nos separam do século XXI, a fórmula certa. Então, dos grandes problemas internacionais, das grandes questões, apenas no «apartheid» eu identifiquei este elemento vigoroso de expectativa positiva.

Outra coisa que ficou claro para mim, não tanto por críticas feitas, mas por omissão, foi o descrédito, a falta de confiança no multilateralismo: a pouca esperança que nós depositamos hoje nas grandes organizações parlamentares mundiais. Em suma, houve menção pró-forma, houve referência amável, mas não havia uma carga de convencimento de que o Brasil de hoje acredita que através da negociação multilateral a nível universal se encontrem caminhos. Não houve também uma grande ênfase na preferência bilateral, mas era claro que se dizia que o Brasil se vê um agente mais eficaz no diálogo país a país do que como um influente agente no processo internacional parlamentar. Em suma, há certa dissipação se não o esgotamento do que se chamava antigamente o «espírito de São Francisco», que se debilitou com os sucessivos choques de petróleo.

Eu creio que houve também uma outra nota pessimista e esta muito acentuada — nossa descrença nos próximos anos em ver o *status*, a situação dos mais de 100 países de menor desenvolvimento relativo significativamente alterado. Houve, aqui e acolá, uma expressão de que através da cooperação, através de uma nova política agrícola, através deste ou daquele remédio, a coisa melhoraria, mas ficou-me a impressão de uma certa perda de convicção de que, nos próximos anos, esses países de menor desenvolvimento relativo tenham o tipo de desenvolvimento ou de criatividade que a sua independência nos anos 60 criou em todos nós.

Ficou em suma a seguinte impressão: de que nós temos um quadro internacional relativamente estático, relativamente rígido, mas que comporta um espaço razoável para que o Brasil suba alguns degraus na hierarquia internacional, sem que isso seja uma coisa grande e eloqüente ou triunfalista. A idéia é de que há algum espaço. Sempre — e todavia — na dependência de que a negociação de longo prazo da dívida internacional permita que a vitalidade nacional, a capacidade

de criação e produção nacional não fiquem atrofiadas de tal maneira, nos próximos anos, que o prazo de 14 anos não dê para que se faça isso. Quer dizer, a dívida externa é claramente, para mim, a grande condicionante, a grande limitação para essa capacidade do Brasil de agir, primeiro, por criação interna e depois por expressão internacional de uma maneira mais decisiva. Eu creio que não parece haver no Brasil de hoje, e é curioso como isso contrasta com o sentimento europeu, aquela inquietação diante dos grandes problemas de desarmamento e de sofisticação de sistemas e métodos de guerra nuclear e de guerra espacial. Houve por certo um registro desses temores, mas eu não senti atrás do registro a emoção que nos países industrializados acompanha essa percepção. Eu creio que dos 4 cenários, foi onde eu senti menos esperança, menos otimismo, foi nesse internacional. Talvez porque nele o Brasil se veja menos como o senhor dos seus próprios impulsos, menos capaz de se afirmar. Nos outros, em que ele vive este momento extraordinário de autoconfiança, de renovada fé em si mesmo, era mais fácil afirmar. No internacional, os nossos objetivos parecem sensatos, sim, realistas, sim, mas claramente mais limitados. Não há uma grande visão brasileira, e eu posso estar sendo injusto ao dizer isto, projetada para fora. É como se no momento, e eu creio até o ano 2000, o nosso próprio umbigo, o nosso próprio aperfeiçoamento fossem as grandes prioridades nacionais. Eu estou sendo um pouco mais categórico em linguagem, mas creio que transmito esse tipo de diferença entre o que eu senti como um entusiasmo, na parte interna, e essa seriedade cuidadosa na parte internacional, o que talvez seja defeito dos participantes do cenário internacional, treinados para só frear e conter as expectativas excessivas.

Ao fazer tudo isto, apesar de ter guardado um caráter impressionista, senhor Presidente, eu fui temerário. Eu tive um velho embaixador que me recomendava ser mais meteorológico do que futuroológico nas minhas previsões. Ele achava que a boa diplomacia devia ter os prazos e os «cavets» da meteorologia e não se aventurar além de uma frente que se via imediatamente no horizonte. Mas este exercício convidava e impelia, evidentemente, a um universo mais amplo e eu não me furtei, evidentemente, ao prazer e ao dever do exercício. Mas certamente eu o faço com todas as cautelas, com todas as desconfianças. Eu creio que é White Head quem disse: o negócio do futuro é ser perigoso. De modo que eu creio que o futuro mais uma vez não falhará nessa expectativa, nessa constante de que nele há o desafio, há a oportunidade, *nele há o perigo*.

Senador José Fragelli:

Concedo a palavra ao ilustre professor Márcio Tavares D'Amaral.

Márcio Tavares D'Amaral:

Eu vou, muito rapidamente, muito sumariamente, tentar traçar alguns pontos de concordância no cenário cultural e, de certa forma, discordar do Embaixador Marcos Azambuja, afirmando que, também no cenário cultural, predominou um certo pessimismo que, certamente, não se encontrou no cenário econômico, mas foi-se reencontrar sintomaticamente no cenário social, tão logo ele se produziu, porque afinal de contas era da mesma coisa que se falava. Quando, numa segunda intervenção no cenário cultural, eu disse que não me preocupava essencialmente o uso dos meios de comunicação de massa pelo seu efeito possivelmente perverso, de massificação, não me importava isso do ponto-de-vista estritamente sociológico, como categoria sociológica, como problema do pensamento, mas me preocupava isto por causa da pobreza, porque, com o nível de desenvolvimento social do País, a utilização urbana dos meios de comunicação de massa, multiplicada pelo baixo nível de desenvolvimento social, para dizer o menos, pela marginalização de fortíssimos contingentes da população brasileira, poderia produzir um efeito danoso de acentuar essa marginalização e criar um fosso ou aprofundar o que já existe, e que ninguém deseja ver alargado, entre as elites modernizadoras e a grande massa do povo posta à margem do processo de desenvolvimento social e posta à margem exatamente pela perda da sua capacidade de falar. E, afinal, é disso que se trata, quando se trata da cultura e quando se descreve o cenário cultural.

O que nós quisemos, todos os participantes do cenário cultural, e estou seguro, aqueles que trouxeram aqui a sua intervenção e o seu depoimento, muitas vezes contundente, apaixonado e emocionante, todos nós, o que quisemos foi prestar um ouvido atento a esse fato de que, quando se trata da cultura, se está, na verdade, perguntando sobre as condições de possibilidade da fala nacional. Quando nós verificamos que o País fala de maneiras diferentes e que há pelo menos uma dessas falas que nós identificamos com a cultura popular, com as manifestações populares, simbólicas, do fazer, do ser e do pensar do povo, quando nós pensamos que esta maneira de falar começa, talvez, a não poder mais ser escutada, pelo efeito, evidentemente não desejado e tipicamente perverso, de um processo de desenvolvimento necessário que encontra na instância econômica o seu esteio fundamental mas que, se não complementado com a ampla incorporação dessas massas desprovidas a esse mesmo processo, gerará como um efeito, insisto, perverso, o silenciar de uma parcela da população, tão mais gravemente silenciada quando ela é, possivelmente, a maioria da população, aquela que, reduzida a consumir os produtos culturais produzidos e manejados pela indústria cultural, começa a se esquecer de que a sua própria maneira de existência, as formas às vezes trans-

versais, às vezes esquivas, às vezes subversivas, de se manter na existência, são também produção cultural, são também cultura.

Quando o povo começar a perder a memória dessa sua capacidade de tomar a iniciativa da sobrevivência no plano cultural, a confundir, na sua vida, o ato cultural com o gesto de produção e reprodução das condições sociais de existência, neste momento nós teremos aquilo que, em diversas manifestações, aqui foi identificado como a tonalidade cinzenta da massa, que é exatamente o que, pelo resgate social, nós gostaríamos de evitar.

De modo que, se se cruzarem tendências pesadas no cenário cultural brasileiro, com tendências pesadas no desenvolvimento econômico, tendências fortemente urbanizadoras, concentradoras nas cidades, fortemente geradoras de consumo, o que significa, em termos culturais de hábitos de consumo, da expectativa de consumir, que é uma expectativa cultural diferente daquela posta nas condições de existência e subsistência do que nós costumamos chamar «cultura popular», quando se cruzam essas duas tendências pesadas com a realidade angustiante da marginalização social, o cenário cultural que se pinta para a virada do século é de preocupar. É de preocupar porque, eu, particularmente, mas penso que este foi também o sentido de todas as manifestações que se produziram no plenário, a partir do plenário, nós pensamos que a experiência deste País será interessante, se manterá interessante se, e somente se conseguir manter e ampliar o pluralismo cultural e étnico de que até aqui, muito precariamente, se tem beneficiado, e a tendência à massificação seria a tendência contrária a essa diversidade e pluralidade, seria a tendência à uniformização e à mesmice, seja por via da importação de modelos estrangeiros, como aqui se acentuou muitas vezes, seja por via de uma expectativa generalizada de consumo cultural, da qual a criação, a invenção e a iniciativa se tenham finalmente retirado.

Então, era um cenário que apresentava alguma preocupação e que só pode ser agravado pelas tendências otimistas do cenário econômico, pelas tendências positivas do cenário econômico, não digo otimistas, elas podem, eventualmente, ser realistas, e pela constatação da catástrofe social por que o País passa e que, sem a intervenção da vontade política democraticamente instrumentada, só tende a se agravar. De modo que, nesse sentido, o balanço geral que se pode fazer do cenário cultural é talvez o mais negativo e o mais pessimista de quantos foram apresentados aqui. Talvez mais do que aquele que coroa o julgamento do cenário social, porque os problemas sociais são muito visíveis e evidentes, e às iniciativas do Estado na sua solução são urgentes e demandadas pela sociedade a altos brados, enquanto que o problema da cultura é sempre considerado o último dos problemas a me-

recer consideração e o primeiro a ser desativado, quando é preciso cortar verbas, por causa da má interpretação da cultura como superfície do verniz, como a sobremesa ou o embelezamento do processo social.

Então, o quadro da cultura é tão negativo quanto o quadro social do País e pelos mesmos motivos. E as perspectivas de saída desse quadro são possivelmente mais negativas ainda, porque a visibilidade da importância do fator cultura, no processo geral de desenvolvimento, ainda não se incorporou definitivamente às estruturas de pensamento das autoridades que decidem e do povo que reivindica.

Esse eu acho que é o sentido geral desse cenário cultural que, lamentavelmente, se encerra com uma nota pessimista.

Senador José Fragelli:

Concedo a palavra ao Pe. Fernando Bastos D'Ávila.

Pe. Fernando Bastos D'Ávila:

Senhor Presidente do Senado, José Fragelli,
Senhor Ministro Marco Maciel,
Membros da Mesa,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Eu queria só transmitir rapidamente as minhas impressões e a minha avaliação deste Encontro e eu acho que ele revela que, quando o Governo abre as comportas da democracia, ele é inundado por um Tucuruí de reivindicações da sociedade. Nós ouvimos isso, essas reivindicações, e acho que é por isso, eminente Embaixador Azambuja, que nós não estamos preocupados com a guerra nuclear, porque estamos preocupados é com a comida, com os menores, com os nossos idosos, com os nossos sofrimentos imediatos. Não nos podemos dar ao luxo de pensar em guerra nuclear, que será administrada pelos doidos que governam as grandes potências hegemônicas.

Uma outra observação é que nós fizemos aqui uma experiência extraordinária de democracia participativa. Isso, de um certo modo, é um tanto preocupante, porque parece indicar que os canais normais de explicitação das grandes aspirações devem estar um tanto obstruídos, talvez ocupados com eleições ou com fisiologismos; não estão, talvez, dando vazão às grandes aspirações, aos grandes anseios populares. Ou então porque a sociedade não tem, facilmente, acesso a esses canais de reivindicação para o governo, por isso eu acho de uma extraordinária importância, e mesmo que tenha havido exemplos de uma extraordinária inocência, como meu colega no sacerdócio, que acabou de falar, aqui, há pouco tempo, foi uma extraordinária experiência de demo-

cracia participativa. Agora, eu só notaria que as experiências revelam o seguinte: a sociedade que aqui esteve presente, representando tantos setores, tantos segmentos da vida nacional, ela espera que o que aqui foi levantado será registrado por este Governo, para que seja transformado em decisões políticas, para vir a atender a estas grandes reivindicações.

Eu acho que ficou muito clara a necessidade de introduzir, ou reintroduzir o social, o homem, no horizonte da intencionalidade oficial, da qual ele estava sendo afastado pela preocupação da modernização desta sociedade, porque nós descobrimos aqui que promover o homem, investir no homem, não só é um dever ético, mas até economicamente rentável.

Foram estas as impressões. Eu queria aproveitar só da oportunidade para dizer que há um fórum que se abre, que é o fórum do grande debate da Constituinte e que o povo deveria retomar todas essas reivindicações e procurar as bases constitucionais para poder firmar realmente, consolidar num novo pacto institucional, esse Brasil novo que se anuncia até o fim do século, do milênio, do século e do milênio.

Eu tomo a liberdade, senhores membros da Mesa, Presidente da Mesa, de, em nome de todos os participantes, tanto painelistas quanto participantes, debatedores e todos que aqui vieram, expressar os sentimentos de um profundo agradecimento, simbolizado na pessoa de Jerônimo Moscardo, por esta extraordinária organização. (Palmas) E não quero esquecer que a pessoa dele simboliza todo esse pessoal, todos esses colaboradores anônimos que atrás dos bastidores permitiram que se fizesse, com tanta cordialidade, com tanta franqueza e lealdade, este Encontro entre Governo e Sociedade.

Senador José Fragelli:

Concedo a palavra ao senhor Professor Hélio Jaguaribe.

Prof. Hélio Jaguaribe:

Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Fragelli,

Senhor Ministro Marco Maciel,

Senhores Membros da Mesa,

Minhas Senhoras e meus Senhores

Convém que o último a falar seja muito breve. Já há evidentes manifestações de cansaço e aquilo que me foi pedido, se fosse levado à risca, que é a tentativa de fazer uma grande síntese da temática discutida neste seminário, ultrapassaria a razoabilidade do tempo que me parece apropriado utilizar. Então, eu vou fazer, em vez de uma síntese, o que eu diria um esquema telegráfico.

Tenho a impressão de que estamos confrontados, nesta meditação muito oportuna sobre a provável situação do Brasil no fim do século em relação a si mesmo e em relação ao mundo, com uma dupla tendência evolutiva. Aquela que podemos discernir em relação ao enquadramento geral do mundo, as condições político-econômicas que configurarão o final do século, e aquelas que podemos também discernir dentro das tendências principais do nosso país. Como se combinam essas duas tendências? O que o mundo, na medida em que possamos avaliar, tende a ser no final do século e o que este país, também nesta mesma e cautelosa medida, tende a ser?

Eu creio que, como ficou muito claro na exposição da nossa primeira jornada, quando os internacionalistas discutiram a matéria, está claramente em jogo, dentro deste período a que nos estamos referindo, duas dimensões distintas. Uma dimensão da interação de estados e uma dimensão da interação de mercados. Uma dimensão política no sentido amplo, uma dimensão econômica no sentido amplo. Tenho a impressão de que, relativamente à dimensão política, eventualmente as contribuições precedentes subestimaram um potencial, a meu ver, apreciável, de relativa ruptura em relação ao *status quo*. Não falo, evidentemente, da guerra, que é uma coisa terrível que, eventualmente, pode acontecer, mas aí eu creio que estamos todos partidários da admirável frase de Aron: «guerre impossible, paix difficile».

Mas falo, isto sim, da medida em que, com a extraordinária, forte tentativa que está fazendo a administração Reagan de atingir um patamar de supremacia relativamente à União Soviética, como agora mesmo o impasse da Islândia revelou, se chegou a um grau inusitado de possibilidades de consecução, em matéria de controle de armas, em matéria de controle de tudo. Nunca, no mundo, houve tanto progresso em um diálogo de superpotências, relativamente a uma forma razoável e racional de contenção do armamentismo e dos elementos de agressão.

E, entretanto, não foi possível chegar-se a um acordo, apesar de evidentes esforços que, neste sentido, foram desenvolvidos pelo Premier Gorbachev, porque havia algo em relação ao qual nenhuma das duas superpotências podia deixar de ter as posições que previamente tinham. A vontade de supremacia dos EUA, através das estatísticas do Financial Times e, evidentemente, a vontade de evitar que esta supremacia se consubstancie, por parte do Sr. Gorbachev.

Creio que esta intenção de supremacia, que marca a administração americana, está condenada a produzir efeitos, não é uma coisa vã nem apenas uma retórica do Presidente Reagan. E esses efeitos poderão ser, de um lado, e não se pode, evidentemente, excluir esta hipótese, que essa supremacia venha a se definir. Existem alguns elementos técnicos que indicam que as idéias básicas em torno das quais está

operando o Presidente Reagan têm factibilidade, têm impressionante factibilidade. Vários experimentos feitos em matéria de leis, em matéria de advertência prematura do lançamento de foguetes, revelaram a factibilidade genérica, evidentemente não é específica, é impossível saber. Mas, isto não obstante, existe hoje entre os analistas desta questão um certo consenso em crer que, por uma multidão de razões que o pequeno tempo que eu quero utilizar não me permite nem mesmo enunciar, não é provável que se venha a configurar a tentativa de supremacia que Reagan está pondo em jogo, outra vez, da guerra das estrelas.

Então, o que é que acontece, por que existe uma certa irreversibilidade nesse esforço de supremacia? Porque, em não dando resultado, sem embargo de que há uma pequena margem de que ele possa dar, e, evidentemente, por definição, a supremacia se configuraria, em não dando resultado, ele marcará uma absoluta inevitabilidade de convívio. Fica este convívio, que foi uma tolerância de curto prazo que marcou a primeira Entente, convertido numa inevitabilidade estrutural. E, diante de uma inevitabilidade estrutural e de um convívio de equilíbrio estratégico entre as duas superpotências, eu creio que não se pode deixar de considerar como altamente provável, uma vez mais, como tudo que diz respeito ao futuro, que não se trata de algo necessário e fatal, mas como altamente provável, a circunstância de que cada uma das partes otimizando as condições do convívio o conduzam a uma forma, possivelmente mais informal do que formalmente regulada, de condomínio, que tenha a vantagem de assegurar a plenitude da hegemonia de cada uma das superpotências nas suas respectivas áreas.

Há profundos interesses soviéticos no sentido de que determinadas influências norte-americanas não se façam sentir em áreas onde eles estão tentando impor a sua supremacia. Evidentemente, o caso do Afeganistão é um dos mais evidentes. Há evidentes intenções, do lado dos EUA, de fazer com que o seu *backyard* centro-americano fique definitivamente liberado da presença soviética e, portanto, há óbvios interesses americanos em dispor de um *nihil obstat* soviético para uma solução radical relativamente à Nicarágua, à própria Cuba, e a todos os esforços de autonomia independente e social-sovietizante, auto-sovietizante, que se estão dando na América Central e que se estão dando no Caribe.

Diante deste cenário que não é inevitável, mas que apresenta probabilidade superficial, pelo menos possibilidades de ocorrência suficientemente elevadas para se constituírem em um objeto sério de cogitação por parte dos países que querem primeiro o seu futuro, não se pode deixar de reconhecer que existe uma possibilidade elevada de que o mundo sofra uma transformação qualitativa de agora até o final do século, com a consolidação de duas hegemonias condominiais, em

virtude das quais os espaços de autonomia dos países da periferia de cada uma dessas autonomias ficarão severamente reduzidos. É portanto, uma elevada propensão, a de que a consolidação condominial conduza a algo que nós poderíamos chamar de um congelamento do *status* dos países. Os que forem surpreendidos pelo condomínio em nível alto gozarão desta vantagem; os que forem surpreendidos em nível baixo terão infinitas dificuldades, mais do que agora, de modificar a sua posição relativa.

E, portanto, em relação ao Brasil, que é um país, como constou claramente da nossa discussão em que há possibilidades efetivas de uma transformação quantitativa e qualitativa de nossa economia, o trânsito para a posição de 5.^a economia mundial e várias outras circunstâncias, isto me parece configurar a necessidade de que certas decisões, das quais dependam a possibilidade desse significativo incremento do nosso estado internacional, sejam tomadas agora, enquanto os espaços de liberdade decorrentes da fluidez que todavia existe no mundo nos permitem decisões, que eu receio não sejam mais viáveis daqui a 10 ou daqui a 15 anos.

Isso, então, me leva a uma reflexão sobre a problemática brasileira e como este país poderia, neste curto espaço que nos separa do final do século, ultimar o seu esforço e qualificar-se para um patamar mais elevado nas relações internacionais e nas relações dentro dele próprio, relativamente à sua sociedade, aos seus homens, à maneira pela qual os brasileiros vivem.

Então, eu creio que a esse respeito há dois ou três pontos que, me parece, resultam muito claramente da nossa precedente análise.

O primeiro, evidentemente, é o de que este país ainda não tem o seu futuro definido. Creio que, na objeção que os sociólogos fizeram aos economistas, quando se apresentava um cenário carregado de certas implicações, de automaticidade, de um *happy end* para o fim do século, a reflexão sobre a circunstância de que este *happy end* existirá ou não em função da medida em que tenhamos ou não a capacidade de integrar as nossas grandes massas a níveis superiores de vida, de capacitação e participação, é absolutamente fundamental. Não é verdade que vamos ser esta linda 5.^a economia do mundo se não conseguirmos integrar as nossas engrenagens.

Seremos um país dividido, uma África do Sul, um país extremamente dilacerado por conflitos sociais inimagináveis, e, portanto, insuportáveis de chegarmos a uma plataforma internacional importante, porque não teremos suportes domésticos, não teremos unidades de voz, seremos dois países internamente em conflito.

É, portanto, evidente que a prioridade da superação da crise social brasileira se apresenta como um requisito de qualificação para qualquer aspiração deste país a uma vida decente e de boa qualidade.

Diria, em segundo lugar, que além desse requisito prévio da integração, que tem que ser feita muito rapidamente, tem que ser começada agora, na verdade ontem, eu diria que existem outras duas circunstâncias extremamente importantes, em relação às quais, também, o prazo de decisão é sumamente exíguo. A primeira diz respeito à dívida, a segunda diz respeito à autonomia tecnológica. Vão-se fechar os caminhos da autonomia tecnológica do mundo; no século XXI, os países estarão envolvidos em *black-boxes*, dentro das quais as inovações tecnológicas não serão transferidas para a periferia, e, ao contrário, os espaços de autonomia sendo cada vez menores, as periferias se converterão definitivamente em mercados. O século XXI será marcado por uma divisão do mundo entre duas áreas típicas: países, áreas que são soberanas e nacionais e áreas que são mercados. As periferias do século XXI serão mercados dos centros hegemônicos, não terão mais nenhuma autonomia. E a possibilidade de o nosso país evoluir da condição de candidato a mercado para a condição de candidato a um país livre, a um país soberano, depende, em parte, certamente, desde logo, daquele requisito prévio, da sua integração social e, por outro lado, de um significativo avanço em matéria tecnológica. Nós conseguimos ser exitosos retardatários da evolução industrial, mas não basta, porque mal estamos começando a celebrar os louros da nossa revolução industrial e nos maravilhando ao *beautiful*, em São Paulo, está acontecendo uma revolução tecnológica da maior importância em relação à qual somos novamente retardatários. Se não tivermos a capacidade de, violentamente, ativamente, conseguirmos recuperar, através inclusive da formação do *know-how* nas cabeças dos brasileiros, não apenas através de reservas de mercado e de outros mecanismos que, por importantes que sejam, obviamente, não são suficientes, não teremos acesso à grande revolução tecnológica que vai transformar o século XXI.

E concluo este tipo de raciocínio dizendo que a outra urgência que se apresenta em relação a nós, como acabou de repetir o Embaixador Azambuja, é realmente a questão da dívida. Não será possível negociar a dívida em formas diferentes daquelas que nos sejam impostas pelos credores, na ocasião em que se consolidar uma relação condominial entre os EUA e União Soviética. É provável que não haja mais espaços para negociações que não sejam simplesmente de aceitação, contratos de aceitação de estatutos que serão redigidos em Washington, ou na Europa e em Tóquio, e em relação aos quais teremos uma posição extrema e modestamente passiva.

A possibilidade de modificar o regime de uma dívida que é extremamente massacrante para a nossa economia — está-nos sugando 5%

praticamente, do produto, 50% da nossa capacidade de poupança e praticamente a totalidade de nosso superávit, é agora, quando ainda existem áreas de manobras, possibilidades de manipulação das potências. Temos condições éticas para exigir a revisão de uma dívida que é shylockiana, em que o credor é, ao mesmo tempo, arbitrador unilateral de taxa de juros, «a posteriori» da contração da dívida.

É evidente que nos sobram razões éticas e jurídicas para contestarmos a validade desses juros arbitrariamente impostos e, em função disto, estipularmos um quantum razoável de juros. Existe, hoje, consenso dos analistas de que não pode ser superior a 3% real, eventualmente a 2. As exposições do Dr. Castro a respeito do histórico dos juros demonstraram que eles oscilaram abaixo desta taxa até agora e que, portanto, a partir de uma fixação, quanto possível por consenso, mas, se não, por decisão unilateral, de um limite de juros, procedamos a uma revisão do saldo, expurgando este saldo daquelas somas que resultaram de juros abusivos do passado e reduzindo-o de cerca de 30 bilhões de dólares. Uma dívida reduzida às suas dimensões razoáveis e controlada por uma taxa de juros razoável é perfeitamente compatível com o desenvolvimento brasileiro. Se os credores quiserem, que aceitem. Se não quiserem, nada pagamos. É preferível não pagar a deixar de ter um futuro histórico e é simplesmente insuscetível, de um cálculo prudencial médio, pensar que o Brasil pode fazer o gigantesco investimento de que necessita para retomar o seu crescimento infra-estrutural, para atender às suas gigantescas demandas sociais, para fazer um gigantesco esforço de educação do País, este grande parque de ignorantes que tem que se converter num país de gente, pelo menos tendo a quase totalidade dos brasileiros, os 8 anos de escola básico, tudo isto em 15 anos, exportando 50% da nossa poupança, é simplesmente irrisório. Uma análise objetiva reconhecerá a nítida inviabilidade de compatibilizar o esforço necessário para nos graduarmos às condições requeridas para sobreviver no século XXI como uma potência livre e esta hipoteca gigantesca, inaceitável, de uma dívida que nos está tirando a metade do nosso sangue vital.

Então, eu termino, senhores, dizendo o seguinte: as oportunidades para certas negociações mais enérgicas tendem a se esgotar na medida em que se configure a relação condominial. E, portanto, a oportunidade é agora. Há muitos requisitos prévios a serem atendidos, externos e internos, mas a oportunidade da decisão é agora.

Terminaria dizendo que o que o Brasil será no século XXI vai depender, por um lado, da medida em que se integre ou não se integre socialmente. Vai depender, por outro lado, da medida em que atinja ou não atinja aquele mínimo crítico de autogeração tecnológica que lhe permitirá enfrentar as *black-boxes* do século XXI. E, finalmente, dependerá da medida em que ele acumule a capacidade de gigantes-

cos investimentos, que serão necessários para o desenvolvimento econômico, para o desenvolvimento social, para o desenvolvimento cultural, para o esforço tecnológico, mediante uma significativa redução da dívida. Essas coisas não são impossíveis, mas demandam um grau de consciência nacional muito superior ao que está existindo atualmente. Demandam, do lado do Governo, uma decisão política muito superior à que existe atualmente. Demandam, portanto, uma discussão ampla, que conduza o País a se convencer disto ou, eventualmente, a demonstrar que as minhas preocupações são falaciosas e que o futuro é rosado se nada se fizer. Tanto melhor se for assim, mas eu efetivamente não creio e, portanto, diria que temos oportunidades sérias de sermos um país decente como nos recomenda o Pe. Ávila. Mas o caminho exige um esforço gigantesco de decisão política, infelizmente em relação ao qual ainda não existe um suficiente prenúncio.

ENCERRAMENTO

Apresentador (Dolabella):

Senhoras e senhores. Fará uso da palavra, neste instante, no encerramento do III Encontro Governo-Sociedade: O Brasil na Virada do Século, o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Dr. Marco Maciel.

Ministro Marco Maciel:

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, Senador José Fragelli,

Meu caro Embaixador Marcos Azambuja,

Pe. Fernando Bastos D'Ávila,

Professor Hélio Jaguaribe,

Professor Marcio Tavares d'Amaral

Meu caro Wanderley Guilherme dos Santos,

Senhores participantes deste Encontro,

Meu estimado Ministro Jerônimo Moscardo, Subchefe do Gabinete Civil,

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Eu gostaria de, em rápidas palavras, no momento em que nos preparamos para ver encerrado este Encontro, através das palavras do Senador José Fragelli, dizer da minha alegria em saber dos resultados e das conclusões a que este conclave chegou.

Efetivamente, nós vivemos um momento extremante da nossa história, em que nos preparamos para realizar o pacto social por excelência, que é o pacto constituinte, e este Encontro, portanto, teve a virtude e o mérito de se imputar uma reflexão prévia sobre aquilo o que deve certamente preocupar o legislador constituinte, enquanto câmara do futuro, enquanto construtor de ordem jurídico-política que venha a consolidar as nossas instituições democráticas, e enquanto construtor de um projeto de desenvolvimento que venha a assegurar um processo de crescimento orgânico integrável para o nosso país.

Por isso, eu considero que este Encontro tem, para todos nós, uma significação muito grande. E enseja também que, ao lado da prática da democracia representativa, nós façamos aqui, também, como lembra o Pe. Bastos D'Ávila, um esforço de democracia participativa, tão ao gosto, frise-se, do Governo do Presidente José Sarney que é, significativamente, o autor do Plano Cruzado, que, sem lugar a dúvidas, propiciou o mais denso exemplo de democracia participativa, talvez, de toda a nossa história republicana.

Por isso, eu gostaria de aproveitar a oportunidade deste encerramento para dizer da nossa alegria em ver que podemos contar com a colaboração de eminentes pensadores brasileiros e verificar, também, como foi relevante e importante a participação de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, trouxeram a sua contribuição para esse debate.

Desejo, de modo especial, como aqui já foi mencionado, expressar o nosso reconhecimento ao trabalho que foi exercitado pelo Ministro Jerônimo Moscardo, sem o que este Encontro efetivamente não teria tido o êxito que obteve e, de modo mais geral, agradecer a todos aqueles que contribuíram de maneira significativa para a sua realização.

Nós esperamos, muito em breve, ter tudo aquilo que aqui foi dito ou comentado reunido numa publicação, de sorte a que nós possamos dar uma maior perfusão social de tudo o que foi discutido num horizonte relativamente limitado, infelizmente, de pessoas e participantes, mas entendemos que, através dessa publicação, nós possamos fazer com que em todo o País muitos e muitos cidadãos outros tomem conhecimento do esforço que aqui se realizou e que isso sirva, também, quem sabe, para o desabrochar de novos estudos, de novos exercícios que venham a ser feitos sobre matéria tão palpitante e ao mesmo tempo tão relevante para o País.

Ao final disso tudo eu também gostaria de dizer que, embora não tenha podido, como gostaria, participar dos debates, ouvi diferentes manifestações sobre eles, e saio daqui extremamente otimista. O que eu ouvi durante esses dois dias, embora preso ao meu gabinete, me dá a certeza de que nós temos hoje no país uma massa crítica muito boa, muito capacitada, conseqüentemente, a operar as transformações e mudanças por que passa o nosso país. E acredito que este encontro, até certo ponto, possa ter já representado um pouco de prévia, de preliminar do que vai ser a Constituinte, do que vai ser esse pacto social por excelência, como disse, que é o pacto constituinte, na proporção em que nós vamos dar também, por esse intermédio, a nossa contribuição ao legislador constituinte, a nossa contribuição, enfim,

a todos aqueles que sejam responsáveis pela constituição do futuro, no limiar de mais um milênio.

O meu otimismo decorre, também, do fato de não somente ver com que conhecimento e sabedoria as pessoas aqui vieram, mas também comprovar com que espírito público se dedicaram a este exercício, sacrificando, muitas vezes, as suas atividades normais para, sem nenhum outro reconhecimento a não ser um juízo extremamente generoso da Nação, trazerem a contribuição para essas nossas reflexões.

Eu quero, portanto, antes de ouvir o encerramento por parte do eminente Senador José Fragelli, renovar os meus agradecimentos, cumprimentar a todos pelo êxito dos trabalhos e formular mais do que a minha convicção, a minha certeza de que este Encontro foi extremamente útil para o País da Nova República, que este Encontro foi extremamente útil para os novos tempos que vão ser fincados a partir da Constituinte que se instala no próximo ano.

Senador José Fragelli:

Senhor Ministro Marco Maciel,
Ministro Jerônimo Moscardo,
Ilustre Embaixador Marcos Azambuja,
Embaixador Sérgio Paulo Rouanet
Pe. Fernando Bastos D'Ávila,
Professor Wanderley Guilherme dos Santos,
Professor Hélio Jaguaribe.

Eu, na verdade, devo agradecer ao Senhor Ministro da Casa Civil e ao Senhor Ministro Jerônimo Moscardo a honra que me deram de presidir esta sessão de encerramento deste magnífico III Encontro Governo-Sociedade.

Eu considero mesmo um privilégio, sem nenhum exagero, ter presidido esta sessão em que ouvi tão eminentes mestres fazerem uma avaliação final deste Encontro. Devo, como todos, ressaltar o trabalho do Ministro Jerônimo Moscardo, que em todos os momentos, de fato, se não presidiu, acompanhou bem de perto, orientando todos os trabalhos deste simpósio. Aliás, desde que assumi a Presidência do Senado, num trabalho conjunto com a Casa Civil, eu pude, logo naqueles primeiros dias, avaliar a dedicação, a competência, o trabalho infatigável do Ministro Jerônimo Moscardo, nas relações daqueles primeiros dias entre o Governo do Estado e o Senado e o Congresso Nacional, de sorte que para mim não é surpresa o desempenho de Sua Excelência neste III Encontro, e, na visão de todos, eminente Ministro Marco Maciel, no comando do Gabinete Civil, do Ministério das Relações Exte-

riores, do Ministério da Cultura e da Secretaria Geral de Planejamento da Presidência da República.

E só tenho que reiterar o que aqui ouvi, que os resultados deste Encontro foram os mais positivos para que se pudesse fazer uma projeção de todos aqueles problemas que, no momento, preocupam todo o Brasil neste final de século e de milênio, como disse o professor Hélio Jaguaribe.

Todas as exposições, pelo menos para mim, que me encontro um tanto afastado de tão altas cogitações, me foram profundamente instrutivas. Todas me impressionaram. Mas eu devo dizer que, no final, muito me impressionou esse apanhado do professor Hélio Jaguaribe, que eu acho que põe uma ponta de pessimismo nas outras formulações otimistas que nós fizemos. E eu acho que poderia dizer que nunca rezei por um entendimento completo entre os Estados Unidos e a Rússia, mas acho que nós poderíamos, talvez, para ganharmos tempo, sègundo o professor Hélio Jaguaribe, rezar para que esse entendimento não se faça logo. Porque nós precisamos de tempo para marcarmos o passo com as conquistas que devem ser feitas, para que o Brasil atinja o nível que ele merece, pela extensão, pela riqueza do seu território, da sua população, sobretudo por isso que acho que caracteriza mais o povo brasileiro, ser um povo eminentemente pacifico e pacifista. Com isso eu acho que nós temos realmente condições, se tivermos ainda tempo, de entrarmos no século XXI com todas aquelas possibilidades de estarmos ao nível daquelas nações que vão comandar a humanidade.

Declaro encerrada a sessão.

ANEXO 1

PARTICIPANTES

A. Fonseca Pimentel

Abelardo Coimbra Bueno

Abelardo Gomes Filho, Diretor da Assessoria do Senado Federal

Acácio Batista Berno Serpa

Adalberto Maluf, Câmara Municipal de Piracicaba

Ademir Malavazi, Coord. Com. Social, Min. da Justiça

Adhemar Faria de Moura, Lions Clube

Afonso Celso Guimarães Lyrio

Afonso Gomes de Souza, Pres. Cons. Central — Soc. São Vicente de Paula

Alaor Mendes de Matos, Sec. de Proteção do Meio Ambiente, Anápolis

Alberto Campello, Dist. Catarinense Ferro Aço Ltda.

Alcina Surreaux, Pres. TRT

Aldir Remigo de Oliveira Leite, CAPES, Min. da Educação

Aleixo Anderson de Souza Furtado, Pres. Inst. Advogados Brasil — DF

Aleixo Ramirez Gonzalez, Chefe de Gabinete do Pres. do Sen. Federal

Alexandre Cauville, Assessor da Com. Nac. Energia Nuclear

Alfredo Felipe da Luz Sobrinho

Altevir Leal, Senador

Álvaro Augusto Ribeiro da Costa, Pres. Ass. Nac. Procuradores da República

Álvaro José de Pinho Simões, FSSP, Min. da Saúde

- Alvino Costa Filho*
Amador Abdalla, Pres. Assoc. Meio Ambiente, Anápolis
Amaury Temporal, Pres. Conf. Nac. Ass. Comerciais do Brasil
Ana Carolina Vasconcellos, Câmara dos Deputados
Ana Maria Amorim, Min. da Fazenda
Ana Maria M. Tornaghi
Anderson Campos
André Franco Montoro Filho, Presidente BNDES
Anesio Abdalla, Pres. ABECIP.
Ângela Maria A. Coronel, BNDES
Aníbal Maio Sampaio, Min. Público da União
Antônio Aurélio Megale, Dir. Atlas Transportes
Antonio Carlos Alves, Pres. ABAD/José Alves S.A. Imp. & Exp.
Antônio Carlos de Souza Ramos, Assoc. Emp. de Pequenas e Médias Empresas
Antônio Carlos Drummond, Rede Bandeirantes
Antônio Carlos Osório, Academia Brasileira de Letras
Antônio Carlos Peixoto, UERJ
Antônio Carlos Simões
Antônio Claudiney Boni, Fed. Nac. Engenheiros
Antônio Leonides Salles, LBA
Antônio Lopes da Costa
Antônio Luiz Roxo de Oliveira
Antônio Marcos Lobo, PETROBRÁS
Antônio Neuber Ribas, Diretor Assessoria Leg. Câmara dos Deputados
Antônio Octaviano, Pres. Fed. Nac. Engenheiros
Aparecida A. F. Teodoro, CSSEX
Aristeu Gonçalves de Melo, Diretor Centro de Informação, Câmara dos Deputados
Aristides Gonçalves Leite, Alte., Rep. Gov. Amazonas
Arlindo Coutinho
Armando Soares dos Reis, Assoc. Bras. Ind. Alimentícias
Arnaldo Prieto, ABECIP
Arnoldo Souza de Oliveira, City Bank, RJ
Artemidoro Alves de Oliveira, Assoc. Prot. ao Meio Ambiente, Goiás

- Arthur João Donato*, Pres. Fed. Indústrias Rio de Janeiro
Artur Eduardo Valente Aymore, Coord. Com. Social, Min. das Comunicações
Ary Carlos Barreto, Prod. Cinem. LC Barreto
Ary Rangel de Andrade
Asdrubal Pinto de Ulyseia, Embaixador Min. Rel. Exteriores
Aspasia Alcântara de Camargo, Fund. Getúlio Vargas
Assis Roberto de Bem
Athos de Santa Teresa Abilhoa, Pres. Assoc. Bras. Emp. Florestais
Auguste George Van Blarcum Graaff
Aylton Escobar, Orquestra Sinf. de Minas Gerais
Bernardo Couto
Bernardo Elis
Breno de Almeida Neves, Cia. Vale do Rio Doce
Bruno Antônio Caloi, Dir. Presidente Caloi
Carlos A. Gravata Galvão, Pres. DARUMA — Telecomunicações
Carlos Alberto Batista
Carlos Alberto Serpa
Carlos Alves Moura, Min. da Cultura
Carlos Augusto Godoy, Cel., Rep. Gov. Rondônia
Carlos Augusto Machado Calil, Diretor-Geral EMBRAFILME
Carlos Brandão Cavalcanti
Carlos Edde, Ind. Papel Simão S.A
Carlos Fernando Mathias de Souza
Carlos Francisco Bandeira Lima, Min. Público, Estado de São Paulo
Carlos Luiz Coutinho Peres, Ministro Min. Rel. Exteriores
Carlos Olavo Queiroz Guimarães, Gen., Centro Com. Social, Min. do Exército
Carlos Roberto F. U. de Moura, Estado Maior do Exército
Carmen Dolores Paranhos Sampaio
Catia Maria Soares de Vasconcelos
Cecília Santos Araújo Malachias
Celso Adolfo Marques
Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro Ciência e Tecnologia
Ceres Lúcia S. G. de Macedo Soares, LBA

- Cícero Penteadó da Silva*, ASSIMPRA
Cid Rodrigues, PETROBRÁS
Circe Navarro Vital Brasil
Clarice Zilberman Knijnik, EBTU—MDUMA
Cláudia Maria B. Soares, SEAI, Min. da Educação
Cláudio Baeta Leal, CBBA—PROPEG
Cláudio da Cunha e Silva, Conf. Maçonaria Simbólica do Brasil
Cláudio Eugênio Reis Bressane, Min. Público, Estado de São Paulo
Cláudio Júlio Carneiro
Cláudio M. Borja de Almeida, Empresário
Cleanto de Paiva Leite, Inst. Pesquisa Rio de Janeiro
Cosete Ramos, Professora de Educação
Cristiano Cola Gazola, Instituto Eduardo Lodi
Crodowaldo Pavan, Presidente CNPQ
D'Alembert Jorge Jaccoud, Secretário do Trabalho, GDF
Dalva Castro, Assoc. Moradores AND
Dario Correia, EMBRAFILME
Decy Vignoli, Brésil Express
Deorgenes Perim, Tristão Cia. Com. Exportação
Dilermando Carlos Soares Adler, Cel., Estado Maior do Exército
Diniz Félix dos Santos, Prof.
Diógenes da Cunha Lima, Professor, Academia Norte-Rio-Grandense de Letras
Domingos Carvalho da Silva
Domingos Waldemar Bisinotto, Assessor Senado Federal
Dominique Marie Mathieu Lanego
Doralia Duarte Galesso, Inst. Histórico e Geográfico
Dr. Gualter Godinho
Early Macarty Moreira, PUC-RS
Edis Milare, Curadoria do Meio Ambiente, SP
Edison Sauguellis
Edison Soares Ferreira, Banco do Brasil
Edith Motta, Professora
Edmundo Macedo Soares e Silva, Gen.
Eduardo Calmon Costa, SHELL
Eduardo Marques, BNDES

Eduardo Von Glemn Nobre, Destilaria Pampa, MG
Elcior F. de Santana Filho, Banco Central do Brasil
Eleonora Rocha de Azevedo, Assessora Câmara dos Deputados
Elio Cepollina, Metalúrgica Prada, SP
Elizabeth Machado de Oliveira, SEPLAN
Erivaldo Lopes Casado, Supremo Tribunal Federal
Ernesto Silva
Eros Antônio de Almeida, Secretaria-Geral, Min. do Trabalho
Errol Douglas Schukkel, Centro Integração Empresa-Escola
Euclides Santa Cruz Oliveira
Euros José da Costa Santos, Assessor Senado Federal
Evelyn Iochpe, Diretora MARGS
Fábio Saboya Salles Júnior, Assoc. Empresários da Amazônia
Fanor Cumplido Júnior, Min., Pres. Cons. Nac. SESI
Fátima de Maria Souza Bezerra
Ferdinando Bastos de Souza, Listas Telefônicas Brasileiras
Fernanda G. M. Guerra de Andrade
Fernando Antônio Lima de Freitas, Rep. Gov. Roraima
Fernando Antônio Parente Mota
Fernando Froes de Carvalho
Fernando Silva de Palma Lima, ADESG
Flávio Alcaraz Gomes, Zero Hora, Porto Alegre
Flávio de Almeida Salles Júnior, Chefe Gab., Min. da Justiça
Flávio Gondim Beleza
Flávio Silva de Palma Lima
Francisca Medeiros Vasconcelos
Francisco Anselmo Gomes de Barros, Fund. para Conservação da Natureza, MS
Francisco Bandeira Lins, Procurador-Geral da Justiça. SP
Francisco de Assis Chaves Bastos, FUNARTE
Francisco Joseli P. Camelo, Maj. Av., Min. Aeronáutica
Francisco Mirto Florêncio da Silva, ANFAVEA
Frederico Bibirchal Magalhães Gomes, ELETROBRÁS
Frederico Renato Mottola, Assoc. Prot. Consumidor, Porto Alegre
Gabriel de La Puente
Gelson Fonseca Júnior, Ministro, Min. Rel. Exteriores

Geraldo Luis Saraiva Lino
Geraldo Silva, Governo Distrito Federal
Gerson Valle
Getúlio Goes Ferretti, Governo Distrito Federal
Getúlio Lamartine de Paula Fonseca, Diretor-Geral, DNAE
Gilberto Coutinho P. Velloso, Embaixador, Min. Rel. Exteriores
Gileno Fernandes Marcelino, Sec. Adm. Pública, PR
Gilson Silva, Jornal do Comércio S/A, Recife
Giovanni Valdastico Pattarello, Pequena Obra Divina Providência, DF
Gláucia Camargos, Assoc. Bras. Prod. Cinema
Gláucia Maria G. Mesquita, Cons. Nac. SESI
Graça Turibio Brigido, EMBRATER
Guilherme Henrique Lambrects, Dir. Atlas Transportes
Guilherme Simões
Guillermo Piernes, Rep. Org. Estados Americanos
Haroldo Olímpio Lisboa Tavares
Heitor Gurgulino de Souza, Cons. Federal de Educação
Hélio de Macedo Soares e Silva, Dir. BRB
Hélio Pereira Dias, Min. da Saúde
Hélio Sabóia, Inst. dos Advogados do Brasil/RJ
Hélio Smidt, VARIG
Heloisa Aleixo Lustosa
Henrique Dittmar Filho, BNDES
Herbert Otto Shubart, Inst. Nac. Pesquisas da Amazônia
Hermano Studart, FREI
Hesio de Albuquerque Cordeiro, Pres. INAMPS
Hilton Vasconcelos, Cons. Nac. Petróleo
Hugo Cunha Carvalho
Hugo da Cunha Carvalho, Dir. Posto INAMPS, RJ
Hugo de Albuquerque Barreto, Rep. Gov. Paraná
Humberto Barreto
Igara Galvão Revorcedo de Carvalho
Ildaci Siiveira Borges
Inácia Lopes Bernardo, Rep. Gov. Espírito Santo
Israel Pedrosa

Ivony Ioschpe, Cia. IOSCHPE Part., RS

Ivone de Moraes Vieira, Centro Defesa Direitos Humanos do Gama, DF

Izabela Madeira, SESI, DF

Jacques Danon, Observatório Nacional, RS

Jaime Rotstein, Sondotécnica S.A.

Jaques Correia, Fiat Automóveis

Jean Claude Cacioli

Jelcias B. da Silva Castro, C. Alte., Comandante Escola de Guerra Naval

Jerônimo Coimbra Bueno, Fund. Coimbra Bueno, RJ

Joana Darc Gonçalves Rodrigues, Inst. Tec. Alternativa do DF

João Alberto Berutti Vargas, Assoc. Com. Ind. Novo Hamburgo

João Avelar Fagundes, Pres. Lions Club

João Bosco Renno Salomon, Coord. Ass. Internac., Min. da Saúde

João Carneiro Arcas

João Emigdio da Costa e Silva

João Emilio Falcão Costa Filho

João Galdino Sobrinho, Fed. Diretores Lojistas

João Jorge Saad

João Luiz de Souza Carvalho, Min. da Saúde

João Paulo Alsina

João Resende Almeida Oliveira, Min. da Prev. Assist. Social

João Rubens Gigo, Empresa Gigo & Cia. Ltda.

João Ulrich Pestalozzi

Joaquim Benedito Barbosa Gomes, Min. da Saúde

Joaquim Gonçalves Almeida, Assessoria de Empresas. Ltda.

Joaquim Leão, Grupo Ultra, RJ

Joaquim Mendes Cavaleiro

Joaquim Nogales, O Globo

Joaquim Renato Correa Freire, Prof. Fund. Getúlio Vargas

Joel Osório Alves, MPM Propaganda S.A.

Johannes Eduardo Schlupp, Rotary Club

John Donohue, Rep. UNICEF

Jonas Broman

Jone Nogueira

Jonice Tristão

Jorge da Silva Netto

Jorge Miguel Zacharias, Supremo Tribunal Federal

Jorge Panasio, SEI

Jorge Raimundo Castro Vieira, Ass. Internac. CEPLAC

Jorge Raimundo Pakness, Supremo Tribunal Federal

Jorge Wilson Simcira Jacob

José Adirson de Vasconcelos

José Alceu Câmara Porto Carreiro, Pres. Conf. Trabalhadores
Com. e Publicidade

José Anchieta Batista, Associação Moradores QNDS

José Calisto Ramos, Pres. Conf. Nac. Trabalhadores na Indústria

José Carlos Alves dos Santos, Senado Federal

José Carlos Brandi Aleixo, Prof., UnB

José Carlos Meira Matos

José Clemente Filho

José Colombo de Souza Filho, Assoc. Professores UDF

José da Cunha Faria, Cap. Mar. Guerra, Dir. Centro Instrução
Adestramento

José Fábio de Andrade Mendes

José Geraldo Brito Filomeno, Min. Público, SP

José Hercílio Fleury

José Jatobá Lins, SEDAP/SEMOR

José Lauro Porto Ferreira, EMFA

José Luiz da Silva Campos, Assessor Senado Federal

José Maria Whitaker V. de Azevedo

José Maurício Bicalho Dias, Const. Andrade Gutierrez

José Mauro Esteves dos Santos, Com. Nac. Energia, MME

José Mendonça Teles, Academia Goiana de Letras

José Nogueira Filho, Ministro, Min. Rel. Exteriores

José Olympio Rache de Almeida, Embaixador, Min. Rels. Exte-
riores

José Papa Júnior

José Ribamar Galiza

José Roberto Guzzo, Dir. Redação, Veja

José Rosa Abreu Vale, FUNABEM

José Rubens Dória Porto, SEI
José Savio Junqueira Henrique
José Sinval de Sá, Assessor Senado Federal
José T. Garcia de Souza, City Bank, RJ
José V. Madeira, Dir., Alcântara Machado
Julian Chacel, Fund. Getúlio Vargas
Jupy Barros de Noronha, Sec. Receita Federal
Justo de Almeida Carvalho Silva
Kenya Garcia Bezerra de Mello, Centro Estudos Afro-Brasileiros
Kurt Pessek
Laicer Barbosa, Diretor-Geral TRT, DF
Lais Scuotto, Emp. Bras. Correios e Telégrafos
Lauro de Oliveira Lapa
Leda Watson
Lelia Coelho Frota
Leo Frederico Cinelli, SEI
Leo Nivaldo Tossin, Min. da Saúde
Leonardo Froes, FUNARTE
Leopoldo Bernardo Boeck Filho
Lídia Elvas Pereira da Silva
Lilian Barreto, Dir. Museu da República
Lúcio Flávio Pereira Queiroz
Lúcio Marcos Bemquerer, Ass. Bras. Empresas Nordeste
Lucy Barreto
Luis Edgard de Andrade
Luis Felipe Teixeira Soares, Embaixador, Min. Rel. Exteriores
Luis Furlan
Luísa Maria Avelino do Nascimento, Centro Defesa Direitos Humanos, Gama, DF
Luiz Amaral, Cons. Nac. Defesa do Consumidor
Luiz Antônio Jardim Gagliardi, Ministro, Min. Rel. Exteriores
Luiz Antônio Marrey, Diretor-Geral Dep. Ass. Legisl., Min. da Justiça
Luiz Aquila da Rocha Miranda
Luiz Carlos Barreto
Luiz Carlos Linhares, Jornalista

- Luiz Correa*
Luiz Edgard Tostes, Editora Abril
Luiz Felipe Macedo S. Guimarães, Conselheiro, Min. Rels. Exteriores
- Luiz Medeiros*, CNIT
Luiz Paulo Aguiar Reguffe, Cmg., Min. da Marinha
Luiz Sérgio Sampaio, SEI
Luiz Serifiteli Dutra, Conf. Nac. Trabalhadores no Comércio
Luiz Torres, Rep. Gov. Pernambuco
Luiz Villarinho Pedroso, Ministro, Min. Rels. Exteriores
Lydia Garcia B. de Mello, Sec. Educação, GDF
Manoel José dos Passos Fernandes, SUNAMAM
Manoel Tolomci P. Gomes Moletta, Fin. Estudos e Projetos (FINEP)
- Manuel Assunção Ferreira Gomes*
Marcel Arnaldo de Paoli
Marcelia Campos Domingues, Sec. Tecnologia Industrial, MIC
Marcelino Tavares de Araújo, Assessor Câmara dos Deputados
Marcelo Alves de Moraes, IPEA — SEPLAN
Márcio Pochmann, DIEESE
Marco Antônio Kraemer, Dir. Jornal Correio do Povo, RS
Marco Paulo Morão, Min. da Fazenda
Marcos Antonino Porto, Gov. Mato Grosso
Marcos Felipe Magalhães, Assoc. Bras. Anunciantes
Marcos Milward de Miranda, Rep. Gov. São Paulo
Maria Alves Hastimoto
Maria Angélica Torres Lima, Emp. Bras. Notícias
Maria Celeste Miranda Medeiros
Maria das Graças Andrade Leal, Com. Defesa Direitos Humanos, Gama, DF
- Maria de Fátima Medeiros Tavares*
Maria do Carmo Elcutério Galdino, Dir. Clube Lojistas, Fortaleza
Maria Ester de Carvalho, Min. da Saúde
Maria Gomes de Figueiredo dos Reis, Universidade do Piauí
Maria José Lima de Carvalho Rocha, Assoc. Cearense Pró-Idoso
Maria Lúcia Labate Montonani, Min. da Fazenda
Maria Lúcia Pádua Lima, SEAP, Min. da Fazenda

- Maria Luísa Penna Moreira*
Maria Stella de Souza Mendes
Marílio Pires Domingues, Prof. Colégio Pedro II, RJ
Mário Antônio Garcia Picanco, Sec.-Geral Min. Transportes
Mário Antonio Garófalo, Brasília Super Rádio FM
Mário Augusto Santos, Ministro, Sec. Ass. Internacional, MEC
Mário Chamie
Mário Donato D'Ângelo
Mário Gusmão, Grupo Editorial Fino S/A
Mário L. Polesso, Fed. Ind. Rio Grande do Sul
Mário Teles de Oliveira
Marisa Ricupero
Marly Gueiros Leite, Procuradora STM
Marusa Vasconcellos Freire Aragão, Com. Defesa Direitos Humanos do Gama, DF
Matheus Schnaider
Miriam Inês Veloso Milo, Inst. Tecnol. Alternativa do DF
Mozart Victor Russomano, Ministro TFR
Murilo Aragão
Nei Sroulevich, Dir.-Geral FESTRIO
Nelbe de Souza Chateaubriand, Jornal do Comércio, RJ
Nereide Herrera Alves de Moraes, Min. da Saúde
Nestor dos Santos Lima, Emb.
Newton M. Quelho
Neyde Acácio Sales
Nícia Maria Mourão Henrique, Sec. Tecnol. Industrial, MIC
Nilo Sevio Marques de Freitas
Nilza Teixeira Soares, Inst. Hist. Geog. do DF
Nisia Maria Werneck, Min. Des. Urbano e Meio Ambiente
Nivaldo Pereira dos Santos, Destilaria Gavião Ltda.
Noeme Borges Saraiva
Octavio de Barros, Min. da Fazenda
Olympiades Guimarães Correa
Olympio B. da Silva Cascaes, Prog. Nac. Irrigação
Onesimo Gomes da Silva, Assessor Supremo Tribunal Federal
Orlando Mendes Gonçalves — CF (FN), Chefe Div. Com. Social

Oscar Cardoso, Academia Alagoana de Letras
Oswaldo Trigueiros
Oswaldo José de Campos Melo, Min. Cultura
Oswaldo Vieira Marques, Superint. Inst. Euvaldo Lodi
Otávio Costa
Othon Pio de Abreu, Rotary Clube
Ozias Vieira da Silva
Paula Coutinho
Paulo Afonso Martins de Oliveira, Sec.-Geral Mesa da Câmara dos Deputados
Paulo Castelo Branco
Paulo da Motta Banha
Paulo Gomes
Paulo José Carvalho, Pres. Fed. Espírita do Distrito Federal
Paulo Monteiro Lima, Embaixador, Min. Rels. Exteriores
Paulo Reynaldo Maia Alves, SUDENE
Paulo Ribeiro Nunes
Paulo Roberto de Almeida, Secretário, Min. Rels. Exteriores
Paulo Salvador Frontini, Proc.-Geral Justiça, São Paulo
Paulo Thiago
Pedro Maciel
Pedro Wilson Leitão Filho, CNPq
Peter Koens, Rep. Programa Nações Unidas p/Desenvolvimento
Petronilo Santa Cruz Oliveira Filho
Pierre Loeb, UNATEC
Plínio Oswaldo Assmann, Pres. Ind. Papel Simão
Regina Almada Horta Marques
Regina Estela Quintas
Renato Libardoni, FÁCIARJ
Renilson Ribeiro Pereira, Maj. Av., Min. Aeronáutica
Ressini Jarude, Assoc. Municípios do Acre
Rex Nazare Alves, Pres. Com. Nac. Energia Nuclear
Ricardo Davison Robertoni
Ricardo Moniz Aragão, Min. da Saúde
Richardson Valle
Rita Teles de Sousa, Assoc. Moradores QND

- Roberto Cavalcanti de Albuquerque*
Roberto Della Manna, Fed. Ind. Estado de São Paulo
Roberto Farias, Assoc. Prod. Cinematográficos
Roberto Kasinsky, ABIFA — SIFESP
Roberto Krauze, Conselheiro, Min. Rels. Exteriores
Roberto Machado Neves
Roberto Monteiro Gurgel Santos, Assoc. Nac. Procuradores da República
Roberto P. de Goes, CSSEX
Roberto Schmid, Editora Páginas Amarelas
Rodrigo Coutinho, Ministro, Min. Rels. Exteriores
Rogério A. Serra de Castro, Serra Castro S/C Ltda.
Ronaldo Augusto Bretas Marzagão, Min. Público, São Paulo
Ronaldo Bayma Archer da Silva, Assessor Senado Federal
Ronaldo Camargo Veirano, Câmara de Comércio Americana, RJ
Roque Francisco de Sá, Jornal de Brasília
Roseno Ferreira Santos, Min. Transportes
Rubem Martins Amorese, Assessor Senado Federal
Rubens da Silva Gueiros, Mercedes Benz do Brasil S/A
Rui Alves Pereira
Rui Coutinho, Min. Indústria e Comércio
Rui Fernando Ramos Leal
Rui Guerra
Ruy Lopes, Emp. Bras. Notícias
Salim Taufic Schahin
Sandra L. Brandão, SEDAP
Sandra Silva Santos, Conselho da Mulher, Sobradinho, DF
Sérgio A. Moura
Sérgio Augusto Penna Kehl, Grupo Assoc. Pesq. Planej. Ltda.
Sérgio Marcos Prosdócimo, Dir. Pres. Refrigeração Paraná
Sérgio Santos
Sileno Ribeiro de Paiva
Simone Maria Neno Silva Cavalcante, LBA, PA
Solon José Ramos, FENCAVIR, RJ
Sophia Wainer, Correio Braziliense
Stella C. G. Trois

Syleno Ribeiro de Paiva, FEBRABAN, DF
Sylviamie de Beor, Cursos Franco-Brasileiros, DF
Terezinha Aparecida de Resende
Theodoro Venetikides, Sec. Transportes, Paraná
Tito Urbano da Silveira, Prof., Colégio Pedro II, RJ
Tizuka Yamazaki
Turibio Soares Santos
Umberto Arena, Prog. Nac. Desburocratização
Valdir Bhering
Valeria Porto, Min. Educação
Valterlindo Miranda Lopes, Min. Saúde
Vera de Figueiredo Malta
Vicente Caravello
Vicente Limongi Neto
Victor Resende Castro Caiado
Victor Tannuri
Vinício Alves da Cunha, Cel.
Violeta Arraes Gervaiseau
Walder de Goes
Walter Lima da Cruz
Welbi Oliveira Lima Carvalho, Advogada
Werlon Coaracy de Roure, Cel., Min. do Exército
Zanine Caldas
Zuleide do Valle Oliveira Ramos, Min. Saúde

CONVIDADOS ESPECIAIS

Embaixador *Paulo Tarso Flecha de Lima*
Embaixador *Ronaldo Costa*
Embaixador *Francisco Thompson Flores Netto*
Embaixador *Marcos Castrioto de Azambuja*
Embaixador *Rubens Ricupero*
Embaixador *Rubens Antônio Barbosa*
Professor *Celso Lafer*
Professor *Márcio Tavares D'Amaral*
Doutor *Mário Brockman Machado*
Professor *Roberto da Matta*
Padre *Fernando Bastos D'Ávila*
Doutor *Júlio Mourão*
Doutor *Antônio Barros de Castro*
Doutor *Marcílio Marques Moreira*
Doutor *Walter Barelli*
Professor *Simon Schwartzmann*
Professor *Wanderley Guilherme dos Santos*
Doutor *Luiz Alberto Bahia*
Doutor *Luciano Martins*
Professor *Hélio Jaguaribe*

ANEXO 2

PAPELETAS DE PARTICIPAÇÃO

1. NOME/ENDEREÇO: José Jatobá Lins — SHIGS, 709 Bloco J, Casa 63 — Tels.: 223-2184 e 242-0610 — CEP: 70000.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: SEDAP — SEMOR.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: Ainda a questão da cidadania e dos direitos humanos e fundamentais.

Os vícios do autoritarismo continuam, para mim, ainda mais fortes, ousados e agressivos que antes. Certos que estão, seus agentes, da impunidade. As organizações informais ou formais nas quais atuam têm troncos e ramos por tantas partes e lugares que suas vítimas temem se desmoralizarem por imaginosas e portadores de doenças psicológicas (idéia de perseguição).

Mas, como se vê, os telefones no Brasil devem trabalhar mais para esta gente do que para o comércio. Porque, o volume: de intrigas, de engodos, de boatos, de infâmias, mentiras e calúnias destes agentes, quando executam um projeto, deve ser muito grande. Consultando o «Aurélio» descobrimos um conceito que aimedronta. A canalhocracia — grupos organizados de...

Porém, o cidadão que se vê cercado por uma rede desta é que sabe o que significa e qual a experiência.

Todas as portas lhe serão fechadas, a família é condenada à inanição, à miséria e à destruição. Procura-se, por todos os lados, arruinar e alienar a família. Usa-se toda espécie de gente. Sem respeito à criança ou velho. Vemos crianças como agentes, multiplicadas na escola, no lar, na família, na sociedade. Todos são tentados à corrupção.

1. NOME/ENDEREÇO: Pe. Giovanni Valdastico Pattarello — Direção Provincial, Obra D. Orione — C P. 7053 — Brasília — Tel.: (061) 248-6932 — CEP: 71600.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Pequena Obra da Divina Providência — D. Orione.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: 1) Escolher uma sala com mais assentos do que convidados.
2) Criar condições para intercâmbio de idéias, base no presente projetado no futuro.
3) Distinguir os setores e os assuntos.
4) Menos academias e mais envolvimento do povo.
5) Bonito o tema: o Brasil na virada do século.
6) Meta prioritária: resgate do subdesenvolvimento em todos os níveis.
7) Tornar a vida humana possível a todos os homens.

8) *Promover crescimento comunitário em todos os níveis para todos.*

9) *Democracia partilhada aos incapazes, tornando viável a vida para todos, do embrião à velhice.*

10) *O engajamento no trabalho: intelectual, material, como alavanca de progresso e bem-estar.*

11) *Mais comunhão, menos individualismo, sem prejudicar o potencial de cada pessoa.*

12) *O Brasil no cenário internacional, como força viva para incidir e promover os verdadeiros valores, paz, progresso, felicidade.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Padre Giovanni Valdastico Patarello - SHIS QI 15 - Brasília - Tel.: (061) 248-6932 - CEP: 71600.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Obra D. Orione ou Pequena Obra da Divina Providência (D. Orione).*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: 1) *Continuar estes encontros periódicos.*
2) *Partilha igual dos interventores.*
3) *Encorajar o diálogo entre mesa e assembléia.*
4) *Fitar em síntese o debate com uma secretaria que faltou ou, soluções, não via.*
5) *Promover o crescimento de todos, inclusive dos excepcionais.*
6) *Cuidar à que a semente jogada cresça, paulatinamente. Encorajar os grupos, na dianteira, em todos os níveis.*
7) *Começando pelo propósito de dar uma escola válida a todos os meninos.*
8) *O Brasil está feito. urge fazer os Brasileiros, sem racismo interno e isolacionismo externo.*
9) *Evitar a promoção de qualquer grupo ético, «separadamente»..*

1. NOME/ENDEREÇO: *Athós de Santa Thereza Abilhoa - Rua XV de Novembro, 1887 - Curitiba - PR - Tel.: 242-1333 - Telex: (011) 5732 - CEP: 80000.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Presidente da ARBRA - Associação Brasileira de Empresas Florestais.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *É necessário que o País venha a possuir normas legais apoiando o desenvolvimento florestal e a conservação da natureza. Essas normas devem apoiar-se no conceito de que, no setor florestal, inexistente antinomia entre aproveitamento econômico racional das florestas e a proteção ambiental, no caso, ecologia e economia não são adversários, mas sim aliados.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Jerônimo Coimbra Bueno - Praia do Flamengo, 262 - 12º Andar - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 552-2288.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Fundação Coimbra Bueno.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: 1) *Os debates do III Encontro deram ênfase à situação alimentar das classes marginalizadas estimadas em 1/3 da população, isto é, aproximadamente 10.000.000 de brasileiros. -- Situaram na integração das crianças nascidas em torno de 1986, uma saída viável para ingressar no Século XXI, direcionado para iniciar sua progressiva ascensão no caminho da justiça e paz social, com fartura.*

Enfatizaram na conhecida expressão de realidade: as famílias devem receber varas para pescar, isto é, instrumentos e estímulos para se valorizarem com o próprio trabalho; para darem de si; para produzirem com dignidade e humildade, ao em vez

de receberem com humilhação e frustração; enfim receberem com amor e compreensão.

2) As civilizações egípcia, grega, romana, asiáticas, americanas, enfim mundiais, cresceram com sua alimentação lastreada pelos cereais integrais, dádivas de Deus, tão completos, que por exemplo, um deles, o arroz contém em cada grão com o pólen., cerca de 25 sais minerais, vitaminas, proteínas, fibras enfim um grande conjunto de ingredientes vitais e quase bastantes para uma boa e feliz vivência humana. Enquanto eram manipulados rudimentarmente os grãos mantinham inata a sua potencialidade alimentar. — As novas civilizações mantiveram os mesmos hábitos de consumo de cereais, mas vêm sendo logradas, pela tecnologia e comercialização modernas, que retiram dos grãos suas potencialidades, favorecendo-os, com aparências frustradoras, com embalagens vistosas, e conservação mais fácil.

Nos países desenvolvidos este roubo ou agressão ao natural, é compensado, com uma gigantesca indústria paralela de vitaminas, bem como de outros sucedâneos artificiais em lugar dos subprodutos naturais dos grãos; este por sua vez geram novos produtos industrializados, também altamente cotados no mercado e geradores de grandes lucros.

Os países ditos desenvolvidos importam cereais naturais e os manipulam: vendem nos próprios países, grãos «granfinos» brilhantes sofisticados, juntamente com os produtos artificiais, tudo a peso de ouro. Ato contínuo exportam (devolvem) para produtores, os subdesenvolvidos, novos produtos descortificados, acrescidos dos artificiais, também a peso de ouro. Acontece que os países ditos desenvolvidos têm ouro e os subdesenvolvidos têm dívidas.

Em suma, uns exportam vida, e outros importam morte.

3) Cabe agora neste III Encontro, de modo informal, a apresentação verbal, do esboço de uma idéia abrangente, a ser desenvolvida, pela qual vimos nos batendo há anos, que já discutimos com a própria FAO, em Roma, e que vem esbarrando com o obstáculo de novos e perniciosos hábitos e rotinas, adquiridos ou impostos ao Povo mal informado, por entidades interesseiras.

4) A idéia: sugerir ao Governo da Nova República, na pessoa de seu próprio presidente, que avoque a si e tome empolgantes iniciativas:

1º) Com projeção nacional;

2º) A seguir, aperfeiçoando-as para projeção continental;

3º) A seguir aperfeiçoando-as, para projeção mundial.

— Iniciativas estas pugnando por todos os meios disponíveis pela volta ao passado, do consumo pelos povos, de cereais naturais (integrais), como dádivas de Deus à humanidade.

— A começar pelo Brasil, enriquecendo substancialmente a dieta de quarenta milhões de seres, mal alimentados, muitos já à beira da fome, comendo ao invés de arroz, apenas grãos de amido puro e pobre, privados que são à custosa complementação de seus próprios subprodutos naturais roubados, e por vezes suplementados por produtos químicos e outros, inacessíveis às suas bolsas.

5) No Brasil, em lugar da relativamente nova rotina do mal consumo de grãos de amido, devemos voltar à rotina tradicional e boa do consumo de grãos naturais e integrais do arroz puro, o mesmo que no passado, juntamente com o feijão e a carne caçada, viabilizaram entre outras, a conquista das imensidões territoriais brasileiras à leste da providencial linha de Tordesilhas.

6) É difícil mudar uma rotina artificial e nova, por outra natural e tradicional, porém é mais difícil e sobretudo muito mais custoso, gastar mal bilhões do Governo com grão artificialioso de amido puro e pobre, ao invés de gastar com arroz puro e rico.

1. NOME/ENDEREÇO: *Jerônimo Coimbra Bueno -- Praia do Flamengo nº 262, cobertura (12.º pavimento) -- Tel.: 552-2288.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *«Fundação Coimbra Bueno».*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Um dos temas mais considerados pelo III Encontro, tem sido o da Amazônia.*

O Itamarati é credor não só do Brasil, mas de todos os Países do Mundo pelo seu trabalho clarividente e persistente, na colaboração com os Países da Região, pelo estabelecimento do «Tratado de Cooperação Amazônica». Os debates do III Encontro inspiram e justificam a apresentação da seguinte idéia, seriada em quatro etapas:

1.ª Etapa - O Brasil deverá passar, sem mais delongas, à ação unilateral coordenando experiências, já de conhecimento geral, grupando-as e formando com elas um conjunto de práticas experimentadas para aplicação drástica e imediata no solo, de começo com iniciativa e responsabilidades próprias, para sustar a derrubada de árvores de porte, como medida de proteção e respeito da integridade de toda a imensa reserva florestal da Amazônia Brasileira.

2.ª Etapa - Logo a seguir, o Brasil deverá dar um segundo passo ainda em caráter unilateral, e igualmente prático, no sentido de assumir nova responsabilidade própria, de coordenar e estabelecer no papel, um «1.º plano preliminar», não só de conservação, mas também de exploração racional das matas da Amazônia. Este 1.º plano preliminar deve, ato contínuo, ser aplicado no solo.

3.ª Etapa - Sem prejuízo da 1.ª e 2.ª etapas, poderão ser estabelecidos contatos com as demais Nações, para interessá-las no assunto e, se for oportuno, aproveitar também as experiências por elas já vividas na prática.

4.ª Etapa (mediata) Deverão ser promovidas novas gestões diplomáticas coletivas para o estabelecimento no papel do «2.º plano preliminar», sempre de caráter evolutivo, abrangendo a totalidade ou mesmo a maioria dos Países da Região, para logo a seguir ser aplicado em toda a Amazônia continental.

Essa transcendente idéia impõe uma campanha sistemática de amplo esclarecimento da opinião mundial.

1. NOME/ENDEREÇO: *Heitor Gurgulino de Souza -- Conselho Federal de Educação -- Av. W3 Norte Quadra 513 -- Edif. Bittar -- Telefone: 273-1001 -- Telex: (061) 2253 -- CEP: 70760*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Câmara de Planejamento/CFE*
3. SUGESTÕES: *1) Reitero sugestão anterior sobre a necessidade de promover-se encontro próximo sobre o tema «cidadania-educação».*

2) Com relação ao tema «Na Virada do Século» é fora de dúvida que, ademais do esforço e prioridade real que se vem dando e que deverá ampliar-se exponencialmente, nos próximos 14 anos que nos separam do século XXI, ao setor «educação» em nosso país, devemos apresentar:

I -- Ciência e tecnologia;

II -- Informação (no sentido amplo do termo).

Não vejo como virar o século com mudanças substanciais na sociedade brasileira, com efetiva melhoria da qualidade de vida do nosso povo, sem uma atenção e reflexão sobre os três setores destacados: educação, ciência e tecnologia e informação e suas inter-relações.

Precisamos aumentar o percentual de recursos previstos na Emenda Calmon (de 13% para 15% ou mais) e aprovar uma «Emenda Calmon» para o setor de ciência e tecnologia (diria fixar meta de alcançarmos o índice de 2% a 2,5% do PIB em investimentos em ciência e tecnologia, até o ano 2.000).

1. NOME/ENDEREÇO: *Alaôr Mendes de Matos* -- Rua Inglaterra, Quadra 08 -- Lote 12 -- Conj. Nações Unidas -- Anápolis-GO -- CEP: 77100.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Secretaria de Proteção ao Meio Ambiente.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Desejo aplaudir e sugerir ao governo que prossiga, firme, na defesa de nosso mercado interno, da informática.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Acácio Batista Berno Serpa* -- AOS 08 -- Bloco F -- Apto. 203 -- Telefone: 234-2738 -- CEP: 70650.

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA:

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Engenheiro civil, envolvido com a produção na Construção Civil, sinto através do noticiário e de depoimentos neste seminário a pressão que o governo sofre para a liberação do nosso mercado interno de tecnologias e produções culturais importadas dos países desenvolvidos.*

Sinto também que todos os campos, sejam econômicos ou culturais, a importação de produção intelectual nos atrela a uma dependência permanente e uma pobreza da nossa produção frente às criações de tecnologias que realmente atendam às nossas necessidades e aspirações.

Sugiro ao governo a criação de mecanismos que protejam nossa produção tecnológica e cultural, sem o isolamento, seja via incentivos às empresas e universidades que produzem tecnologia de interesse nacional, sobretaxando toda a tecnologia importada.

Cito a indústria automobilística como exemplo, o mercado brasileiro para absorver a produção importada tem de pagar pesadas taxas, o que defende a indústria nacional.

Dentro deste exemplo, quero enfatizar que devemos proteger nossa nação não apenas da invasão de produtos, como atualmente, mas também da invasão tecnológica que tanto limita nossa produção neste campo.

Entendo que após a independência política, a promoção do desenvolvimento social, político, econômico desta nação, dentro dos parâmetros que todos aspiramos, só será alcançada com a nossa independência tecnológica e cultural.

1. NOME/ENDEREÇO: *Celso Adolfo* -- Av. Afonso Pena -- 2755/1308 -- Belo Horizonte-MG -- Telefone: 225-0605 -- CEP: 30130.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *MPB.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *As multinacionais do disco não prestam conta, de forma honesta, de como está a vendagem do disco de seus artistas. O artista vive dos proventos dos direitos autorais de sua obra. Recebendo quantias claramente fraudadas, a vida se dificulta além do que sempre se suportou, a arte perde sua naturalidade, e o Brasil perde. Controlar as multinacionais com legislação a fim de que seus (deles) desmandos não atordoem a um extremo insuportável e cínico a vida cultural brasileira.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Dorália Duarte Galesso* -- AOS 7 -- Bloco A -- Apto 516 -- Telefone: 234-1402 -- Caixa Postal 07/1076 -- Brasília-DF.

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Instituto Histórico e Geográfico do DF.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Preliminarmente, cumprimentos aos organizadores do presente encontro que considero de real valia para todos os brasileiros.*

Em nome do presidente do órgão que represento -- Ministro Guido Mondim -- ex-Senador da República, em duas legislaturas e Presidente do TCT -- hoje aposenta-

do e Presidente da Liga de Defesa Nacional, cujas atividades o impediram de participar deste evento e, com sua autorização sugiro, por ordem de prioridade:

- 1) maior atenção ao menor abandonado, futuro marginal;
- 2) maior atenção ao cumprimento dos programas educacionais, momento no que se refere as disciplinas ligadas à Moral e ao Civismo, tendo em vista que o brasileiro de hoje já nem sabe cantar seu Hino ou comportar-se durante o hasteamento da Bandeira Nacional;
- 3) maior atenção e orientação às mães carentes (orientação, alimentação, higiene etc.) para que gerem brasileiros sadios, portanto úteis à Pátria;
- 4) maior atenção aos núcleos onde se estudam a História e a Geografia do Brasil entre os quais cito, sem falsa modéstia o IHGDF, existente no DF, nas entrequardas Sul 703/903, fone 226-7753, onde há constantes exposições de temas ligados a Brasília, ao Brasil e aos problemas da atualidade e onde os estudantes dos três (3) graus nos procuram para suas pesquisas, mormente as ligadas a Brasília.

Lá temos realizado encontros, ciclos de estudos, palestras, conferências, etc., gratuitamente, fornecendo inclusive certificados aos participantes.

Uma visita lá se impõe.

O prédio é moderno, atende à linha de Brasília, porém, está inacabado, apesar de sua situação privilegiada, entre escolas e faculdades.

A construção começou com Brasília, todavia, a obra parou e ficou entregue, durante dez (10) anos, a maloqueiros, maconheiros, desocupados, etc., como casa sem dono.

Foi, então que o atual presidente, assumiu, como interventor, e, há cinco (5) anos estamos atuantes, servindo inclusive aos turistas que nos visitam, estando aberto ao público das 10:00 hs às 18:00 hs, inclusive aos sábados e domingos.

Trata-se de entidade privada, declarada, por Decreto, de utilidade pública.

Aguardamos uma visita e pedimos socorro por sua manutenção.

1. NOME/ENDEREÇO: Maestro Aylton Escobar — Rua Bolívia, 387-204 (Bairro São Pedro) Belo Horizonte-MG — Telefones: 227-5903 (resid.) e 201-8900 R. 71 — CEP 30000.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Orquestra Sinfônica de Minas Gerais (Regente Titular).
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: 1) Reestudo do percentual destinado às orquestras da verba do auxílio econômico federal (FUNARTE);
2) Equipar as orquestras do seu necessário material instrumental e de arquivo de obras (material importado necessariamente): A Orq. Sinf. de Minas Gerais encontra-se completamente desequipada no seu instrumental de percussão importante para a execução do repertório contemporâneo e especialmente o nacional;
3) Estimular a preservação dos bens culturais (onde se inclui a obra musical da criação nacional) através do disco e da edição de partituras, além dos vídeos e filmes; (a discografia nacional em música de concerto é ainda a coisa morta);
4) Divulgação ampla dos trabalhos artísticos musicais pelos meios acima através do rádio, da TV e da imprensa escrita (esta constantemente diminuindo seus espaços para este fim, em nome da cultura alienígena);
5) Estimulo obrigatório aos conservatórios e escolas de música à formação de músicos de orquestra e não mais dos repetidos exércitos de pianistas maus, inócuos à vida musical real;

6) O Direito Autoral transformado em realidade creditável e não no abuso de características criminosas como o vemos agora, se o podemos ver;

7) Salários de músicos de orquestra compatíveis com sua importância sócio-cultural;

8) Lei Sarney mais claramente explicitada aos órgãos de cultura e às empresas de capital privado para sua maior e mais efetiva aplicação;

9) Compreender definitivamente que importante e real na cultura nacional não é somente o que dita e impõe a Rede Globo de Televisão.

1. NOME/ENDEREÇO: Carlos Francisco Bandeira Lins — Praça da Liberdade, 190, 9.º andar — São Paulo-SP - Telefone: 254-1298.

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Ministério Público do Estado de São Paulo.

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: Especialmente em um país em que a injusta distribuição de renda permitiu a acumulação de grandes fortunas, é necessária a participação da iniciativa de particulares através da destinação de recursos para a preservação e desenvolvimento de nossa cultura.

Incentivos fiscais são, para isso, um estímulo. Mas, sem dúvida, não o suficiente para que aqui se reproduza o que ocorre em outros países, em que substanciais parcelas da riqueza nacional têm sido, mediante a instituição de numerosas fundações, revertidas em favor de todo o povo.

Para que isso ocorra, é necessário que aqueles que tenham meios para instituí-las sintam que esse ato de despojamento obtenha o reconhecimento da sociedade e dos governos.

É o que ocorre nos países em que as fundações constituem uma parcela considerável do quadro das instituições culturais. E é o que falta no Brasil de hoje, em que os atos de doação de particulares em benefício da comunidade têm passado despercebidos.

Reverencia-se e cultua-se, em outros países, a memória daqueles que destinam seus bens para fundação de toda natureza. No Brasil, hoje, quantos homenageiam aqueles que fizeram o mesmo, sem nenhum incentivo fiscal?

Se se quer a contribuição de particulares para a edificação de nossa cultura (especialmente a daqueles em cujas mãos se detém parte substancial de nossa cultura, representada por obras de arte de cuja falta se ressentem os museus, por livros que não se encontram nas bibliotecas públicas) é necessário que se preste justa homenagem aos que, no passado, com seus bens, criaram fundações, devolvendo à sociedade o que ela lhes propiciou.

Sugiro, pois, que, através da criação de uma Ordem Nacional do Mérito Cultural venham a ser postumamente homenageados os que assim procederam.

É o meio de se mostrar a gratidão do país a vultos a que não se tem feito justiça e é o meio também de se fazer com que, como em outros países, mais e mais pessoas (ainda que movidas por uma natural vaidade, pelo desejo de perpetuarem a memória de sua passagem pelo mundo) venham a dar a seus bens uma destinação social, em provento de todo o povo.

1. NOME/ENDEREÇO: Francisco de Assis Chaves Bastos — Rua Maria Angélica 741 Apto. 202 Jardim Botânico — Telefone: 226-2936.

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: A Poesia/Artes Plásticas e FUNARTE-MINC.

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: 1) *Maior dedicação e maior energia na tomada de atitudes conceitas para preservação de nosso patrimônio ecológico (a paisagem brasileira, as fontes de recursos naturais, a fauna, a flora e Geografia estão sendo corroídas indiscriminada e irresponsavelmente, não queremos que no futuro nossa poesia seja dita no deserto onde antes existia uma vida exuberante.*

2) *Maior estímulo à pesquisa científica no campo da arte e criação de novas linguagens. Abertura de grandes espaços para experimentação e aplicação de linguagens artísticas — oficinas de criação em todos os campos. Criar arsenais e feixes de raios culturais agora para a projeção do futuro. Uma arte brasileira independente realizada a partir de uma experiência própria.*

3) *Para chegarmos à luminosidade do futuro precisamos conhecer nossa própria história. Editar e difundir relatos e experiências vividas reativando nossa memória histórica. Nossa vivência cultural contemporânea não é conhecida. O processo de transformação nacional incorpora e incorporou grandes idealistas e idéias, linguagens diversificadas num país de poetas, sonhadores, pioneiros, aventureiros. Precisamos contar nossa história através de toda a mídia: rádio, TV, jornal, cinema, vídeo, publicações, etc. Não podemos chegar ao ano 2000 desmemoriados e sem identidade cultural.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Israel Pedrosa — Rua Presidente Backer, 377 — Icarai Niterói - RJ — Tel.: 710-0234 (021) — CEP: 24220.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Pintor — Autônomo.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *«Estamos condenados ao progresso» - Euclides da Cunha.*

Há vários brasis coexistindo num mesmo país, ao mesmo tempo. A legitimidade de cada um deles, expressa-se pelo simples fato de existir: daí os vários patamares sociológicos que geram diferenciados elementos de originalidade estética, todos genuinamente brasileiros.

Hoje nosso comunicador visual tem ao seu dispor um enorme arsenal de elementos de expressão - desde o tradicional pincel, até os cada vez mais sofisticados computadores e raios-laser.

O imenso parque da indústria gráfica, a arte publicitária, a arte decorativa, a fotografia, o cinema e a televisão nutrem-se dos avanços das pesquisas do que constitui a moderna «ciência da pintura» brasileira.

É este o elemento mais dinâmico de nossas artes visuais que influenciam milhões de brasileiros, marcam a nossa modernidade e abrem espaços no exterior para nossa presença em termos de cultura atual.

Não se trata de discutir se é um bem ou um mal, mas de notar que nossa vida cultural transforma-se rapidamente e que, hoje como daqui até a virada do século, e daí para a frente, nosso «instinto de nacionalidade» terá de coexistir e expressar-se cada vez mais com, e por meio dos elementos da ciência e da tecnologia que condicionam o nosso viver.

Nossos artistas de «ponta» já não manipulam apenas as imagens com suporte de substância material. Nas mesas de programação, a luz e o suporte e ao mesmo tempo forma, o que significa: o artista cria, deforma, fotografa e transmite imagens luminosas, totalmente inexistentes do ponto de vista substancial.

1. NOME/ENDEREÇO: *José Mendonça Teles — Rua 89 n.º 333 - Setor Sul Goiânia - GO Tel.: 241-3612 CEP: 74000.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Academia Goiana de Letras Presidente.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Ao Ministro da Cultura no sentido de promover encontros com dirigentes de entidades culturais brasileiras, públicas e privadas, visando discutir e descobrir um novo caminho para a nossa cultura até então trôpega e cambaleante numa estrada construída pela elite brasileira.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Rita Teles de Sousa - QND 11 c/15 - CEP: 72120.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Assoc. Moradores Setor QNDs.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *«O homem é o produto do meio»*

Ninguém nasce roubando.

Ninguém nasce matando.

Ninguém nasce violentando.

Ao governo cabe proporcionar uma sociedade digna do homem como ser.

A sociedade atual está «bestificando» o homem. Isso por ele se sentir violentado em seus próprios direitos.

Hoje o homem não tem oportunidade de voltar-se para dentro de si, de descobrir-se como ser. Tudo perdeu o sentido. Viver, já não é importante. Cabe ao homem apenas a sobrevivência.

Sugestões: - O não à violência se dá se o homem se sentir como tal.

Ou o governo incentive a música, a poesia, a literatura. Criando bibliotecas públicas, promovendo o poeta e o músico.

Através da poesia o homem se descobre como ser, descobre o outro, a natureza e, finalmente Deus e a própria razão de viver.

Que na virado do século, o homem vire-se para si próprio e para a vida.

1. NOME/ENDEREÇO: *Marcelia Campos Domingues - SQS 108 - Bl. I - Apt. 601 - Tel.: 243-0284 - CEP: 70317.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *STC/Militância Negra.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Que o governo tenha a questão do negro como um problema político do País, deixando de lado a idéia de ser este um problema de ordem econômica, mas encarando esse fato como uma consequência do determinismo histórico, fortalecido pelo mito da democracia racial, que fortaleceu e fortalece cada vez mais as diferenças de ordem econômica, social, cultural, etc...*

1. NOME/ENDEREÇO: *Justo de Carvalho Silva - R. Barão de Mesquita, 850 Bloco B Apt. 507 Andaraí - Grajaú - Rio - Tel.: (021) 278-0556 CEP: 20510.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *MinC - Rio de Janeiro.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *A questão negra, não é. «A questão do negro».*

É, a nosso juízo uma questão nacional e de governo que precisa urgente de ação governamental.

Sugiro a inclusão da temática negra nos próximos Encontros Governo-Sociedade, convidando palestrantes negros e mais representantes das entidades em questão para participarem.

1. NOME/ENDEREÇO: *Heloisa Aleno Lustosa - Barata Ribeiro 638 - 1001 - Tel.: 236-1643 - 236-5362.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Conselho Federal de Cultura - FUNARTE.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Antes que desejai impedir o inevitável confronto das culturas internacional e nacional, cumpre-nos aguardar este confronto com a tranqüila consciência de que estaremos preparados para ele.*
1. NOME/ENDEREÇO: *Alvino Costa Filho Arquitecto - Rua da Candelária, 66 10º andar Rio de Janeiro Tel.: 291-3939 R: 234.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Cia. Souza Cruz Ind. Com./Dep. Com. Social Projetos Culturais.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *De acordo com o Prof. Da Mata deveríamos entrosar melhor a cultura primitiva espontânea com a cultura erudita e de preferência com o slogan cultura já e não esperar a virada do século. No ano 2000 sim, poderíamos fazer uma nova análise do que aconteceu após a Lei Sarney. Já sabemos do que o povão gosta, então vamos acionar esse entusiasmo através dos instrumentos que o governo criou como a Lei Sarney. Empresas que já praticam o marketing cultural provavelmente continuarão a investir na cultura de acordo com suas políticas e estratégias. Porém as empresas que nunca investiram nesse setor, devem mesmo assim, receber um voto de confiança p/novos patrocínios, bem ao gosto regional e ao sabor local de cada cidade ou cada região. O governo deve estar atento apenas aos oportunistas e inibi-los de más intenções, inclusive aplicando punições que a lei e regulamento regem, tal qual fez com o boi no pasto. Cada segmento da sociedade, como sempre o foi, saberá se identificar com as respectivas empresas de suas regiões na busca de patrocínios. O governo dará a si, um prazo mínimo de 6 meses p/ analisar em nova investida cultural, e saberá analisar quais os setores que não foram beneficiados; nesse caso o próprio governo pode e deve beneficiar a referida expressão cultural. De resto a cultura saberá andar sozinha, ao gosto das próprias populações.*

O DENTEL, através de uma legislação mais nacionalista deveria «equilibrar» as edições de programas de música americana, principalmente o Rock, com as músicas do repertório nacional. A juventude absorve tudo que o rádio e a TV divulgam, e nesse aspecto, está havendo uma massificação da nossa juventude pró-cultura americana, o que é muito danoso. O mercado competitivo entre gravadoras multinacionais tem acimado a propaganda da música «importada» e perante a isto, não me lembro de intervenções do governo em prol dos valores nacionais de uma maneira mais forte e efetiva.

O Brasil já tem um patrimônio cultural grande, porém muito mal cuidado. Conheça igrejas e prédios de grande valor histórico em MG e RJ caindo aos pedaços sem recursos p/recuperação. Ao invés de programas audaciosos e de vanguarda, que tal primeiro reunir e conservar aquilo que já temos e que já é identificado como nossa memória nacional. Ao invés de novos programas, vamos substituir as telhas quebradas e descupinizar os nossos altares.

- 1) *Criar uma fábrica de filmes/celulose nacional!*
- 2) *Criar uma fábrica de tintas e pigmentos tupiniquins!*
- 3) *Vamos criar com os estudantes, um projeto Rondon da Cultura, vamos artezanar instrumentos musicais...!*
- 4) *Vamos ressuscitar a Aldeia de Arcozelo do inesquecível Paschoal Carlos Magno!*
- 5) *Vamos recriar os espaços culturais das cidades. No caso do Rio de Janeiro, toda a orla do Porto está cheio de armazens vazios que poderiam ser recuperados para a cultura. Veja os casos do SENAC em SP que recuperou uma galeria velha p/atividades culturais, veja o caso do South Sea Port na zona leste de New York, onde visitei velhos galpões, hoje reformados, p/ restaurantes, teatros, lojas e espaços culturais. Preparem os projetos e os programas que as empresas de um modo geral virão correndo patrocinar.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Maria Gomes Figueiredo dos Reis (Professora) - Universidade Federal do Piauí - Teresina - Piauí - Tel.: 232-1212 - CEP: 64000.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *UFPI - Departamento de Letras.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Para o IV Encontro Governo-Sociedade:*
 - 1) *Temática voltada para a Educação, algo como «Educação-Vida-Cultura».*
 - 2) *Apoiamos nossa sugestão nas palavras de um dos participantes deste IV Encontro: «O Brasil é um gigantesco parque de ignorantes» - é urgente que o governo e o povo «Convertam este grande país numa grande escola» - H. Jaguaribe.*
 - 3) *O governo/sociedade precisam, juntos, encontrar o caminho do ensino, única via que conduz ao desenvolvimento; o primeiro passo para trilhar esta estrada seria a preocupação com o uso da língua pelos meios de comunicação, perguntamos:*
 - a) *Por que a língua dos jornais e revistas é normatizada e a mesma língua utilizada na comunicação audiovisual foge a toda e qualquer normatização?*
 - b) *não caberia ao sistema educacional/cultural brasileiro adotar medidas para evitar que os nossos filhos/alunos não aprendessem o seu idioma sob dois aspectos, como na antiguidade latina:*
 - a) *Normatizada nas Escolas*
 - b) *Não normatizada na TV ?*

1. NOME/ENDEREÇO: *Antônio Carlos Simões - SQN 312 - Bloco E - Apartamento 603 - Telefone: 274-2691 - CEP: 70765.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *ADESG/DF*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *A evasão de ouro e de pedras preciosas, se estancada, seria suficiente para evitar as ginásticas de fundo político-diplomático em relação à nossa dívida externa. Há enfoque social, e também econômico, na garimpagem, que envolve centenas de garimpeiros e familiares; pior é a entrega da lavra a empresas privadas. Seria fundamental o Governo absorver, gradativamente, por meio de instrumento executivo hábil, a exploração de ouro e de pedras preciosas. Uma instituição, tipo Caixa Econômica, misto de Petrobrás. Ou, então, estimular as Cooperativas de Garimpeiros, orientando-lhes a estruturação, financiando-lhes a produção e fiscalizando-lhes os gastos, a contabilidade. É difícil, mas não impossível; sobretudo, é útil à Nação, a partir do garimpeiro.*

Milhões de dólares são dispendidos para custear o uso, por nossos meios de comunicação de massa, de desenhos infantis e filmes policiais que, não apenas as casas de diversão, mas, e principalmente, os canais de televisão apresentam a título de divertimento.

Da manhã à madrugada seguinte, são os «He-Man», os «Capitães América», os «Hulks», os Justiceiros de todo tipo, seja «Superman» ou «Capitão Malver» (para alegria da criançada) ou infundáveis séries das águias de fogo, dos havaís cinco zero, para emoção dos adultos.

No fundo (e na superfície, também)... tudo violência, tudo maldades, tudo técnicas de aprimoramento do crime.

Ainda é tempo de modificar-se o panorama sombrio, de violência, sobretudo, para a virada do século e do milênio. Santo Deus, porque não se toma providências contra esse destroçamento do psiquê das gerações futuras, e da presente também?

Os «exercícios» do Embaixador Ricupero e de Hélio Jaguaribe, sobre a economia brasileira da virada do século, conduzem à meditação. O Plano Cruzado - se houver disposição e pertinácia no sentido de mantê-lo além de fevereiro/87 - é o remédio histórico nem sonhado por Kubitschek. A Cruzada deve ter prosseguimento, para fortalecer o plano interno e suportar as pressões externas. Não sei se a «econo-

mia mais aberta» proposta por Ricupero trará mais benefícios do que a «economia mais fechada».

Conveniente é examinar qual dos caminhos poderá atender com superior rapidez e eficiência às necessidades brasileiras. Principalmente em relação às «ações protecionistas» e ao deslocamento, antevisto, do cenário atlântico para o cenário pacífico da economia mundial. O certo é que, pelo determinismo geográfico, não podemos afastar-nos do panorama atlântico, do hemisfério Sul, das condições favoráveis nas relações com a África, América Latina, Europa.

Tudo nos leva à formulação de uma política definida e pertinente a cada país, em si; a cada bloco regional; a cada área continental em particular. Em que termos utilizaremos o mundo antártico? Conviria procurar, logo, petróleo no Continente Branco? Ou deveremos guardá-lo para estratégia militar? Por que não avançar na implantação de alguma indústria nesse mundo gelado? Quais as possibilidades de exploração de alimentos, aí, sem desestabilizar a ecologia? Há, como se vê, infindáveis indagações relativas à posição do Brasil no mundo, na virada do século.

Presídios. É preciso fortificar as casas de detenção, dizem.

Mas, pergunto, teria havido, mesmo, a prisão D'II? Se, realmente, existiu, seria impossível acontecer a fuga de um Conde de Monte Cristo? Se é possível acontecer a seqüência narrada no romance famoso, então parece desaconselhável gastar-se montanha de dinheiro para evitar a crescente insatisfação do prisioneiro.

Conviria tentar-se a solução do trabalho. Não, trabalho forçado, trabalho-castigo. Trabalho simples, humano, produtivo. O apenado deve ter profissão digna e exercê-la mediante contraprestação. Tanto para custear a «hospedagem» que o mau uso da vida e da liberdade provocaram, quanto para fomentar poupança etc.

O preso deve ser submetido a lenta e continuada formação psicológica, de recuperação dos valores morais que lhe são inerentes. O policial que o vigia, da mesma forma, precisa dessa formação, pois existe um elo sutil entre ambos. Do policial talvez dependa muito mais do que se pensa.

Agora mesmo, recolhi no Garimpo do Planeta, em Apicás, Município de Alta Floresta, Mato Grosso, depoimentos contundentes contra um sargento da PM matogrossense. Ele mata a sangue frio, se o garimpeiro não lhe entregar cem gramas de ouro, no mínimo, por semana. Em pouco tempo, teria juntado quatro quilos do metal precioso. Foi transferido... há duas semanas, juntamente com outros três policiais. Mas... e os crimes que praticou? Os garimpeiros esquecerão? Ou...?

1. NOME/ENDEREÇO: *Célia Coelho Frota - Avenida Rio Branco 46 - 5.º andar - Rio de Janeiro-RJ - CEP: 20090 - Telefone: 253-8020 e 551-1512 - Telex: FNPM/RJ.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Fundação Nacional Pró-Memória - MinC*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Minha sugestão se prende à importante questão levantada pelo Professor Mário Machado, no painel Cenário Cultural, da tarde do dia 14, que diz respeito ao apuramento do conceito de um artesanato exercido pelas camadas de baixa renda. Não supervalorizo aqui o cultural em detrimento do econômico, ou de qualquer outro fator integrante da vida social. É no entanto imprescindível que, ao nos voltarmos para os artesanatos que representam um produto cultural brasileiro, que o foco deva recair não sobre o objeto, mas sobre os sujeitos: os seus produtores, abrindo espaço para que os mesmos possam elevar a sua qualidade de vida sem prejuízo da liberdade de expressão da sua identidade cultural. Nesse sentido, sugiro que se estabeleça uma comunicação específica, flexível mas*

permanente sobre o assunto, entre os órgãos da administração pública que atuam nessa área, como o Ministério da Cultura, e os da Educação, do Trabalho, da Indústria e Comércio, do Interior e inúmeros outros.

1. NOME/ENDEREÇO: *Nestor dos Santos Lima - Av. Café Filho 505 - Praça do Meio Postal - Telefone: 221-3797 - CEP: 59010.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Assoc. Pot. Amiga da Natureza.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Ao Senhor Ministro da Cultura*

No que nos resta do século XX, é urgente, no campo de cultura popular, um esforço para desmontar da memória do povo o elenco de mensagens gravadas nos arquivos da sabedoria convencional com vistas a facilitar os objetivos do colonizador europeu e posteriormente das classes dominantes de plutocracia nacional.

É minha esperança, comprovada em movimentos populares ocorridos no ano de 1986 em Natal, que provérbios como «Os incomodados se mudam» ou «Bom cabrito não berra» podem ser transformados facilmente em «Slogans» progressistas para que se acelerem as transformações sociais indispensáveis a entrada do Brasil, como nação moderna do século XX.

Os provérbios podem ter guias contrárias ao seu tradicional objetivo, como por exemplo:

«Os incomodados não se mudam - lutam»

«O bom cabrito é o que berra».

1. NOME/ENDEREÇO: *Petronilo Santa Cruz de Oliveira Filho - Edif. Venâncio 2000, Bloco B-60, Sala 239 - Telefone: 225-4581 - CEP: 70333.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Fundação Joaquim Nabuco.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *No debate ao cenário cultural, foi colocada uma questão sobre a intervenção da cultura, ou seja, dos órgãos culturais com os setores sociais produtivos economicamente. Achando esta questão de absoluta importância, sugiro um debate sobre este assunto.*

A opinião de órgãos culturais sobre estes assuntos, poderá levar o poder decisório optar por caminhos mais simples, mais econômicos e que na realidade são os mais eventualmente indicados, se aproveitando assim a experiência existente no «dia a dia».

1. NOME/ENDEREÇO: *Rubem Martins Andrade - SQN 314 - Bloco D -- Apto, 101 - Telefone: 272-3671 - CEP: 70767.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Senado Federal.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *A nossa «individualidade», aquilo que julgamos ser nossa personalidade é, na realidade, um cruzamento de influências. Neste sentido, não somos nós mesmos; somos produtos -- individuais e coletivos -- do que nos incalam os meios de comunicação de massa. Esses meios criam, por assim dizer, nossa realidade. Ou seja, informam nossa interpretação da realidade objetiva.*

É necessário, por esse motivo, esforço atento no sentido de assumir o país soberania tecnológica e cultural sobre o que se veicula nesses meios de comunicação. Sugiro, neste sentido, a busca de desenvolvimento de mecanismos institucionais, sociais, econômicos, políticos e tecnológicos que garantam à sociedade a participação nas decisões sobre o que há de receber por estes canais de comunicação. A participação social há de agregar legitimidade aos conteúdos veiculados e também os limites da dependência tecnológica.

1. NOME/ENDEREÇO: Turibio Soares Santos R. Pacheco Leão 162 - Apto. 104
Telefone: 294-8266 CEP: 22460.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Museu Villa-Lobos - FNPB.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: 1) *Reformulação do ensino da História do Brasil, visando uma tomada de consciência para a cultura negra e verdadeiro decorrer da História Social do Brasil principalmente no nível primário e secundário.*
2) *Interferência do MinC junto aos governos do Rio e S. Paulo para criação de grandes centros culturais nestas cidades, cujos teatros municipais e salas de música estão congestionadas e ultrapassadas, ... por não terem espaço apropriados à demanda do público. Salas de espetáculos, mas também de exposições, restaurantes e bares.*
3) *Tomada de consciência e controle por dirigentes de órgãos públicos do uso do dinheiro público em seus...*

1. NOME/ENDEREÇO: Amador Abdala - Rua Calixto Abdala, 76 - Telefone: 324-2089 - CEP: 77100..
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Assoc. de Proteção ao Meio Ambiente Anapolina.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *A importância da arborização urbana nos parece tão deslocada para a preservação do equilíbrio ecológico que podemos sugerir sejam celebrados convênios entre o IBDF e IBD, as secretarias do meio ambiente, assim estaduais, como municipais, a fim de que, tal processo de defesa do meio ambiente, se generalize tornando-se presente em todas as comunas brasileiras. E ao fazermos tal sugestão, sugerimos:*

Por que não se prefere o plantio de árvores frutíferas, mais frondosas que uso de árvores ornamentais que, não raro, não funciona, em plenitude, como instrumentos de equilíbrio ecológico?

Combater com presteza e energia, a poluição em todos os seus níveis.

1. NOME/ENDEREÇO: Francisco Anselmo Gomes de Barros - Roberto Mange, 89 - Caixa Postal, 34 Telefone: 383-2332 e 3217 - CEP: 79100.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Fundação P/Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Legislação Ambiental para que se pense no Brasil do futuro e para que ele tenha futuro é necessário que tenhamos respeito pelo meio ambiente. Para que ele proporcione saúde e bem-estar, o desenvolvimento só pode ser feito respeitando os custos sociais. Para isso, torna-se necessário e urgente que o governo faça um projeto global, promovendo um debate entre os seus próprios órgãos porque quase todos eles são predadores. É necessário que se trace uma política ambiental onde nem o governo federal possa prejudicar um estado ou município, nem estes atendendo a seus interesses ou de grupos possam fazer o mesmo. Como nem sempre temos governantes com independência e defensores da ecologia, precisamos de uma lei maior que todos obedeçam.*

Observações: Minas e Energia, Agricultura e seus dependentes são os órgãos mais conflitantes nesta questão. Basta ver problema de agrotóxicos, vinhoto, pesca predatória, desmatamentos, barragens, mineração, prospecção de petróleo etc.

Sócio-Econômico nós ecologistas sempre fomos contrário a implantação indiscriminada do Proálcool nos grandes projetos, principalmente por causa do vinhoto, que hoje vemos ser uma realidade as nossas temeridades. Sabemos que o Proálcool foi criado e financiado pelo Governo, mais por pressão de grupos econômicos do

que por necessidade ou estratégia quando do choque do petróleo. Continuam os «Lobbies» defendendo o Proálcool, como defendem os seus interesses os que são contra a nossa política de informática.

Deixando a parte ambiental e vendo sob o aspecto econômico-social do Brasil do futuro, fazemos a seguinte interrogação:

O Brasil já produz mais de 50% do petróleo que consome, segundo o presidente da Petrobrás o Brasil será auto-suficiente em petróleo em pouco tempo, apenas com o funcionamento dos poços descobertos em águas profundas no Rio de Janeiro. O que o Brasil vai fazer com esse petróleo? Vai vender a quem? Porque hoje não se fabricam mais carros a gasolina. O governo diante dessa perspectiva vai mandar reverter os carros de álcool para gasolina? Quando Ministro, o Sr. César Cals disse que as nossas ferrovias foram desativadas porque nunca se pensou no choque do petróleo. O governo da Nova República já pensou numa superprodução? Qual o futuro do petróleo brasileiro?

Cultura — é necessário que se torne obrigatório a educação ambiental em todos os níveis do ensino. Só assim poderemos ter em todas as faixas etárias a consciência ecológica.

1. NOME/ENDEREÇO: José Anchieta Batista QND 58 Casa 38 Telefone: 562-8745 CEP: 72000.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Presidente da Associação de Moradores do Setor QND Taguatinga.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: Que o governo se volte mais para as associações de moradores. Que veja as necessidades do povo, principalmente a moradia. Que haja mais integração entre o governo e a comunidade, que representantes do governo vejam os trabalhos das comunidades e representantes das comunidades participe das decisões do governo.

Que o governo valorize mais o nosso trabalho, haja visto ser uma participação espontânea, sem fins lucrativos e de doação total. Isso nos possibilita ver e sentir, na própria pele o drama de irmãos, e conseqüentemente o achar e buscar soluções.

1. NOME/ENDEREÇO: Dalva Castro QNA 53 Casa 20 Telefone: 562-3745.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Conselheira da Associação de Moradores do Setor QNDs Taguatinga-DF.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: Que o governo se volte para as invasões. Quantas crianças lá vivem em condições subumanas, entregues à marginalidade, à fome, ao desabrigo.

Isso dói na pele dos líderes comunitários que somos, vendo crianças catar lixo p/matar a própria fome.

Se o governo não der a mão às associações, nada podemos fazer, o nosso trabalho fica incompleto e ninguém mata a fome pela «pena» que o outro sente.

Isso se dá na Vila São José, junto das QNDs, em Taguatinga.

1. NOME/ENDEREÇO: Fátima de Maria Souza Bezerra AOS 5 Bloco A Apto. 607 Telefone: 233-8788 CEP: 70650.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: SHIS Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda.

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Sugiro que o 1.º Encontro Governo e Sociedade seja breve e tenha como tema central a Família abordando, dentre outros, os aspectos referentes a Educação numa perspectiva de mudança de mentalidade paternalista e assistencialista existente naquelas menos favorecidas economicamente.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Ivone de Moraes Vieira — SQS 206 — Bloco C — Apto. 308 — Telefone: 243-3668 — CEP: 70252.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Direitos Humanos do Gama.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Que este encontro se estenda às regiões mais precárias, de onde virão sugestões mais abertas do povo carente, que o sofrimento ensina lições de vida para nós desconhecidos.*

Criação de Escolas Técnicas na mesma proporção que escolas primárias, para que no futuro não haja um número tão grande de desempregados.

1. NOME/ENDEREÇO: *Dr. Adhemar Faria de Moura — QSA 2 — N.º 8 — Taguatinga-DF — Telefone: 561-0155 — CEP: 72000.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Lions Clube de Brasília-Taguatinga.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *1 — O problema educacional, a nosso ver, é aquele que se apresenta como fundamental na construção de um Brasil grandioso, rico e justo. Mediante uma educação integral (moral, cultural, social, religiosa, etc.) seremos um povo apto a discernir, a respeitar as leis, alimentar-nos racionalmente, cultivar hábitos higiênicos, trabalhar, produzir riqueza, evitar a miséria e a indigência, resguardar a dignidade pessoal.*

Objetivando esta educação, o Estado deveria:

1.º proporcionar ensinos primário e secundário a todos, possivelmente num sistema de semi-internato, em que o educando permanecesse, durante o período diurno, no educandário, onde, além de atender ao currículo escolar, receberia alimentação, assistência médico-odontológica; teria oportunidade de praticar convivência social, o esporte; habilitar-se no exercício profissional diverso, desenvolver pendores artísticos; adquirir conhecimentos dos direitos e dos deveres do cidadão, etc;

2.º exigir melhor nível da programação das emissoras de rádio e principalmente televisão (áudiovisual) tendo em conta não somente sua relevante função social, mas principalmente sua incontestável importância e influência na formação da opinião pública e na implantação de novos hábitos, para que sejam ademais de instrumentos de entretenimento, complementadores do sistema educacional.

É lastimável constatarmos, através das pesquisas televisadas, o alheamento e a completa ignorância do grande público, de temas de vital interesse nacional e social, como sejam: constituinte, constituição, abortamento, divórcio, eutanásia, etc;

3.º exercer constante e severa vigilância sobre os seus temas de comunicação social, incluindo-se também aí o teatro, para que não atentem contra os bons costumes e a moral, não promovam nem divulguem o vandalismo, a contestação gratuita, a violência, a dissolução da família, o desrespeito ao bem público e privado, às autoridades constituídas, etc, enfim, não deseduem. Não há dúvida que vozes clamam contra a censura, o «moralismo», mas serão as vozes de sempre, dos «artistas» duvidosos, dos pseudo-intelectuais, arvorados em representantes da sociedade, que jamais vou outorgar procuração para em seu nome falarem.

Não se pode mais tolerar, a pregação do erotismo, da violência, do desrespeito aos legítimos direitos alheios. Cabe ao poder público sustar a derrocada moral em que

estamos sendo arrastados, porque, se assim não for, em vão almejaremos um Brasil grandioso, justo e rico, no próximo século.

Os exemplos da História são por demais convincentes, bastando citar as civilizações grega e romana.

II Desejável seria a implantação de uma política tributária visando ao estabelecimento da justiça social e distribuição da riqueza, talvez à semelhança daquela dos países escandinavos, sancada de seus inconvenientes.

III No relacionamento comercial com outras nações deveríamos, tanto quanto possível, não importar matéria-prima simplesmente (v.g.: minério de ferro, grão de soja, etc.), porém produtos ao menos semi-industrializados, proporcionando ampliação do mercado interno de trabalho e valorização dos nossos bens.

Selecionar as importações, não gastando divisas com supérfluos; incentivar e investir na pesquisa científica e tecnológica a fim de não perpetuar uma dependência externa.

Entre muitos outros (reforma agrária/cooperativismo, sistema penitenciário, poderes legislativo e judiciário, burocracia, saúde, etc.) são estas algumas reflexões que reportamos oportunas, ao vislumbramento a entrada do Brasil no século vinte e um.

1. NOME/ENDEREÇO: *Earle Diniz Macarthy Moreira - Av. Imperial, 231 - CEP: 91900 - Porto Alegre-RS - Telefonic: 18-2029.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Cultura e educação são entes indissociáveis: as duas faces de uma mesma moeda. É fato que clama aos céus, e agride a consciência nacional, o crescimento assustador do índice nacional de analfabetismo, agravado pelo aumento constante, de 10 anos a esta data, da desescolarização na faixa de 7 a 14 anos, etc.*

Por outro lado, no ensino de 3º grau, os investimentos governamentais se têm feito, de forma ponderante sobre os 25% do sistema, ocupados pelas universidades federais e afins, levando os 75% restantes à inviabilidade financeira com o congelamento das anuidades: a realidade, neste momento, - 1986 - aponta, para uma receita de 100% de taxas e mensalidades escolares, uma despesa média, só com o magistério, de 120 a 150%! Isto agravado pela defasagem salarial que há anos, se verifica.

Duas questões se impõem, desde já: ou o Governo Federal estatize e absorve esses IES, mantidas pela iniciativa privada e perde as esperanças de solucionar ou mitigar significativamente o drama da educação de base - não há perspectiva orçamentária que resista! - ou trata de apontar recursos mais significativos às universidades privadas, cujo alienado, via-de-regra, trabalha e produz, ao mesmo tempo em que aprimora a sua formação. Não é justo que perdurem os gastos suntuários, noticiados diariamente pelos meios de comunicações, nas IES federais enquanto o brasileiro que trabalha e custeia sua formação fique desassistido.

1. NOME/ENDEREÇO: *José da Cunha Faria - Rua Senador Vergueiro, 79, Ap. 401 - Rio de Janeiro - Telefone: 245-7607 - CEP: 22230.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Centro de Instrução e Adestramento Alte. Newton Braga.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *É público e notório estar o campo político internacional conturbado por uma série de conflitos de origem econômica, política e social, em grande parte ocasionados por uma degradação moral de costume, onde o desejável*

antropocentrismo (valorização do homem como origem, meio e fim, beneficiando, em decorrência, a evolução das comunidades), tem cedido lugar a interesses imediatistas e degradadores do nosso «habitat», o Planeta Terra.

Nenhuma nação consoante exterior nem poder extremamente, só não for, igualmente, internamente forte.

A formação de uma política externa está intimamente ligada à política interna de cada país.

Assim, sugerimos a assunção de uma opção política que procure, através de uma séria reformulação do ensino, resgatar a posição do cidadão brasileiro como participante consciente desse processo ético, que, ao invés de se negar, valorize sua individualidade.

Com essa postura, acredito nosso Brasil será um país, na virada do século, presente no cenário internacional.

Ouvimos economistas e sociólogos abordando suas posições e, felizmente, houve um consenso a respeito da necessidade de possibilitarmos a participação do cidadão brasileiro no processo de desenvolvimento econômico social, através da educação.

Gostaríamos de poder contribuir, aduzindo a este novo conceito educacional, a base da importância de uma conscientização individual de cada cidadão, desde sua mais tenra idade.

Acreditamos que esta posição ética irá conscientizá-lo de suas responsabilidades perante o futuro de nosso país, fazendo-o sentir-se como um elo de uma corrente que será tão resistente, quanto o for seu elo mais fraco.

1. NOME/ENDEREÇO: *Maria Stella de Souza Mendes (Prof.) SHIS QL 12 Conj. 18 Casa 08 Lago Sul Brasília-DF Telefone: (061) 248-5533 CEP: 71600.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *PRONAV-LBA-DF.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Aos Idosos Aposentados sugiro, como nós, devem se engajar no voluntariado da LBA-DF para trabalhar em equipe e ajudar aos idosos carentes nos seus grupos de produção. Muitos deles não recebem nem aposentadoria.*

Aos Economistas Jovens como educadora, eu coloco aos técnicos de planejamento uma indagação:

Que tal planejar um investimento elevado do governo e da sociedade na área de educação e saúde?

A longo prazo, traria uma elevação menor no salário mínimo mas uma elevação maior do homem na escala social?

Traria um menor número de brasileiros recebendo salário mínimo apenas aqueles que permanecessem na estagnação não por falta de oportunidades que seriam dadas a todos?

Traria um geral aumento de salários, por que a maioria da população estaria se esforçando para ascender no seu trabalho e na sua vida, de modo geral?

1. NOME/ENDEREÇO: *Ozias Vieira da Silva Quadra 02 Conj. «D» Casa 309 Setor Norte Gama DF Telefone: 556-1893 - CEP: 72400.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA:
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Criação de escolas com horário integral para crianças de 0 a 11 anos. Em um horário teriam a alfabetização em si, em um outro horário*

teriam o desenvolvimento de uma profissão, assim, quando o menor for jogado ao mercado de trabalho ao menos uma profissão terá.

Sabemos, pois, que a marginalidade que aí temos, é nítida presença de um jovem mal preparado e ocioso. Vamos dar uma atenção maior à educação, pelo contrário, a virada do século será uma catástrofe.

Obs.: As associações e entidades civis, precisam de uma maior oportunidade, para que possam participar destes debates, vê-se nitidamente que a presença que aqui se faz, é de uma elite.

As entidades de classes, associações de moradores, são entidades formadas de pessoas da comunidade, e quando digo comunidade eu quero dizer: povoão, a massa sofredora e tão necessitada e carente de uma participação, onde todos sentem necessidade de serem ouvidos. E esses presidentes de associação, são os seus representantes, e essas comunidades se fazem presentes através deles.

Vejo poucos aqui, ou melhor, eu quase não os vejo.

Obrigado.

1. NOME/ENDEREÇO: Sandra Silva Santos — Quadra 06 — Conj. «E» — Casa 22 — Sobradinho — DF — Telefone: 225-9647 (Recado: Tânia) — CEP: 73000.
 2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Conselho da Mulher — Sobradinho — DF.
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: Economias: 1.º) O próprio cidadão, como fiscal do «Sarney» poderá multar os açougues que estão vendendo a carne com «ágio». 2.º) Roupas: (Vestuários) em geral: Como sapato, tecido, roupas prontas, assessórios, perfumes. 3.º) Aluguéis: deve haver uma fiscalização por parte do «Governo» para que vocês sintam de perto a pressão por parte dos Senhorios, e as barbaridades que estão sendo cometidas com pessoas tão pobres. 4.º) Quero que na virada do século a educação seja prioridade, povo culto é povo sem tapa-olho, e que as escolas públicas tenham o mesmo nível de ensino que as escolas particulares e não tenhamos que pagar tão caro para preparar o futuro. Quero dentro desse espaço pedir para que a informática esteja em breve nas escolas públicas. A educação também é um direito de todos, não privilégio de alguns. 5.º) Justiça: A morosidade tem que acabar, como também o nível dos advogados que fazem o estágio, eles mal sabem informar ao cidadão sobre seus direitos e o encaminhamento se torna precário e lento. Tem que haver um meio rápido de resolver uma investigação de paternidade, o homem tem que assumir a paternidade desde a gestação, aí o menor será menos abandonado. Direitos iguais para todos. 6.º) Política: Constituinte: nosso povo (metade) mal sabe assinar o nome, ele sabe menos ainda o que é Constituição. Tem que haver uma conscientização geral do que vamos fazer e eleger dia 15/11/86, etc... A democracia é um diálogo não uma imposição. 7.º) A mulher tem que receber maior atenção e orientação, ela está se vendo obrigada a sair para trabalhar, aí é onde os filhos ficam à mercê da marginalização. Não há creches e o salário é tão mínimo que não dá para pagar babá, como fazem os privilegiados. Tem que haver salário justo, cheques, meio eficiente de trabalho e orientação psicológica, saúde e judicial.
- Obrigada.

1. NOME/ENDEREÇO: Nilo Sérgio Marques de Freitas — HIGS — Quadra 704 — Bloco «D» — Casa 60 — Telefone: 223-0355 — CEP: 70331.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Departamento de Comissões da Câmara dos Deputados — Telefone: 213-6396.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: O governo retirou quase todo o I.C.M. cobrado da carne e diminuiu o I.P.I. dos cigarros. Essas medidas aumentaram consideravelmente os lucros dos pecuaristas e dos fabricantes de cigarros. Mas o Tesouro sofreu

substancial sangria na sua receita. Espero que a classe média e os assalariados não sejam lembrados, mais uma vez, para cobrir essa diferença.

1. NOME/ENDEREÇO: João Paulo Soares Alsina — Rua Oduvaldo Viana Filho, 87 (Rio de Janeiro) — Telefone: 399-8204 — CEP: 22600.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Cidadão brasileiro atualmente prestando serviços à IBM Brasil.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: o sucesso do Plano Cruzado decorreu da coragem de lançá-lo e fundamentalmente da competência demonstrada em seu preparo.

O anúncio do plano foi acompanhado de ampla ação bem coordenada em sua divulgação.

O povo entendeu e participou para o seu sucesso, respondendo à ação do Governo de forma nunca antes contemplada em nosso País.

Os problemas que o Plano Cruzado hoje enfrenta, a meu juízo, são decorrentes da falta de estrutura governamental de suportar as previsíveis pressões decorrentes da reação do mercado interno e da ganância de oportunistas.

A dívida externa, fator maior do entrave do desenvolvimento nacional seguem um plano urgente de ação coordenada do Governo, exigindo ainda, maior competência no tratamento de suas delicadas questões.

É certo que o Governo tenha um Plano Estratégico para o encaminhamento das soluções do problema da dívida. No entanto, desde que a questão atingiu a Nação de forma dramática (e lá se vão 4 anos) continuamos a contabilizar juros e spreads com aumentos substanciais de encargos que oscilam ao sabor das variações das economias estrangeiras, sem qualquer proteção que faça valer nossos Direitos de Devedores. Não será o caso de repensarmos nossa estratégia de encaminhamento desta transcendental questão, que afeta a todos os brasileiros, principalmente aos trabalhadores que veem seus ganhos minguar, a cada dia que devemos mais? Não será o caso de desenvolvimento um Plano que coloque em discussão nacional as alternativas que temos para enfrentar o problema? Não será o caso de se criar um mutirão nacional de conscientização, para que venhamos todos a enfrentar o problema unidos, de forma a superar as dificuldades decorrentes das posições que venham a ser assumidas pela Nação?

Julgo ser esta, atualmente, a questão fundamental. A questão que deva ser encarada de frente, sem o que na virada do milênio (500 anos de Brasil), não conseguiremos legar a nossos filhos uma Nação definitivamente soberana, que ocupe seu justo lugar no contexto mundial!

1. NOME/ENDEREÇO: Ricardo Davison Robertsoni — Rua General Osório nº 72 — Tel.: (011) 434-2905 — Telex: 011 39997 — CEP: 13200.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Davison Propaganda e na Indústria Gráfica - Companhia Litográfica Araguaia.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: Ao despontar dentre os veículos, o da audiência pública onde vários segmentos de mercado tem oportunidade de manifestar-se e proporcionar ao governo elementos captados no dia a dia das empresas, e de todos os tipos de relação que existe na cultura, economia, sociedade e com a facilidade aos participantes de ter um acesso direto e informal aos dos ministros; o governo consegue ao meu ver captar, selecionar e dimensionar as arestas que podiam existir entre governo-sociedade.

Está de parabéns o governo por mais este evento e acredito que, deste virão outros com o objetivo de fechar as arestas existentes nos vários segmentos de mercado.

Desejaria também saber qual será o critério adotado para os ajustes dos segmentos de mercado para após janeiro de 1987, para não inflacionar um mercado aquecido pela demanda.

Felicito-os pelos temas tão atuantes e de interesse geral.

1. NOME/ENDEREÇO: *João Rubens Ofigo — Rua Marcelo Pedroni, 133 - Sumaré - SP. Tel.: (011) 73-3102 - Telex: 192403 - CEP: 13170.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Empresa - Ofigo & Cia. Ltda.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Criar o «Super»*

Ministério do Comércio

Justificativas:

1) Queiramos ou não, todos nós exercitamos esta atividade pessoalmente, comprando ou vendendo.

2) O que é na realidade a atividade comercial?

«É vender o que se produz e comprar o que se precisa».

3) Sabemos que o Comércio, tem mudado o rumo da história e a história do mundo.

4) Temos visto problemas comerciais deixarem ministros e embaixadores, embaraçados com assuntos que não são da sua especialidade.

5) Qual seria a grande atribuição desse Ministério? Determinar políticas claras e objetivas com os outros ministérios.

6) Toda empresa, possuir no seu organograma o setor comercial, não vejo porque uma nação com enorme potencial, não tenha um ministério voltado para amparar a produção, cuidar da distribuição, do abastecimento, de exportação e da importação.

1. NOME/ENDEREÇO: *Maria das Graças Andrade Leal - SQS 312 - Bl. C Apt. 602 Tel.: 242-5859.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Direitos Humanos do Gama.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Estinguir o atual Sistema Penitenciário Brasileiro, substituindo-o por presídio-empresa, a ser instalado em área rural onde poderá ser produzido qualquer bem de interesse do município, seja alimento, material de construção, equipamentos etc., utilizando os insumos existentes na região.*
E assim o preso pagaria a sua permanência no presídio.

1. NOME/ENDEREÇO: *Dr. Édison Sauguellis - SCS. Edif. Serra Dourada S/1 17 (G.M.) - Brasília - DF - Tel.: 225-8555 - 223-3878 - Telex: 1226 - CEP: 70300.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *General Motors do Brasil Ltda. e Conselho Federal dos Profissionais de Relações Públicas. CONFERP - MTb - Presidente da Comissão de Assuntos Governamentais - Representante credenciado junto à Câmara dos Deputados.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *1) Mais uma vez, o sucesso e o elevado espírito de colaboração em termos gerais que norteou os trabalhos deste terceiro encontro a exemplo dos anteriores, leva-nos a sugerirmos a repetição dos mesmos.*
Há que considerar-se o efetivo fortalecimento do legislativo pelo que, acreditamos, poderia tentar-se dentro da temática de futuros encontros discutir-se a participação efetiva que a sociedade em geral e os vários segmentos de trabalho/atividades buscarão junto a esse poder (lobby ou grupos de pressão) mormente se considerarmos o

projeto de lei 25/84 do senador Marco Maciel que busca definir o exercício de tais atividades.

2) Sugerimos a atualização de um auditório mais amplo (talvez do Senado Federal).

1. NOME/ENDEREÇO: Alcina Tubino Ardaiz Surreaux — Mostardeiro 257/201 — Porto Alegre — RS — Telefone: 22-3161 (0512) — CEP: 90410.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Tribunal Regional do Trabalho da 4.^a Região.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Impõe-se, no momento atual, uma profunda e estrutural reformulação do Poder Judiciário, sendo fundamental, para tanto, que se alcance a sua autonomia administrativa e financeira, de forma a que ele possa ser responsável por eventuais falhas ou pela qualidade da prestação jurisdicional.*

Esta matéria deverá ser objeto de estudo e apreciação na futura Assembléia Nacional Constituinte.

1. NOME/ENDEREÇO: Cláudio Eugênio Reis Bressane — Rua Vargem do Cedro, 201 - Apto. 71 - Telefone: 62-9500 — CEP: 01252 — SP.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Ministério Público do Estado de São Paulo.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *O necessário fortalecimento da função do Promotor de Justiça, membro que é do Ministério Público, o qual se constitui no advogado da sociedade e defensor dos direitos indispensáveis dela, podendo, pois, colaborar muito para estreitar, cada vez mais, o encontro governo-sociedade.*

1. NOME/ENDEREÇO: Hugo da Cunha Carvalho — Rua Marquês do Paraná, 28/602 — Flamengo — RJ — Telefone: 552-0136.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: INAMPS (Diretor Médico do Posto de Barra do Piraí — RJ) Assoc. Méd. Barra do Piraí — RJ.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Inicialmente, felicito o Governo do Presidente Sarney, que realiza no presente, preocupado com o futuro social, político e econômico do povo brasileiro. Se esta é a vocação do Presidente Sarney deve ser também assumida por todos os cidadãos. A credibilidade do Governo é o ponto de partida para a missão que cabe a cada brasileiro. Sugiro então: 1.º) Encontros periódicos como este são altamente positivos, deles surgem a integração governo-sociedade. 2.º) O Governo deve investir cada vez mais no homem, buscando inserir na sociedade uma responsabilidade individual e comunitária recíproca — Governo-sociedade — Para isso é necessário mudar o comportamento do cidadão, isto é, fazendo-o protagonista do futuro, que esperamos seja construído por cada um, e por todos. Os órgãos de comunicação devem participar de modo efetivo no processo, de modo que, os costumes morais, éticos, políticos, econômicos, culturais, etc... sejam aprimorados, segundo o consenso contemporâneo. 3.º) Parlamentarismo com o voto facultativo. Entendo que assim há mais legitimidade da participação de uma sociedade pluralista, como a nossa. Além disso, a decisão final seria descentralizada. Maior responsabilidade dos partidos políticos na indicação dos candidatos e maior vigilância no abuso do poder econômico dos candidatos, pois como vemos nunca o poder econômico manipulou tanto a consciência do eleitor.*

Resumindo, concluo: A economia foi feita para o homem e não, o homem para a economia; do mesmo modo que o trabalho e a terra.

As origens culturais do nosso povo não podem ser esquecidas, mas aprimoradas no amplo sentido popular e educacional do momento presente.

O homem tem que reformular seus conceitos, deixando de ser eu, para ser «eu e os outros». Deve substituir o «ter pelo ser».

Renovo pois, a minha esperança de que a «Virada do Século» será alviçareira para Governo-Sociedade, dentro de princípios justos, fraternos e iguais para todos, pois é o que buscamos.

1. NOME/ENDEREÇO: *Réssini Jarude — Secretário Executivo da AMA — Ruy Alves Pereira — Assessor — Rua Benjamin Constant, 150 — Sala 305 — Rio Branco Acre — Telefone: (068) 224-1786 — CEP: 69900.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação dos Municípios do Acre — AMA.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *A Associação dos Municípios do Acre, tem a honra e a satisfação de participar do III Encontro Governo-Sociedade.*

Nossa contribuição, é de que no aspecto social, econômico e político, haja intensa intimidade com as populações visando extrair seus problemas e suas reais potencialidades para que os planos e programas dos governos Federal, Estadual e Municipal estejam sintonizados com a realidade local, regional e nacional.

Neste prisma é que consideramos de extrema importância, num primeiro momento, quando da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, as leis que regulamentarão a Nova Constituição passem por um referendun da população como forma de legitimar os seus ansios.

Portanto, como proposta sugerimos que as associações de municípios dos estados sejam o veículo intermediário na consecução desses objetivos. Para tanto necessário se faz que, as associações tenham maior intimidade com o Governo Federal no sentido de estabelecerem os mecanismos legais para que essas informações lhes sejam subsidiadas. Esse entendimento deve ser o mais breve possível para que as associações possam auxiliar os futuros constituintes. Finalmente, consideramos que se os anseios e desejos de mudanças nascerem nos municípios, pois assim será mais fácil para os municípios, e estados e ao governo federal. Tomar as decisões para que no ano dois mil sejamos uma grande nação que se estabeleça o «Dia Nacional do Governo-Sociedade».

Que seja realizado num mesmo dia, esse encontro em todos os estados brasileiros para que se identifique as realidades locais e regionais.

A nível desse encontro estadual serão convidados todos os segmentos das sociedades locais, para levantamento de suas problemáticas e suas perspectivas futuras.

Posteriormente se promover o IV Encontro Governo-Sociedade que contará com as colaborações estaduais.

Podem contar com o apoio das associações de municípios e governo estadual para realização do encontro nos estados.

1. NOME/ENDEREÇO: *Maria José Lima de Carvalho Rocha Barroso — Rua Ipueiras, 47 — Aldeota — Fortaleza/CE — Tel.: (085) 224-1528 — CEP: 60.000.*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *ACEPI — Associação Cearense Pró-Idosos.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *— Estudo de questões sociais, mais graves como: idoso, menor, educação, saúde, família.*

Justificativa do Idoso:

A — Em 1976, o MPAS realizou três seminários regionais (SP/BH/CE) sobre o idoso na sociedade brasileira. Com os subsídios colhidos, foi elaborado um diagnóstico em que ficou caracterizado o nível de abandono e marginalização do idoso. No

mesmo ano, foi realizado o I Seminário Nacional de Estratégias de Política Social do Idoso, em Brasília, promovido também pelo MPAS.

B — Em 1977, foram implantadas as Diretrizes Básicas de Política Social do Idoso.

C — A crescente desatenção sobre a questão social do idoso, apesar do enunciado da Política Social para o Idoso.

D — O acelerado crescimento da população idosa no país, sem que governo e sociedade tenham adotado medidas para o atendimento das suas necessidades básicas.

E — A ONU recomenda que quando um país conta em sua população com um índice de 7% de pessoas idosas, deverá ter se equipado convenientemente para viabilizar boa qualidade de vida, bem-estar, participação e integração do idoso, na vida social e familiar.

F — Na virada do século este contingente no Brasil alcançará 8%.

G — O nível de desatenção e desigualdade de tratamento para com o idoso, mesmo nos órgãos públicos.

H — A falta de consciência social coletiva sobre esta problemática, considerando-se, também, que a responsabilidade sobre a prestação de proteção e assistência é devida à sociedade.

1. NOME/ENDEREÇO: João Bosco Rennó Salomon — Universidade de Brasília — Tel.: 274-0022 (r. 2193) — CEP 70000 — Brasília-DF.
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Faculdade de Ciências da Saúde.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: Seria ideal se o terceiro milênio se caracterizasse por maior compreensão entre os homens, por paz e interesse crescente na preservação da natureza. Na verdade, sem querer ser futurologista, não será assim a virada do século e muito menos para o Brasil. Realmente, com seu potencial de crescimento econômico e social, o terceiro milênio será bastante complexo para os brasileiros, que terão que enfrentar um ambiente extremamente competitivo, onde os riscos de destruição do meio ambiente serão cada dia mais prováveis, onde a ciência e a tecnologia adquirirão níveis impossíveis de serem previstos nos dias atuais. A única certeza que hoje temos é da necessidade de preservar todo o potencial de crescimento físico e de desenvolvimento mental do ser humano, para que possa equacionar e propor soluções alternativas para os problemas que surgirão. Pequenos desvios no desenvolvimento intelectual poderão constituir-se em sérios obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do jovem brasileiro do ano 2000. Este jovem brasileiro que irá formar a geração economicamente ativa do milênio, que se aproxima velozmente, está nascendo nos dias de hoje, onde os riscos de comprometimento de sua integridade física e mental se avolumam significativamente. Entre os fatores adversos que comprometem a qualidade de vida de nossa geração futura, a desnutrição, particularmente a desnutrição calórico-proteica, aliada às infecções, particularmente nos primeiros anos de vida, é o componente mais significativo. No primeiro ano de vida, a desnutrição poderá deixar marcas indelévels no padrão de crescimento físico e seqüelas permanentes no desenvolvimento mental. Prevenir a desnutrição, bem como as infecções, representa, a meu ver, a mais importante medida, objetivando assegurar a cada brasileiro do terceiro milênio condições para que possa manifestar ao máximo o seu potencial orgânico de crescimento físico e de desenvolvimento mental, geneticamente predeterminado. Para isto, é fundamental que se faça uma revisão crítica dos programas de nutrição e alimentação em andamento, que se destinam às famílias consideradas carentes. Até quando estes programas não estão atendendo preocupações paternalistas, ou objetivos demagógi-

cos. A revisão destes programas não objetiva suprimi-los ou mesmo prejudicá-los, mas sim direcionar suas metas primárias para proteger o ser humano nos períodos biocronológicos onde é mais vulnerável à agressão da desnutrição. Uma boa alternativa para isto é a participação consciente e precisa do governo, bem como do setor econômico envolvido com a produção, distribuição e preservação de alimentos, em um processo integrado, com a participação do sistema universitário, todos voltados para o equacionamento e a solução dos problemas nutricionais que, atualmente, constituem a principal ameaça ao brasileiro do próximo século. A persistir a forma paternalista, até então dominante, gastaremos rios de dinheiro para chegarmos à virada do século, incapazes de assimilar os conhecimentos técnicos e científicos que, seguramente, exigirão e muito, do desenvolvimento intelectual das gerações futuras.

1. NOME/ENDEREÇO: Álvaro José de Pinho Simões — Ministério da Saúde, Anexo B, Sala 112 — Tel.: 226-0522 — CEP: 70058 — Brasília-DF.
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Fundação Serviços de Saúde Pública.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: No princípio do século, as grandes conquistas no campo da saúde coletiva destacaram os nomes de Miguel Pereira (o Brasil é um vasto hospital), Osvaldo Cruz (controle da peste e da febre amarela urbanas), Carlos Chagas (descoberta da tripanossomose americana), Gaspar Viana (descoberta da Leishmaniose brasiliense) e de Belisário Pena (penetração dos serviços de saúde no meio rural).

No meio do século (1940-1970), destacaram-se, ainda no campo da saúde pública, a erradicação do *Anopheles gambiae* do Nordeste brasileiro e a erradicação da varíola do país.

De 1970 a 1985 preponderaram as ações da medicina individual (transplante cardíaco, implante de pontes safenas e a fabricação de bebês de proveta). Concomitantemente, houve o recrudescimento da malária, a invasão urbana do *Aedes Aegypti* e do «tigre africano» e a eclosão do dengue no Brasil, além da privatização da assistência médica.

Sugerimos que, até a virada do século, as lições de saúde coletiva (dever do Estado) voltem a preponderar sobre as ações de saúde individual (direito de grupos específicos da população).

1. NOME/ENDEREÇO: José Sávio Junqueira Henrique — SHIN QI 01 — Conj. 01 — Casa 14 — Brasília-DF — Telefone: 577-1721 — CEP: 71500
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA:
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: 1. Há uma ênfase muito grande ao planejamento econômico de metas governamentais. É necessário incorporar as metas sociais do governo à visão econômica de crescimento e desenvolvimento de forma a confrontar as questões geográfica, regional, logística ao planejamento econômico e chegar às metas realizáveis, e socialmente mais juntas.
2. É necessário um reforço substancial e constante no tempo às atividades de ciência e tecnologia no país, que sejam carentes com as demandas sociais. Dentre elas destaco a área de saúde, para a qual sejam destinados os recursos financeiros necessários para a produção dos fármacos (princípios ativos) considerados prioritários na RENAME/CEME, desde a pesquisa científica até o desenvolvimento tecnológico. Ressalvo a necessidade de harmonizar as participações da CEME, do CNPq/MCT, CAPES/MEC, FINEP, STI/MIC e até mesmo BNDES.

1. NOME/ENDEREÇO: Luiz F. Furlan - Al. Tocantins 525 - Barueri-SP - Telefone: 421-2433 - Telex: 35247 - CEP: 06100.

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Grupo Sadia.

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: para o Campo Social:

Planejamento familiar;

Alimentação infantil e merenda escolar;

Educação de 100% da pop. infantil de 1º grau;

Utilização dos recursos do FINSOCIAL via Prefeituras, SESI, etc., descentralizada via comunidade.

Meta principal:

- Educar e alimentar uma geração de crianças, a partir das gestantes.

Este é o desafio.

1. NOME/ENDEREÇO: Guillscno Eweique Lambrechts - Rua Sols. Hamilton Silva Costa - São Paulo - Telefone: 295-1411 - Telex: 34094 - CEP: 02190.

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Empresas de Transportes Atlas.

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: Incluir no IV Encontro algum trabalho sobre o Transporte Rodoviário de Carga. Ex.: «A importância do Sistema na Economia Nacional». «A participação do mesmo e seus reflexos na Nova República.

1. NOME/ENDEREÇO: Nivalto Pereira dos Santos - Av. Gabriel Passos nº 67 - Apto. 101 - Telefone: 621-1501 - Telex: 0332555 - CEP: 39864.

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: DEGal - Destilaria Gavião Ltda.

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: Solicito enviar-me as publicações editadas sobre o Seminário «Virada do Século» e de outros seminários passados e/ou futuros.

1. NOME/ENDEREÇO: Eduardo Von Glenn Nobre - Fazenda Santa Isabel - Caixa Postal 66 - Carlos Chagas-MG - Telefone: (033) 624-1279 - Telex: (0332) 554 - CEP: 39864.

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: DESPAM - Destilaria Pampã Ltda. - Carlos Chagas-MG

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: Gostaria de receber as publicações sobre o Seminário «Virada do Século» e as publicações dos seminários passados.

1. NOME/ENDEREÇO: Luisa Maria Avelino do Nascimento - Quadra 02 - Conj. D - Casa 309 - Setor Norte - Gama-DF - Telefone: 556-1893/1326 - CEP: 72400

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: Na minha opinião, acho que deveria acontecer encontros regionais, onde a comunidade tivesse uma maior oportunidade de participação; debates e discussões. Depois então com a junção de todas as experiências realizaria-se o encontro de nível nacional.

1. NOME/ENDEREÇO: Ministro Dr. Gualter Godinho - SQS 115 - Bloco H - Apto. 502 - Brasília-DF - Telefone: 215-1282 - CEP: 70385.

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Caráter pessoal, como estudioso dos problemas que afetam o nosso país.

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Com meus cumprimentos ao digno coordenador dos trabalhos, Ministro J. J. Moscardo de Souza, proponho que encontros como o presente, se repitam com frequência. Somente assim, com os debates, entre representantes dos mais variados segmentos da sociedade, chegaremos, mercê de Deus, a uma verdadeira Democracia em nosso País.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Miriam Inês Veloso Milo — SQN 216 — Bloco A — Apto. 405 — Brasília-DF — Telefone: 273-4008 — CEP: 70875.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Instituto de Tecnologia Alternativa do Distrito Federal.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Que haja continuidade de eventos como este e praticidade ao que foi sugerido.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Lucy Barreto — Rua Visconde Caravelas, 28 — Rio de Janeiro — Telefone: 286-7686.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Produções Cinematográficas L.C. Barreto Ltda.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Parabéns pelo encontro. Senti falta da presença de mulheres na Mesa — ausência de mulheres e negros como expositores.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Ronaldo Augusto Bretas Marzagão — Rua Quintana, 119 — Telefone: 531-5608 — CEP: 01569.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Ministério Público do Estado de São Paulo*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *A realização de novos encontros sobre temas mais específicos, com maior tempo para os debates.*

1. NOME/ENDEREÇO: *João Alberto Berutti Vargas — SQS 208 — Bloco D — Apto. 601 — Telefone: 244-0988 — CEP: 70254.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação Comercial e Industrial Novo Hamburgo-RS.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Apenas na parte prática, uma divisão de tempo mais equitativa entre palestras e debates.*

Quanto ao mais, só cumprimentos a quem idealizou tal tipo de encontro.

Oxalá se repitam mais amiúde.

1. NOME/ENDEREÇO: *Armando Soares dos Reis — Av. Nove de Julho, 3452 — São Paulo — Telefone: 881-0766 — Telex: 1125785-ABIA — CEP: 01406.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *ABIA — Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação — Vice-Presidente.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Muito louvável a iniciativa do Sr. Presidente da República ao promover os encontros governo-sociedade.*

A direção das Mesas e palestrantes de muito bom nível.

Todavia, quando se dá a palavra aos assistentes, a maioria comentou, criticou, solicitou à Mesa soluções, etc. etc., assuntos que nada tinha a ver com o conteúdo das palestras.

Para futuro, haveria possibilidade de disciplinar os comentários etc?

1. NOME/ENDEREÇO: *Antônio Carlos de Assis Pacheco - CMG - Subchefia da Marinha no GMPR - 1.º And. - Palácio do Planalto - Telefone: 211-1313 - CEP: 70000.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *GMPR/SUMAR.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *1) Que continuemos a participar de encontros do nível do «Brasil na Virada do Século». Eles representam momentos de análise e reflexão sobre importantes temas nacionais, que o dia-a-dia de nossas atividades não nos permite.*

2) Com a participação cada vez maior de todos os setores da vida brasileira sejam estes encontros abertos no Palácio do Planalto, mas que os temas a serem expostos e debatidos sejam levados a cabo em um auditório maior. Não é possível ficar de pé 2 a 3 horas apertado entre paredes e cadeiras, com jornalistas e fotógrafos passando e fumando a todo momento. A importância do Evento exige um auditório maior.*

** e encerrados.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Evelyn Berg Ioschpe - Luciana de Abreu, 233 - Apto. 1101 - Porto Alegre-RS - Telefone: 22-3949 - CEP: 90000.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Museu de Artes do RGS.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Envio imediato da súmula das palestras aos participantes.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Antonio Lopes da Costa - Rua Sacopã, 109 - Apto. 102 - Telefone: 266-1259.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação dos Ex-Alunos do Colégio Pedro II.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Este é o tipo de Encontro que deve ser realizado muitas vezes. Acredito que muitas coisas importantes poderão ser resolvidas a curto prazo.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Helio Pereira Dias - Ministério da Saúde - Consultoria Jurídica - 5.º Andar, Sala 529 - Telefone: 225-2425 - Ramal 320 - CEP: 70.058.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Ministério da Saúde.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Maior representatividade de outros segmentos, segmentos sociais envolvidos especialmente na área psicossocial.*

Maior abrangência na temática do Encontro.

1. NOME/ENDEREÇO: *Prof. Mario Donato D'Angelo - Rua Eng. Pena Chaves 27/101 - Jardim Botânico-RJ - Telefone: 255-9636 - CEP: 22460.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *CCS-UFRJ.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Anfiteatro maior, para que todos possam participar confortavelmente.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Regina Stella Studart Quintas - QI 7 - Conj. 13 - Casa 10 - Lago Sul - Brasília-DF - Telefone: 248-6982 - CEP: 71600.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA:

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Louvo a idéia. Que possa haver, sempre, um intercâmbio entre a sociedade e o governo, e possa este sentir os anseios do indivíduo e da sociedade como um todo. A democracia, em plenitude, se faz com a participação do povo, no voto, nos anseios, nas manifestações.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Edith M. Motta — Rua Roberto Dias Lopes, 93/201 — Leme - Rio de Janeiro-RJ - Telefone: 295-3901 (021) - CEP: 22010.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: ACEPI.

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Proponho que o IV Encontro estude as desigualdades sociais - a escravidão do fim do século XX - e analise a situação de grupos ainda discriminados: os idosos (eles serão 8% da população no ano 2000), os negros (que ainda são a maioria dos favelados, e da população carcerária), as mulheres, os menores, etc.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Frederico B. Magalhães Gomes - R. Visconde de Inhaúma 134/16º - Telefone: 296-3939 R. 232.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: ELETROBRÁS.

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *A fim de garantir a participação mais ampla do público dever-se-ia controlar melhor o tempo ocupado pelos painelistas e pelas pessoas do público.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Antônio Neuber Ribas - Câmara dos Deputados - SQS 304 - Bl. F - Apt. 404 - Tels.: 224-7848 C.D. - 224-1354 Res. - CEP: 70337.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Câmara dos Deputados.

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Encontros em uma só das partes do dia para conciliação com o trabalho dos participantes.
Local mais amplo para a realização das reuniões.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Euclides Santa Cruz Oliveira - SQS 304 - Bl. B - Apt. 606 - Tels.: 224-2454 e 211-6100 - CEP: 70337 - Brasília.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Médico.

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *a) De que os Seminários ocorram trimestralmente.
b) De que sejam realizados em auditório com maior capacidade.
c) De que o temário seja mais abrangente, isto é, dividido em sub-temas ou tópicos.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Jelcias da Silva Castro - Escola de Guerra Naval - Av. Pasteur, 180 - Rio de Janeiro - Tel.: 295-0995 - CEP: 22290*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Peço a remessa dos Anais.*

1. NOME/ENDEREÇO: *José Clemente Filho - SHIN QI 13 - Conjunto 05 - Casa 06 - Tel.: 577-3022 - CEP: 71500.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Ministério da Educação - ADESG de Brasília.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Foi muito válido e gratificante participar desse importante evento, que muito enriquecimento trouxe-me tanto na parte profissional como pessoal. Agradeço aos organizadores por essa oportunidade rara que me propiciaram.*

Sugiro um local maior e mais adequado para acomodar o grande fluxo de participantes. Na hora dos debates, deveria se dar um tempo máximo para cada pessoa que fosse fazer uma pergunta ou relato, ao final do que lhe seria «cortada» a palavra. Dada a importância dos assuntos, talvez um dia a mais fosse melhor no sentido de um maior aprofundamento dos conteúdos.

1. NOME/ENDEREÇO: *José Sinval de Sá — SHCG-N 713 — Bloco C — Casa 30 — Tel.: 272-2181 CEP: 70760.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Senado Federal.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *1) Mais tempo aos expositores.*

2) Menos tempo aos que intervêm.

3) Remessa da publicação referente ao presente simpósio a cada um dos participantes.

1. NOME/ENDEREÇO: *Umberto Arena — SQN 313 — G — 107 — Tel.: 273-7124 CEP: 70766.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *O Seminário é um dos fatos mais democráticos da Nova República. Mais significativo que este, talvez seria: O Brasil de hoje a caminho do século XXI.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Luiz Carlos Barreto — Rua Pinheiro Machado, 99 — Co. 01 — Tel.: 205-1166.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Prod. Cinematográficas L.C. Barreto.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Nos próximos encontros convidem representantes de Associações de Bairros, dos Sindicatos, Operários, Organizações Estudantis, Organizações Rurais (Fazendeiros e Agricultores) Organizações Religiosas, Militares (Escola Superior de Guerra) etc.*

1. NOME/ENDEREÇO: *João Emigdio da Costa e Silva — SQS 102 — Bl. E — Apto. 402 — Tel.: 226-6921.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *TELEBRASÍLIA.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *I) Para o próximo encontro seja dada uma melhor ordenação ao debate. Estabelecendo-se tempo mais rígido para o debatedor bem como seja evitado divagação.*

II) Seria interessante dar-se aos participantes informação sobre os encontros anteriores.

1. NOME/ENDEREÇO: *Lais Scuotto — SCS, Quadra 4, Bloco 4, n.º 230 — Telefone: 223-1188 — Telex: 061 — CEP: 70300 — Brasília-DF.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *ECT/Assessoria Filatélica/Museu Postal e Telegráfico.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: 1 — *Em primeiro lugar, parabeno esse órgão pela brilhante iniciativa desse e dos outros Encontros, onde sentiu-se um clima de liberdade de expressão e de harmonia de idéias e ideais.*

2 — *Sugeriria que os próximos encontros abordassem, a exemplo do realizado sobre o meio ambiente, um único tema, como o da cultura, onde fosse possível uma maior exposição e análise de idéias.*

1. NOME/ENDEREÇO: Marco Antonio Kraemer — Rua Caldas Júnior, n.º 219 — Tel.: (0512) 244555 — Telex: (051) 1587 — CEP: 90.019 — Porto Alegre-RS.

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Empresa Jornalística Caldas Jr. (Jornal Correio do Povo) — Diretor.

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: 1 — *A apresentação dos temas, pelos debatedores, deve ser mais breve.*

2 — *Além da publicação e distribuição de compêndio com palestras, pronunciamentos e intervenções/sugestões, deveriam ser produzidos, de maneira sintética, informações para a imprensa em geral, especialmente para as localizadas fora do eixo Rio/São Paulo. O aproveitamento será excelente.*

3 — *Apreciaria receber os textos das palestras (antes mesmo da publicação do livro) inclusive as duas conferências do Embaixador Rubens Ricupero.*

1. NOME/ENDEREÇO: Elio Cepollina — Rua Angelina Maffei Vita, n.º 314, 14.º — Tel.: 524-4222 — CEP: 01455 — São Paulo-SP..

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: ABRE — Ass. Bras. de Embalagens, Cia. Met. Prada.

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Publicar, comunicar o nome dos debatedores e um sumário «curriculum» para que todos possam situar o palestrante.*

Excelente trabalho. Precisa ser mais divulgado.

1. NOME/ENDEREÇO: Victor Tannuri — SHIS — QI 5, Conjunto 9, Casa 23 — Telefone: 248-2842 — CEP: 71600 — Brasília-DF

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: ADESG e Academia de Letras de Brasília.

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Que estas reflexões continuassem anualmente, arrematando o maior número de especialistas que militam nos setores governamentais levando em conta outros fatores, tão importantes como os tratados neste Encontro e que muito me valerão.*

Como sugestão lembro alguns temas como a justiça social; o papel da universidade no contexto econômico e social; o problema energético na virada do novo século; a saúde e sua importância na manutenção da vida útil do homem brasileiro.

Precisamos instruir as nossas elites culturais, dando-lhes os subsídios necessários para que possam transmitir, multiplicando os conhecimentos recebidos de técnicas altamente capacitadas, divulgando o saber, numa realidade nacional, nos locais onde tenham influência efetiva.

1. NOME/ENDEREÇO: Amaury Temporal Jorge Simeira Jacob — Grupo Fenícia, Rua Candelária, 9 — Rio — Tel.: 203-1229.

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Conf. Asso. Com. do Brasil.

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *1 — Os expositores deveriam apresentar posições dispares. Ex.: Painel Economia, 15-10-86; Visão «estadista» — estado hegemônico, encarregado de resolver os problemas da nação.*
A visão liberal não foi defendida quer por expositores, quer pelos painelistas.
Perguntas de dois minutos serfiam inócuas neste sentido.
2 — Debates fugiram ao tema — Virada do Século — retrospectiva para calçar reinvidicações presentes. Disciplina faltou.
1. NOME/ENDEREÇO: *Francisco Joseli Parente Camelo — SQS 110, Bloco H, apto. 303 — Tel.: 243-7376 — Brasília-DF.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Gabinete do Ministro — MAER*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Apenas congratular-me com esta iniciativa, que só trará benefícios para a sociedade brasileira.*
1. NOME/ENDEREÇO: *Maria Ester de Carvalho — Edifício Sede Ministério da Saúde — 5º andar — Sala 525 — Tel.: 223-8144.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *MS — M. da Saúde/Assessoria de Assuntos Parlamentares.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Nada a acrescentar às tantas sugestões que já foram apresentadas ao longo deste III Encontro Governo-Sociedade. Apenas um cumprimento por mais este evento. Cada encontro se reveste de um sucesso evidentemente maior que o anterior, dentro de suas especificidades. Parabéns à Subchefia de Assuntos Institucionais por mais esta realização.*
1. NOME/ENDEREÇO: *Nelbe de Souza Chateaubriand — Av. Epitácio Pessoa, 2664 Apt. 304 — Lagoa — Tel.: 247-3207.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Jornal do Comercio e outros periódicos-(Rio) — Correio Brasiliense-(Brasília) — Diário de Pernambuco — O Norte-(Paraíba) — Jornal de Alagoas — Estado de Minas.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Achei muito democrático os debates, e o encontro sociedade-governo, um passo para melhor entendimento. Gostei.*
1. NOME/ENDEREÇO: *Cátia Maria Soares de Vasconcelos — SCS Q. 6 — Bloco A Edif. Presidente n.º 141 Conj. 105 — Brasília — Tels.: 226-4030/226-9558 Telex: 061-4238 ACEA-BR CEP: 70327.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Diretora da ACE — Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Gostaria de expressar os meus sinceros parabéns pela organização, conteúdo e competência dos palestrantes.*
O governo é a sociedade representada, com poder decisório, para alcançar os objetivos traçados. Por isso, o cidadão não deve ficar alheio na formulação da política nacional, ao contrário, a sua participação é muito útil e de grande valia.
Como sugestão para os próximos Encontros, creio que um controlador de debates mais rígido na fixação de tempo a cada participante seria a solução ideal para que todos pudessem ter oportunidade de formular os seus questionamentos.
1. NOME/ENDEREÇO: *Circe Navarro Vital Brazil — Rua Barão da Torre, n.º 635 Apt. 635 Ipanema — Tel.: 239-5285 — CEP: 22411.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: FGV/IESAE/RJ/PUC/RJ.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Consideramos o encontro uma prática democrática da melhor qualidade, onde o poder informa e há a troca e, principalmente, a escuta de situações concretas vividas socialmente.*

Nossa sugestão é de que o encontro venha a ser divulgado, através dos meios de comunicação, para um público mais numeroso.

Agradecemos a oportunidade que nos foi dada de participar desses momentos de liberdade sem medo.

1. NOME/ENDEREÇO: *Cosete Ramos - SQS 311 - Bloco H - Apt. 403 - Brasília - DF - Tel.: 244-0217 - CEP: 70.361.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: MEC.

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Primeiramente, gostaria de ressaltar a importância deste encontro sobre o futuro.*

- Em decorrência, destaca-se a necessidade do diálogo ser ampliado, chegando-se às bases reais da sociedade.

- Poder-se-ia, talvez, usar outros mecanismos paralelos, com os mesmos objetivos. Segundo, a partir deste Seminário, quem sabe, se poderia ampliar a idéia para discutir o aqui/agora entre Governo e Sociedade.

Talvez encontros específicos por área nos quais os ministros e suas equipes apresentariam suas propostas de governo e a sociedade a elas reagisse.

- Tais Seminários, além de informar, teriam a vantagem de poder fazer aflorar expectativas e abrir espaços para a visualização de novos caminhos e soluções.

1. NOME/ENDEREÇO: *Fábio Saboya Salles Jr. - Rua Itacolomi, 300 - 8º - Tels.: (011) 704-6144/257-8757 - Telex: (011) 33687 - CEP: 01239.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: CORPES *Corporação de Estudos Sociais/Associação dos Jovens Empresários - SP.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Em 1º lugar desejo registrar os meus cumprimentos à iniciativa e ao prestígio deste valioso evento.*

Na qualidade de jovem empresário sinto-me diretamente atingido por cada letra dos brilhantes palestrantes e tal fato me preocupa, pois discutir-se a sociedade de daqui a 15 anos torna-se imprescindível a participação das jovens lideranças nacionais.

Isto posto, desejo sugerir que a discussão não pare aqui, que seja criada uma comissão com o fim específico de levar a visão dos mais experientes sobre o ano 2000 aos mais diversos segmentos da juventude brasileira, principalmente às universidades.

Não haverá virada do século, no Brasil, sem uma juventude consciente e madura no presente século.

1. NOME/ENDEREÇO: *Eduardo Marques - Av. Chile, 100 - 14º andar - Tel.: (021) 277-7365 - Telex: (021) 33189 - CEP: 20139.*

2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: BNDDES.

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Realização de um pequeno número de seminários (4, por exemplo), em diferentes regiões brasileiras, sobre o mesmo tema aqui tratado, mas agora iluminados pelas discussões e opiniões manifestadas.*

Um grupo de especialistas se dirigiria a cada região, onde se agregariam a ele especialistas locais. (Um trabalho de explicação seria previamente feito para estes últimos).*

Com um bom apoio de comunicação social, seria possível suscitar interesses em todo o país, aproveitando o «élan» criado pelas eleições.

** Sempre os mesmos.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Fernando Antonio P. Mota - Alameda Fernão Cardim n.º 325 Apt. 12 Jardim Paulista - Tel.: (011) 284-7501 - CEP: 01403.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Mak Informática Ltda..*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Achei excelente o III Encontro Governo-Sociedade pelo alto nível de democratização e pelo gabarito dos elementos que representavam o Governo.*

Neste encontro que ora se encerra, foi mencionado exhaustivamente o problema da educação e saúde e para que o Governo Brasileiro deveria dar uma prioridade especial à Informatização destas áreas, para que possamos chegar ao ano 2.000 em condições de bem atender estes setores, fundamentais ao desenvolvimento do país.

Sugiro então, que se promova brevemente um novo encontro, em que se apresente a Informática como elemento fundamental ao desenvolvimento do país, principalmente destas áreas de saúde e educação, como ficou claro neste III Encontro, são os grandes desafios que o Brasil terá pela frente.

1. NOME/ENDEREÇO: *Flávio Gondim Beleza - Banco do Brasil S.A. - PRESI/AUDIT-SBS - Ed. Sede III - Tel.: 212-2530 - CEP: 70073.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *1) Número de convidados de acordo com o de lugares, se possível;*
2) Sistema de debates com perguntas escritas, a fim de evitar as «conferências» paralelas pelos que não observam o tempo para cada debatedor;
3) Execução completa do Hino Nacional, ao início do seminário. Providenciar fita magnética, a fim de evitar situações como a que ocorreu: o disco enganchou. Pareceu-me, também, que o Sr. Presidente não esperava a execução do hino, pois fez menção de sentar-se após os aplausos iniciais, à sua entrada. É conveniente que se dê um pequeno roteiro a S. Exa.
4) Afora as observações acima, a organização esteve perfeita.
5) Notamos ausência de representantes das variadas camadas mais baixas da sociedade. Seria válida a presença e, sobretudo, a opinião deles. Neste ponto, as perguntas escritas vêm a calhar, pois essas pessoas, por certo, não teriam desembaraço para comparecer ao microfone de debates, à frente do auditório. Parabéns ao governo federal, na pessoa do Min. Marco Maciel, pela iniciativa.

Muito honrado, agradeço pelo convite. Sempre às ordens.

1. NOME/ENDEREÇO: *Gabriel de la Puente - Rua Rui Barbosa, 816 - Tel.: (016) 763-0335 - CEP: 11680.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Revista de Contos e Teoria do Conto Phuraphroidy.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Manifesto aqui a grandiosa importância de se realizar tipos de encontros como aqui feito. Sem dúvida uma idéia que não só deve-se mantê-la, mas sobretudo, aprimorá-la. Assim sugiro:*

a) Logo após a exposição da Mesa, deve-se o plenário reunir-se em pequenos grupos para melhores discussões e aprofundamento, logo após, volta-se ao plenário para exposição dos grupos. É um pouco mais longo. Porém mais participativo, menos fragmentado e menos interferência da Mesa.

b) Que realmente sejam estudados com grande carinho as idéias expostas neste encontro.

1. NOME/ENDEREÇO: Lilian Barretto — Av. Borges de Medeiros nº 3709/Cobertura — RJ — Lagoa — Tels.: 226-2912/225-7662 — CEP: 22470.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Museu da República (Palácio do Catete) Rio.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: Parabéns ao Gabinete Civil (em especial ao Ministro Marco Maciel) pela brilhante iniciativa.

Algumas propostas:

1) Que esse encontro (ou similares) sejam realizados c/participação mais ampla da sociedade civil (seus diversos segmentos); se possível, viabilizá-los nos Estados, propiciando assim a participação comunitária (associações, clubes de serviços, etc.);

2) Atenção à reeleitura das instituições e/ou fundações governamentais com vista ao atingimento dos objetivos sociais do governo. Ex: SUDHEVEA, EDUCAR, RONDON, etc.

3) Atenção especial p/confronto (priorizar/áreas sociais) e/ou realização de fotografia e/ou radiografia dos nossos diversos segmentos de nossa sociedade, como nossas raízes, etnias, cultura, educação, saúde, etc.);

Parabenizo o governo, por mais esta iniciativa.

1. NOME/ENDEREÇO: Marcos Felipe Magalhães — Av. Paulista, 352 — 6º andar
Telefone: (011) 283-4588 CEP: 01310.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Assoc. Bras. Anunciantes.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: Os debatedores deveriam ter a preocupação de substanciar suas declarações, algumas muito importantes, como por exemplo:

O futuro do Brasil é alvissareiro, o deficit público está sob controle e outros que sem o efeito-demonstração parecem declarações vazias e meramente dissertativas.

O número de debatedores talvez devesse ser reduzido e cada um deveria demonstrar suas teses, usando se preciso, recursos audiovisuais, ou simplesmente um quadro negro, mas repito, comprovando ou indicando os dados, com clareza, que parecem possuir para transmitir essa visão otimista, que todos queremos enxergar, porém que não se consegue com facilidade perceber, exceto na retórica dos apresentadores.

1. NOME/ENDEREÇO: Antonio Octaviano — SDS — Ed. Eldorado — Conj. 105 a 109 — Brasília/DF — Telefone: 225-2440 — Telex: (061) 4289.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Federação Nacional dos Engenheiros.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: Passado em revista os cenários gerais que compõem o quadro atual brasileiro, neste início da virada do século, propondo que este III Encontro se desdobre em Encontros Setoriais nos quais se procure aprofundar as discussões, fazendo emergir a riqueza de detalhes e aspectos que compõe cada cenário geral.

Parece-me também que fazer com que estes assuntos e debates reflitam-se também de maneira viva nos setores específicos da sociedade, mobilizando-as, é de grande importância para a eficácia da iniciativa.

1. NOME/ENDEREÇO: *Aspasia Brasileiro Alcantara de Camargo — Av. Epitácio Pessoa, 2330 — 121-1 — Telefone: 287-1979 e 551-2649 — CEP: 22471.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Fundação Getúlio Vargas — Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC).*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *O esforço do governo em procurar o diálogo com a sociedade é dos mais louváveis. O nível dos painelistas e das exposições foi excepcional. Excelentes especialistas e boa distribuição dos temas.*

Faço restrições às formas de participação do plenário. Celso Furtado lembrou que o fundamental para o governo é ouvir a sociedade, e não responder a ela. Acredito que sim. Mas do ponto de vista da sociedade (eu sou a sociedade) o diálogo seria mais compensador e infelizmente, isto é difícil com um público tão grande e tão heterogêneo.

A solução seria, talvez, fazer coexistir discussões com outro formato: menor, mais criativo do ponto de vista do conteúdo das discussões e das propostas.

Evidentemente, sou favorável a um amplo, contínuo e duradouro contato com a sociedade mais ampla. Parabéns pela iniciativa:

P.S.: As filas para discussão são insustentáveis! Desestimula o debate.

1. NOME/ENDEREÇO: *Cleantho de Paiva Leite — Av. Epitácio Pessoa, 3560/602 — Telefone: (021) 246-4464 — CEP: 22471.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Ao Ministro Moscardo de Souza:*

Como prosseguimento e institucionalização das preocupações do governo com a elaboração de um cenário do desenvolvimento do Brasil no começo do próximo século, parece conveniente o estabelecimento de uma entidade (conselho, comissão, fundação, etc.) coordenadora dos estudos que estão sendo feitos em vários órgãos e entidades (BNDES, Min. das Minas e Energia, Educação, Associações, Empresas privadas, etc) sobre o que seria

«O Brasil, Século XXI».

É conveniente, inclusive, utilizar, avaliar e atualizar as projeções pertinentes ao Brasil contidas nos dez ou doze «modelos» ou estudos internacionais existentes («Global 2000», Interfuturo, Pesel — Mesarovich, «Modelo Latino-Americano da Fundação Bariloche», adaptação do último ao Brasil, etc.).

1. NOME/ENDEREÇO: *Diniz Felix dos Santos — HIGS 707, Bloco G — Casa 35 — Telefone: 243-5549 — CEP: 70351.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *ADESG.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Sugiro que, (para que sejam evitados verdadeiros outros discursos ao microfone de apertes, às vezes por dez minutos(!), o que toma o tempo de outros participantes, com questões nem sempre do interesse de todos) seja usado o sistema ADESG/ESG, com papeleta, onde se identifica quem pergunta, faz-se a*

questão, dá-se-lhe justificativa, além de expressá-la de viva voz. Um sistema como o da ADESG/ESG permite a um muito maior número de membros da sociedade participar, e, também, no caso de o tempo se esgotar, o conferencista responder, por escrito, ao perguntante se este indicar seu endereço na papeleta.

1. NOME/ENDEREÇO: José Adirson de Vasconcelos — SQN 210 — Bloco J — Apto. 401 — Telefone: 274-7801 — Telex: Correio Braziliense — CEP: 70862.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Academia de Letras de Brasília — Correio Braziliense e Instituto Histórico do DF.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: Antevendo o Brasil na virada do século sob o aspecto econômico-social, temos que fazer uma ligeira observação sobre este meio século de vida nacional, que antecede ao terceiro milênio.

Até a década de 50, nós não fabricávamos sequer, motor de combustão, o que significa dizer que vivíamos na era do carro-de-boi.

No governo Juscelino, foi implantada a industrialização no Brasil, inclusive automobilística.

Situando-se as indústrias nos grandes centros urbanos, o homem interiorano e do campo resolveu tentar a sorte na cidade grande.

As cidades maiores, principalmente as capitais, cresceram de forma assustadora, em detrimento das regiões interioranas, cuja economia permaneceu, sendo a primária (agropecuária).

O próprio Presidente JK sentia este problema, ainda durante o seu governo. Tanto que ao pensar em voltar à Presidência em 1965 — o que não ocorreu pelos motivos históricos conhecidos, — Juscelino Kubitschek programou duas metas básicas para o seu futuro governo. No campo econômico, a agricultura, no campo social, a educação.

JK não voltou! E, estas metas, principalmente a agricultura não foi atacada dentro de espírito de «50 em 5». E de lá aos nossos dias, pouco incentivo, tem sido dado à agricultura. Pelo contrário. E a consequência é o que presenciamos hoje: falta de gêneros — até arroz e feijão e falta de carne. E desta forma, o que será na virada do século, com uma população em ascendência?

Com relação a educação, o retrato não é muito diferente.

Não é preciso uma linha sequer para justificar a importância da agricultura e da educação. É só observar a história dos países mais desenvolvidos, como EUA, Rússia etc.

Então, somos empolgados com a industrialização, mas esquecemos o setor primário da economia e da vida social: agricultura e educação.

Sugestão: que o próximo encontro governo-sociedade, estes dois assuntos sejam dois painéis. Um, Agricultura. Outro, educação.

Enquanto isto, o governo federal já deveria ir traçando programa de metas objetivas para promover e incentivar o desenvolvimento destes dois setores, que é o próprio desenvolvimento do Brasil, sem o que não haverá virada de século.

1. NOME/ENDEREÇO: José Carlos Alves dos Santos — SHIN — QI 07, Conj. 12 — Casa 15 — Telefone: 577 1106-223 3381 — CEP: 71500.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Senado Federal.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: 1) As eleições para a Assembléia Nacional Constituinte por certo mudarão o quadro parlamentar no País, pressupondo-se que os elos entre

o Governo e Sociedade estarão mais fortalecidos, na medida que o Poder Legislativo cumpra efetivamente a mediação que lhe cabe.

Nessa perspectiva, seria interessante que os mecanismos previstos para o acompanhamento e avaliação das ações governamentais, tomando-se como referencial maior, o I PND/NR e o conseqüente Plano de Metas, como, por exemplo, o Relatório Mensal de Atividades dos diversos Ministérios, encaminhado ao Sr. Presidente da República, bem como outros instrumentos utilizados pela própria SEPLAN/PR, fossem encaminhados para conhecimento do Congresso Nacional. Nesse caso, deveriam ser objeto de amplos debates, em nível das Comissões específicas que poderiam ser encarregadas de mobilizar os segmentos da sociedade interessados com as problemáticas abordadas.

Convém lembrar que outra forma de tornar concreta a principal finalidade do III Encontro «Governo e Sociedade» diz respeito à disseminação de documentos resultantes de Seminários, Congressos, Encontros em nível federal, estadual e municipal, onde participem tanto Associações Científicas, como Associações de Classe e/ou Associações Comunitárias.

Cada Ministério, dentro de sua área específica, poderia organizar essas informações, encaminhando-as à Subchefia para assuntos Institucionais do Gabinete Civil.

2) Sugiro o desdobramento do III Encontro Governo e Sociedade, em nível estadual e municipal, discutindo-se a temática proposta («O Brasil na Virada do Século») nas Associações Científicas; Associações de Classe e/ou Associações Comunitárias, Universidades, etc. A organização desses encontros estaria a cargo dos Ministérios, dentro de sua área específica (como por exemplo: área do MEC — A Educação na Virada do Século; área do MINTER — Disparidades Regionais na Virada do Século; área do MTB — As Relações de Trabalho na Virada do Século; área do MCT — A Informática e o Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Virada do Século, etc.), sob a Coordenação Geral da Subchefia para Assuntos Institucionais do Gabinete Civil da Presidência da República.

1. NOME/ENDEREÇO: José Mauro Esteves dos Santos — Ministério das Minas e Energia — Assessoria Técnica da Comissão Nacional de Energia — MME — Sala 976 — Telefone: (061) 221-0655 — (061) 225-8105, R. 295 — Telex: (061) 1140 — CEP: 70000.
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Comissão Nacional de Energia.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: Excelentíssimo Senhor Ministro Marco Maciel.

O processo de modernização esperado para nossa sociedade claramente dependerá de dois ingredientes fundamentais: energia e educação. A meu ver eles não só permanecem como de certa forma condizionarão o desenvolvimento de nossa sociedade no futuro. No plano de energia o Brasil tende a abrigar cada vez mais indústrias intensivas em seu gasto, para fazer face às necessidades de exportação de produtos básicos como o alumínio etc. Estamos financiando o desenvolvimento externo. No plano educacional, os problemas são bem do conhecimento de V. Exa. Assim, minha sugestão, a qual desde já me ofereço para colaborar na organização, é: inserir num dos próximos encontros, o tema Energia e Sociedade.

Para onde vamos e para onde queremos ir?

Obrigado e meus parabéns pela organização desses encontros. É com liberdade que se faz a democracia!

1. NOME/ENDEREÇO: *Lêda Saldanha da Gama Watson — Q.L. 08 — Conjunto 02 — Casa 08 — Lago Sul — Tel.: 248-0976 — CEP: 71600.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Coordenação dos Museus na Secretaria da Cultura — Gravadora — Artista Plástica — Arte-Educadora.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Quais os critérios utilizados quando da convocação dos profissionais para este encontro e também dos futuros?*

Gostaria de ser incluída, se possível, nos próximos encontros.

Ao existirmos, trabalhando, produzindo, estamos fazendo cultura. Cultura é viver, optar, selecionar, enfim, é um tema tão profundo e abrangente que mereceria um encontro inteiramente dedicado a ele.

No que concerne ao mérito dessa iniciativa e ao sucesso desse encontro, deixo sinceros cumprimentos pela excelente organização e brilhante iniciativa.

1. NOME/ENDEREÇO: *Mário Gusmão — Av. Frederico Linck, 77 — Novo Hamburgo — RS — Tel.: (0512) 95-4000 — Telex: 515083 — CEP: 93300.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Jornal NH — Rio Grande do Sul.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *1) Que o próximo «Governo-Sociedade», seja dedicado a promover o desenvolvimento no interior do nosso País, buscando-se a fixação das pessoas em seu meio natural, e evitando-se o inchamento, degradante, que está ocorrendo nos grandes centros.*

Sugestão de título: «IV Encontro Governo e Sociedade — A Retomada do Interior», ou «A Redescoberta do Interior», ou «Redescobrimdo o Interior». Divisão dos trabalhos: 1. Economia. Incentivo ao desenvolvimento do interior; 2. Poder Público. Redivisão de receitas e responsabilidades.

2) Que sejam convidados a ouvir os debates, representantes de órgãos públicos, para anotar as sugestões que parecerem interessantes, a fim de estudá-las e, se possível, transformá-las em realidade.

3) Que os painelistas tragam seus trabalhos por escrito, e se limitem ao tempo que lhes for destinado.

4) Igualmente que as intervenções ao final, se restrinjam realmente a 2 minutos, sendo para isto importante que as pessoas também anotem o que querem transmitir, e as leiam, pura e simplesmente, evitando-se desta forma a perda exagerada de tempo, com longas histórias e colocações que fogem ao assunto.

1. NOME/ENDEREÇO: *Flávio Alcarar Gomes — Av. Ipiranga, 1075 — Tels.: (0512) 23-8130/23-6600 — Telex: 4115.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *RBS — Rede Brasil Sul de Comunicações.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Realizar os convites aos participantes com maior antecedência.*

Conferir diploma de participação aos que comparecerem a todos os encontros.

1. NOME/ENDEREÇO: *João Ulrich Pestalozzi, Dr. C.D. — Av. Rio Branco, 103 — 12º — Rio de Janeiro — Tel.: (021) 221-3757 — Telex: 2130624 — SUER — CEP: 20040.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Ass. Com. Rio.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Jamais o cidadão brasileiro teve tanta chance de ser homem como neste momento.*

Para planejar precisa de ter objetivos. Na véspera da constituinte seria nada menos que oportuna uma definição simples e concisa dos objetivos essenciais a serem alcançados na virada do século.

A nação está dividida por interesses particulares, justificados ou não. O Governo não poderia liderar esta definição?

1. NOME/ENDEREÇO: *Leopoldo Bernardo Boek Filho - Rua Demétrio Ribeiro, 1172 - Sala 203 - Tel.: (0512) 25-4755 - Telex: 51-5204 ORSU - CEP: 90010.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Diretor-Presidente - Organização Sulina Representações S.A. - Livraria Sulina - Editora Sulina - Distribuidora Sulina - Papelaria Sulina - Câmara Rio-Grandense do Livro (Representante).*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Cumprimentos pela semente lançada «Encontro Governo-Sociedade», que este evento venha a crescer e dê frutos, para que o nosso Brasil seja uma potência mundial, mas não podemos esquecer que necessitamos investir nos jovens que irão dirigir esta nação na virada do século.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Lúcio Flávio Pereira Queiroz - Q. 407 - Bl. G - Apt. 306 - SHCE/Sul - Tel.: 234-3728 - CEP: 70650.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Estudante (Fiat) Estagiário.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Para a participação das massas, não só ao debate nacional para o desenvolvimento, é necessário toda uma transformação na estrutura político-administrativa do Governo, ou seja, política administrativa do poder oligárquico do Estado.*

É acho também que não é necessário simplesmente uma participação com direito de voz. Precisa-se ter direito a ação. Ação no planejamento e na execução do plano, por que nossos representantes em termos gerais, poderes executivo, legislativo e judiciário, fazem parte do poderio econômico que engrupa todo o poder decisório da nação brasileira.

É necessário também o fim da desinformação, altamente necessário à tomada de consciência do povo brasileiro.

1. NOME/ENDEREÇO: *Lidia Elvas Pereira Silva - SQN 202 - Bloco H - Apto. 605 - Telefôn: 223-5482 - CEP: 70832.*
2. INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *«Do Lar» - Prof. primária sem exercer função.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Hesitei muito em preencher este formulário. Afinal de contas, quem sou eu para dar sugestão...*

O motivo básico que me fez tomar a decisão de preenchê-lo foi o enorme interesse que tenho de vir a receber o livrinho que conterà o resumo deste III Encontro. Assuntos políticos me fascinam! Apesar de ser «povo», tenho uma enorme vontade de pedir para governar o país durante um mês «apenas!» (com carta branca, é claro!) Ah! se pudesse fazer parte da Assembléia Constituinte!...

Bem... primeiramente, achei que foi uma pena o Encontro ter sido realizado num auditório tão pequeno... aconchegante, sim; porém, pequeno! Ficar de fora tem seus inconvenientes... pessoas passando de um lado para o outro... pessoas conversando... enfim, a atenção fica muito dispersa... (apesar do magnífico sistema de alto-falantes!)

Gostaria de pedir uma coisa! Tenho um filho no Laser e, por causa dos baixos salários, o ensino está «caindo». As professoras «fogem» para algo mais rendoso... por que não permitir a livre negociação entre pais, que querem investir em seus filhos e querem investir no colégio de sua preferência e mantenedores dos colégios?

Por que muitos «estatizantes» que lutam pela estatização do ensino (coisa com a qual aliás, não concordo!) mantêm seus filhos em colégios particulares (e nos mais caros!)?

Quanto às universidades, sonho com o dia em que elas se tornarão abertas a todos (pobres e ricos) e não a uma elite mais privilegiada! Sonho com o dia em que não haverá mais concursos para universidade. Suas portas estarão abertas a todos! Porém, somente a «nata» sairá com um diploma na mão! E, aí então, teremos profissionais verdadeiramente competentes! Desenvolveremos tecnologia nossa (know-hows nosso!) E que potencial nós temos, meu Deus! Pois brasileiro é, por natureza, inteligente! Assim como latinos em geral!...

Aquele aluno que tem freqüência mínima indispensável; que se atém a um currículo irrisório; que tem nota mínima indispensável para conseguir o diploma... Esse... Bem, «esse» não veria o «canudo»...

Sonho com o dia em que as penitenciárias serão verdadeiras colônias profissionalizantes, onde aproveitaremos as qualidades boas daqueles que partiram para a marginalização levados pelo grave problema social existente em nosso país.

Sonho com o dia em que o país, de norte a sul, estará totalmente produzindo, inclusive através e, principalmente, da agropecuária, pois faço minhas as palavras de Pero Vaz de Caminha: - «Aqui, em se plantando, tudo dá!». Quem sabe, um dia exportaremos gêneros alimentícios em alta escala (e até «doaremos» aos que morrem de fome no mundo inteiro) pois aqui, ninguém mais sentirá fome...

Sonho com um Brasil - PAÍS DESENVOLVIDO! Uma grande potência mundial, pois nosso país é abençoado por Deus...

ADEUS FMI! Um dia, quando for bem velhinha..., lerei isto num jornal! Vocês não acreditam? Pois eu acredito! Sou brasileira; amo o meu país; acredito nele; acredito que brasileiros de coração verdadeiramente brasileiros o salvarão!

Sonhos... Utopias... Idealismos!... Acima de tudo, sou brasileira! E como brasileira, gostaria de poder fazer mais pelo meu país...

P.S.: Reitero o meu pedido de receber o resumo do III Encontro Governo-Sociedade!

Brasília, 22 de setembro de 1986.

Exmo. Sr.

Senador MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA MACIEL

MD Ministro-Chefe do Gabinete Civil da

Presidência da República

Palácio do Planalto.

III Encontro Governo-Sociedade

«O Brasil na Virada do Século»

Senhor Ministro:

Tomei conhecimento, através da imprensa, de que o Gabinete Civil da Presidência da República promoverá, proximamente, o Encontro em referência.

Permito-me dirigir-me a V. Exa. para rogar que não seja cometido o equívoco tão usual, nem pela organização nem por Sua Excelência o Presidente José Sarney, de considerar que o Século XXI terá início em 01 de janeiro de 2000.

Como é sabido, o primeiro ano da Era Cristã foi o Ano I (não houve um Ano Zero; ao Ano I AC, seguiu-se o Ano I DC). Daí, o segundo século ter tido início em 101 e o segundo milênio em 1001.

Para que o Século XX dure 100 anos, tendo começado em 01.01.1901, preciso se faz que termine em 31-12-2000.

Confiante de que essa observação não passaria despercebida à argúcia e perspicácia das mais altas autoridades do País, mesmo assim julguei uma obrigação repisar o detalhe, para que o atual governo não repita o erro cometido amiúde no final de 1979, quando se desejou «feliz nova década» (que só teria início em 01.01.81).

Com a mais sincera admiração, subscrevo-me de Vossa Excelência.

Atenciosamente,

João Celso Neto

SQS 115 — Bl. «C» — 504
70385 — Brasília, DF

ANEXO 3
Cobertura de Imprensa



Antenas ligadas

“A virada de século” será o tema do próximo encontro com a sociedade civil, promovido pelo subchefe de Atos Institucionais do Gabinete Civil, Gerô-

nimo Moscardo. Numa pauta tão ampla, as entidades que queiram se inscrever têm liberdade para discutir o que quiserem.

Virada do século entra no debate

— "O Brasil na virada do século" — título escolhido pelo próprio presidente José Sarney — é o tema do III Encontro Governo-Sociedade que a Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República vai promover nos dias 14 e 15 de outubro próximo, no Palácio do Planalto. A cerimônia de abertura dos trabalhos será presidida pelo presidente da República.

Seguindo a estratégia traçada por Sarney de promover sistematicamente uma maior sintonia entre os integrantes da máquina governamental e representantes da sociedade, este III Encontro Governo-Sociedade tratará de quatro temáticas: Internacional, cultural, econômico-social e político-institucional.

De acordo com o estilo de audiência pública, o III Encontro permitirá aos participantes — num total de 400 convidados — externarem, de maneira informal, sua opinião sobre os principais fatos que tendem a marcar a realidade brasileira na virada do século e que devem exigir uma atenção efetiva tanto do Governo quanto da sociedade.

O primeiro dia de debates — (14 de outubro) — será coordenado pelo ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, o tema central das palestras será a situação do Brasil no mundo. Participarão, também, dos debates o ministro interino das Relações Exteriores, Paulo Tarso Flecha de Lima, o assessor da Presidência da República para assuntos internacionais, embaixador Rubens Ricúpero, o professor Celso Later, catedrático de Ciências Políticas da USP, além de vários empresários ligados ao setor de comércio exterior.

No mesmo dia, à tarde, o III Encontro Governo-Sociedade tratará de questões referentes à política cultural brasileira. Sob a coordenação do ministro da Cultura, Celso Furtado, que fará uma palestra sobre as atividades de seu ministério, o Gabinete Civil irá convidar representantes de vários segmentos culturais, como cineastas, poetas, e escritores para uma troca de informações a respeito do que o Governo vem realizando para incentivar o segmento cultural.

NOVO ENCONTRO

Nos dias 14 e 15 de outubro será realizado o "III Encontro Governo e Sociedade na Nova República" em Brasília. O tema será "o Brasil no Século XXI" — a delegada Titular de Ribeirão foi encarregada pelo Ministro José Moscardi de Souza, de divulgar o encontro para as demais delegacias. Segundo ela, o Ministro mostrou-se muito interessado em receber propostas visando a melhoria do órgão.

O Brasil de amanhã

JOSÉ HELDER DE SOUZA

Pesquisa recente do Instituto de Estudos Políticos e Sociais do Rio de Janeiro — Iepes — segundo informou Hélio Jaguaribe em artigo publicado no nº 8 da "Revista do PMDB", revela uma "grande discrepância na sociedade brasileira em seus indicadores econômicos e sociais. Enquanto aqueles situam o Brasil como a oitava potência econômica do mundo ocidental", aproximando nosso País das nações industrializadas da Europa, os indicadores sociais nos situam entre os menos desenvolvidos. Isso, ainda segundo Hélio Jaguaribe, "situa cerca de 65 por cento da população, incluídos os sem rendimentos, numa faixa que se estende da mais absoluta miséria a um nível de estrita pobreza". Aqueles níveis de pobreza acentuam-se ainda mais no Nordeste, com 74 por cento de sua população na mais extrema negra miséria.

Esse quadro mais que negro é de grande preocupação para a Nova República, evidentemente. No mesmo artigo intitulado "Brasil Ano 2000", Hélio Jaguaribe ressaltava os esforços do governo José Sarney para mudar um quadro insuportável e mais que injusto, no qual uma minoria beneficia-se de uma economia desenvolvida em detrimento de uma maioria urbana e rural em situação idêntica à dos países mais pobres da África e da Ásia. O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República — PND-RN procura criar as condições para reverter situação tão calamitosa.

O Governo quer ir mais adiante na intenção de integrar essas populações, hoje virtualmente marginalizadas, numa nova sociedade democrática, socialmente justa, como deverá ser o Brasil no terceiro milênio.

Para tanto vai auscultar a sociedade de hoje, sobre como deve se processar tal integração, verdadeira salvação do Brasil de nossos filhos e netos.

Com intuítos democráticos já comprovados, o governo do presidente José Sarney vem praticando a consulta direta ao povo sobre as mais graves e variadas questões que o afetam, principalmente as institucionais.

Essas consultas têm sido feitas através de "encontros com a sociedade", como se intitularam. No primeiro o povo foi consultado sobre o próprio Governo. A segunda consulta foi sobre a "Cidadania e o Meio Ambiente". Agora, na primeira quinzena de outubro, o Palácio do Plano abrirá suas portas ao povo e suas instituições, organizações patronais e de classe, bem como as de cultura, para saber como preparar nosso futuro e tirar aquelas massas da miséria em que vivem tão injusta e cruelmente, num trabalho que vem sendo conscienciosamente organizado pelo Gabinete Civil, através de sua Subchefia para Assuntos Institucionais dirigida pelo diplomata José Jerônimo Moscardo.

Esperava-se, neste período de campanha eleitoral para a Constituinte, um elevado debate em torno dos grandes temas institucionais do momento social e político do Brasil. O baixo nível das discussões entre os candidatos decepcionou. O próprio presidente José Sarney lamenta esse descabro, essa falta de ânimo cívico e desinformação política dos que se propõem a elaborar uma nova carta constitucional democrática e moderna que conviva com o futuro. O "III Encontro Governo-Sociedade: o Brasil na Virada do Século" destina-se a preencher essa lacuna e dar, através de um debate elevado entre representantes de instituições que vão dos presidentes de Academias de Letras aos dirigentes de sociedades de bairros, uma visão de futuro para o Brasil de amanhã, democrático, livre e justo, com oportunidades democráticas para todos a condições sociais e econômicas elevadas.

País do futuro

• Vai acontecer em Brasília dias 14 e 15 próximos o I Encontro Governo-Sociedade, com direito a abertura pelo Presidente da República e a participação nos debates de nada menos que cinco Ministros de Estado, mais todos os líderes civis de comunidades.

• O tema do encontro é O Brasil na Virada do Século.

• País curioso o nosso.

• Ainda não se resolveu o Brasil de hoje e já se discute o Brasil de daqui a 14 anos.

■ ■ ■

Moreira Alves

abre painel

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Moreira Alves, vai presidir no próximo dia 15, às 14h30, um painel sobre o "Cenário Político e Institucional do Brasil", promovido pela Casa Civil da Presidência da República, no auditório do Palácio do Planalto, onde se realiza o III Encontro Governo-Sociedade.

Sarney pretende discutir o Brasil do novo século

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney quer elevar o nível dos debates sobre os grandes temas nacionais e sintonizar a intelectualidade brasileira com os propósitos do Governo, pensando em preparar o País para a virada do século.

Foi com esse objetivo, segundo conta o Ministro Jerônimo Moscardo, sub-Chefe do Gabinete Civil para Assuntos Institucionais, que o Presidente sugeriu a promoção de um grande debate reunindo Ministros, cientistas políticos, economistas, antropólogos, sociólogos e escritores, intitulado "o Brasil na virada do século".

O debate será realizado nos próximos dias 14, e 15, e aberto por Sarney no auditório do Palácio do Planalto.

Reunirá cerca de 500 pessoas e será o terceiro encontro promovido pelo Gabinete Civil.

Os primeiros debateram a participação da sociedade brasileira na economia e o meio ambiente.

Temas como informática, pobreza, reforma agrária, desenvolvimento urbano e Constituinte — os principais a ser debatidos nesse encontro — estão sendo enfocados sob um prisma "retrospectivo e obsoleto", afirma Jerônimo Moscardo.

A intenção do Presidente, segundo o Ministro, é debater esses temas com maior profundidade, tendo em vista que o Brasil precisa se reparar para o ano dois mil.

— Os parâmetros que orientam a discussão da pobreza, por exemplo, assemelham-se aos utilizados nos países desenvolvidos há três décadas, estando completamente superado. Os debates sobre a Constituinte também não contemplam o Brasil do futuro, mas situações ultrapassa-

das no plano Político, Jurídico, Econômico e Social — afirma Jerônimo Moscardo, numa circular onde justifica o Simpósio.

O Ministro diz ainda que é preciso abandonar "polêmicas mesquinhas" que só tratam da crise atual do Governo e do País, para "delinear corajosamente a obra que se pretende realizar e erradicar os bolsões de atraso social".

O debate, entretanto, é visto de forma diferente em outros Gabinete do Palácio do Planalto.

Um assessor direto do Ministro Marco Maciel disse que o objetivo é valorizar uma pesquisa de 275 páginas sobre a situação sócio-econômica do País, feita pelo sociólogo Hélio Jaguaribe sob encomenda de Sarney. Isso porque a pesquisa, logo após ser entregue ao Presidente, caiu no esquecimento, além de ter sido objeto de comentários jocosos do Porta-Voz Fernando Mesquita, que afirmara se tratar de "uma bobagem".

Um outro assessor, mais próximo do Presidente José Sarney, disse que o debate deveria voltar-se para o presente e não fazer projeções para o ano 2.000, porque o País passa por problemas graves que precisam ser resolvidos este ano. Um deles é o abastecimento de produtos básicos à população.

O debate será dividido em quatro partes: Internacional, Cultural, Econômico-Social e Político-Institucional. Participarão os Ministros da Cultura, Celso Furtado; do Planejamento, João Sayad; o Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Carlos Moreira Alves; e o Presidente do Senado, José Fragelli. Encerrará o encontro o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel.

Entre os convidados estão Hélio Jaguaribe, o antropólogo Roberto da Mata, o cientista político Wanderlei Guilherme dos Santos, o filósofo Marcio Tavares do Amaral, o professor Celso Lafer, os economistas Walter Barelli e Julio Mourão, o historiador Antônio Houaiss e o escritor Rubem Fonseca.

“O Brasil na virada do século”

Do ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Marco Maciel, recebi telegrama convidando-nos para o III Encontro Governo-Sociedade, no auditório do Palácio do Planalto, a se realizar nos dias 14 e 15 próximos. O tema do encontro será “O Brasil na virada do século”, com a seguinte programação: dia 14, 9h, abertura solene, seguida de debate sobre “Cenário Internacional”. À tarde, a discussão será sobre “Cenário Cultural”.

No dia 15, na parte da manhã, o tema em pauta é “Cenário econômico-social; à tarde, os participantes debaterão sobre “Cenário político-institucional”. Depois, avaliação e encerramento. Confirme presença.

Nos dias 14 e 15 de outubro, o II Encontro Governo-Sociedade, que será realizado no Auditório do Palácio do Planalto, terá como tema "O Brasil na Virada do Século". A abertura solene será no dia 14, às 9h.

“O Brasil na virada do século”

Do ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Marco Maciel, recebi telegrama convidando-nos para o III Encontro Governo-Sociedade, no auditório do Palácio do Planalto, a se realizar nos dias 14 e 15 próximos. O tema do encontro será “O Brasil na virada do século”, com a seguinte programação: dia 14, 9h,

abertura solene, seguida de debate sobre “Cenário Internacional”. À tarde, a discussão será sobre “Cenário Cultural”.

No dia 15, na parte da manhã, o tema em pauta é “Cenário econômico-social”; à tarde, os participantes debaterão sobre “Cenário Político-institucional”. Depois, avaliação e encerramento.

Governo vai discutir problemas abertamente

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Informática, pobreza, reforma agrária, desenvolvimento urbano e Constituinte são os temas escolhidos pelo Palácio do Planalto para ser debatidos segunda-feira, a partir das 9 horas, no III Encontro Governo-Sociedade: o Brasil na Virada do Século, que será aberto solenemente pelo presidente José Sarney. De acordo com o organizador do encontro, Jerônimo Moscardo, subchefe do Gabinete Civil para Assuntos Institucionais, o governo espera debater com os cidadãos assuntos que, por suas características, formarão a base da nova Constituição brasileira. Não há restrições para participação popular no encontro — terceiro de uma série que já debateu a cidadania e o meio ambiente — realizado no auditório do anexo do Palácio do Planalto.

O primeiro expositor será o ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, sobre a participação do Brasil no cenário interna-

cional e as conexões existentes entre a política externa e interna — renegociação da dívida, condições de desenvolvimento, relações com o Vaticano, entre outros assuntos. As 14h30, a perspectiva cultural do País ficará a cargo do ministro da Cultura, Celso Furtado. Na terça-feira, o ministro do Planejamento, João Sayad, abrirá a nova fase do debate falando sobre a área econômica e social; das 14h30 às 17h30, o cenário político-institucional será tratado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves; às 17h30 o presidente do Senado, José Fragelli, coordenará os trabalhos de avaliação dos temas debatidos, e às 18 horas o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, encerrará oficialmente o encontro.

A mesa de cada sessão estará integrada por mais quatro debatedores, que deverão comentar a contribuição dos expositores e demais participantes. Todas as intervenções serão, posteriormente, publicadas em livro, a ser distribuído pelo Palácio do Planalto.

Artistas no Planalto

José Paulo Moreira da Fonseca, Israel Pedrosa e Roberto Moriconi foram convidados a participar do 3º Encontro Governo-Sociedade, que se realiza nos dias 14 e 15 próximos. O chefe da Casa Civil lhes enviou telegrama pedindo confirmação de presença. O tema central do encontro é a situação do Brasil na virada do século. Segundo o Ministro Jerônimo de Souza, coordenador do evento, não se acerta coisa alguma com o futuro sem o testemunho de artistas e poetas.

Planalto ouve a sociedade

Começa na próxima terça-feira o III Encontro Governo-Sociedade, série de audiências públicas instituídas pelo presidente Sarney como forma de dar continuidade à nova fase de relacionamento e diálogo com os diversos setores sociais, permitindo maior sintonia entre a agenda governamental e as preocupações, necessidades e anseios dos cidadãos. Participarão representantes dos diversos segmentos sociais.

● Na terça-feira, o presidente José Sarney vai presidir a abertura do III Encontro Governo Sociedade — “O Brasil na Virada do Século” — que será realizado no auditório do Palácio do Planalto. Numa promoção do Gabinete Civil da Presidência da República, o III Encontro Governo-Sociedade tratará de vários temas — entre os quais, a dívida externa brasileira, a política econômica pós-cruzado e a Assembléia Constituinte.

SEMINAR 

Governo debate Brasil na virada do século

por Cecília Pires
de Brasília

O presidente José Sarney abrirá nesta terça-feira, às 9 horas, no Palácio do Planalto, o III Encontro Governo—Sociedade, cujo tema é "o Brasil na virada do século". Problemas como a informática, a pobreza, a reforma agrária, o desenvolvimento urbano e a Constituinte deverão centralizar as discussões, tendo como parâmetros os mesmos temas em países desenvolvidos há duas ou três décadas. Procura-se, com estas discussões, analisar medidas que, nestes países, demonstram situações já superadas e de que forma elas servirão de parâmetro para o Brasil do futuro.

Os temas serão analisados sob quatro aspectos: internacional, econômico-social, político-institucional e cultural. O encontro destina-se a pro-

mover maior sintonia entre a agenda governamental e as necessidades da cidadania, segundo informações do Gabinete Civil, que organiza o evento.

Foram convidados a participar do deste encontro representantes de associações civis, do meio acadêmico e das administrações federal, estadual e municipal. As 14,30 horas de terça-feira, o ministro da Cultura, Celso Furtado, presidirá uma sessão referente ao cenário cultural; na quarta-feira, o ministro-chefe do Planejamento, João Sayad, vai presidir pela manhã a sessão sobre o cenário econômico-social e, à tarde, a questão político-institucional será coordenada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves.

O encontro será encerrado às 18 horas pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel.

Encontro prepara o governo para enfrentar século XXI



Sarney quer aproximação com a sociedade

O presidente José Sarney abre hoje, às 9 horas, no auditório do anexo do Palácio do Planalto, o III Encontro Governo-Sociedade, promovido pelo Gabinete Civil da Presidência, Ministérios das Relações Exteriores, Cultura e Planejamento, com a colaboração da Secretaria Especial de Ação Comunitária.

Durante dois dias, o III Encontro Governo-Sociedade vai debater temas relacionados com "O Brasil na virada do século", tendo, sobre o assunto, se manifestado o presidente José Sarney: "Nesta derradeira etapa do século XX, considero essencial que o Governo e Sociedade se aproximem cada vez mais, para formular um autêntico projeto nacional

voltado para a modernidade, sem deslembrar-se do patrimônio histórico-cultural ameadado ao longo de nossa história".

Para o chefe do Gabinete Civil da Presidência, ministro Marco Maciel, o III Encontro Governo-Sociedade "destina-se a que a cidadania, num ambiente aberto, desinibido e sincero, proporcione idéias preliminares sobre cenários alternativos que o Brasil pode vir a encontrar na virada do século".

Além de ministros de estado, dirigentes de classe e autoridades ligadas aos setores internacional, cultural, econômico social e político-institucional, participarão do III encontro os presidentes do Senado Federal, José Fragelli, e do Supremo Tribunal Federal, Moreira Alves.

Embaixador hoje no Palácio

Pela primeira vez, desde que foi oficialmente anunciada sua nomeação para a Embaixada do Brasil nos States, Marcílio Marques Moreira estará, logo mais, em Brasília. Sua presença acha-se relacionada com o III Encontro Governo e Sociedade, que vai acontecer na Casa Civil, cuja organização contou com a participação do banqueiro.

Em paralelo, o Presidente do Senado, José Fragelli, começou on-

tem a se movimentar, no sentido de colocar em plenário, na próxima quarta-feira, os parlamentares suficientes para a sabatina tradicional de Marques Moreira.

No bar privé da Bella Blu da Siqueira Campos, o Embaixador Celso Souza e Silva lia com satisfação um telegrama do Presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, cumprimentando-o pela sua indicação para Londres. Amanhã, será sabatinado também.

Sarney pede consolidação da liberdade e do crescimento

BRASÍLIA - "É preciso consolidar o processo de reconquista da liberdade política e de retomada do crescimento econômico inaugurado pela Nova República", disse o presidente José Sarney, durante a sessão solene de abertura do III Encontro Governo-Sociedade, com o tema "o Brasil na virada do século".

O ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Marco Maciel, destacou que o encontro é importante, porque as eleições de 15 de novembro estão próximas, e a Constituinte vai significar a "Câmara do Futuro".

O ministro enfatizou que o "grande equívoco de muitos legisladores constituintes tem consistido em elaborar cartas voltadas para o passado, como se ele fosse eterno". Para o ministro a "sanção do tempo não se faz esperar: tais constituições envelhecem, não porque o tempo passou, mas porque elas já haviam passado, antes mesmo de nascerem", disse Maciel.

Sarney quer consolidar a reconquista da liberdade

BRASÍLIA - "É preciso consolidar o processo de reconquista da liberdade política e de retomada do crescimento econômico inaugurado pela Nova República", declarou, ontem, o presidente José Sarney, durante a sessão solene de abertura do III Encontro Governo-Sociedade, com o tema "O Brasil na virada do século". E acrescentou: "O futuro do Brasil não se prevê: constrói-se. Nosso desejo, nossa vontade, nossa vocação é construir a sociedade que está no coração de cada brasileiro".

O presidente assinalou que o encontro traduz o desejo de estimular uma reflexão sobre diversos cenários e alternativas possíveis para o Brasil nos próximos anos. Para ele, as medidas tomadas pelo Governo, com o respaldo de toda a Nação, resultam do desejo de "ajustarmos o País às suas crescentes responsabilidades e suas imperiosas necessidades".

"É preciso dedicar parte de nosso tempo e de nossa visão, de mais longo prazo, sobre o País. Processo econômico, vida política e institucional, política externa, vida cultural, os grandes temas inerentes ao bem comum e ao projeto de desenvolvimento brasileiro devem ser examinados com uma perspectiva de conjunto, a um mesmo tempo crítica e construtiva", acrescentou.

Nesses encontros, o Governo se propõe a ouvir a sociedade através dos representantes dos mais diversos setores e movimentos espontâneos. "Nesta derradeira etapa do século XX, Sarney considera essencial que o Governo e a sociedade aproximem-se cada

vez mais para formulação de "um autêntico projeto nacional voltado para a modernização, sem esquecer-se do patrimônio histórico e cultural ao longo de nossa história".

"O Brasil do século XXI - prosseguiu - será, no alvorecer desse novo milênio, uma das maiores nações do mundo. Para isso estamos promovendo uma aliança fecunda entre a capacidade de construir do povo brasileiro e o empenho do Governo em interpretar corretamente os seus anseios de mudança e de progresso econômico e social. Aqui, estamos buscando alguns dos meios indispensáveis para tornar realidade esse desejo. O futuro do Brasil não se prevê, constrói-se".

Para o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República Marco Maciel, a reflexão que os participantes do encontro farão sobre o futuro é muito oportuna, "pois estamos às vésperas da eleição da Constituinte, que será a Câmara do futuro. Ele lembrou que o equívoco dos legisladores constituintes tem consistido em fazer cartas para o passado, "e a sanção do tempo não se faz esperar. Tais constituições envelhecem, não porque o tempo passou, mas porque elas já haviam passado, antes mesmo de nascerem".

Participaram também da inauguração do encontro Governo-Sociedade, o ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, e os presidentes do Congresso, senador José Fragelli, e do Supremo Tribunal Federal, ministro José Carlos Moreira Alves. Mais notícias na página A-12

Fichário

PASSADA a fase de "engessamento" da economia, patrocinada pelo Plano Cruzado, o presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Arthur João Donato, admitiu ontem, ao participar do simpósio "Virada do Século", no Palácio do Planalto, em Brasília, que houve "extraordinária recuperação" do País nos sete meses de vigência do plano de estabilidade econômica; notadamente com o fim da ciranda inflacionária.

No entanto, João Donato acha que a tendência, no momento, é de que tenhamos, dentro em pouco, a volta de uma economia comandada pela forças de mercado, porque não "se pode ter uma economia congelada eternamente". Adverte, porém, que quanto mais "manifestações exuberantes de nostalgia pela inflação, mais lenta será nossa caminhada em favor de uma abertura econômica e de um livre mercado".

Embora defendendo a manutenção do congelamento de preços para que os bens de primeira necessidade (alimentos, transporte, serviços públicos, etc.), ele acredita que o Governo terá que administrar o descongelamento: "terá que encaminhar soluções, a fim de que não tenhamos, pelo descongelamento brusco, a explosão da retomada da inflação".

O presidente da FIRJAN manifestou a impressão de que o povo não deixou de admirar o Plano Cruzado, e de um modo geral o vê com satisfação. Acrescenta, contudo, que existem resistências em alguns setores: "resistências às vezes fundadas, mas outras vezes fruto de uma especulação desmedida, incompatível com a regeneração de nossa vida econômica".

Sarney fala sobre Governo-Sociedade

"O futuro do Brasil não se prevê: constrói-se. Nosso desejo, nossa vontade, nossa vocação é construir a sociedade que está no coração de cada brasileiro". A afirmação foi feita ontem pela manhã pelo presidente José Sarney ao abrir o III Encontro Governo-Sociedade para o Debate "O Brasil na Virada do Século".

O presidente disse que o encontro traduz o desejo de estimular uma reflexão sobre diversos cenários e alternativas possíveis para o Brasil nos próximos anos. Lembrou, o chefe do Governo, que "é preciso dedicar parte do nosso tempo e de nossa visão, de mais longo prazo, sobre o País".

Responsabilidades

"É preciso consolidar o processo de reconquista da liberdade política e de retomada do crescimento econômico inaugurado pela Nova República. A prospecção que aqui promovemos traduz, sem dúvida, liberdade", afirmou Sarney.

Mais adiante, lembrou o chefe do Governo que "as medidas tomadas pelo Governo, com respaldo de toda a Nação, resultam do desejo de ajustarmos o País às suas crescentes responsabilidades e suas imperiosas necessidades".

Prosseguiu, Sarney, dizendo: "Já superamos pelo diálogo, algumas das maiores e mais agudas crises de nossa história. Definimos nosso território, mantivemos nossa integridade e preservamos nossa soberania servindo-nos dos instrumentos pacíficos da nego-

ciação e do entendimento".

O presidente foi o terceiro a falar. O primeiro orador foi o ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil, que disse que iniciativas como esse encontro representam a intenção do Governo de "estimular um fecundo intercâmbio de idéias e experiências entre a sociedade civil e a administração sobre os cenários alternativos que o Brasil pode vir a encontrar no limiar do III Milênio".

Segundo o ministro, "essa transformação virá da sociedade civil": "É ingenuidade identificar um Estado apenas aos seus governantes. Como observa o sociólogo Daniel Bell, os governos tornaram-se muito pequenos para resolver os grandes problemas e exageradamente grandes para encontrar uma resposta para os pequenos".

O ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, precedeu Sarney. O chanceler falou do futuro do País e deu a visão da diplomacia para o horizonte do País. Por fim, falou o presidente Sarney que concluiu seu breve discurso agradecendo a presença dos presidentes do Congresso, senador José Fragelli e do presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves, cujas presenças, Sarney afirmou representar os Três Poderes da República numa demonstração "eloqüente da maior aproximação de nossas instituições com a cidadania".

Sarney deixou o auditório e retornou ao gabinete para prosseguir despachos e audiências. (EBN)

PAÍS TERÁ AINDA DE FAZER A CONSOLIDAÇÃO DO CRESCIMENTO

BRASÍLIA — (ANDA) — "É preciso consolidar o processo de reconquista da liberdade política e de retomada do crescimento econômico inaugurado pela Nova República", disse ontem o presidente José Sarney, durante a sessão solene de abertura do III Encontro Governos Solidários com o tema "O Brasil na Virada do Século".

O ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Alvaro Maciel, destacou que o encontro é importante, porque as eleições de 15 de novembro estão próximas, e a Constituinte vai eleger a "Câmara do Futuro".

O ministro enfatizou que o "grande equívoco de muitos legisladores constituintes, tem consistido em elaborar cartas voltadas para o passado, como se ele fosse eterno". Para o ministro, a "sanção do tempo não se faz esperar; tais constituições envelhecem, não porque o tempo passou, mas porque elas já haviam passado, antes mesmo de nascerem", disse Maciel.

O encontro, de acordo com o presidente Sarney, traduz o desejo de "estimular uma reflexão sobre diversos cenários", procurando as alternativas mais adequadas para alcançar as metas traçadas para os País. Ele ressaltou que é necessário gastar parte do tempo e da visão nos problemas do País, porque os grandes projetos devem ser examinados com uma perspectiva de conjunto, mas com crítica construtiva.

Sarney destacou os avanços já conquistados pela Nação brasileira, especialmente com a renovação das estruturas econômicas e na redemocratização política que está em vias de institucionalização. Mas ele observou que ainda existem "resíduos do atraso históricos e gritantes desigualdades setoriais, sociais e regionais".

O presidente lembrou que é preciso transformar a liberdade em instrumento para desenvolver uma nova "cidadania, livre e responsável pelo seu próprio futuro", recordando que as medidas tomadas pelo Governo "resultam do desejo de ajustarmos o País às suas crescentes responsabilidades e suas imperiosas necessidades".

"O futuro do Brasil não se prevê; constrói-se. Nosso desejo, nossa vontade, nossa vocação, é construir a sociedade que está na coração de cada brasileiro", disse Sarney.



Para Sarney, o futuro do Brasil não se prevê, constrói-se

O ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, afirmou, por sua vez, que tinha a convicção de que o Brasil vai usar a altura dos desafios que são reservados pelo futuro, estando dentro da linha invariável de "coerência e idoneidade as normas que regem sua conduta no plano internacional".

Sarney diz que o futuro não se prevê, deve ser construído

BRASÍLIA — "O futuro do Brasil não se prevê, constrói-se. Nosso desejo, nossa vontade, nossa vocação é construir a sociedade que está no coração de cada brasileiro". A afirmação foi feita pela manhã pelo presidente José Sarney ao abrir o III Encontro Governo-Sociedade para o debate "O Brasil na Virada do Século".

O presidente disse que o encontro traz o desejo de estimular uma reflexão sobre diversos cenários e alternativas possíveis para o Brasil nos próximos anos. Lembrou, o chefe do Governo, que "é preciso dedicar parte do nosso tempo de nossa visão, de mais longo prazo, sobre o País".

"É preciso consolidar o processo de reconquista da liberdade política e de retomada do crescimento econômico inaugurado pela Nova República. A prospecção que aqui promovemos traz, sem dúvida, liberdade", afirmou Sarney.

Mais adiante, lembrou o chefe do Governo que "as medidas tomadas pelo

Governo, com respaldo de toda a Nação, resultam do desejo de ajustarmos o País às suas crescentes responsabilidades e suas imperiosas necessidades".

Proseguiu, Sarney, dizendo: "já superamos pelo diálogo, algumas das maiores e mais agudas crises de nossa história. Definimos nosso território, mantivemos nossa integridade e preservamos nossa soberania servindo-nos dos instrumentos pacíficos da negociação e do entendimento".

O presidente foi o terceiro a falar, o primeiro orador foi o ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil, que disse que iniciativas como esse encontro representam a intenção do Governo de "estimular um fecundo intercâmbio de idéias e experiências entre a sociedade civil e a administração sobre os cenários alternativos que o Brasil pode vir a encontrar no limiar do III Milênio".

Segundo o ministro, "essa transformação virá da sociedade civil". "É ingenuidade identificar um Estado apenas

aos seus governantes. Como observa o sociólogo Daniel Bell, os governos tornaram-se muito pequenos para resolver os grandes problemas e exageradamente grandes para encontrar uma resposta para os pequenos".

O ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, precedeu Sarney. O chanceler falou do futuro do País e deu a visão da diplomacia para o horizonte do País. Por fim, falou o presidente Sarney que concluiu seu breve discurso agradecendo a presença do presidente do Congresso, senador José Fragelli e do presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves, cujas presenças Sarney afirmou representar os Três Poderes da República numa demonstração "eloqüente da maior aproximação de nossas instituições com a cidadania".

Sarney deixou o auditório — onde o encontro prosseguiu com a presença de autoridades e representantes dos mais diversos segmentos da sociedade — e retornou ao gabinete para prosseguir despachos e audiências.

Presidente recomenda diálogo para crescer

Brasília (EBN) — “O futuro do Brasil não se prevê, constrói-se. Nosso desejo, nossa vontade, nossa vocação é construir a sociedade que está no coração de cada brasileiro”. A afirmação foi feita ontem pela manhã pelo presidente José Sarney ao abrir o III Encontro Governo-Sociedade para o debate “O Brasil na Virada do Século”.

O presidente disse que o encontro traduz o desejo de estimular uma reflexão sobre diversos cenários e alternativas possíveis para o Brasil nos próximos anos. Lembrou, o chefe do Governo, que “é preciso dedicar parte do nosso tempo e de nossa visão, de mais longo prazo, sobre o país”.

“É preciso consolidar o processo de reconquista da liberdade política e de retomada do crescimento econômico inaugurado pela Nova República. A prospecção que aqui promovemos traduz, sem dúvida, a liberdade”, afirmou Sarney.

Mais adiante, lembrou o chefe do Governo que “as medidas tomadas pelo Governo, com respaldo de toda a Nação, resultam do desejo de ajustarmos o país às suas crescentes responsabilidades e suas imperiosas necessidades”.

Proseguiu Sarney, dizendo: “Já superamos pelo diálogo, algumas das maiores e mais agudas crises de nossa história. Definimos nosso território, mantivemos nossa integridade e preservamos nossa soberania servindo-nos dos instrumentos pacíficos da negociação e

do entendimento”.

O presidente foi o terceiro a falar. O primeiro orador foi o ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil, que disse que iniciativas como esse encontro representam a intenção do Governo de “estimular um fecundo intercâmbio de idéias e experiências entre a sociedade civil e a administração sobre os cenários alternativos que o Brasil pode vir a encontrar no liminar do III milênio”.

Segundo o ministro, “essa transformação virá da sociedade civil. “É ingenuidade identificar um Estado apenas aos seus governantes.

Preocupação com a Constituinte

Discurso do ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil: "Estamos aqui mais uma vez reunidos Governo, sociedade e mundo acadêmico para darmos prosseguimento a um diálogo aberto que a administração Sarney vem procurando manter com a cidadania".

Ao promover, no Palácio do Planalto, o II Encontro Governo-Sociedade para tratar do tema "O Brasil na Virada do Século", é nossa intenção estimular um fecundo intercâmbio de idéias e experiências entre a sociedade civil e a administração sobre os cenários alternativos que o Brasil pode vir a encontrar no limiar do III milênio.

Mais oportuna do que nunca é esta reflexão sobre o futuro, se pensamos que estamos às vésperas da eleição da Constituinte, que deve ser no meu entender, a Câmara do futuro. Com efeito, o grande equívoco de muitos legisladores constituintes tem consistido em elaborar cartas voltadas para o passado, como se fosse ele eterno e a

sanção do tempo não se faz esperar tais constituições envelhecem não porque o tempo passou, mas porque elas já haviam passado, antes mesmo de nascerem.

Dizia Talleryrand ser função do homem de Estado prever o inevitável e evitar que ele aconteça. Há, pois, que fazer preponderar a visão do futuro sobre a cômoda extrapolação do passado dominante nos hábitos daqueles que acreditam que a História não mais faz que se repetir.

Mudar as alternativas indesejáveis de futuro deverá ser nosso lema, mas as dificuldades não serão menores sob a aparência da fatalidade grandiosa que se esconde por detrás da conclamação retórica.

Contudo, estou persuadido de que a força para a transformação virá da sociedade civil. É ingenuidade identificar um Estado apenas aos seus governantes, como observa o sociólogo Daniel Bell. Os governos tornaram-se muito pequenos para resolver os grandes problemas e exageradamente grandes para encontrar uma resposta para os pequenos.

Cada membro da sociedade civil, quer queira quer não, é um decisor. Felizes os governos e as sociedades que, a despeito da mulher de Ló, em vez de manter as vistas voltadas para o passado, sabem escrever a História do futuro.

A sociedade brasileira tem diante de si vários futuros possíveis. Quais as questões principais que deverão ser atendidas, no campo econômico-social? Que perfil cultural terá o Brasil no limiar do século XXI? O que caracterizará as relações internacionais na virada do século e quais suas implicações para o Brasil?

A responsabilidade de examinar estas e tantas outras questões não pode ficar restrita, evidentemente, a um reduzido número de cérebros pensantes, mas sim estender-se à mais conjugação do saber, do viver e do fazer, conforme espírito dos encontros Governo-Sociedade.

Este o desafio. A nosso ver estimulante para o qual os senhores estão convidados. Muito obrigado".

Presidente convoca a sociedade

BRASÍLIA - Durante a solenidade de abertura do III Encontro Governo e Sociedade, o presidente da República, José Sarney, proferiu o seguinte discurso:

"Ao declarar aberto este encontro sobre o "Brasil na Virada do Século", agradeço a expressiva presença dos representantes dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, que vêm prestigiar esta iniciativa. O III Encontro Governo-Sociedade é um foro aberto ao debate sincero e criterioso acerca dos horizontes que se abrem ao País nestes 15 anos que faltam para o século XXI.

O encontro traduz o desejo de estimular uma reflexão sobre diversos cenários possíveis de ocorrer e sobre as alternativas de ação mais adequadas a perseguir. Queremos alcançar metas desejáveis para o Brasil nos limites do possível.

TEMAS

É preciso dedicar parte de nosso tempo e de nossa visão, de mais longo prazo, sobre o País. Processo econômico, vida política e institucional, política externa, vida cultural, os grandes temas inerentes ao bem comum e ao projeto de desenvolvimento brasileiro devem ser examinados com uma perspectiva de conjunto, a um tempo crítica e construtiva.

É preciso consolidar o processo de reconquista da liberdade política e de retomada do crescimento econômico inaugurado pela Nova República. A prospecção que aqui promovemos traz sem dúvida, liberdade. Devemos, por isso mesmo, transformar esta prospecção em instrumento para desenvolver uma nova cidadania,

livre e responsável pelo seu próprio futuro. As medidas tomadas pelo Governo, com respaldo de toda a Nação, resultaram do desejo de ajustarmos o País às suas crescentes responsabilidades e suas imperiosas necessidades.

Já superamos, pelo entendimento e pelo diálogo, algumas das maiores e mais agudas crises de nossa História. Definimos nosso território, mantivemos nossa integridade e preservamos nossa soberania servindo-nos dos instrumentos pacíficos da negociação e do entendimento.

GERAÇÃO

Somos, hoje, uma Nação em pleno crescimento. O dever da atual geração não é apenas o de preservar estas conquistas. Temos a obrigação de ampliá-las cada vez mais.

Estes encontros, em que o Governo se propõe a ouvir a sociedade através dos representantes dos mais diversos setores e movimentos espontâneos, insere-se no mecanismo que estamos consolidando de promover audiências periódicas para que pensamento e ação do Governo se enriqueçam através do diálogo permanente e fecundo com a cidadania participante.

E desse debate e dessa reflexão que surgirão fórmulas criativas, legítimas e construtivas. Nesta derradeira etapa do século XX, considero essencial que o Governo e a Sociedade se aproximem cada vez mais para formular um autêntico projeto nacional voltado para a modernização, sem esquecer-se do patrimônio histórico e cultural cons-

truído ao longo da nossa história.

Desejo ressaltar, especialmente, a participação, neste encontro, do senador José Fragelli e do ministro José Carlos Moreira Alves. O comparecimento do presidente do Congresso Nacional e do presidente do Supremo Tribunal Federal enriquece de modo singular a presente iniciativa. Neste diálogo somos os três poderes da República. E prova eloqüente da maior aproximação de nossas instituições com a cidadania.

Aqui também estão representados, de modo expressivo, diversos setores da sociedade. Ninguém deve ser excluído. As responsabilidades, numa democracia, devem ser partilhadas integralmente por todos. Tenho dito, e devo repetir, que o progresso começa dentro de cada um de nós.

O Brasil do século XXI será, no alvorecer desse novo milênio, uma das maiores nações do mundo. Para isso estamos promovendo uma aliança fecunda entre a capacidade de construir do povo brasileiro e o empenho do Governo em interpretar corretamente os seus anseios de mudança e de progresso econômico e social. Aqui estamos buscando alguns dos meios indispensáveis para tornar realidade esse desejo. O futuro do Brasil não se prevê: constrói-se. Nosso desejo, nossa vontade, nossa vocação é construir a sociedade que está no coração de cada brasileiro. Uma sociedade próspera, de paz, de liberdade, em que o futuro não seja uma promessa permanentemente adiada, mas que seja realizada a cada momento."

Sarney ressalta construção do futuro

BRASÍLIA - "O futuro do Brasil não se prevê: constrói-se. Nosso desejo, nossa vontade, nossa vocação é construir a sociedade que está no coração de cada brasileiro". A afirmação foi feita, ontem, pela manhã, pelo presidente José Sarney ao abrir o III Encontro Governo-Sociedade para o debate "O Brasil na Virada do Século".

O presidente disse que o encontro traduz o desejo de estimular uma reflexão sobre diversos cenários e alternativas possíveis para o Brasil nos próximos anos. Lembrou o chefe do Governo, que "é preciso dedicar parte do nosso tempo e de nossa visão de mais longo prazo sobre o País".

"É preciso consolidar o processo de reconquista da liberdade política e de retomada do crescimento econômico inaugurado pela Nova República. A prospecção que aqui promovemos traz sem dúvida, liberdade - afirmou Sarney.

MEDIDAS

Mais adiante lembrou que "as medidas tomadas

pelo Governo com respaldo de toda a Nação, resultam do desejo de ajustarmos o País às suas crescentes responsabilidades e suas imperiosas necessidades".

Prosseguiu Sarney dizendo que "já superamos pelo diálogo algumas das maiores e mais agudas crises de nossa História. Definimos nosso território, mantivemos nossa integridade e preservamos nossa soberania servindo-nos dos instrumentos pacíficos da negociação e do entendimento".

O presidente foi o terceiro a falar. O primeiro orador foi o ministro Marco Maciel, do Gabinete Civil, que disse que "iniciativa como esse encontro representa a intenção do governo de estimular um fecundo intercâmbio de idéias e experiências entre a sociedade civil e a administração sobre os cenários alternativos que o Brasil pode vir a encontrar no limiar do III Milênio".

Segundo o ministro, "essa transformação virá da sociedade civil. "É ingenuidade identificar um Estado servindo apenas aos seus go-

vernantes. Como observa o sociólogo Daniel Bell, os governos tornaram-se muito pequenos para resolver os grandes problemas e exageradamente grandes para encontrar uma resposta para os pequenos".

O ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, precedeu Sarney. O chanceler falou do futuro do País e deu a visão da diplomacia para o horizonte do País. Por fim, falou o presidente Sarney que concluiu seu breve discurso agradecendo a presença dos presidentes do Congresso, senador José Fragelli, e do presidente do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves, cujas presenças afirmou representar os três Poderes da República numa demonstração "eloquente da maior aproximação de nossas instituições com a cidadania".

Sarney deixou o auditório onde o encontro prosseguiu com a presença de autoridades e representantes dos mais diversos segmentos da sociedade e retornou ao gabinete para dar despachos e audiências.

Presidente abre em Brasília o 3º Encontro Governo-Sociedade

Do Sucursal de Brasília

Os avanços nas estruturas econômicas do país, a redemocratização política em vias de institucionalização e sua convivência com "gritantes desigualdades setoriais, sociais e regionais" são uma realidade que deve ser aperfeiçoada. Esta foi a mensagem do presidente José Sarney, 56, ao falar aos mais de trezentos participantes do 3º Encontro Governo-Sociedade, sobre o tema "O Brasil na Virada do Século", iniciado ontem pela manhã, no auditorio do edifício anexo ao Palácio do Planalto.

Para o presidente José Sarney, é preciso consolidar o processo de reconquista da liberdade política e de retomada do crescimento econômico inaugurado pela 'Nova República'. Algumas das maiores e mais agudas crises da história do país —segundo

Sarney— foram superadas "pelo entendimento e pelo diálogo". A definição do território, a manutenção da integridade brasileira e preservação de sua soberania foram conquistas obtidas com "instrumentos pacíficos da negociação e do entendimento", disse o presidente.

O governo, com este encontro, se propõe, na opinião do presidente Sarney, "a ouvir a sociedade através dos representantes dos mais diversos setores e movimentos espontâneos". Nos dois encontros anteriores, foram discutidos os temas: "Participação da Sociedade na Nova Economia" e "Cidadania e Meio-Ambiente". O encontro termina hoje com a participação do ministro do Planejamento, João Sayad, do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Carlos Moreira Alves, e do presidente do Congresso Nacional, senador José Fragelli (PMDB-MS).



Sarney pregou a construção do futuro no seminário sobre virada do Século

Sarney pede apoio à liberdade conquistada

"É preciso consolidar o processo de reconquista da liberdade política e de retomada do crescimento econômico inaugurado pela Nova República", disse ontem o presidente José Sarney, durante a sessão solene de abertura do III Encontro Governo-Sociedade, com o tema "O Brasil na virada do Século".

O ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Marco Maciel, destacou que o encontro é importante, porque as eleições de 15 de novembro estão próximas, e a Constituinte vai significar a "Câmara do futuro".

O ministro enfatizou que o "grande equívoco de muitos legisladores constituintes tem consistido em elaborar cartas voltadas para o passado, como se ele fosse eterno". Para o ministro a "sanção do tempo não se faz esperar: tais constitui-

ções envelhecem, não porque o tempo passou, mas porque elas já haviam passado, antes mesmo de nascerem", disse Maciel.

O seminário, de acordo com o presidente Sarney, traduz o desejo de "estimular uma reflexão sobre diversos cenários", procurando as alternativas mais adequadas para alcançar as metas traçadas para o País. Ele ressaltou que é necessário gastar parte do tempo e da visão nos problemas do País, porque os grandes projetos devem ser examinados com uma perspectiva de conjunto, mas com crítica construtiva.

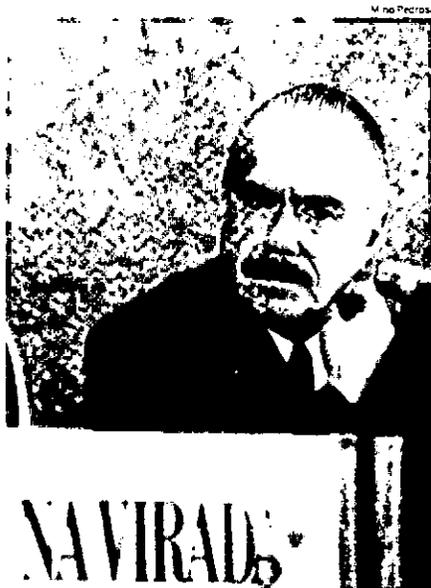
Sarney destacou os avanços já conquistados pela nação brasileira, especialmente com a renovação das estruturas econômicas e da democratização política que está em vias de institucionalização.

O presidente lembrou

que é preciso transformar a liberdade em instrumento para desenvolver uma nova "cidadania, livre e responsável pelo seu próprio futuro", recordando que as medidas tomadas pelo Governo "resultam do desejo de ajustarmos o País às suas crescentes responsabilidades e suas imperiosas necessidades".

— O futuro do Brasil não se prevê: constrói-se. Nosso desejo, nossa vontade, nossa vocação é construir a sociedade que está no coração de cada brasileiro, disse Sarney.

O ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, afirmou, por sua vez, ter a convicção de que o Brasil vai estar à altura dos desafios que lhe são reservados pelo futuro, estando dentro da linha invariável de "coerência e fidelidade às normas que regem sua conduta no plano internacional".



Sarney: «É preciso consolidar a reconquista da liberdade»

Sarney abre debates sobre futuro do País

A partir da Assembleia Nacional Constituinte, o Brasil definirá «o país que deseja ser». E só então a política externa brasileira poderá se ajustar à «teoria de desenvolvimento» mais adequada à opção interna e se posicionará sobre questões hoje discutíveis, como a utilização militar da energia atômica e a abertura do país às importações.

Este foi o raciocínio que conduziu ontem, em quase quatro horas de discursos e debates do III Encontro Governo-Sociedade, promovido pelo Gabinete Civil da Presidência da República no auditório do Palácio do Planalto. Com o tema «O Brasil no Virado do Século», cerca de cem diplomatas e representantes de vários setores da sociedade participaram do primeiro painel do encontro, sobre política internacional, coordenado pelo chanceler Abreu Sodré e pelo secretário-geral do Itamarati, Paulo de Tassu Flecha de Lima.

O presidente José Sarney abriu o Encontro Governo e Sociedade com um discurso em que convidava os participantes a «uma reflexão de onde surgirão formulas criativas, legítimas e constitutivas para os problemas brasileiros. O ministro Marco Maciel também aproveitou o seu discurso para responder às críticas que surgiram dentro do próprio Palácio

do Planalto quando foi anunciado o tema do Encontro. «Temos problemas tão urgentes e vamos ficar discutindo o ano 2000?», questionava o portavoza da Presidência, Fernando César Mesquita. De público, o chefe do Gabinete Civil respondeu: «Mas oportuna da que nunca é esta reflexão sobre o futuro, se pensarmos que estamos às vésperas da eleição da Constituinte, que deve ser, no meu entender, a Câmara do Futuro».

Questão Nuclear

Entre os temas de relevância no contexto internacional e que, segundo o assessor internacional da Presidência da República, embaixador Ruben Riupepo, devem ser discutidos durante a próxima Assembleia Nacional Constituinte, está a posição do Brasil quanto a questão nuclear. Segundo ele, o país deve «exercer sua cidadania» no aprofundamento da discussão do tema e rever as posições que adota, até agora, nos acordos internacionais sobre o assunto.

«O Brasil não é signatário, por exemplo, do Tratado de Não-Proliferação Nuclear», observou o embaixador Riupepo. Mas endossa o Tratado de Desnuclearização da América Latina, que só vigorará quando todos os países do Continente se manifestarem sobre o assunto.

Vocação do Brasil-

"O futuro do Brasil não se prevê: constrói-se. Nosso desejo, nossa vontade, nossa vocação é construir a sociedade que está no coração de cada brasileiro". A afirmação foi feita ontem pela manhã pelo presidente José Sarney ao abrir o III Encontro Governo-Sociedade para o debate "O Brasil na Virada do Século".

O presidente disse que o encontro traduz o desejo de estimular uma reflexão sobre diversos cenários e alternativas possíveis para o Brasil nos próximos anos. Lembrou o chefe do Governo que "é preciso dedicar parte do nosso tempo e de nossa visão, de mais longo prazo, sobre o País".

"É preciso consolidar o processo de reconquista da liberdade política e de re-

tomada do crescimento econômico inaugurado pela Nova República. A vocação que aqui promovemos traduz, sem dúvida, a firmeza", afirmou Sarney.

Mais adiante, lembrou o chefe do Governo que as medidas tomadas pelo Governo, com respaldo de toda a Nação, resultam no desejo de ajustarmos o país às suas crescentes necessidades e suas imperiosas necessidades".

Prosseguiu Sarney dizendo: "Já superamos pelo diálogo, algumas das maiores e mais agudas dificuldades de nossa história. Definimos nosso território, mantivemos nossa integridade e preservamos nossa soberania vindos dos instrumentos pacíficos da negociação e do entendimento".

Liberdade e crescimento, metas de Sarney

BRASILIA
AGÊNCIA ESTADO

As 9h30m do III Encontro Governo-Sociedade o Brasil na Virada do Século, com a participação de ministros, diplomatas, professores e cineastas, o presidente José Sarney afirmou que nos próximos anos será necessário "consolidar o processo de reconquista da liberdade política e do retomada do crescimento econômico inaugurado pela Nova República". Sua frase de que "o futuro não se prevê, constrói-se", serviu de tom para os expositores, que deram maior destaque aos problemas do presente que às possibilidades do futuro. Para o ministro Marco Maciel, da Casa Civil, também presente à inauguração do encontro, pela manhã, a maioria dos expositores sobre o futuro seria muito otimista, já que se está "na véspera do período Constituinte, que será a Câmara do Futuro". O ministro lembrou que o

ativoco dos legisladores constituintes tem sido fazer Cartas para o passado".

Para cada um dos expositores havia previamente um desafio a ser enfrentado pelo Brasil na virada do século. Segundo o analista político Celso Lafer, o desafio será o País começar o século XXI como "o último dos países desenvolvidos, ou a primeira das nações em desenvolvimento". Já para o embaixador Rubens Ricupero, assessor especial da Presidência da República, o desafio é saber até quando o Brasil aguentará ter um coeficiente de importação de apenas 6% do produto interno bruto "e ao mesmo tempo continuar exportando muito e pagando a dívida externa".

Na parte da tarde o III Encontro Governo-Sociedade voltou-se mais para a área cultural.

Vários expositores apresentaram suas apreensões — professores e jornalistas preocupados com a língua e com a cul-



Sarney fala de futuro

tura popular, cineastas preocupados com a falta de apoio oficial para o vídeo e o cinema nacional. No final, o ministro Celso Furtado, da Cultura reconhecendo que a temática do encontro legou de uma "virada do século", mas concluiu a discussão positiva, "pois o governo estava lidando mundialmente com as portas para os que "querem mesmo lutar para modificar o presente cultural". O ministro acha que o Brasil não tem se isolado do mundo; "sem provar, como foi superior, as estruturas brasileiras. Precisamos chegar ao ano 2000 com uma cultura forte, que os teleoperadores de outros países não considerem também em suas antenas parabólicas".

O encontro "O Brasil na Virada do Século" termina hoje, com palestras dos ministros João Bessa e Marco Maciel e do presidente do IIR, Moreira Alves, entre outros.

"O progresso começa dentro de nós"

Foi o auge do discurso do presidente Sarney. "O III Encontro Governo-Sociedade é um ato aberto ao debate e crítico e crítico acerca dos problemas que se abrem ao País nos 15 anos que faltam para o século XXI".

O encontro trouxe o desafio de estimular uma reflexão sobre diversas opções possíveis de ocorrer e sobre as alternativas de ação mais adequadas a pensar aqui. Queremos alcançar metas desejáveis para o Brasil nos limites do possível.

É preciso dedicar parte de nosso tempo e de nossa visão, de modo longo prazo, sobre o País. Processo econômico, vida política e institucional, política externa, vida cultural, são grandes temas inerentes ao bem comum e ao projeto de desenvolvimento brasileiro devem ser examinados com uma perspectiva de conjunto, a um tempo crítica e construtiva.

Estamos construindo a nossa modernidade, com impressionantes avanços na conquista de nas estruturas econômicas que foram rotineiras e de democratização política em vias de institucionalização. Ao mesmo tempo, nos comprometemos com reduções de níveis históricos e graves desigualdades econômicas, sociais e regionais.

É preciso consolidar o processo de reconquista da liberdade política e do retomada do crescimento econômico inaugurado pela Nova República. A perspectiva que aqui promovemos traz, sem dúvida, liberdade. Devemos por isso mesmo transformar esta perspectiva em instrumento para desenvol-

ver uma nova cidadania, livre e responsável pelo seu próprio futuro. As medidas tomadas pelo governo, com respaldo de toda a Nação, resultam do desejo de ajustarmos o País às suas crescentes responsabilidades e suas imperiosas necessidades.

Já superamos pelo empenhimento e pelo diálogo, alguma das maiores e mais agudas crises de nossa História. Definimos nosso território, mantivemos nossa integridade e preservamos nossa soberania servindo-nos de instrumentos pacíficos de negociação e do entendimento.

Borçes hoje uma Nação em pleno crescimento. O dever da atual geração não é apenas o de preservar estas conquistas. Temos a obrigação de ampliá-las cada vez mais.

Este encontro, em que o governo se propõe a ouvir a sociedade através dos representantes dos mais diversos setores e movimentos espontâneos, insere-se no mecanismo que estamos constituindo de promover audiências periódicas para que pensamento e ação do governo se enriqueçam através do diálogo permanente e fecundo com a cidadania participante.

É desse debate e desse reflexo que surgirão fórmulas criativas, legítimas e construtivas. Nessa derradeira etapa do século XX, considero essencial que governo e sociedade se aproximem cada vez mais para formular um autêntico projeto nacional voltado para a modernização, sem esquecer-se do patrimônio histórico e cultural constituído ao longo de nossa História.

Desejo realçar, especialmente, a participação, neste encontro, do senador José Fragelli e do ministro José Carlos Moreira Alves. O comparecimento do presidente do Congresso Nacional e do presidente do Supremo Tribunal Federal enriquece de modo singular a presente iniciativa. Nesse diálogo, somos os três Poderes da República. É prova eloqüente da maior aproximação de nossas instituições com a cidadania.

Aqui também estão representados, de modo expressivo, diversos setores da sociedade. Ninguém deve ser excluído. As responsabilidades, numa democracia, devem ser partilhadas integralmente por todos. Tenho dito, e devo repetir, que o progresso começa dentro de cada um de nós.

"O Brasil do século XXI será, no breve espaço de novo milênio, uma das maiores nações do mundo. Para isso estamos promovendo uma aliança fértil entre a capacidade de construir do povo brasileiro e o empenho do governo em interpretar corretamente os seus anseios de mudança e de progresso econômico e social. Aqui estamos buscando alguns dos meios indispensáveis para tornar realidade esse desejo. O futuro do Brasil não se prevê, constrói-se. Nossa tarefa, nossa vocação, nossa obrigação é construir a sociedade que está no coração de cada brasileiro. Uma sociedade próspera, de paz, de liberdade, em que o futuro não seja uma promessa permanentemente adiada, mas que seja realizada a cada momento."

Sarney e o século 21

Brasília

Ao se pronunciar em simpósio que se realiza nesta Capital, sobre as relações do governo com a sociedade, o presidente José Sarney se alinhou, voluntariamente, com as idéias do ex-presidente Tancredo Neves, a respeito da participação popular no processo das decisões políticas.

Sarney reiterou sua disposição de ouvir a sociedade, a fim de preparar adequadamente o Brasil para o século 21.

Em artigo publicado há quatro anos, para uma revista do extinto Partido Popular, Tancredo falou das várias teorias da representação política. Lembrou a de Rousseau, do mandato imperativo, pela qual o mandante pode destituir o mandatário infiel; a da Burke, do mandato fiduciário, em que o mandatário é livre para decidir em nome do interesse nacional; e a teoria sociológica, através da qual o detentor do mandato decide em função dos vínculos com o segmento social que representa.

Para Tancredo, como também parece a Sarney, a doutrina mais democrática não é nenhuma dessas, mas a da representação participativa, na qual os direitos do votante não se esgotam no ato de votar, mas continuam durante os mandatos por ele conferidos. Entre mandantes e mandatários deve haver uma simbiose permanente, em que aqueles participam das decisões devido às críticas que fazem e que estes últimos recolhem, com o objetivo de melhorar o modo como cumprem o mandato.

Essa, na opinião de Tancredo, é a melhor forma de se promoverem as transformações que uma sociedade exige. Ou os mandatários incorporam as exigências sociais, com inteligência política, ou as transformações se fazem à revelia deles, sem eles ou até contra eles, pela força e pela violência, destruindo valores que talvez deveriam ser preservados, pelo fato de constituírem acervo das conquistas jurídicas e humanas.

Portanto, para o presidente Sarney, que fala com os olhos postos no terceiro milênio, seria interessante —no entender de políticos que o apóiam— que ele baixasse a vista e olhasse mais próximo, praticando com maior frequência a teoria contida em sua retórica. O que esses políticos querem é que o presidente seleccione politicamente suas prioridades, para o dia-a-dia de seu governo e não apenas para o ano 2000. Assim, não precisará considerar a advertência contida no artigo de Tancredo, segundo a qual, "quando os privilegiados são poucos e os extremamente pobres muitos e quando a diferença entre os primeiros e os outros tende a aumentar, a necessidade de uma opção definitiva entre o custo político da reforma e o custo político da rebelião é apenas uma questão de tempo". E verdade. E verdade que talvez não espere o século 21.

Rubem de Azevedo Lima

SEMINÁRIO

Em defesa da
participação
da sociedadepor Cecília Pires
de Brasília

Ao abrir ontem o III Encontro Governo-Sociedade, que tem como tema "O Brasil na Virada do Século", o presidente José Sarney defendeu a formulação de um projeto nacional voltado para a modernização, com a participação de todos os setores da sociedade. "Ninguém deve ser excluído. As responsabilidades, numa democracia, devem ser partilhadas integralmente por todos", disse Sarney em seu discurso.

O presidente ainda pregou o crescimento com liberdade. "É preciso consolidar o processo de reconquista da liberdade política e da retomada do crescimento econômico inaugurado pela Nova República. A prospecção que aqui promovemos traduz, sem dúvida, liberdade. Devemos por isso mesmo transformar essa prospecção em instrumento para desenvolver uma nova cidadania, livre e responsável pelo seu próprio futuro. As medidas tomadas pelo governo, com

respaldo de toda a Nação, resultam do desejo de ajustarmos o País às suas crescentes responsabilidades e suas imperiosas necessidades."

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, pregou que a Constituinte deverá ser, em seu entender, "a Câmara do futuro. Com efeito, o grande equívoco de muitos legisladores constituintes tem consistido em elaborar cartas voltadas para o passado, como se fosse ele eterno". Segundo Maciel, "a força para a transformação virá da sociedade civil" e não pode ficar restrita "a um reduzido número de cérebros pensantes".

O ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, lembrou que o Brasil ocupa um espaço significativo no sistema internacional, e, por isso, "é natural que surjam conflitos de interesse com nações mais avançadas; conflitos, porém, a serem sempre encaminhados através do diálogo e da negociação". Ao comentar as perspectivas do Brasil na virada do século sob o prisma das relações internacionais, Sodré afirmou que nossa política "é independente e dinâmica, voltada para a defesa de nossos interesses permanentes, para a exata afirmação de nosso perfil próprio no plano internacional" e não se intimida diante das dificuldades.

Coluna do Castello

Um aviso de velho general

UM cidadão idoso, bem vestido e de voz inesperadamente firme, levantou-se, anteontem, no auditório do Palácio do Planalto, quando se encerravam os debates do encontro governo-sociedade, e fez menção de falar. Advertido de que o tempo se esgotara, ele retrucou: "Para mim não tem tempo. Eu vou falar. E agora". O embaixador Paulo de Tarso, que presidia a mesa, teve a deferência de ouvi-lo. Encarando firmemente os membros da mesa, o velho cidadão falou:

"Eu conheço quem fez a Revolução, quem dela participou e quem a apoiou. Muitos estão aqui. Mas quero dizer que, no mundo contemporâneo, os povos passam inelutavelmente por suas revoluções. Foi o que aconteceu na Inglaterra de Cromwell, na França da Revolução de 89... O Brasil já fez a sua e não quero discuti-la. Devo dizer apenas que, como participante e observador da vida do país, estou convencido de que, depois dessa revolução que durou 20 anos, o Brasil não terá novas revoluções militares. O Brasil consolida-se e prepara-se para progredir e viver em paz, com sua situação estabilizada."

Houve palmas, algumas desconfiadas. O orador, que assim encerrou o debate, anteontem no Palácio do Planalto, é o general Edmundo Macedo Soares e Silva, 85 anos de idade, revolucionário de 1922, construtor de Volta Redonda, ex-ministro da Viação e Obras Públicas e da Indústria e do Comércio, ex-governador do estado do Rio de Janeiro, hoje ativo membro de conselhos de empresas públicas e privadas, que participava do encontro como convidado do Palácio do Planalto.

Essa palavra de otimismo se compõe com a declaração do presidente José Sarney de que a crise de consumo por deficiências da produção não nos levará a uma nova recessão, mas a um impulso produtivo a fim de atender às necessidades de uma nação cujo poder aquisitivo foi de repente ampliado pela distribuição de renda resultante do Plano Cruzado. Essas palavras de otimismo se compõem melhor com as esperanças da população do que os atos repressivos de resultados duvidosos.

Mais estimulantes são as previsões de investimentos e o esforço industrial para esgotar a capacidade ociosa de produção enquanto não se renovam e ampliam as máquinas e se multiplicam as ofertas de

insumos básicos do que os confiscos de bois realizados por autoridades de preparo duvidoso para a operação, em si mesma duvidosa sobre seus efeitos sobre a oferta de carne num período de entressafra num esquema produtivo em decréscimo previsto há algum tempo. A providência pode ter efeitos eleitoreiros, instigando o revanchismo do que se chama povão, vítima principal das dificuldades de toda ordem.

A economia de mercado, com ênfase no mercado interno, pela qual anseiam segmentos importantes da vida nacional, oferece-se agora como alternativa aos investimentos e representam a mais promissora expectativa de produção com vistas ao desenvolvimento e à melhoria de padrão de vida de um povo que há mais de 20 anos espera o bolo crescer para que se inicie sua distribuição. A divisão começa e eis que o bolo é pequeno. Que o governo Sarney mobilize o momento de confiança e de esperança criada por seu Plano Cruzado e o suplemente de modo a multiplicar as oportunidades de investimentos nos produtos destinados ao consumo de uma população que já não tem carne para comer nem produtos com que atender sequer à sua higiene pessoal.

O Brasil não está propriamente na hora de estimular as exportações. Embora ainda seja necessário e será sempre necessário que disponhamos de produção industrial cada vez mais sofisticada para competir nos mercados mundiais. No momento, necessitamos de importar comida e bens de consumo e de investir na produção deles tanto quanto na produção industrial para exportação. Estamos deixando de ser — ou deixamos de ser neste momento — um país exportador de produtos tropicais para ser uma nação com amplas perspectivas de reforçar sua economia e atender concomitantemente a um mercado interno e ao mercado externo tradicional, sobretudo pelo passivo de uma dívida externa de 100 bilhões de dólares deixado pela Revolução de que falou o general Edmundo Macedo Soares.

Para tanto é preciso um reajustamento na linguagem dos ministros econômicos, dos quais deverá o país ouvir menos ameaças com vistas à platéia para ouvir o anúncio de medidas que retifiquem as distorções ocorridas na prática do Plano Cruzado e abram a esperança de que o Brasil se prepara efetivamente, não para o século XXI, que tanto excita a imaginação do presidente José Sarney, mas para os meses e os anos que se seguem e dos quais dependem, mais do que uma vitória eleitoral, a tranquilidade e o bem-estar da população.

Carlos Castello Branco

SEMINÁRIO

Para Sayad, estratégia de planejamento deve evitar o risco

por Cecília Pires
de Brasília

O ministro do Planejamento, João Sayad, abriu os trabalhos da manhã de ontem do 3º Encontro Governo-Sociedade defendendo a atividade de planejamento dentro de uma estratégia que evite o risco. Sayad lembrou a precariedade e a instabilidade desta função no Brasil, onde os planejadores não puderam prever o crescimento econômico da década de 70 nem a grave crise recessiva no início da década de 80.

"Somos um país com uma economia dedicada à prosperidade", disse Sayad, prevendo que as dificuldades do dia-a-dia não serão obstáculo para um futuro promissor nos próximos quinze anos, desde que a economia seja bem planejada.

A análise do economista Julio Mourão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi igualmente otimista. Ele prevê que o País chegará ao fim do século com o subemprego praticamente eliminado e uma melhor qualidade de vida da população. O economista Antônio Barros Castro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) seguiu as mesmas premissões, mas ponderou que o Brasil não precisa passar por um con-

junto de reformas neoliberais como muitos vêm pregando.

Ele defendeu que, para continuar crescendo, o País vai precisar de taxas de juro muito baixas, subsidiadas, que ampliem os investimentos e dupliquem a capacidade produtiva. Pregou, ainda, que será necessário pagar os juros da dívida externa, manter o saldo comercial equilibrado, melhorar o padrão de vida da população, uma política de aumentos salariais e ampliação dos encargos sociais. Para Antônio Barros, o liberalismo clássico não conflita com uma posição progressista, com justiça social e distribuição de renda.

O historiador Hélio Jaguaribe discordou da visão da maioria dos economistas que defenderam um futuro promissor para o País na virada do século. "Acredito que catorze anos seja um prazo curto para conseguir a viabilização deste século róseo, dourado, que nos descrevem os economistas. Temos de ter uma capacidade de incorporação das massas que envolva um crescimento da ordem de 10% ao ano." Para financiar este aumento do Produto Interno Bruto (PIB) que incorpore as massas ao processo, Jaguaribe defendeu o aumento da tributação e a aplicação deste excedente de 2% aos investimentos sociais.

Brasil ainda pode subir no cenário mundial"

por Carlo Ibarê de Freitas
de Brasília

As sugestões apresentadas no 3º Encontro Governo—Sociedade, que discutiu "O Brasil na Virada do Século", "foram uma reflexão prévia do que vai preocupar o legislador constituinte", afirmou o ministro Marco Maciel no encerramento do encontro. O chefe do Gabinete Civil espera que o resultado dos debates sirva como subsídio "aos legisladores do futuro" e à própria sociedade, que deve discutí-los com os candidatos de 15 de novembro.

Na sessão de encerramento falaram, além de Maciel, o presidente do Senado, José Fragelli, o cientista político Hélio Jaguaribe, o padre Fernando D'Avilla, o professor Márcio Tavares do Amaral, e o diplomata Marcos Azambuja, representando alguns dos setores discutidos no encontro. Na avaliação final do ministro do Gabinete Civil, os resultados foram muito férteis, porque antecedem o momento histórico em que o País se prepara para "o pacto social constituinte". Acrescentou o ministro: depois de avaliar os resultados do encontro, que "o País já conta com uma massa crítica conseqüente para operar as mudanças de que necessita".

Já o cientista político Hélio Jaguaribe fez uma avaliação menos otimista. Para ele, se o Brasil até o ano 2000 não "integrar sua população, não crescer e gerar tecnologia e não renegociar sua dívida externa em termos favoráveis", não encontrará o caminho do desenvolvimento. Isto porque, segundo sua teoria, na virada do século o mun-

do estará dividido "em dois condomínios hegemônicos governados pelas superpotências" (Estados Unidos e União Soviética), e os países que até lá não pronunciarem decisões firmes — "principalmente o Brasil na dívida externa enquanto existe espaço político para decisões" — "perderão as chances de crescimento no mundo", previu Hélio Jaguaribe. Ele defendeu ainda que "é preferível não pagar a dívida externa a não ter nenhum futuro histórico".

Recobrando o tom otimista, o senador José Fragelli brincou com Jaguaribe, comentando que, ao contrário do que o mundo faz, "vai rezar para que EUA e URSS não encontrem o caminho da paz até o ano 2000". Mas, em tom sério, o presidente do Senado acrescentou que o encontro governo—sociedade "abriu caminho para uma democracia consensual no País", além de servir para "definir as competências dos poderes no Brasil". Fragelli acha que a obrigação do poder "é trabalhar de acordo com as vontades do povo".

Contrariando o cientista político Hélio Jaguaribe, o embaixador Marcos Azambuja disse que a impressão que colheu ao final dos debates aponta claramente para a visão de que o Brasil, na virada do século, estará ocupando um lugar nos grandes fóruns de decisão mundial entre as superpotências. "Ficou clara a posição de transição do Brasil", concluiu o diplomata, avaliando que "o quadro internacional ainda comporta degraus para que o Brasil suba no cenário mundial".

Economista diz que País será quarta potência

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O futuro do Brasil "é róseo" e o País poderá chegar ao ano 2000 como a quarta economia do mundo, na frente da França, reduzindo os atuais 33% de desempregados e subempregados a apenas 5%. Esta é a opinião dos economistas que discutiram ontem, no auditório do Palácio do Planalto, "O Brasil na virada do século".

O optimismo dos economistas não foi acompanhado pelos cientistas políticos, como o professor Hélio Jaguaribe, que disse não ser possível analisar apenas "os números frios do economista, pois se o Brasil não fizer algo sério e imediato no plano social e da distribuição de renda, nem chegaremos ao final do século, atropelados pela convulsão social".

Nos debates finais, a vedete foi a mãe solteira e desempregada Sandra Silva Santos, 37 anos, representante do Movimento da Mulher da cidade-satélite de Sobradinho (DF), que defendeu a meta de doação: "formada só por homens e sem nenhuma economista autêntica, como é a dona-de-casa pobre, devotar a mesa de debates e achar uma solução imediata para a miséria dos brasileiros. Vocês, economistas, falam bonito, mas nós estamos com fome e sem ter onde morar, como esperar até o ano 2000 para receber o que estão prometendo" — pertinho dela.

Para o economista Jílio Mourão, do BNDES, o Brasil deve adotar a política econômica de desenvolver seu mercado interno, "que nos possibilitará crescer na média de 8% ao ano até o final do século, com a renda per capita passando de US\$ 2 000 para US\$ 4 000, e nosso PIB passando do oitavo do mundo para o quarto, ao lado dos Estados Unidos, Japão e Alemanha Ocidental".

Mourão disse que o baixo coeficiente de importações atuais, que é de apenas 6% do PIB, não representará nenhum problema: "pois os Estados

Unidos se transformarem em grande potência entre 1970-75, com um coeficiente de importações variando de 35% a 45% do PIB". Para Jílio Mourão, o Plano Cruzado já começou a dividir a renda e a aumentar os salários reais, que possibilitarão integrar automaticamente ao processo produtivo e de consumo "os 33% da população atual que estão marginalizados". O único desafio para ele é reorganizar o desenvolvimento energético.

O professor Antônio Barros de Castro também está otimista, achando que o Brasil atual tem todas as condições para iniciar um desenvolvimento acelerado, "com uma mão-de-obra preparada para o desafio e um parque industrial moderno, junto com uma infra-estrutura de serviços razoável". Ele acha que o Brasil não deve cair no neoliberalismo econômico, mas seguir seu próprio modelo, sem tentar fugir aos seus compromissos com a dívida externa. "Nisso sou pessimista — afirmo — pois não acredito que possamos nos desenvolver sem aceitar as regras internacionais impostas por nossos credores".

O professor Barros de Castro acredita que o País pode crescer 80% depois de pagar a dívida, "pois poderemos chegar a um PIB de US\$ 625 bilhões no ano 2000, contra os atuais US\$ 250 bilhões. Enquanto nessa dívida externa permanecerá estável na faixa dos US\$ 100 bilhões, ou seja, num patamar perfeitamente razoável".

Já o professor Hélio Jaguaribe não acredita em crescimento econômico "enquanto os banqueiros internacionais ditarem os juros que incidem sobre nossa dívida externa. Pois assim jamais chegaremos numa situação rósea no ano 2000". Ele defende também o aumento dos impostos, "porque atualmente eles representam a metade quanta de 22% do PIB deveriam passar a 25%. A única coisa que possibilitaria uma ação verdadeiramente eficaz para desenvolver um plano social".

Jaguaribe quer menos juros

"O Brasil não pode aceitar que os banqueiros vivem a seu bel-prazer os juros de nossa dívida. Temos de impor taxas menores e, se eles não queiserem, simplesmente não pagar. Ou então ficaremos condenados para sempre a uma posição secundária no desenvolvimento econômico mundial." Foi o que disse, com veemência, o professor Hélio Jaguaribe, ao encerrar, ontem à noite no auditório do Palácio do Planalto, o encontro "Brasil na Virada do Século".

O ministro Marco Maciel falou sobre a sua "abertura entusiástica com os resultados dos debates", que foram promovidos pelo Gabinete Civil da Presidência da República. Depois, disse que a veemência do professor Jaguaribe "mostru apenas a profundidade e a paixão que o encontro propiciou". Mas reconheceu que muita coisa mudou no cenário político e econômico internacional desde que o Brasil começou a tentar renegociar sua dívida externa em bases mais justas.

Hélio Jaguaribe advertiu que se o Brasil não conseguir agora suas transformações econômicas, sociais e tecnológicas, não terá nova chance

no final do século, "quando as grandes potências se unirão em condomínios fechados, contornando os países da periferia e se tornarem simples mercados secundários".

O embaixador Marcos Azambuja, ao avistar o encontro, destacou que, pelos debates de acadêmicos e representantes de toda a sociedade, ficou claro que o Brasil deverá "assumir alguma degraus na escala de poder mundial, numa direção mais em direção aos países ricos, junto com uma exatidiva expulsão do meio dos países pobres". Ele prevê também uma participação muito maior da sociedade, dos empresários e da inteligência na formulação da política externa brasileira, diminuindo a influência do Itamaraty.

A nota piorreira do final dos debates foi dada pelo escritor Clécio Pezotado, que pediu financiamento do governo para a publicação do seu livro "A República Universal", que ele escreve há 13 anos e trata da "unificação da economia mundial, o fim das pátrias e a união do capitalismo, do socialismo e do espírito, como forma as corretas preceitos de Alencar de Carde".

Debate no Planalto vislumbra futuro róseo para o País

BRÁSILIA — O futuro do Brasil é o róseo e o País poderá chegar ao ano 2.000 como a quarta economia do mundo, na frente da França, reduzindo os atuais 33% de desempregados e sub-empregados a apenas 5%. Esta é a opinião dos economistas que discutiram ontem, no auditório do Palácio do Planalto, "O Brasil na virada do século."

O otimismo dos economistas não foi acompanhado pelos cientistas políticos, como o professor Hélio Jaguaribe, que disse que não ser possível analisar apenas os números frios do economês; pois se o Brasil não fizer algo sério e imediato no plano social e da distribuição de renda, nem chegaremos ao final do século, airoplados pela convulsão social.

Nos debates finais, a vedete foi a mãe solteira, e desempregada Sandra Silva Santos, 27 anos, representante do Movimento da Mulher da Cidade-Satélite de Sobradinho (DF), que desafiou a mesa de debates, formada só por homens e sem nenhuma economista autêntica como é a dona-de-casa pobre, a achar uma solução imediata para miséria dos brasileiros. "Vocês economistas falam bonito, mas nós estamos com fome e sem ter onde morar, como esperar até o ano 2.000 para receber o que estão prometendo?" — perguntou ela.

Para o economista Jílio Mourão, do BNDES, o Brasil deve adotar a política econômica de desenvolver seu mercado interno, que nós possibilitará crescer na média de 8% ao ano até o final do século, com a renda per-capita passando de US\$ 2.000 para US\$ 4.400 e nosso PIB passando do oitavo do mundo, para o quarto, só atrás dos Estados Unidos, Japão e Alemanha Ocidental.

Ele disse que o baixo coeficiente de importações atual, que é de apenas 6% do PIB, não represen-

tará qualquer problema, pois os Estados Unidos se transformaram em grande potência entre 1930 — 1970, com um coeficiente de importações variando de 3,5% a 4,5% do PIB. Para Jílio, o Plano de Estabilização Econômica já começou a dividir a renda e a aumentar os salários reais, que possibilitarão integrar automaticamente ao processo produtivo e de consumo os 33% da população atual que estão marginalizados. O único desafio, para ele é repensar o desenvolvimento energético.

O professor Antônio Barros de Castro também está otimista, achando que o Brasil atual tem todas as condições para iniciar um desenvolvimento acelerado, com uma mão-de-obra preparada para o desafio e um parque industrial moderno, junto com uma infraestrutura de serviços razoável. Ele acha que o Brasil não deve cair no neo-liberalismo econômico, mas seguir seu próprio modelo, sem tentar fugir aos seus compromissos com a dívida externa. "Nisso sou pessimista — afirmou — pois não acredito que possamos no desenvolver sem aceitar as regras internacionais impostas por nossos credores.

O professor Barros de Castro acredita que o país pode crescer, sem deixar de pagar a dívida, pois podemos chegar a um PIB de US\$ 625 bilhões no ano 2.000, contra os atuais US\$ 250 bilhões, enquanto nossa dívida externa permanecerá estável na faixa dos US\$ 100 bilhões, ou seja, num patamar perfeitamente razoável.

Já o professor Hélio Jaguaribe não acredita em crescimento econômico, "enquanto os banqueiros internacionais ditarem os juros que querem sobre nossa dívida externa, pois assim jamais chegaremos numa situação rósea no ano 2.000".

Um exemplo

Um fato chamou a atenção na reunião de anteontem no auditório do Palácio do Planalto, quando o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima citou a cineasta Tisuka Yamazaki durante palestra no encontro "O Brasil na virada do Século". O embaixador disse ser a cineasta "um bom exemplo de infiltração estrangeira na cultura nacional", o que provocou repulsa por parte da nissei e de outros participantes, gerando um certo mal estar na seleta platéia. Calmo, tranqüilo, com a experiência de um dos melhores negociadores da diplomacia brasileira, Flecha de Lima deixou passar alguns minutos e ao final de sua exposição deu a muitos pretensiosos donos do poder e da verdade um exemplo a ser seguido. Com a humildade própria dos que sabem o seu valor e da posição que ocupam, coisa rara hoje em dia, o secretário geral do Itamarati afirmou: "Fui infeliz na minha colocação. Eu me penitencio e retiro o que disse, pois tenho o maior respeito pela obra e pela pessoa de Tisuka". O plenário do Palácio do Planalto coroou o pronunciamento sincero do embaixador com uma salva de palmas.

O futuro já é hoje

JOSE HELDER DE SOUZA

—Foi uma lição de política — afirmou Maria do Carmo Galdino, dirigente de entidade lojista de Fortaleza, Ceará, depois de participar do III Encontro Governo e Sociedade, realizado no auditório do Palácio do Planalto, nos dois últimos dias, no qual foi discutido o futuro da sociedade brasileira no seminário "O Brasil na Virada do Século".

Foi uma lição de política, realmente, não só para a senhora Maria do Carmo Galdino, como para todos nós, mais esta oportunidade de elementos das mais diversas camadas da sociedade brasileira discutirem com o Governo, na sua própria sede, quais os caminhos a seguir nos próximos 15 anos, para alcançarmos o desenvolvimento, o bem-estar de nossos filhos e netos no alvorecer do próximo milênio. Esta comerciante, apesar de sua condição social e política de dirigente de classe, nunca fora, como milhares de outros brasileiros e brasileiras, consultada sobre nada por qualquer governo. A lição de política está em sua participação, ao lado de outros representantes de entidades das mais diversas camadas sociais do Brasil, de um encontro desta importância para o futuro da Nação, com destacadas figuras do Governo. Inclusive o presidente José Sarney, que abriu a solenidade, com os ministros Abreu Sodré das Relações Exteriores, Celso Furtado, da Cultura, João Sayad, do Planejamento e outros, como os embaixadores Paulo de Tarso Flecha de Lima, Rubens Ricupero, assessor para assuntos internacionais da Presidência da República, Marcos Azambuja, os professores Hélio Jaguaribe e Celso Lafer, enfim, com a elite dirigente da Nação.

Este fato a fez sentir-se uma verdadeira cidadã, uma brasileira em pleno gozo de sua cidadania, com a possibilidade de dizer, de viva voz, ao próprio Governo, o que acha deva ser feito para que o Brasil saia da situação de país subdesenvolvido para formar ao lado de grandes nações desenvolvidas, certamente entre as primeiras, quando o outro século vier. Além de poder dizer o que pensa sobre o futuro do País, ela pode também conhecer, com certa intimidade, o pensamento dos atuais dirigentes do País e, junto, o que planejam para integrar à sociedade brasileira mais de 60% de nosso povo, hoje marginalizado, afogado em miséria absoluta, fora de quaisquer padrões de dignidade de vida. Saber o que o Executivo faz para incentivar o comércio e a indústria pensando em como ampliar o mercado de trabalho e, consequentemente, o consumo, para que pessoas como Maria do Carmo Galdino, no seu trabalho, tenham confiança no futuro, juntamente com os freqüentes acolhidos diariamente em sua loja.

Do encontro "O Brasil na Virada do Século" ficou para esta senhora um novo sabor de brasilidade, uma sensação de presença em lugar para onde nunca fora chamada, nem ela nem qualquer um de nós, pelos governos fechados e distantes do povo, mais distantes e fechados quando tomados pela facção mais atrasada de nossa burguesia e mergulhada na noite da ditadura do AI-5, situação para a qual jamais gostaríamos de voltar, muito menos ela depois de ter tido a satisfação de participar da elaboração do futuro.

As formas participativas promovidas pela atual experiência de Governo antecipam as transformações futuras, como a ensinar a todos nós que o futuro já hoje. Pelo menos nas intenções mudancistas que norteiam a Nova República.

• Os escritores Antônio Torres e Edúberto Coutinho estavam entre os convidados do ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, para o encontro "O Brasil na virada do século", que aconteceu nos dias 14 e 15 em Brasília. Os dois escritores debateram relevantes aspectos do cenário cultural brasileiro, desta e das próximas décadas, especialmente no que se refere à literatura.

Rumo ao Planalto

Com o objetivo de ampliar a presença empresarial na Assembleia Nacional Constituinte, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel promoveu, nos dias 14 e 15, um encontro com lideranças do setor privado do próprio Palácio do Planalto. O tema para discussão foi "O Brasil na virada do século".

Do Rio, foram convidados o presidente da Sondotécnica, Jaime Rotstein, o presidente da Associação Comercial, Amaury Temporal, e o vice-presidente do Unibanco e novo embaixador já confirmado do Brasil nos Estados Unidos, Marçílio Marques Moreira.

Esta semana, a convite do ministro Marco Maciel, estive participando deste encontro que proporcionou produtivo debate na área empresarial. Depois, seguimos para o Nordeste, a convite de um grupo de senhoras, liderado por Lígia Arruda, Socorro Lucena e Lourdes Botelho, para ser a madrinha do Baile das Debutantes, que acontecerá no Clube Internacional do Recife e que será em benefício do Hospital da Polícia Militar de Pernambuco.

Nunca me neguei, quando é possível, a estar presente em nenhum acontecimento em que minha presença seja solicitada. Portanto, pela Varig, viajei para o Planalto, seguindo depois para o Nordeste.

Nas próximas colunas conto tudo, tim-tim por tim-tim.



Paulo Newton
Foto: Edmarcio Maia



Comissão Nacional de Estatística



O BRASIL NA VIRADA DO SÉCULO

Comissão Nacional de Estatística, a comissão de estatística de estatísticas para ser elaborada nos próximos anos, com o objetivo de avaliar o desenvolvimento social do Brasil.

Encontros aproximam governo do povo

Texto Paulo Newton
Foto: Edmarcio Maia

Os encontros e reuniões de caráter oficial, que desde o início do governo de Collor têm sido realizados com o objetivo de aproximar o governo do povo, estão se tornando cada vez mais frequentes. O primeiro deles foi o encontro realizado em São Paulo, em 15 de outubro, com a presença de Paulo Newton, secretário de Planejamento, e de outros membros do governo. O encontro teve como objetivo discutir o plano de desenvolvimento econômico e social do Brasil para o ano de 1987.

PRIMEIRO ENCONTRO

O Presidente de Associação Paulista de Estatística do "Metrô", Carlos de Sá, foi o primeiro a ser convidado. O encontro teve como objetivo discutir o plano de desenvolvimento econômico e social do Brasil para o ano de 1987. O encontro foi realizado em São Paulo, em 15 de outubro, com a presença de Paulo Newton, secretário de Planejamento, e de outros membros do governo.



Paulo Newton, secretário de Planejamento, em reunião com membros da Associação Paulista de Estatística do Metrô.

Religião, grande influência

Para o futuro do Brasil, o governo de Collor tem se preocupado em aproximar o governo do povo. O primeiro encontro foi realizado em São Paulo, em 15 de outubro, com a presença de Paulo Newton, secretário de Planejamento, e de outros membros do governo. O encontro teve como objetivo discutir o plano de desenvolvimento econômico e social do Brasil para o ano de 1987.

O segundo encontro ocorreu em São Paulo, em 22 de outubro, com a presença de Paulo Newton, secretário de Planejamento, e de outros membros do governo. O encontro teve como objetivo discutir o plano de desenvolvimento econômico e social do Brasil para o ano de 1987.

O terceiro encontro ocorreu em São Paulo, em 29 de outubro, com a presença de Paulo Newton, secretário de Planejamento, e de outros membros do governo. O encontro teve como objetivo discutir o plano de desenvolvimento econômico e social do Brasil para o ano de 1987.

O quarto encontro ocorreu em São Paulo, em 5 de novembro, com a presença de Paulo Newton, secretário de Planejamento, e de outros membros do governo. O encontro teve como objetivo discutir o plano de desenvolvimento econômico e social do Brasil para o ano de 1987.

O quinto encontro ocorreu em São Paulo, em 12 de novembro, com a presença de Paulo Newton, secretário de Planejamento, e de outros membros do governo. O encontro teve como objetivo discutir o plano de desenvolvimento econômico e social do Brasil para o ano de 1987.

O sexto encontro ocorreu em São Paulo, em 19 de novembro, com a presença de Paulo Newton, secretário de Planejamento, e de outros membros do governo. O encontro teve como objetivo discutir o plano de desenvolvimento econômico e social do Brasil para o ano de 1987.

O sétimo encontro ocorreu em São Paulo, em 26 de novembro, com a presença de Paulo Newton, secretário de Planejamento, e de outros membros do governo. O encontro teve como objetivo discutir o plano de desenvolvimento econômico e social do Brasil para o ano de 1987.

O oitavo encontro ocorreu em São Paulo, em 3 de dezembro, com a presença de Paulo Newton, secretário de Planejamento, e de outros membros do governo. O encontro teve como objetivo discutir o plano de desenvolvimento econômico e social do Brasil para o ano de 1987.

O nono encontro ocorreu em São Paulo, em 10 de dezembro, com a presença de Paulo Newton, secretário de Planejamento, e de outros membros do governo. O encontro teve como objetivo discutir o plano de desenvolvimento econômico e social do Brasil para o ano de 1987.

Paulo Newton, secretário de Planejamento, em reunião com membros da Associação Paulista de Estatística do Metrô.

O encontro teve como objetivo discutir o plano de desenvolvimento econômico e social do Brasil para o ano de 1987. O encontro foi realizado em São Paulo, em 15 de outubro, com a presença de Paulo Newton, secretário de Planejamento, e de outros membros do governo.

O encontro teve como objetivo discutir o plano de desenvolvimento econômico e social do Brasil para o ano de 1987. O encontro foi realizado em São Paulo, em 22 de outubro, com a presença de Paulo Newton, secretário de Planejamento, e de outros membros do governo.

O encontro teve como objetivo discutir o plano de desenvolvimento econômico e social do Brasil para o ano de 1987. O encontro foi realizado em São Paulo, em 29 de outubro, com a presença de Paulo Newton, secretário de Planejamento, e de outros membros do governo.

O encontro teve como objetivo discutir o plano de desenvolvimento econômico e social do Brasil para o ano de 1987. O encontro foi realizado em São Paulo, em 5 de novembro, com a presença de Paulo Newton, secretário de Planejamento, e de outros membros do governo.

POLÍTICA

ZH Brasília/Sucursal RBS**Democracia participativa**

Quando dois políticos de experiência e sensibilidade, como José Sarney e Marco Maciel, tomaram a iniciativa de levar adiante um programa destinado a implantar no país uma autêntica democracia participativa, talvez não tivessem projetado os resultados em tão curto espaço de tempo. Já foi encerrado, com êxito, o terceiro encontro sociedade-governo, que debateu, com grande senso de oportunidade, "O Brasil na virada do século". Neste momento, a coordenação desses encontros está fazendo uma avaliação cuidadosa, como forma de prestação de contas, não apenas aos inúmeros participantes, representativos de todos os segmentos da sociedade civil, mas a todos os cidadãos brasileiros, do que foi aplicado, na prática, a partir dessas verdadeiras "audiências públicas", repetindo a sabedoria grega, na experiência da ação política.

O III Encontro Governo-Sociedade, teve como ponto de relevo a transparência de um debate franco travado em bom nível pelos participantes, diretamente, com os comandos dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Foi, no mínimo, uma ex-

periência gratificante para quem se dispõe, com alguma audácia e coragem, a colocar em prática a democracia participativa, que no Brasil de hoje é ainda uma democracia apenas representativa. As indagações sobre os mais variados temas foram feitas e respondidas pelo presidente da suprema corte de Justiça, pelo presidente da República e seus ministros e pela presidência do Congresso Nacional, com a naturalidade que deve cercar o exame de questões de interesse coletivo.

Com o debate sobre "O Brasil na virada do século", quisemos quebrar o espelho retrovisor e evitar a marcha ré", diz sem retórica o ministro Jerônimo Moscardo, subchefe do gabinete civil para assuntos institucionais. Ele destaca a finalidade da iniciativa mostrando que "esses encontros, que são na verdade audiências públicas, buscam dar voz ao cidadão e visibilidade dos problemas nacionais, para que ele participe das soluções, evitando paternalismo e adaptando o país aos novos tempos de uma saudável democracia participativa".

ANA AMÉLIA LEMOS

III Encontro Governo-Sociedade

O auditório do Palácio do Planalto estava repleto para o III Encontro Governo-Sociedade. Esta reunião constituiu-se numa promoção conjunta do Gabinete Civil da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Cultura e Secretaria de Planejamento.

E o terceiro evento da série de audiências públicas que o Governo Sarney promove, pretendendo um comportamento mais aberto e operativo.

Nestes encontros, representantes de diversos segmentos sociais têm oportunidade de manifestar-se com suas reivindicações e até mesmo críticas.

Tais audiências são coordenadas pelo Gabinete Civil e têm a principal atribuição de assessorar o ministro Marco Maciel em matérias como, por exemplo, os direitos do cidadão.

A abertura do encontro contou com o auditório repleto. Muita gente participou em pé. Estavam presentes o presidente Sarney, ministro Marco Maciel, o presidente do Senado José Fragelli, o presidente do Supremo Tribunal Federal Moreira Alves, ministro Abreu Sodré, embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima, embaixador Marcos Azambuja e, na plateia, os representantes de vários setores da sociedade.

Muitos foram os debates, mas a minha admiração maior foi pela exposição do prof. Hélio Jaguaribe, sobre o futuro do País na virada do século. Inteligência privilegiada a de Hélio Jaguaribe.

Na área internacional destacou o resumo do embaixador Marcos Azambuja, sobre as medidas a serem tomadas na nossa política internacional.

O êxito dos debates se deve muito ao ministro Moscundo de Souza, sub-chefe do Gabinete Civil e que esteve presente em todos os debates.

Um dos destaques foi a presença feminina da cineasta Tisuka Yamasaki, que defendeu o cinema nacional e falou sobre a infiltração estrangeira no mercado de vídeo no Brasil, havendo um pequeno incidente, depois reparado, com o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, que a chamou de imigrante e depois pediu desculpas. Em defesa da cineasta falou o produtor de cinema Luis Carlos Barreto.

Uma presença discreta era Heloísa Aleixo Lustosa, do Conselho Federal de Cultura. E ainda: Ana Maria Tornagui, sempre atenta, mantendo comentários. Estavam lá representantes do movimento negro, professores e jornalistas.

Linha direta - Brasília

III Encontro Governo-Sociedade

O auditório do Palácio do Planalto estava repleto para o III Encontro Governo-Sociedade. Esta reunião constituiu-se numa promoção conjunta do Gabinete Civil da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Cultura e Secretaria de Planejamento.

E o terceiro evento da série de audiências públicas que o governo Sarney promove, pretendendo um comportamento mais aberto e operativo.

Nestes encontros, representantes de diversos segmentos sociais têm oportunidade de manifestar-se com suas reivindicações e até mesmo críticas.

Tais audiências são coordenadas pelo Gabinete Civil e tem a principal atribuição de assessorar o ministro Marco Maciel em matérias como, por exemplo, os direitos do cidadão.

A abertura do encontro contou com o auditório repleto. Muita gente participou em pé. Estavam presentes o presidente Sarney, ministro Marco Maciel, o presidente do Senado José Fragelli, o presidente do Supremo Tribunal Federal Moreira Alves, ministro Abreu Sodré, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, embaixador Marcos Azambuja e, na plateia, os representantes de vários setores da sociedade.

Muitos foram os debates, mas a minha admiração maior foi pela exposição do prof. Hélio Jaguaribe, sobre o futuro do País na virada do século. Inteligência privilegiada a de Hélio Jaguaribe.

Na área Internacional destacou o resumo do embaixador Marcos Azambuja, sobre as medidas a serem tomadas na nossa política internacional.

O êxito dos debates se deve muito ao ministro Moscondo de Souza, subchefe do Gabinete Civil e que esteve presente em todos os debates.

Um dos destaque foi a presença feminina da cineasta Tsuka Iamasaki, que defendeu o cinema nacional e falou sobre a infiltração estrangeira no mercado de vídeo no Brasil, havendo um pequeno incidente, depois reparado, com o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, que a chamou de imigrante e depois pediu desculpas. Em defesa da cineasta falou o produtor de cinema Luis Carlos Barreto.

Uma presença discreta era Heloisa Ateixo Lustosa, do Conselho Federal de Cultura. E ainda: Ana Maria Tornagui, sempre atenta, mantendo contatos. Estavam lá representantes do movimento negro, professores e jornalistas.



Presidente Sarney,
presença no
III Encontro
Governo-Sociedade

Tendências/Debates

Crescimento e distribuição no ano 2000

J RENATO CORREIA FREIRE

Em louvável exercício de futurologia, governo e sociedade encontraram-se em Brasília, no mês passado, para analisar, na medida do possível (para as mentes dos mortais desse fim de século) o que seria, ou poderia ser, o Brasil no ano 2000. Em dois dias percorreram-se problemas de política externa, cultura, economia e política institucional. O elenco de participantes, tanto do lado do governo como da sociedade, constou, ou deveria constar, do equivalente a uma lista do "Who is who in Brazil", face à proeminência de seus nomes e reputação em várias áreas de atividades. Na plateia, uma adorável mistura de gente séria e culta com simples contadores de estórias em prosa e verso, sem falar de alguns violeiros. Claro que não poderiam faltar alguns oportunistas, que se serviram do evento para pedir ou reivindicar em causa própria, ou de grupos econômicos, como fizeram os enfadonhos e pretensivos industrialistas do cinema e do vídeo (subsidiado). Mas também se fizeram ouvir com louvável articulação minorias que, pensava eu, já constituíssem maioria no Brasil, como os negros e as mulheres.

O resultado do evento, ainda que considerado como uma investigação sem compromisso foi, sem dúvida, um sucesso impressionante-se duas tendências bem distintas, em dois setores. A primeira na política externa: a segunda na econômica, com reflexos institucionais.

Vejamos primeiro a questão econômica. A sociedade, representada por alguns economistas que leram, entenderam e gostaram de Marx, disse coisas que o governo teve prazer em ouvir. Se o alvo é atingir o patamar dos cinco grandes países do mundo (algo que obviamente não é o desiderato de alguns politicólogos e sociólogos presentes, como o Padre Avila e o Prof. Hélio Jaguaribe) o modelo deve ser o da economia planejada. "Não devemos ter vergonha dos programas de 1964-1985, continuemos neles, sem o autoritarismo dos militares e a arrogância de alguns tecnocratas", verberou o componente Dr. Castro, da UNIJ. Para isso devemos continuar pagando pontualmente os compromissos da dívida externa, para, entre outras coisas, podermos ter acesso a adicionais recursos dos bancos internacionais para o Estado administrar. Ninguém no painel defendeu a economia de mercado — Deus nos livre do neo-liberalismo — que já não é mais adotado nas modernas economias europeias (esqueceram-se que a França está tentando de novo) os Estados Unidos e o Japão, porque será que nunca lembram do Canadá? Não são exemplos, pois seus modelos, para nós, são incompatíveis (sic) de adoção. Questões atávicas?

Mas, mesmo sem sermos adeptos do neo-liberalismo e juntados nos ao Padre Avila e a Hélio Jaguaribe, cube a pergunta: Será que é só crescendo 2% ao ano

e chegando ao patamar dos desenvolvidos, que o Brasil consegue resolver seus problemas sociais? Existem e os economistas sabem dizer outros maneiras de fazer isso. Erradicar o analfabetismo e melhorar a saúde do povo brasileiro, acabando com os sub-protóicos, não requer taxas tão elevadas de crescimento econômico. Não haverá um meio termo entre a Índia e a Bélgica? É claro que sim, salvo se o espírito de Itamaraty passe a rondar o Palácio do Planalto até o fim do século.

A outra divergência surgiu na questão da política externa. O resumo articulado do secretário-geral Flecha de Lima, e a avaliação correta, mas preciosa e principista, do embaixador Marcus Azambuja, não fizeram justiça à exposição magnífica que fez o prof. Celso Lafer, embora esta tenha sido desamadamente erudita para a plateia que descrevemos. De qualquer forma, a opção de política externa independente e protagonista do Brasil, prescrita por Lafer e reduzida a um estruturalismo realista no discurso do embaixador Rucípio é ainda muito aquela do "ancien regime". Italo Avelar (hoje em Moscou e Quito, respectivamente) diriam a mesma coisa, com a diferença que o ministro de Estado de então saberia perfeitamente do que eles estavam falando.

Então, do que valerá a política independente se o mundo vier, de novo, a se bipolarizar numa

"fronte cordiale" de pacífica coexistência e conversões geopolíticas entre os EUA e URSS. Jaguaribe lembrou que se o mundo do ano 2000 for cientificamente o de "caixas pretas", e se não tivermos desenvolvido a nossa (todas) consideraram que 14 anos não é suficiente para tanto, em nenhuma hipótese, contra ou a favor de todas as reservas de mercado e Serviços Especiais de Informática que se possam conceber, nossa independência externa terá de nenhuma valia. Contudo, ninguém sugeriu alinhamentos, automáticos ou não, com as potências estabelecidas. As idiossincrasias devem continuar com os americanos, pois se parte do princípio que teremos deles a eterna compreensão e com relação aos soviéticos a questão ideológica e o preconceito militar nos distanciaram como que insuperavelmente.

A tarefa é difícilíssima e está na boca do presidente da República voltar a entregar a chelha do Itamaraty aos profissionais do ramo (Ulavo Sribual e Abreu Sadré merecem todo o respeito, mas a multiplicidade de problemas que surgem no jogo diplomático que se avizinha requer profunda e séria especialização na matéria. Basta ler o texto do Lafer ou refletir sobre as idéias do Rucípio.

J RENATO CORREIA FREIRE é professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e diretor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTO

Além dos nomes anteriormente citados, cumpre registrar e agradecer, de modo especial, a colaboração prestada na organização do III Encontro pelo Ministro GELSON FONSECA JÚNIOR, Coronel ROMILDO CANHIM, Tenente-Coronel ANTÔNIO LUIZ TEIXEIRA DE SOUZA, Secretário FERNANDO JACQUES DE MAGALHÃES PIMENTA, Dra. PALOMA JORGE AMADO COSTA, Dr. EDUARDO MARQUES, Dr. PAULO DE GOÊS, Dr. JOSÉ MADEIRA, Professor OCTACIANO NOGUEIRA, LILA MACHADO DE FREITAS, ARNALDO ALVES PEREIRA, ALCIDES DE ALBUQUERQUE REIS E SILVA, Professor ELIAS MOACY DE OLIVEIRA FREITAS, HÉLIO DUTRA JÚNIOR, MARIA ABADIA DA SILVA, MÁRCIA NEVES NORÕES, CECÍLIA MARIA SILVA DONNICI, SÔNIA MARIA DE MIRANDA MARQUES, MARIA NEIDE ELEUTÉRIO DE SOUZA, CILMA SOLON RIBEIRO OLIVEIRA, HELMUTH FRITSCHÉ, MARIA DA GLÓRIA SOUZA MENDES, FRANCISCO NOGUEIRA DOS SANTOS, ELIANA DE SOUZA LEÃO, JUPIRA BARBOSA GHEDINE, CLEDY MARIA DA SILVA SARAIVA, FRANCISCO DE ASSIS VILHENA DOLABELLA, DANILO CARLOS GOMES, Dr. EULER MATHEUS, JOEL OSÓRIO ALVES, CARLA MAESTRALI, Tenente NILTON NALLIM FERREIRA, FRANCISCO SOUSA e FILEMON FERREIRA FREITAS.

A suite de Encontros
Governo-Sociedade, ins-
pirado na comissão do
Presidente José Sarney de
que a melhor assessoria
do governo é a própria
sociedade, foi instituída
como forma de dar conti-
nuidade a nova fase de
achegamento e diálogo
com os diversos setores
sociais, permitindo maior
sintonia entre o agenda
governamental e as preo-
cupações, necessidades e
ansios dos cidadãos.

